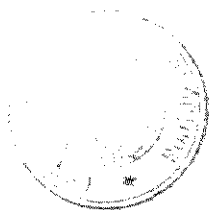


BOLETIM
DE
FILOLOGIA



TOMO XXIII (1974)
Fascículos 1 — 4



CENTRO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS
LISBOA
1974

INDICE DO TOMO XXIII

BRITO (ANA MARIA) e MARIA GABRIELA ARDISSON PEREIRA DE MATOS, <i>Introdução ao estudo das interroga- tivas em português</i>	191-254
CINTRA, LUÍS F. LINDLEY, <i>Sobre o Códice Alcobacense 290 (ant.º 316) da Biblioteca Nacional de Lisboa (autógrafo de Duarte Galvão?)</i>	255-275
FARIA (ISABEL HUB), <i>Conjuntivo e a restrição da frase-mais- -alta</i>	81-190
MATEUS (MARIA HELENA MIRA), <i>Glossário da Vida e Feitos de Júlio César (Tradução portuguesa quatrocentista de «Li Fet des Romains»). Letra A</i>	1-80
SERRA, PEDRO CUNHA, <i>Sobre o arabismo «osga»</i>	

(

GLOSSÁRIO DA «VIDA E FEITOS DE JÚLIO CÉSAR»

(Tradução portuguesa quatrocentista de «Li Fet des Romains»

Letra A

MARIA HELENA MIRA MATEUS
(LISBOA)

NOTA PRÉVIA

O estudo que apresento a seguir tem como principal finalidade dar início à publicação do léxico da *Vida e Feitos de Júlio César* ⁽¹⁾ pela elaboração dos artigos respeitantes a todos os vocábulos começados pela letra A. Os problemas que pôs a redacção destes artigos — problemas de carácter linguístico, filológico e de disposição gráfica — foram resolvidos depois de efectuado um confronto com outros glossários de textos arcaicos, publicados em Portugal e no estrangeiro, tendo sido compulsados, igualmente, os dicionários principais da língua portuguesa ⁽²⁾. Por outro lado, o conhecimento aprofundado do texto — que editei e comparei circunstanciadamente com o original francês e com as fontes latinas — tornou possível seleccionar os exemplos a apresentar de acordo com os diversos significados gramaticais e semânticos dos vocábulos inventariados, determinar os contextos pertinentes, e evidenciar as relações exis-

⁽¹⁾ *Vida e Feitos de Júlio César*, edição crítica da tradução portuguesa quatrocentista de *Li Fet des Romains*, por Maria Helena Mira Mateus, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. 1970.

⁽²⁾ Veja-se a bibliografia, constituída pela lista das obras consultadas.

Deve pôr-se em relevo que nos artigos não figuram abonações tiradas de outras obras, as quais apenas foram consultadas com o fim de se fundamentar o significado proposto para as palavras que ofereciam dúvidas. O material apresentado neste trabalho poderá ser completado com citações de diversas obras, datação da entrada na língua portuguesa das palavras estudadas e indicação da sua manutenção ou desaparecimento no português actual. Os aspectos acima referidos, indispensáveis num estudo lexicológico aprofundado da *Vida e Feitos de Júlio César*, não fazem parte dos objectivos do presente glossário.

tentes entre certas formas iniciadas pela letra *A* e outras que a ordem alfabética obriga a colocar num ponto afastado do léxico. Para atribuir a cada vocábulo um significado correspondente no português actual, necessitei por vezes de consultar dicionários históricos que me dessem a conhecer a história da palavra; no caso de se tratar de uma forma desconhecida, o significado proposto, apoiado no contexto, fundamenta-se nos vocábulos formal e semanticamente aparentados e tem em conta as estruturas gramaticais (fonológica e morfológica) da língua portuguesa.

A base do trabalho foi constituída pelas listas mecanográficas de todos os vocábulos do texto, alfabetizados e acompanhados pelo contexto e localização⁽³⁾. A elaboração integral de um glossário exaustivo da obra, tomando como ponto de partida as referidas listas, constituirá um valioso instrumento para o conhecimento da língua portuguesa quatrocentista.

A publicação deste glossário, no entanto, só poderá considerar-se inteiramente aproveitada quando se integrar num plano mais vasto que abranja o conjunto de inventários dos textos representativos da língua portuguesa, correspondendo ao objectivo final de realizar o que pode denominar-se o *Tesouro da Língua*. Dentro desta perspectiva, fiz preceder o presente estudo de uma *Introdução* que não pretende ser a versão resumida daquela que antecederá o vocabulário completo (pois para o fazer careço dos materiais que me serão fornecidos pela análise das restantes letras, e que virão, talvez, alterar qualitativamente as conclusões a que cheguei), mas põe em relevo alguns aspectos válidos do inventário lexicológico já realizado. Apresento além disso as linhas gerais para a elaboração do *Tesouro da Língua Portuguesa*, para o qual, como disse acima, o levantamento exaustivo das palavras da *Vida e Feitos de Júlio César* poderá constituir uma primeira contribuição⁽⁴⁾.

(³) As listas mecanográficas a que faço referência foram elaboradas no *Centro de Cálculo Científico* da Fundação Calouste Gulbenkian, sem o apoio do qual não me teria sido possível realizar este trabalho, e onde sempre encontrei uma colaboração activa e eficiente que merece todo o meu agradecimento. No referido *Centro* se fez a perfuração das palavras do texto que foram depois automaticamente alfabetizadas e impressas.

(⁴) Agradeço ao Professor Lindley Cintra as indicações valiosas que me deu para a redacção dos artigos do glossário e, principalmente, a forma como apoiou e estimulou esta primeira tentativa de utilização da mecanografia nos estudos lexicológicos.

Agradeço igualmente ao Professor Paiva Boléo a crítica que fez a uma versão anterior deste trabalho, crítica que me tornou possível corrigir algumas indicações e determinar, para certas palavras o sentido mais apropriado.

INTRODUÇÃO

1. Justificação de um glossário exaustivo

A elaboração do glossário exaustivo de um texto literário com a importância da *Vida e Feitos de Júlio César* tem uma dupla finalidade:

a) contribuir para a realização, a longo prazo, do *Tesouro da Língua Portuguesa*, que integrará o vocabulário recolhido nos textos, na sua maioria literários, que atestam o emprego da língua no decorrer dos séculos;

b) servir de fundamento ao estudo das estruturas lexicológicas e da descrição gramatical da língua portuguesa quatrocentista, tal como nos é transmitida por um escritor culto contemporâneo.

O desenvolvimento do que se entende por estes dois objectivos é a matéria da primeira parte da presente introdução.

a) Em que consiste um *Tesouro da Língua*?

No colóquio internacional efectuado em 1957 em Strasbourg, e do qual saiu a resolução de levar a cabo, num centro próprio para isso criado (1), a realização do *Trésor de la Langue Française*, chamou-se a atenção para a necessidade de elaborar um dicionário histórico que desse, em períodos sucessivos, um quadro tão completo quanto possível do vocabulário francês desde a origem aos nossos dias. Este dicionário deveria ser construído em torno de um dicionário da língua comum que formasse, por assim dizer, o seu «esqueleto», e à volta do qual se agrupassem, pouco a pouco e segundo as necessidades, os dicionários históricos das línguas científicas e técnicas.

(1) Poucos anos depois da realização do referido colóquio, o Centre National de la Recherche Scientifique mandou construir em Nancy um edifício para alojar o *Centre pour un Trésor de la Langue Française*, de que é director Paul Imbs.

Por outro lado, o levantamento completo do vocabulário das obras representativas de toda a literatura integraria, no referido dicionário, novas palavras e diferentes empregos criados por escritores seleccionados em virtude da notabilidade e/ou difusão das suas obras.

Um *Tesouro da Língua*, dentro desta concepção, constitui portanto um instrumento de resposta aos problemas postos pelos especialistas, universitários ou não, um meio de cultura para o público que escreve, lê ou fala uma língua, e um elemento de transmissão de valores estéticos através do conjunto de pequenos trechos escolhidos como contextos das palavras inventariadas. Pela amplitude da recolha, o *Tesouro* fixa o corpo estável do vocabulário, acompanhando por outro lado a sua evolução e evidenciando processos de criatividade linguística ⁽²⁾.

Duas características distinguem, assim, esta espécie de dicionários «enciclopédicos» dos dicionários comuns:

1. a inclusão de um número abundantíssimo de vocábulos, tornada possível pela *recolha exaustiva do léxico* de milhares de obras, escolhidas entre as que se podem considerar objectivamente representativas da língua falada e escrita contemporânea e

2. a *integração desses vocábulos em contextos*, em geral suficientemente longos para darem, ao mesmo tempo, o significado denotativo da palavra, e constituírem, por si próprios, uma manifestação de empregos estilísticos e de recursos estéticos da língua.

Data de alguns séculos o interesse pela elaboração de dicionários concebidos como instrumentos didácticos e meios transmissores do léxico «oficialmente» aceite num momento da língua. Para o português lembram-se o *Vocabulário Português e Latino*, de Bluteau, publicado entre 1712 e 1721 (que serviu de base aos dicionários posteriores), o *Dicionário da Língua Portuguesa* de Morais e Silva (primeira edição em 1789), o *Dicionário da Academia das Ciências*, não terminado, cujo primeiro volume veio a lume em 1793 e o *Grande Dicionário Português* ou *Tesouro da Língua Portuguesa*, de Domingos Vieira, publicado em

⁽²⁾ A inclusão, no *Tesouro*, de sufixos e prefixos que servem para a formação de novas palavras, por vezes indicados a fim de corresponderem aos diversos significados que atribuem ao vocábulo recém-formado, possibilita a apreensão de certas regras que estão subjacentes à criação linguística ao nível lexicológico.

1871. Muitos outros dicionários, vocabulários e glossários têm sido elaborados, especialmente a partir do princípio deste século⁽³⁾. Nenhum deles, porém, se pode considerar efectivamente exaustivo, dado que a recolha dos vocábulos, realizada manualmente, sofre graves restrições em consequência do tempo necessário para essa realização, e ainda devido aos lapsos provenientes das limitações da memória humana ou causados pelo cansaço intelectual. Por esta razão têm ficado incompletos tantos glossários e inventários lexicais que contêm indicações preciosas e deverão ser integrados no futuro vocabulário geral.

Compreende-se, pelo que fica dito, que exista uma real vantagem na utilização de um meio técnico que torne possível o levantamento e organização da *totalidade* das palavras de um texto, utilização que se pode considerar um progresso qualitativo na elaboração deste género de obras. O meio técnico a que se faz referência, posto hoje ao serviço de qualquer ciência, é o complexo mecanográfico que inclui o *computador* como unidade principal. A este instrumento de trabalho, que se tem tornado indispensável na coadjuvação do esforço do homem para o progresso científico, se pode entregar a tarefa de *evidenciar*, *alfabetizar* e *organizar* todos os vocábulos, não de um único texto, mas de milhares de obras consideradas representativas de uma língua.

É evidente que a elaboração de um *Tesouro da Língua* se não restringe à etapa indicada. Mas é evidente, também, que esta etapa, vital em relação à essência da própria obra, se não poderá realizar com eficiência sem esse importante contributo.

b) A importância da obra denominada *Vida e Feitos de Júlio César* para o conhecimento da língua portuguesa do século XV decorre da variedade de campos lexicológicos que engloba, dada a sua índole específica. «Uma obra que pretende abarcar a vida de Júlio César desde o nascimento à morte integra os mais diversos campos de actuação, dado que o herói foi simultaneamente político, orador, guerreiro, estratega

(3) Além dos glossários apensos aos textos arcaicos editados, existem levantamentos não exaustivos feitos em obras diversas, que não foram dados a público mas constituem material valiosíssimo para os lexicólogos. O *Centro de Estudos Filológicos*, de Lisboa, possui um desses glossários realizado com base em textos do português arcaico, que não poderá ser esquecido quando se emprender a elaboração do *Tesouro da Língua Portuguesa*, do mesmo modo que se teve em conta, para o *Trésor de la Langue Française*, o *Inventaire Général de la Langue Française*, que possui cerca de seis milhões de fichas e foi iniciado, há mais de trinta anos, por Mário Roques.

e general romano, que cultivou o amor e as letras, que organizou o império e, como ditador, o governou. Em cada um destes campos de actuação há um vocabulário especializado, e é importante verificar a sua existência e difusão da língua portuguesa do século XV» (¹). Embora para o presente trabalho se tenha feito apenas o estudo dos vocábulos iniciados pela letra *A*, podemos tirar desde já algumas conclusões que dão uma ideia da importância que este léxico assumirá quando estiver inteiramente concluído. Numa primeira consulta, em que se compulsaram vários dicionários da língua portuguesa e grande número de glossários de textos arcaicos (²), verificou-se que o levantamento exaustivo do léxico feito na obra acima referida dava a conhecer a existência de formas que merecem especial consideração, e se podem distribuir pelos três grupos seguintes:

1. Palavras não atestadas nos dicionários e glossários consultados:

Adreito, tradução de «adroit», em que o ditongo *ei* e a terminação revelam a integração no sistema da língua portuguesa: «Cipio era fremoso cavaleiro, *adreito* e bõo», III, 18, §5, 7.

Antreconhecer-se, palavra que segue o esquema de formação de *entremeter-se*, *entretalhada*: «Cesar e Pharnans, quando *se antreconhecerom* (ca eles se virom ante ambos na batalha de Thesalia)», III, 16, §4, 3.

2. Palavras referidas nos dicionários e/ou glossários com significado diferente do que apresentam no texto analisado:

Acessar, que significa, no dicionário de Augusto Magne, 'ter dificuldade de respiração', e que substitui, na *Vida e Feitos de Júlio César*, 'cessar', verbo que se encontra igualmente neste texto: «E Eneas, quando hia por mar, arribou em hũa regiam onde fora anagado hũu marinheiro per sua gente meesma, e veo pestenença e fame na terra. E Apolo lhe disse que, se buscassem o corpo do anagado, que aquelo lhe *accessaria*», III, 9, §4, 6;

Aguças, plural de *aguça*, que nas obras consultadas tem o significado

(¹) Maria Helena Mira Mateus, *Vida e Feitos de Júlio César*, Lisboa, 1970, p. XII.

(²) A *Bibliografia* contém a lista completa das obras consultadas.

de 'pressa, diligência', apresenta-se neste texto como designativo de 'arma (?) ou instrumento levado para o campo de batalha': «*Aguças e bandeiras vêe de todalas partes. Cesar nom traz hũa soo hoste, mais todo o mundo o segue*», III, 1, §11, 4.

Apousentado, adjectivo verbal de *apousentar*, 'alojar, acampar, ter pouso ou pousada', é empregado duas vezes na *Vida e Feitos* com este significado, geralmente aceite nos dicionários e glossários dos textos contemporâneos. A mesma palavra aparece, no entanto, num contexto que sugere a acepção actual para a forma correspondente 'aposentado': «*Porem foe Bibulus desasperado, e todo o remanente do ano nom ousou de publicar ao comũu; ante era em sua casa como apousentado*», I, 9, §7, 3. Não será possível atribuir ao vocábulo, nestas circunstâncias, o sentido de 'fora das funções públicas' que possui no português moderno? Ou antes, não terá sido através de empregos como este que se deu a evolução semântica da palavra?

Asenhorado está atestado, sob a forma de *assenhorado*, no dicionário de Domingos Vieira como adjectivo p. antigo: «*O mesmo que Assenhoreando*», (de *Assenhorar*, 'dominar como senhor'), acrescentando-se que a palavra significa «modernamente, com ares de senhor». No texto quatrocentista analisado, o vocábulo, empregado como advérbio, surge numa acepção que implica simultaneamente 'segurança, domínio de si' e 'domínio dos outros', aproximando-se portanto dos significados antigo e moderno propostos por Vieira: «*Ja nom os veeria tam movudos d'arroido que se el nom metesse antre eles ardidamente, e falava tam asenhorado que os metia em paz, ou per amor ou per temor*», IV, 2, §24, 3.

Aviolado encontra-se no dicionário de Vieira com os significados 1) 'com o som ou à similhaça da viola' e 2) 'que se parece com as flores da viola, violáceo'. Na *Vida e Feitos de Júlio César*, o vocábulo é uma formação protética de 'violado', como se deduz do seguinte contexto: «*e foe sabudo que ele se vestira huu dia como molher e fora alá, perante as gentes que faziam os sacrificios, a qual cousa os senadores ouverom por grande mal por quanto o sacrificio fora aviolado*», I, 5, §2, 2.

3. Palavras atestadas nos dicionários históricos como tendo aparecido nos textos literários em época posterior ao século XV:

Anovamento encontra-se no *Elucidário* como 'Novo contrato que revoga um outro feito anteriormente'. Em virtude de não estar atestada em glossários anteriores, e de não se referir a época de entrada

na língua na obra de Santa Rosa Viterbo, podemos admitir que a *Vida e Feitos de Júlio César* vem demonstrar pela primeira vez a existência da palavra num texto português quatrocentista.

Artéria está assinalada no *Dicionário Etimológico* de José Pedro Machado, como tendo entrado na língua no século XVI. O seu emprego na obra que estou a analisar prova que podemos antecipar de um século a sua utilização em textos literários.

Quando o inventário das palavras começadas por uma única letra do alfabeto nos propõe formas como as indicadas acima, que vêm enriquecer os materiais organizados que possuímos para o estudo da língua portuguesa arcaica, muito mais poderemos esperar de um levantamento exaustivo do léxico, não apenas deste texto mas de toda a produção literária contemporânea.

2. A elaboração de um «Tesouro da Língua»

A selecção dos textos a explorar (na sua maioria pertencentes à literatura) ⁽⁶⁾ e a sua distribuição por vários grupos, correspondentes aos sucessivos séculos de história da língua, constitui a etapa inicial para a

⁽⁶⁾ A justificação da escolha de textos predominantemente literários é-nos dada por P. Imbs no fascículo de apresentação dos volumes do *Trésor* respeitantes aos sécs. XIX e XX: «Ces textes sont à 80 % «littéraires»; 20 % d'entre eux seulement appartiennent aux soixante-dix domaines dans lesquels, grosso modo, se laissent distribuer les principales activités de l'homme français (ou francophone) de notre siècle et du précédent. La langue que nous livrent ces textes risque donc d'être elle-même fortement teintée de littérature, c'est-à-dire, de ne ressembler que de loin à l'usage moyen dont ont besoin les consultants, qui ne sont pas seulement des lecteurs ou des commentateurs d'oeuvres choisies pour leur valeur esthétique? Certes. Mais songe-t-on que si un petit nombre de textes ne livre en effet qu'une telle langue, les énoncés émanant d'un grand nombre d'oeuvres ont des chances de se neutraliser les uns les autres, et de révéler aux rédacteurs du dictionnaire cette langue moyenne qui représente l'usage proprement dit. D'autre part, le 20 % de textes non littéraires, hormis les vocables typiques de chaque domaine, n'illustre-t-il pas lui aussi, lui surtout, cet usage moyen dont leurs auteurs cherchent moins que personne à s'écarter? Mais plus particulièrement il faut se pénétrer de ceci, qui explique la prédilection des lexicographes pour des textes écrits et donc élaborés: à la différence des textes oraux, qui sont par définition improvisés sinon dans leur contenu, du moins dans leur forme, les textes écrits sont relus, contrôlés par ces artisans de l'écriture que sont les écrivains».

realização de um *Tesouro da Língua*. Após este primeiro momento, e no caso de se querer utilizar o computador como meio de obtenção automática de listagens contendo as palavras ⁽⁷⁾ integradas em contexto, são os textos preparados para a *perfuração* pela elaboração do que se denomina uma *pré-edição*. A esta fase do trabalho, da competência do linguista, corresponde a indicação codificada dos aspectos que se pretendem analisar, e que serão integrados na perfuração sob a forma de sinais que a) suprem as insuficiências das máquinas perfuradoras para transcreverem o emprego do itálico, a diferença entre maiúsculas e minúsculas, a pontuação, e b) acrescentam referências gramaticais, semânticas, de localização, e outras consideradas pertinentes. É ainda na ocasião da *pré-edição* que se determina a dimensão do *contexto* que engloba as palavras inventariadas ⁽⁸⁾.

Aos matemáticos, informáticos e programadores cabe a tarefa de realizarem, em colaboração com os linguistas, os *programas* a entregar ao computador para obter da máquina as respostas exigidas pelos redactores dos artigos do dicionário.

Estes programas, que tomam a forma de sequências de instruções apresentadas numa linguagem traduzível em *linguagem-máquina*, são

(7) Entende-se por *palavra*, neste caso, uma unidade de sinais gráficos com significado lexical e/ou gramatical, precedida e seguida por um espaço em branco. Os problemas que põem as *locuções*, os *tempos compostos* e certas *preposições regidas por verbos auxiliares* são problemas específicos, que terão de ser solucionados após a elaboração automática das listagens, a menos que tenham sido previstos na ocasião da *pré-edição*.

(8) A determinação do *contexto* pertinente é um problema controverso. De uma forma geral, pode dizer-se que o contexto para um estudo gramatical pode ser menor do que para um estudo lexicológico. Enquanto para o primeiro é muitas vezes suficiente uma linha do texto perfurado, para o segundo há exemplos de contextos de três linhas antes e depois da palavra inventariada, como o que se adopta em Nancy ou o que foi utilizado num estudo realizado na Brown University, em Rhode Island, sobre os auxiliares modais do inglês contemporâneo. Evidentemente, um contexto longo é preferível a um contexto curto; mas é preciso não esquecer outros factores que entram em causa, como as despesas inerentes à realização do trabalho. O contexto pode ainda ser contado a partir do último ponto final anterior à *palavra-vedeta* (a palavra indexada), se a pontuação for assinalada na perfuração, ou incluir um número determinado de unidades separadas por espaços, situadas antes e depois do vocábulo que se quer estudar. Finalmente, para a poesia pode também adoptar-se o verso como contexto pertinente, o que no entanto não parece recomendável por se revelar muitas vezes insuficiente.

introduzidos numa zona da *memória*, que recebe igualmente o texto perfurado em cartões ou fita ⁽⁹⁾.

Conforme as instruções do programa, as listagens de saída do computador apresentam *índices lexicológicos* integrais com indicação de *frequências*, e realizam as *concordâncias* ⁽¹⁰⁾ apenas de uma parte do vocabulário especialmente codificada para tal, ou contêm *concordâncias* de todas as palavras. As listagens fornecem o material disposto por ordem alfabética.

A análise do lexicólogo incide sobre as listas assim obtidas, determinando, segundo critérios estritos mas difíceis de aplicar, os vocábulos que deverão ser admitidos no dicionário. Para cada um desses vocábulos se constitui um «dossier» que reúne os elementos necessários para a redacção do artigo correspondente (fotocópias de concordâncias, indicações bibliográficas e fichas várias).

Coligidos todos os elementos, cabe agora aos redactores o trabalho delicado de elaborarem os artigos respeitantes a cada palavra que se irá

(⁹) A constituição do programa e o processo da sua exploração automática entende-se do seguinte modo: «O programa pode ser cumulativo; normalmente, porém, compõe-se de uma parte principal e de sub-programas com indicações adicionais. Logo que a exploração começa a processar-se, o computador, à medida que quer saber o que deve fazer, consulta o programa que é estabelecido de forma a permitir à máquina, por comparação lógica (identidade/diferença) ou aritmética (inferioridade /igualdade/superioridade) tomar decisões de modificação no seu próprio processo. As decisões mais correntes são: repetição de uma série de operações (por exemplo, a indicação das referências constantes ou da frequência), a supressão de operações inúteis (a omissão de referências variáveis que não se adaptam àquela unidade), e a indicação de que deve retomar a sequência de instruções num outro ponto, seja ele posterior ou anterior. (...) É possível, portanto, imaginar um programa que trate o texto, primitivamente segmentado, submetendo-o sucessivamente a diversos processos de análise linguística, e que avalie os resultados de cada escolha em função de critérios incorporados. A partir desses critérios, o programa aceitará certas escolhas e rejeitará outras. Os resultados destas comparações são, em seguida, utilizados para estabelecer automaticamente novas comparações que conduzirão a uma classificação mais aprofundada, até que se esgotem as possibilidades do programa. Os dados resultantes (output) serão então impressos para serem examinados pelo linguista» (M. H. M. Mateus, «Informática e Linguística: a mecanografia nos estudos da linguagem», sep. da *Revista Ocidente*, Lisboa, 1968, p. 227).

(¹⁰) Uma *concordância* consiste no agrupamento dos diferentes contextos nos quais a mesma palavra é empregada numa determinada obra. As listagens que apresentam as concordâncias impressas dão-nos as palavras ordenadas alfabeticamente, seguidas de todos os contextos em que ocorrem e acompanhadas das referências consideradas necessárias.

integrar no *Tesouro da Língua* ⁽¹¹⁾. Se quisermos ter uma ideia da abundância de material que o computador põe à disposição do especialista, bastará dizer que, para a elaboração do *Trésor de la Langue Française*, se recolheram 90 milhões de exemplos provindos da exploração integral de um milhar de textos.

Não se torna necessário chamar a atenção para a importância que assumem os meios mecanográficos como coadjuvação e apoio dos linguistas que realizam empreendimento de tão grande envergadura. A realização do *Tesouro da Língua Portuguesa*, fixando a língua com a riqueza que se pode esperar de um levantamento de tal extensão, permite por outro lado a sua difusão nos meios cultos em que o português é língua estrangeira, e constitui-se como veículo de manifestação de uma cultura específica. Naturalmente, a organização dos artigos, a lematização ⁽¹²⁾ de formas flexionadas (como substantivos que integram no mesmo artigo o singular e o plural, adjectivos que apresentam flexão de género e número, e sobretudo verbos, distribuídos por modos, tempos e pessoas),

⁽¹¹⁾ Transcrevem-se a seguir as explicações dadas por Paul Imbs acerca do trabalho dos redactores: «Voici donc les rédacteurs en campagne. Le *phonéticien* compulse les études sur la prononciation et l'orthographe du mot, puis ajoute les résultats de l'enquête instituée par le laboratoire; l'*historien* se plonge dans les ouvrages français et étrangers qui traitent du mot, se fait une idée sur son origine et les grandes étapes de son passé ancien ou récent, après quoi il tâche d'élucider tout cela dans des paragraphes brefs, secs, mais riches de substance, non sans ponctuer telle hypothèse d'un point d'interrogation ou de doute, et parfois de discussions qui secouent la doctrine régnante. Le plus gros travail incombe au *sémanticien*, confronté avec la masse parfois immense des attestations fournies par les fonds déposés ou produits au laboratoire. Au vu des meilleurs dictionnaires existants, il esquisse une première organisation de son article, facile pour les mots qui n'ont qu'un sens, délicate pour lesquels un Littré offre plus de trente subdivisions. Dès l'abord il veuille à ne pas confronter analyse synchronique et étude historique, tout en sachant que les deux perspectives s'éclairent l'une l'autre. (...) Puis il choisit ses exemples, selon des barèmes limitatifs, les découpe suivant le sens, y souligne les termes associés au mot-vedette en qualité de synonymes ou d'antonymes. (...) Pour finir, rabattant quelque peu les enthousiasmes, vient l'instant austère de la définition, qui doit être circonstanciée, exhaustive, pertinente (convenir à tout le défini et au seul défini), claire (éviter le jargon d'une abstraction quintessenciée), brève (ne pas dépasser les limites de la phrase) et, avec la définition, l'indication des conditions d'emploi, c'est-à-dire, comme disent les linguistes, de grammaticalité et de recevabilité sémantique».

⁽¹²⁾ A lematização consiste na organização do artigo, tendo como entrada indexada no dicionário a forma básica (*cabeça de lema* ou *cabeça de artigo*) seguida de todas as formas flectidas.

a definição e hierarquização de empregos e significados, e a escolha, forçosamente arbitrária, dos contextos mais representativos dos valores denotativos, conotativos e «estilísticos» depende, de modo directo e insubstituível, do critério pessoal da equipa redactora. Nem de outra forma poderiam ser resolvidos problemas cuja solução não procede da aplicação de esquemas formais ou das regras de um modelo, mas se compatibiliza apenas com o julgamento do falante da língua, possuidor dos conhecimentos científicos necessários para, em última análise, transformar uma lista neutra de exemplos, que se equivalem sem se entre-valorizarem, num panorama vivo e quanto possível completo da história do léxico de uma língua.

3. O léxico da «Vida e Feitos de Júlio César»

a) Realização do glossário

O léxico do texto foi organizado, como atrás disse, a partir de listas mecanográficas. Para obter essas listas foram perfuradas, em cartões, todas as palavras, acompanhadas de contexto, localização e indicações gramaticais codificadas. Cada cartão passou, deste modo, a constituir uma ficha cumulativa que podia servir para listar diferentes aspectos do vocabulário. Em virtude de terem surgido dificuldades para a programação das concordâncias da totalidade dos vocábulos, foram os mesmos perfurados a partir do início dos cartões, seguindo-se-lhes os contextos dispostos de modo a permitirem uma leitura fácil, com a inserção da *palavra-chave* no sítio apropriado. Por este motivo utilizaram-se unicamente as chamadas *máquinas periféricas*, no caso presente a *perfuradora*, a *verificadora* de perfuração, a *separadora* (que alfabetizou as formas colocadas a partir das primeiras colunas dos cartões) e a *tabuladora*, que imprimiu as listas, quer lexicológicas (do vocabulário integral) quer gramaticais (com subdivisões correspondentes aos diversos aspectos para a análise). Esta segunda parte do trabalho, que reuniu material para estudos posteriores, serviu apenas, na elaboração do léxico, para dar a conhecer diferentes empregos ou valores gramaticais das preposições e pronomes.

Em face das listas, iniciei a redacção dos artigos, ou *lematização*, indexando os vocábulos pela ordem estritamente alfabética por que se apresentavam nas listas, e procurando simultaneamente, no lugar que lhes competia, as formas flectidas que deviam integrar-se em cada artigo

de palavra variável. As variantes ortográficas, vocálicas e consonânticas, tornaram esta procura um pouco difícil, dado que, mesmo tendo-me restringido às palavras iniciadas pela letra *A*, necessitei de explorar outras letras (como o *H*, muitas vezes utilizado indevidamente no início dos vocábulos), não só para englobar num mesmo artigo as formas que pertenciam ao *lema*, como para evidenciar relações entre palavras cognatas que, pertencendo a artigos diferentes, são no entanto indicadas como aparentadas (apacificar/pacificar ou avanguarda/vanguarda).

O glossário segue as normas tradicionalmente aceites para este tipo de trabalhos. Tentei ser bastante explícita nos exemplos e contextos apresentados, assim como nas subdivisões criadas para os diferentes significados gramaticais ou semânticos. Cada forma tem uma única entrada (ou *cabeça-de-lema*) ainda que pertença no texto a mais do que uma categoria gramatical.

b) Normas seguidas na redacção dos artigos

1. Os artigos do léxico têm como base as listas mecanograficamente obtidas da totalidade do vocabulário (substantivos, adjectivos, verbos, advérbios e palavras gramaticais).

2. Os artigos estão dispostos por ordem alfabética.

3. Em cada artigo referente a um substantivo, um adjectivo ou um verbo (à excepção do verbo *haver* que, na maior parte dos casos, está empregado como verbo auxiliar) se indica entre parêntesis o número de ocorrências, no texto, de todas as formas englobadas no mesmo artigo. Esta indicação, que tem como fim possibilitar um futuro estudo de frequência lexical, não figura nos casos em que se verifica uma única ocorrência.

4. Reuniram-se no mesmo artigo:

a) as formas que apenas divergem ortograficamente (*avangagem/avantagem; amoestar/hamoestar*);

b) as variantes com diferença vocálica ou consonântica que supõe uma pronúncia aproximada (*aaz/az; amigo/amiigo/amiigoo; arteificio/artificio; apeçoentar/apoçoentar; asinha/aginha*), ou em que a identidade de significado e a proximidade formal não justificam a sua consideração em artigos separados (*arrefêes/arrefenas*, cuja terminação feminina estabelece uma concordância com o género do substantivo; *aspe/alpe/aspere*, variantes da palavra *áspide*, que foram devidas sem dúvida ao desconhecimento do

termo por parte do copista). Qualquer destas formas vem inserida na posição que deve ocupar na ordem alfabética, com remissão para o artigo em que é tratada;

c) as diferentes flexões de uma mesma *forma básica* (nos substantivos e adjectivos, o singular; nos verbos, o infinitivo). Estas formas flectidas não têm entrada independente no dicionário;

d) as palavras que, sob uma mesma forma, apresentam diferentes classificações gramaticais, indicando-se em primeiro lugar aquela cujo emprego é mais frequente (*andar*, verbo, e *andar*, substantivo; *argulhoso*, adjectivo, e *argulhoso*, substantivo; *ante*, preposição, e *ante*, advérbio); apenas o *a* foi tratado em três artigos diferentes.

5. São tratadas em artigos diversos as formas que apresentam aférese ou alternância da vogal inicial (*achegar/chegar*; *abastante/bastante*; *atam/tam*; *acostar-se/encostar-se*; *antremeter/entremeter/tremeter*; *argulhoso/orgulhoso*).

Considerando, porém, a proximidade formal e semântica dos *lemas*, no final de cada artigo remete-se para a forma aparentada.

6. Na organização interna dos artigos procedeu-se como segue: a *cabeça do lema* apresenta-se em maiúsculas, figurando entre parêntesis rectos sempre que a forma não está atestada no texto. Seguem-se-lhe a classificação gramatical, o significado correspondente no português actual (entre aspas simples), e os exemplos considerados pertinentes, integrados no *contexto*⁽¹³⁾ e acompanhados de localização. Estes exemplos são em geral dois, mas podem atestar-se três, quatro ou mais empregos de um vocábulo se isso for considerado necessário em face dos diversos significados que o mesmo assume no texto.

Quanto às formas flectidas, os *substantivos* apresentam primeiro o singular, depois o plural; os *adjectivos* com flexão de género atestada no texto, o masculino singular, o plural, o feminino singular e o plural; os artigos referentes a *verbos* contêm a indicação do significado (ou significados) que a forma possui no texto, seguindo-se os exemplos correspondentes integrados em contextos, sendo referidas

(13) O contexto escolhido no presente léxico não foi determinado automaticamente, mas definiu-se manualmente, de acordo com o que julgou necessário para manifestar eficientemente o significado do vocábulo analisado.

posteriormente as diversas formas verbais, acompanhadas unicamente pela localização e colocadas pela ordem abaixo indicada:

indicativo presente;
indicativo imperfeito;
indicativo mais-que-perfeito;
indicativo futuro;
conjuntivo presente;
conjuntivo imperfeito;
conjuntivo futuro;
imperativo;
condicional;
infinitivo pessoal;
infinitivo impessoal;
gerúndio;
indicativo presente composto;
indicativo perfeito composto;
indicativo mais-que-perfeito composto;
conjuntivo presente composto;
conjuntivo mais-que-perfeito composto;
conjuntivo futuro composto;
condicional composto.

As pessoas gramaticais são tomadas como meras referências à diversidade das formas flectidas, e por isso se codificaram de 1 a 6, tendo o imperativo a indicação de 1 ou 2 conforme se trata do singular ou do plural.

7. Em todos os artigos respeitantes a palavras com várias acepções, estas estão hierarquizadas, sempre que possível, pela ordem decrescente do seu emprego.

8. As contrações de artigo ou pronome com preposições encontram-se exemplificadas, quer junto dos primeiros, quer junto das segundas.

9. Os verbos que servem de auxiliares da conjugação perifrástica e/ou de auxiliares de tempos compostos estão integrados num único artigo, que se subdivide de acordo com os diferentes empregos da palavra.

10. Os topónimos e antroponimos não figuram no presente glossário porque foram registados, por ordem alfabética, no «Índice dos nomes próprios», que constitui um apêndice ao vol. II da edição crítica da *Vida e Feitos de Júlio César*.

A

A, HA, art. 'a': «O esforço e a ardideza», II, 2, §1, 3. *as*, «os mastos e as velas», II, 6, §9, 1. *ha*, «desqu'ha hoste lá foe», II, 4, §2, 1. *aa*, «enviou dizer aa cidade d'Oscum», II, 18, §40, 7. *da*, «hũa hoste tem vantagem da outra», II, 18, §54, 2. *das*, «nom podiam ferir das espadas», II, 21, §9, 15. *na*, «El-rei Pharnans meesmo foi na primeira aaz», III, 16, §4, 1. *nas*, «conhocê-lo nas armas», III, 8, §7, 1. *pela*, «faziam correr os de cavalo pela terra», II, 18, §57, 4. *pelas*, «alçavam-nos acima pelas cordas», II, 18, §24, 1. *pola*, «ho mais alto dos cinco foi pola victoria de França», IV, 1, §1, 4. *polas*, «foe ferido polas espadoas», II, 18, §27, 2. *ambalas*, «era assaz larga entre ambalas hostes», II, 4, §8, 3. *totalas*, «lhes nom saiam de totalas partes», II, 4, §22, 2.

A HA, pron. 'a': «de receber a vila e de a salvar», II, 4, §32, 2. *ha*, «Tu ha ouves soamente», III, 14, §21, 1. *as*, «depois de pronunciada sua sentença e avidas as de algũs senadores», I, 8, §38, 1. *la*, «pera hir alá conquistá-la», I, 9, §11, 2. *las*, «estar em as tendas e defendê-las», II, 8, §14, 2. *na*, «pelejar a seu salvo em sua terra que na estranha», II, 4, §10, 4. *nas*, «enchiam-nas de fogo, e metiam-nas em fundas», II, 12, §20, 1. *ma*, «eles ma derom», II, 3, §15, 2. *ta*, «se quiseres aver batalha, eu ta darei», II, 3, §15, 9.

A, prep. 1. 'a': «abriram as portas a Pompeeo», I, 10, §16, 4; *ao*, «algũa cousa dele vejo, ao menos a siinza», III, 14, §10, 4; *aa*, «mandou poer boos dous muus aa carreta», III, 1, §1, 3; *aas*, «nom morreriamos (...) aas lanças de nossos imiigos», II, 12, §7, 2. 2. 'para': «ficou o bispado a Hircano por seu amor», III, 3, §5, 5; «Doce e gracioso era a pobres e a ricos», III, 13, §26, 7; «provesa de sergente nom he honra ao senhor», III, 3, §8, 6; «nem busco senom bem aa cidade de Roma», III, 1, §7, 15; «Os d'Africa forom mais piadosos aos Romãaos», III, 12, §52, 2. *aaquele*, «O siso nom val nada aaquele que de todo quer servir sua vontade», I, 8, §39, 2. 3. 'de': «longa cousa seria a nomear», III, 14, §32, 2; «por que o el vio ferido a morte», III, 18, §17, 3; «era cousa avorrecivel e espantosa a veer», III, 18, §12, 2. 4. 'com': «enviou alá, a grande pressa», I, 10, §23, 2; «ele se foe após eles (...) a tam grande andar como pôde», II, 20, §12, 2. 5. 'em': «nom foi rem a comparaçom dos de Monde», III, 19, §14, 2; «a dozena legiom, que estava aa parte direita», II, 4, §23, 4. 6. 'por': «E a outra cousa nom me perdoa Cesar», III, 2, §5, 10; «E aa fim, quando o spiritu a leixou», III, 9, §6, 10; «tiinham imagêes em Roma, aa honra de suas victorias», IV, 2, §30, 6. 7. 'até': «entrou-lhe ao meolo», III, 15, §36, 2.

AA, interj. 'ah!': «Aa senhor! hu querees vós hir», III, 1, §2, 2. «Aa, Roma! Aa, Roma!», III, 1, §2, 5.

AA, ver *a*, art. e *a*, prep.

AAGUA, ver *agua*.

AALEM, adv. 'além, adiante, para lá': «nom tiinha prestes *aalem* dos montes», II, 18, §1, 5; «toda França que he *aalem* das Alpas», II, 23, §11, 4; «se meterom no mar e passaram *aalem*», III, 23, §11, 4. *daalem*, «em toda a terra *daalem* do rio», I, 10, §20, 1.

AAQUEL, ver *aquelle*.

AAQUELE, ver *aquelle*.

AAQUEM, adv. 'aquém, para cá': «ficavam ainda *aaquem* do rio», II, 2, §11, 2; «se podiam viir aos Sines *aaquem* do rio», II, 3, §4, 5.

AAR, AR, s. m. 'ar': «viiam hir polo *aar* brandões acesos», III, 1, §12, 1; «levava-os polo *aar* tanto que caíam», III, 14, §25, 2. *ar*, «O ceco era tam escuro e o *ar* tam torvado», III, 6, §5, 4. *aaves*, «corrompiam-se os *aaves* e geeravam pestenença», III, 11, §6, 2. (28)

AAS, s. f. pl. 'asas': «bate tanto com suas *aas*», III, 12, §9 4; «hũa aguiã d'ouro com as *aas* estendidas», III, 19, §18, 1. «escudos de *aas* de tortue de mar», III, 18, §19, 3. (3)

AATA, ver *ataa*.

AAZ, AZ, s. f. 'esquadrão, ala': «poinham-se em *aaz* a pequeno espaço», II, 3, §22, 2; «El-rei Pharnans meesmo foi na primeira *aaz*», III, 16, §4, 1. *az*, «tragia a aguiã do ouro (...) na *az* deanteira», III, 18, §6, 1. *aazes*, «tres *aazes* de sua gente», II, 2, §24, 6. (32)

[AAZADO], adj. v. 'próprio, conveniente': «*aazados*, «lhe nom pareciam *aazados* pera batalha», I, 10, §23, 3. (2)

AAZAR, v. tr. 'preparar, causar': «trabalhou-se de lhe *aazar* morte», I, 10, §3, 4. (2)

AAZO, s. m. 'causa': «por que foram em grande *aazo* daquela guerra», I, 10, §19, 2; «por seu *aazo* (...) o seu poderio seria abaixado», II, 2, §17, 8. (16)

ABAA, s. f. 'aba, prolongamento lateral': «deceo a *abaa* da cota e derribou hũa parte dela», III, 12, §38, 3; «sobre o elmo de guisa que derribou hũa *abaa* del», III, 18, §21, 3. (2)

ABADESSA, s. f. 'abadessa': «encomendara-o a *abadessa* virgem do templo de Vestis», IV, 3, §5, 1.

ABAIXADO, adj. v. 1. 'diminuído': «o seu poderio seria *abaixado*», II, 2, §17, 8, 2. 'traído abaixo': *abaixadas*, «as hostes foram *abaixadas* hûas das outras», III, 6, §3, 3. (9)

ABAIXAR, v. tr. 1. 'abaixar': «*abaixarom-lhe* a cabeça contra o chão», III, 1, §14, 1; «*abaixe* suas bandeiras e adore Cesar», III, 11, §14, 5. 2. 'submeter': «eu *abaixei* suas sobervas na batalha», II, 3, §15, 3; «Des que Cesar assi teve *abaixados* aqueles», II, 20, §1, 1. (29)

Formas verbais:

ind. pres.	2p. <i>abaixas</i> , III, 15, §61, 4. 3p. <i>abaixa</i> , III, 13, §4, 6.
ind. perf.	1p. <i>abaixei</i> , II, 3, §15, 3. 3p. <i>abaixou</i> , II, 13, §6, 8. 6p. <i>abaixarom</i> , III, 15, §44, 2.
conj. pres.	3p. <i>abaixe</i> , III, 11, §14, 5.
conj. imp.	3p. <i>abaixasse</i> , III, 12, §30, 2.
inf. imp.	<i>abaixar</i> , II, 2, §17, 8.
ind. perf. comp.	3p. <i>teve abaixados</i> , II, 20, §1, 1.
ind. mper. comp.	3p. <i>avia abaixada</i> , I, 4, §4, 2.

ABASTADAMENTE, adv. 'com fartura': «hûa fonte de que todos beberom *abastadamente*», III, 14, §28, 2.

[**ABASTADO**], adj. v 'cheio, saciado': *abastados*, «Des que foram *abastados* de comer e beber», III, 15, §20, 1. *abastada*, «a hoste dos Romãos (...) nom era *abastada* de pã», II, 6, §3, 5. (7)

ABASTANÇA, s. f. 'quantidade suficiente': «mandarom-lhe grande *abastança* de navios», II, 9, §1, 7; «se ouvesse *abastança* de vianda», III, 7, §1, 4. (14). Ver *avondança*.

ABASTANTE, adj. 'suficiente': «foe contra o outeiro com *abastante* companhia», II, 18, §38, 4; «fosse *abastante* pera o defender», III, 2, §16, 2. *abastantes*, «eram *abastantes* de o derribar», III, 11, §12, 3. (9). Ver *bastante*.

ABASTAR, v. tr. 1. 'abastecer': «certos carneceiros e certo gaado que *abastassem* o dia», IV, 1, §7, 4. 2. 'ser suficiente': «*Abasta-te* que sôo feito nemigalha», III, 12, §47, 5; «bem me deve a *abastar* serdes per mim desamados», III, 13, §7, 2. (27)

Formas verbais:

ind. pres.	3p. <i>abasta</i> , II, 9, §4, 4. 6p. <i>abastam</i> , III, 2, §3, 5.
ind. imp.	3p. <i>abastava</i> , II, 2, §14, 5.

ind. perf. 3p. *abastou*, III, 13, §22, 4.
 conj. pres. 3p. *abaste*, III, 14, §30, 6.
 conj. imp. 6p. *abastassem*, IV, 1, §7, 4.
 cond. 3p. *abastaria*, II, 11, §2, 2.
 inf. imp. *abastar*, III, 13, §7, 2.
 Ver *bastar*.

ABATER, v. tr. 'diminuir': «por *abater* a desonra de sua fogida», II, 4, §27, 3. (4)

[ABELHA], s. f. 'abelha': *abelhas*, «o que guarda as colmeas, quando se lhe vão as *abelhas*», III, 14, §17, 12.

ABERTAMENTE, adv. 'claramente, em público': «ele dizia *abertamente*», IV, 2, §31, 8.

ABERTO, [ABRIDO], 1. adj. v. 'aberto': *abertos*, «em quanto tiveres *abertos* os olhos», III, 4, §3, 9. *abertas*, «as ventãs largas e *abertas*», III, 18, §5, 6. *abrida*, «a sala estava *abrida*», III, 15, §28, 2. 2. adv. 'em público': *em aberto*, «o prasmava *em aberto* e *em ascondido*», IV, 2, §35, 1. (6)

ABOBEDA, s. f. 'abóbada': «matavam muitos da *abobeda* de cima do templo», I, 10, §16, 7; «em todo em cima da *abobeda* estava hũu postiigoo», III, 15, §50, 3. (4)

ABRAÇADO, adj. 'abraçado': «O donzel foi mais de cem vezes beijado e *abraçado*», III, 19, §5, 2.

[ABRAÇAR], 1. v. tr. 'abraçar': «*abraçou* sua molher», I, 7, §1, 2. 2. v. refl. 'abraçar-se': «*abraçou-se* com Cesar», II, 2, §19, 1; «*abraçavam-se* hũus aos outros», III, 6, §8, 1. (14)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *abraçava*, III, 2, §17, 6.
 6p. *abraçavam-se*, III, 6, §8, 1.
 ind. perf. 3p. *abraçou*, I, 7, §1, 2.
 ind. fut. 3p. *abraçará*, III, 13, §24, 3.
 conj. imp. 3p. *abraçasse*, III, 10, §20, 1.
 6p. *abraçassemos*, III, 15, §8, 11
 3. s. m. 'abraço': *abraçares*, «por dous beijares e dous *abraçares*», III, 15, §26, 5.

[ABRANDAR], v. tr. 'serenar, tornar menos intenso': «A piedade que aviam de sua terra e de seus campos lhes *abrandava* os corações», III, 1, §8, 1.

ABRIDA, ver *aberto*.

ABRIR, 1. v. tr. 'abrir': «Desi *abrirom* as portas», II, 4, §32, 6. 2. v. refl. 'abrir-se': «E *abrir-se-á* a terra», III, 1, §15, 2. (23)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *abria*, III, 12, §5, 6.
 ind. perf. 3p. *abrio*, III, 1, §14, 2; 6p. *abrirom*, II, 4, §32, 6.
 ind. mqperf. 3p. *abrira*, III, 14, §25, 1.
 ind. fut. 3p. *abrir-se-á*, III, 1, §15, 2.
 conj. imp. 3p. *abrisse*, III, 9, §5, 2. inf. imp. *abrir*, I, 10, §15, 2.
 3. s. m. 'abrir': «soavam tanto ao *abrir* que eram ouvidas per toda a cidade», III, 3, §9, 1.

ABURACADO, adj. v. 'esburacado': «seu escudo foi *aburacado* em cento e viite lugares», IV, 2, §23, 3.

[ABUTERE], s. m. 'abutre': *abuterres*, «aves (assi como gralhas e pegas e corvos e *abuterres*)», III, 12, §53, 1.

ACÁ, adv. 'cá': «hûos fogiam *acá* e outros *alá*», II, 4, §24, 2; «sem mais andar *acá* nem *alá*», III, 5, §11, 2. Ver *cá*.

ACABADO, 1. adj. v. 'acabado, terminado': «ante que o carro fosse *acabado*», II, 18, §73, 2; «aquele que el acalçava, *acabado* era», III, 18, §13, 1. *acabada*, «quando aquela batalha foe *acabada*», I, 8, §39, 6. *acabadas*, «despois que suas batalhas forom *acabadas*», I, 10, §5, 11. 2. adj. 'inteiro': *acabados*, «esteve Cesar em o Egipto dous ânos *acabados*», III, 15, §61, 1. (30)

ACABAR, v. tr. 'terminar, realizar': «leixou Gaios Tribûus em Cartham com duas ligiões por *acabarem* hi o inverno», II, 20, §1, 1; «o rei do Egipto *acabara* este feito», III, 15, §7, 5. «Ora *acabemos* o que pensamos», III, 7, §5, 6. (63)

Formas verbais:

ind. pres. 3p. *acaba*, I, 8, §39, 17.
 ind. imp. 3p. *acabava*, IV, 2, §13, 2.
 6p. *acabavam*, III, 14, §15, 4.
 ind. perf. 3p. *acabou*, II, 3, §12, 1.
 6p. *acabarom*, II, 9, §2, 3.
 ind. mqperf. 3p. *acabara*, III, 15, §7, 5.
 ind. fut. 4p. *acabaremos*, Prol. §3, 2.
 conj. pres. 2p. *acabes*, III, 2, §5, 12.
 4p. *acabemos*, III, 7, §5, 6.
 conj. imp. 3p. *acabasse*, II, 21, §22, 2.
 inf. pes. 3p. *acabar*, III, 13, §18, 2.
 6p. *acabarem*, II, 20, §1, 1.

- ind. pres. comp. 5p. *teendes grandes feitos acabados*, II, 18, §64, 1.
 ind. perf. comp. 3p. *ouve sua palavra acabada*, III, 18, §18, 6.
 ind. mperf. comp. 3p. *avia acabado*, II, 4, §35, 4.
 part. absol. *acabado*, «*Acabado de comer chegava-se meo dia*»,
 II, 18, §85, 6.
 «*E acabado esto foi ferido de muitas espadas*»,
 III, 7, §6, 6.

ACALÇAR, v. tr. 'chegar, alcançar': «*Algũas destas naaos nom acalçarom este perigoo*», III, 14, §19, 4; «*ca me leixarás a cabeça se te eu posso acalçar*», III, 19, §3, 3. (10)

Formas verbais:

- ind. imp. 3p. *acalçava*, III, 17, §6, 3.
 ind. perf. 3p. *acalçou*, III, 2, §13, 1.
 6p. *acalçarom*, III, 14, §19, 4.
 inf. pes. 1p. *acalçar*, III, 19, §3, 3.
 ger. *acalçando*, III, 18, §13, 2.
 Ver *ençalçar* e *perçalçar*.

[**ACALMAR**], v. intr. 'acalmar': «*Nom andarom muito quando o vento lhe acalmou*», III, 10, §8, 2.

ACARREITAR, v. tr. 'transportar em carreta': «*que acarretassem enchimento pera as covas*», II, 7, §6, 1; «*ferio em aqueles que acarretavam o pam*», II, 21, §20, 1. (5)

Formas verbais:

- ind. imp. 6p. *acarretavam*, II, 21, §20, 2.
 conj. imp. 6p. *acarretassem*, II, 7, §6, 1.
 inf. imp. *acarretar*, II, 21, §20, 1.
 Ver *carretar*.

ACEIRO, s. m. 'aço': «*fouces roçadoiras e picões d'aceiro*», II, 18, §86, 1;
 «*tiinha hũa facha d'aceiro*», III, 14, §5, 1. (5)

ACENDER, 1. v. tr. 'pôr fogo a': «*acende fogo e arde*», III, 12, §9, 4. 2. v. refl. 'acender-se': «*atees que se acenderom pola força do vento*», III, 15, §40, 1. (10)

Formas verbais:

- ind. pres. 3p. *acende*, III, 12, §9, 4.
 ind. imp. 3p. *acendia*, III, 15, §41, 2.
 ind. perf. 3p. *acendeo*, III, 10, §12, 4; *acendê-se*, II, 12, §20, 1.
 6p. *se acenderom*, III, 15, §40, 1.
 inf. imp. *acender*, II, 17, §3, 1.

ACERCA, adv. 1. 'perto, próximo': «era ajuntada *acerca* da ponte de Pontierres», II, 21, §3, 1; «aos que estam *acerca* de acabar seus feitos», III, 1, §6, 6. 2. 'quase': «e matarom-nos *acerca* todos», II, 21, §20, 3. *acerqua*, «Em estas cousas eram eles *acerqua* iguaaes», I, 8, §43, 2; «ela era *acerqua* de morta», I, 10, §3, 3.

ACERTADA, adj. 'concertada, combinada': «por trautarem paz; mais nom pôde seer *acertada*», I, 10, §13, 7. (2)

ACERTAR, v. tr. 'acertar, atingir': «de tal guisa que Suave o foe *acertar* aa entrada de hũu vale», II, 13, §6, 7; «E saio o golpe e *acertou* no braço», II, 21, §9, 14. (19)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *acertava*, III, 14, §5, 1. 6p. *acertavam*, III, 5, §7, 4.
ind. perf. 3p. *acertou*, II, 18, §90, 2.
ind. maperf. 3p. *acertara*, II, 21, §9, 14.
inf. imp. *acertar*, II, 12, §25, 4.

ACESO, adj. 'aceso, com fogo': «dançava de seu colo a fundo hũu pinheiro *aceso*», III, 1, §12, 10; *acesos*, «lançavam viratões *acesos* sobre a rama», II, 18, §26, 2. *acesas*, «E tiravam com frechas *acesas*», II, 12, §20, 1. (11)

[**ACESSAR**], v. intr. 'cessar, acabar': «se buscassem o corpo do anagado, que aquello lhe *acessaria*», III, 9, §4, 6. Ver *cessar*.

ACHADO, adj. v. 'achado, encontrado, conhecido': «nom poderia seer *achado* em eles vontade de fogir», II, 18, §64, 2; «foe *achado* que derom peita aos senadores», I, 3, §3, 3. *achados*, «Os tres centuriões foram *achados* e prenderom-nos», II, 21, §12, 1. *achada*, «esta autoridade foe *achada* em Bretanha», II, 15, §3, 4. *achadas*, «as leteras dos gregos primeira-mente foram *achadas*», III, 4, §1, 5. (12)

ACHAR, 1. v. tr. 'achar, encontrar': «nom *acharemos* cidade nehũa que se nos tenha», III, 1, §8, 6; «Se Cesar vencer, hi me *achará*», III, 10, §19, 7. 2. v. tr. 'achar, julgar': «des que cavalgavam em elas, *achavam-nas* muito aas suas vontades», II, 8, §2, 1; «a deslealdade que tu *achas* nos do Egipto», III, 13, §20, 9. 3. v. refl. 'achar-se': «hũa das partes que se mal *achasse* poderia chamar em acorro Vertingeturis», II, 18, §35, 1. (216)

Formas verbais:

ind. pres. 1p. *acho*, III, 5, §3, 3.
2p. *achas*, III, 13, §20, 9.
3p. *acha*, I, 8, §40, 16.
4p. *achamos*, III, 12, §11, 4.

	6p. <i>acham</i> , IV, 2, §11, 4.
ind. imp.	3p. <i>achava</i> , I, 3, §3, 4. 6p. <i>achavam</i> , II, 8, §2, 1.
ind. perf.	1p. <i>achei</i> , III, 13, §7, 4. 3p. <i>achou</i> , II, 11, §1, 4. 6p. <i>acharom</i> , I, 10, §8, 1.
ind. mqperf.	3p. <i>achara</i> , III, 13, §11, 1. 4p. <i>acháramos</i> , III, 14, §45, 4. 6p. <i>acharom</i> , III, 3, §24, 7.
ind. fut.	1p. <i>acharei</i> , III, 13, §7, 4. 3p. <i>achará</i> , III, 10, §19, 7. 4p. <i>acharemos</i> , III, 1, §8, 6. 5p. <i>acharees</i> , II, 8, §7, 4. 6p. <i>acharâm</i> , III, 10, §4, 3.
conj. pres.	2p. <i>aches</i> , III, 18, §18, 5; 3p. <i>ache</i> , III, 10, §4, 4. 4p. <i>achemos</i> , III, 4, §2, 9.
conj. imp.	3p. <i>achasse</i> , II, 18, §35, 1. 6p. <i>achassem</i> , II, 19, §1, 2.
conj. fut.	6p. <i>acharem</i> , IV, 3, §11, 2.
cond.	3p. <i>acharia</i> , II, 3, §10, 7. 6p. <i>achariam</i> , II, 17, §9, 2.
inf. pes.	5p. <i>achardes</i> , II, 3, §18, 4.
inf. imp.	<i>achar</i> , II, 21, §9, 1.

[ACHEGAR], 1. v. intr. 'chegar': «E *achegou* aa Troia», III, 15, §2, 1. 2. v. refl. 'aproximar-se': «*achegou-se* a eles hũu homem», I, 3, §3, 5; «*achegavam-se* contra eles e lançavam-se», III, 14, §43, 2. (3)

Formas verbais:

ind. imp. 6p. *achegavam-se*, III, 14, §43, 2.
ind. perf. 3p. *achegou*, III, 15, §2, 1.
Ver *chegar*.

ACIMA, adv. 'acima': «fosse entrar pelo monte *acima*», II, 2, §20, 3; «que se fossem pola ribeira *acima*», II, 18, §62, 2.

ACIPRESTE, s. m. 'cipreste': «As tavoas eram de cedro e de *acipreste*», III, 15, §16, 5. *aciprestes*, «Começaram a derribar pinheiros e *aciprestes*», III, 5, §6, 4. (2)

AÇO, s. m. 'aço': «furavam ho muro com picos d'*aço*», III, 17, §4, 2; «lhe deu tal golpe com a espada d'*aço*», III, 17, §5, 5. (14)

ACOLHER (SE), v. refl. 'recolher-se, refugiar-se': «Lucius Domicius e os seus *se acolherom* ao castelo», III, 2, §4, 7; «*acolheo-se* a agua ao canal», III, 3, §6, 3. (4)

Formas verbais:

- inf. pes. 3p. *acolheo-se*, III, 3, §6, 3.
 6p. *se acolherom*, III, 2, §4, 7.
 ind. perf. *se acolher*, III, 14, §8, 1.

[ACOMENDAR], v. tr. 'encomendar, recomendar': «A Deus vos *acomendo*», III, 10, §20, 1.

ACOMPANHAR, v. tr. 'acompanhar': «por nom *acompanhar* os outros», II, 20, §13, 3; «longamente *acompanharom* as hostes», III, 12, §53, 1. (2)

Formas verbais:

- ind. perf. 6p. *acompanharom*, III, 12, §53, 1.
 inf. imp. *acompanhar*, II, 20, §13, 3.

ACONSELHADO, adj. v. 'aconselhado': «el he mal *aconselhado* em viir buscar aqui *segurança*», III, 13, §17, 8.

ACONSELHAR, 1. v. tr. 'dar conselho': «o mais sajes ficasse em Roma pera *aconselhar* a vila», I, 11, §1, 2; «seus homêes *aconselhavam* em tam gram feito», III, 13, §18, 1. 2. v. refl. 'tomar conselho': «sem *se aconselhando* com nem hũu», II, 2, §20, 3. (7)

Formas verbais:

- ind. imp. 6p. *aconselhavam*, III, 13, §18, 1.
 inf. pes. 3p. *aconselhar*, I, 11, §1, 2.
 ger. *se aconselhando*, II, 2, §20, 3.
 Ver *conselhar*.

ACONTECER, v. intr. 1. 'suceder': «Mais *aconteceo* assis», I, 6, §2, 1; «se algũa desaventura *acontecerá* a Cesar», III, 14, §29, 3. 2. 'cair sob o domínio': «Novamente lhe *acontecera* aquela terra», III, 16, §2, 3. (79)

Formas verbais:

- ind. pres. 3p. *acontece*, III, 1, §11, 7.
 ind. imp. 3p. *acontecia*, I, 10, §16, 7.
 ind. perf. 3p. *aconteceo*, I, 10, §5, 9.
 6p. *acontecerom*, III, 12, §19, 3.
 ind. mqperf. 3p. *acontecera*, III, 16, §2, 3.
 ind. fut. 3p. *acontecerá*, III, 14, §29, 3.
 conj. imp. 3p. *acontecesse*, II, 6, §6, 2.
 cond. 3p. *aconteceria*, III, 12, §4, 1.
 inf. imp. *acontecer*, II, 10, §12, 2.
 ger. *acontecendo*, II, 2, §17, 9.

ACORAÇOADA, adj. v. 'animada': «Cesar teve sua gente ajuntada e bem *acoraçoada* de pelear», III, 1, §11, 1.

ACORDAR, 1. v. tr. 'pôr de acordo': «os dous fossem desacordados, o terceiro os *acordaria*», I, 11, §1, 2; «poserom-no os Romãaos no conto dos deuses; e todos o *acordarom*», IV, 3, §11, 1. 2. refl. 'concordar': «todo o feito será boo se *vos acordardes*», II, 12, §8, 1; «*acordarom-se* que enviassem a Cesar messegeiros», II, 20, §14, 3. 3. v. refl. 'recordar-se': «por que *te* nom *acordas* da honra que deste boo homem recebestes», III, 13, §22, 5. 4. v. intr. 'recobrar acordo': «o velho, quando *acordou*, disse», III, 5, §22, 4; «começarom a braadar a sua senhora que *acordasse*; mais ela nom pôde, ca jazia assi como morta», III, 13, §4, 1. 5. v. intr. 'despertar': «Aquele noite primeira dormio soo (...) Sospirava e *acordava* ameu-de», III, 10, §20, 3. (46)

Formas verbais:

- ind. pres. 1p. *acordo*, II, 18, §15, 4.
- 2p. *acordas*, III, 1, §20, 9.
- 3p. *acorda*, III, 1, §7, 6.
- 6p. *acordam*, III, 15, §43, 2.
- ind. imp. 3p. *acordava*, III, 10, §20, 3.
- 6p. *acordavam*, II, 16, §3, 4.
- ind. perf. 3p. *acordou*, III, 15, §10, 1.
- 6p. *acordarom*, IV, 3, §11, 1.
- conj. imp. 3p. *acordasse*, III, 13, §4, 1.
- conj. fut. 5p. *acordardes*, II, 12, §8, 1.
- inf. imp. *acordar*, II, 4, §10, 5.

ACORDO, s. m. 1. 'convenção previamente estabelecida (?)': «mandou a todos os cidadãaos do seu *acordo*», II, 18, §33, 2. 2. 'opinião': «Meu *acordo* he que nós filhemos conselho», II, 18, §79, 9. 3. 'conhecimento de si': «Polo foe filhando *acordo*», II, 12, §21, 7; «des que foi em seu *acordo*», III, 5, §21, 2. *acordos*, «des que tornarom em seus *acordos*», II, 21, §9, 16. (14)

ACORREDOR, adj. 'auxiliador': «*acorredor* de todalas pressas e guiador de todalas carreiras», II, 15, §7, 1.

ACORRER, 1. v. tr. 'acudir': «enviarom pedir a Cesar que lhes *acorresse*», II, 2, §10, 2; «hûus poderiam *acorrer* aos outros sem periigo», II, 18, §38, 4. v. refl. 'refugiar-se': «filhou hûas armas (...) e *acorreio-se* a hûa das portas», II, 17, §10, 1. (36)

Formas verbais:

- inf. imp. 3p. *acorraia*, II, 15, §7, 2.
- 6p. *acorriam*, II, 5, §4, 2.
- ind. perf. 3p. *acorreio*, II, 17, §10, 1.

- conj. imp. 3p. *acorresse*, II, 2, §10, 2.
 6p. *acorressem*, II, 18, §69, 4.
 cond. 3p. *acoreria*, II, 18, §11, 4.
 ind. imp. *acorrer*, II, 18, §38, 4.

ACORRIDO, adj. v. 'socorrido': «ele nom podia seer *acorrído* de sua gente», III, 15, §32, 1. *acorrídos*, «de seus parceiros (...) nom podiam seer *acorrídos*», II, 2, §12, 5. (3)

ACORRIMENTO, s. m. 'auxílio': «Em tanto trouve Herodes *acorrimento* dos Romãaos», I, 10, §24, 10. (2)

ACORRO, s. m. 'socorro': «de seus parceiros, que ja passarom, nom aviam *acorro*», II, 2, §11, 4; «os dous centurios trouverom ao *acorro* de Antonio», III, 16, §7, 1. (62)

[ACOSTAR (SE)], v. refl. 'encostar-se': «quando queriam dormir *acostavam-se* aas asvores», II, 16, §7, 2; «el *se acostou* sobre ho colo de seu cavalo», III, 18, §22, 3. (5)

Formas verbais:

- ind. imp. 3p. *se acostava*, IV, 2, §13, 3.
 6p. *acostavam-se*, II, 16, §7, 2.
 ind. perf. 3p. *se acostou*, III, 18, §22, 3.
 Ver *encostar-se*.

ACOSTUMADA, adj. 'com hábitos (bons ou maus)': «Sua vida foi casta e bem *acostumada*», III, 14, §15, 4.

[AÇOUGUE], s. m. 'açougue, talho': *açougues*, «boas guardas arredor dos *açougues*», IV, 1, §7, 4.

[ACRECENTADA], adj. v. 'fortalecida': *acrecentadas*, «as hostes ambas foram *acrecentadas* em voontade de pelear», III, 12, §25, 1.

ACRECENTAMENTO, s. m. 'elevação em dignidade': «esta discordia seria aazo de seu *acrecentamento*», I, 3, §2, 2; «Nós nom esperamos nehüu *acrecentamento* que de fora nos venha», III, 19, §9, 4. (4)

ACRECENTAR, 1. v. tr. 'aumentar': «el *acrecentava* sua companhia tanto», I, 6, §5, 2; «E oolhavam ameude contra dous rios grandes que corriam acerca e *acrecentavam* sua sede», III, 6, §12, 3; «se tiinha maa vontade contra o poboo romãao, *acrecentou* muito mais em seu desamor», II, 11, §4, 3. 2. v. tr. 'elevar em dignidade': «em outros cabos ho *acrecentara* Cesar», III, 11, §9, 3. 3. v. intr. 'aumentar em número': «Leixaremos hir estes prisioneiros pera *acrecentar* na hoste de Catelina», I, 8, §39,

29; «os de fora *acrecentam* cada dia, por que Cesar nom ha consigo todos seus duques», III, 19, §9, 4. 4. v. intr. 'aumentar em dignidade': «Demiciatus, seu irmão, que (...) de dia em dia se lhe *acrecentava* a ele», II, 2, §17, 8. (30)

Formas verbais:

ind. pres. 6p. *acrecentam*, III, 19, §9, 4.
 ind. imp. 3p. *acrecentava*, II, 2, §17, 8.
 6p. *acrecentavam*, III, 6, §12, 3.
 ind. perf. 3p. *acrecentou*, II, 11, §4, 3.
 ind. mqperf. 3p. *acrecentara*, III, 11, §9, 3.
 inf. imp. *acrecentar*, I, 8, §39, 29.

ACUITELAR, v. tr. 'ferir com cutelo': «nom *acuitela* mais os cães», III, 17, §5, 5; «Cesar (...) bem o podera *acuitelar*», III, 19, §18, 3. (2)

Formas verbais:

ind. pres. 3p. *acuitela*, III, 17, §5, 5.
 inf. imp. *acuitelar*, III, 19, §18, 3.

ACUSADO, adj. v. 'acusado': «consentio que Julio Cesar fosse *acusado* per dant'ele», I, 8, §57, 5. (4)

[ACUSAR], v. tr. 'acusar': «muito os *acusou* e prasmou», II, 3, §11, 1; «esto era por que o *acusavam* de traiçom», III, 3, §5, 2. (7)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *acusava*, I, 8, §39, 22.
 6p. *acusavam*, III, 3, §5, 2.
 ind. perf. 3p. *acusou*, II, 3, §11, 1.
 ind. mqperf. comp. 6p. *aviam acusado*, II, 2, §18, 1.

ACUSTUMADO, 1. adj. 'habitudo': «tanto era *acustumado* aas guerras», II, 18, §59, 3. *acustumados*, «som muito *acustumados* aa maneira dos Franceses», II, 4, §4, 3. «assi eram *acustumados* aqueles», II, 10, §14, 2. 2. adj. 'habitual': *acustumada* «por minha *acustumada* bôodade», II, 4, §32, 2; «a qual cousa nom era *acustumada*», IV, 2, §31, 4. *acustumadas*, «estrelas que nom eram *acustumadas* de aparecer», III, 1, §12, 1. «cousas que nom eram *acustumadas* de comer», III, 11, §7, 1. (16)
 Ver *custumado*.

[ACUSTUMAR], v. tr. 'costumar, fazer habitualmente': «fez fazer em cima caramanchões de madeira, asi como os Romãos *acustumarom*», III, 17, §3, 1; «os Romãos *acustumavam* de fazer (barreiras)», III, 19, §15, 1. (8)

Formas verbais:

- ind. imp. 3p. *acustumava*, II, 4, §19, 2.
 6p. *acustumavam*, III, 19, §15, 1.
 ind. perf. 6p. *acustumarom*, III, 17, §3, 1.
 ind. mqrperf. comp. 3p. *avia acustumado*, II, 11, §6, 3.
 conj. imp. comp. 3p. *tevesse acustumada*, III, 1, §7, 9.

ADEANTADO, adj. v. 1. 'avançado': «saio do boesco hũu pouco *adeantado* dos seus», II, 20, §12, 5. 2. 'vencido, ultrapassado': «ele foi *adeantado* da morte», III, 15, §53, 2. (3)

ADEANTAR, 1. v. tr. 'avançar': «por *adeantar* o estado de si medês», II, 2, §17, 8; «ante *adeantou* el sua morte per peçonha», III, 18, §27, 3. 2. v. refl. 'avançar': «nom *vos adeantees* muito», II, 18, §47, 4. (4)

Formas verbais:

- ind. perf. 3p. *adeantou*, III, 18, §47, 3.
 conj. pres. 5p. *adeantees*, II, 18, §47, 4.
 inf. imp. *adeantar*, II, 2, §17, 8.

ADEANTE, ADIANTE, adv. 'adiante, para a frente, à frente': «E dali *adeante* fez Cesar», I, 9, §7, 5; «os cavaleiros romãos se temiam de hir *adeante*», II, 10, §6, 2; «correo sempre pelos campos *adeante*», III, 18, §11, 3; «Tendeo o colo *adeante*», III, 7, §6, 4; «ele o pôs *adeante*, em grandes honras», IV, 2, §27, 2. *adiante*, «meteo-se *adiante* e deu-lhe tam grande golpe», III, 14, §7, 3.

ADERENÇAR, 1. v. tr. 'encaminhar, preparar': «os fogos que se faziam (...) por *aderençar* as naaos», III, 15, §5, 1; «leixou ali Gaios Tribũus por lhe *aderençar* estas cousas», II, 18, §12, 2. 2. v. tr. 'resolver': «foi-se aa comarca d'arredor de Roma por *aderençar* algũas cousas do comũu», I, 9, §12, 2. 3. v. intr. 'encaminhar-se': «*aderençarom* contra as tendas de Cesar», II, 10, §15, 4; «Antonio *aderençou* contra Catam», III, 11, §22, 7. (31)

Formas verbais:

- ind. perf. 3p. *aderençou*, II, 4, §12, 2.
 6p. *aderençarom*, II, 10, §15, 4.
 conj. imp. 6p. *aderençassem*, II, 4, §25, 6.
 imper. 1p. *aderença-me*, III, 1, §20, 3.
 inf. imp. *aderençar*, III, 15, §5, 1.

ADEVINHADOR, ADIVINHADOR, s. m. 'adivinho': «hũu *adevinhador* fez hũu sacrificio», IV, 2, §32, 1; *adevinhadores*, «pola besta que escapara das mãas dos *adevinhadores* que a queriam sacrificar», IV, 2, §15, 1.

adivinhador, «Hũu outro *adivinhador* que hi estava», III, 1, §15, 1.
adivinhadores, «os *adivinhadores*, que se antremetiam de adivinhar», I, 5, §3, 7. (7)

ADEVINHAR, ADIVINHAR, 1. v. tr. 'adivinhar': «*adevinharom* em seus corações que esto era traçom», III, 13, §19, 4; «hũu feiticeiro, que *adivinhara* que ele havia de morrer», I, 10, §3, 10. 2. v. intr. 'prever o futuro': «aqueles que se tremetiam de lançar sortes e *adevinhar*», III, 1, §13, 1. (9)

Formas verbais:

ind. imp. 6p. *adivinham*, III, 12, §3, 1.
 ind. perf. 6p. *adevinharom*, III, 13, §19, 4.
 ind. mper. 3p. *adivinham*, I, 10, §3, 10.
 inf. imp. *adivinhar*, III, 1, §13, 1.
adivinhar, I, 5, §3, 7.

ADIANTE, ver *adeante*.

ADIVINHADOR, ver *adivinhador*.

ADIVINHAR, ver *adevinhar*.

ADOÇAR, v. tr. 'amansar, acalmar' «nom fazia al senom *adoçar* os corações dos cidadãos», I, 10, §5, 7. (2)

ADOECER, v. intr. 'adoecer': «aconteceo de *adoecer*», I, 10, §5, 9; «*adoceeo* de subito», IV, 2, §27, 1. (2)

Formas verbais:

ind. perf. 3p. *adoceeo*, IV, 2, §27, 1.
 inf. imp. *adoecer*, I, 10, §5, 9.

ADORADO, adj. v. 'adorado': «Hercoles, seu deus, era *adorado*», I, 5, §3, 2. *adorados*, «eram *adorados* em este monte», III, 9, §4, 2. *adoradas*, «imagões que hi eram *adoradas*», III, 5, §6, 5. (5)

[ADORAR], v. tr. 'adorar': «*adoravam-nas* como a Deus», III, 1, §5, 8; «se algũu romão aqui veer por ventura, *adorar-nos-ha*», III, 13, §6, 2. (5)

Formas verbais:

ind. pres. 6p. *adoram*, III, 14, §13, 4.
 ind. imp. 3p. *adorava*, III, 12, §5, 4.
 6p. *adoravam-nas*, III, 1, §5, 8.
 ind. fut. 3p. *adorar-nos-ha*, III, 13, §6, 2.
 conj. pres. 3p. *adore*, III, 11, §14, 5.

[ADORMECER], v. intr. 'adormecer': «Deshi sentio-se fraco (...) e *adormeceu*», III, 2, §17, 1.

ADREITO, adj. 'hábil': «era fremoso cavaleiro, *adreiro* e bõo», III, 18, §5, 7.

ADVERSAIRO, ver *aversairo*.

[AFAAGAR], v. tr. 'adular (?)': «A dona ho *afaagava* quanto podia pelo marido e polos filhos que tiinha presos», I, 10, §22,8.

[AFAIMADO], [AFAMADO], adj. 'esfomeado': *afaimados*, «nós poderemos seer *afaimados* per longo cerquo», III, 12, §6, 3. *afamada*, «corria como lebre *afamada*», III, 16, §2, 5. (2)

AFAMADA, ver *afaimado*.

AFASTAR, 1. v. intr. 'afastar': «os faziam *afastar* das defenssas», II, 7, §6, 1.
2. v. refl. 'afastar-se': «se te nom *afastas* de ouvir meu nojo», III, 10, §18, 6. (4)

Formas verbais:

ind. pres. 2p. *afastas*, III, 10, §18, 6.
conj. imp. 6p. *afastassem*, III, 6, §14, 1.
inf. imp. *afastar*, II, 7, §6, 1.

AFEIÇAM, ver *afeiçom*.

AFEIÇOM, AFEIÇAM, s. f. 'afeição, amizade': «sempre lhes avia booa *afeiçom*», II, 2, §17, 7. *afeiçam*, «nom era por *afeiçam* que ouvesse a ele», III, 15, §7, 5. (3)

AFEITADAMENTE, adv* 'com enfeite, com beleza': «Cesar falou fremoso e *afeitadamente* da vida e da morte», I, 8, §40, 16.

AFEITAR, 1. v. tr. 'enfeitar': «que *afeitasse* a fealdade da sua cobiiça», II, 23, §4, 3. 2. v. refl. 'enfeitar-se': «Tardinhoero era em *afeitar-se* e cor-reger», IV, 2, §1, 2. (2)

Formas verbais:

conj. imp. 3p. *afeitasse*, II, 23, §4, 3.
inf. imp. *afeitar-se*, IV, 2, §1, 2.

[AFERRAR], v. tr. 'agarrar, prender': «duas ou tres naaos dos Romãaos *aferraram* com hũa grandes», II, 6, §9, 1; «os da naao pretoraina os *tiinham aferrados* com vinte croques», III, 5, §23, 8. (4)

Formas verbais:

- ind. imp. 6p. *aferravam*, III, 14, §3, 5.
 ind. perf. 6p. *aferraram*, II, 6, §9, 1.
 ind. mpperf. comp. 6p. *tinham aferrados*, III, 5, §23, 8.

AFIADA, adj. 'afiada': «a espada era forte e *afiada*», III, 12, §38, 3.
 Ver *afilado*.

AFICADAMENTE, adv. 'insistentemente': «rogava *aficadamente* a Cesar», II, 11, §6, 3.

[AFILADO], adj. 'afiado': *afilados*, «lançavam seus dardos *afilados*», II, 10, §5, 2. (2) Ver *afiada*.

AFIRMADO, adj. v. 'confirmado': «Des que aquele cuidado foe *afirmado*, que ele com medo deixava de pelejar», II, 6, §12, 1. (3)

[AFIRMAR], v. tr. 1. 'afirmar': «Ciceram meesmo o *afirma* em hũa epistola», I, 3, §4, 2; «ante *afirmava* que era verdades», IV, 2, §20, 1. 2. v. tr. 'firmar, confirmar': «eu com eles *afirmarei* paz de boamentes», II, 2, §13, 5; «Aqui se *afirma* a liança que avia entre mim e Pompeo», III, 1, §3, 6. (16)

Formas verbais:

- ind. pres. 3p. *afirma*, III, 1, §3, 6.
 4p. *afirmamos*, III, 15, §38, 3.
 6p. *afirmam*, IV, 2, §17, 1.
 ind. imp. 3p. *afirmava*, II, 6, §12, 7.
 6p. *afirmavam*, II, 4, §15, 4.
 ind. perf. 3p. *afirmou*, III, 15, §51, 1; 6p. *afirmaram*, III, 9, §3, 2.
 ind. fut. 1p. *afirmarei*, II, 2, §13, 5.
 conj. imp. 6p. *afirmassem*, IV, 2, §29, 4.
 ind. mpperf. comp. 1p. *tiinha afirmado*, III, 7, §6, 3.
 Ver *firmar*.

AFIUZADA, s. f. 'noiva, comprometida': «fora *afiuzada* de hũu nobre Romãao», I, 2, §3, 1. (2)

[AFOGADO], adj. v. 'afogado': *afogados*, «assi morriam *afogados*», III, 5, §19, 3; «dous senadores foram hi *afogados*», IV, 1, §3, 4. (2)

[AFOGAR], 1. v. tr. 'afogar': «a madeira que caia das naaos os *afogava*», III, 5, §17, 1; «reteve-o tanto de fundo que o *afogou*», III, 5, §20, 2. 2. v. refl. 'afogar-se': «a gente se matava com armas e *afogavam-se* hũus com os outros», IV, 1, §3, 4. (5)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *afogava*, III, 5, §17, 1.6p. *afogavam*, III, 6, §5, 3.ind. perf. 3p. *afogou*, III, 5, §20, 2.

AFORA, adv. 1. 'fora, exteriormente': «outros se fazerem hũu pouco *afora*», II, 12, §21, 6; «tiinham *afora* outra gente meuda», III, 12, §45, 2.

2. 'excepto': «avia maior poder que nem hũu dos outros, *afora* os ditadores», I, 9, §9, 3; «forom todos mortos *afora* aqueles que se meterom nos booscós», II, 18, §64, 6.

Ver *fora*.

[AFORTELEZADO], adj. v. 'fortalecido': *afortelezados*, «Nem podem ainda seer mui *afortelezados*», II, 21, §13, 7.

[AFORTELEZAR (SE)], v. refl. 'fortalecer': «por cuidarem que ele *se afortelezava*», II, 20, §6, 1; «*afortelezaae-vos* em virtude contra fortuna», III, 13, §4, 4. (2)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *se afortelezava*, II, 20, §6, 1.imper. *afortelezaae-vos*, III, 13, §4, 4.Ver *fortelezar*.

AFORTUNADO, adj. 'favorecido pela fortuna': «por que fora sempre bem *afortunado*», III, 4, §1, 1.

AFOUTO, adj. 'afoito': «era tam *afouto* e de tam grande poderio», II, 2, §17, 3. *afoutos*, «costrarom corações e forom mais *afoutos*», II, 2, §14, 4. (4)

[AFREMOSENTAR], v. tr. 'embeleazar': «lhe *afremosentou* razom a desamar seus iniigos», III, 1, §6, 1. (2)

[AFUNDAR], v. intr. 'afundar-se': «a sua naao *afundou* acerca da riba», III, 15, §48, 1; «a agua do mar entrava nas naaos (...) E (...) *afundarom* acerca a meetade», III, 15, §47, 5. (4)

Formas verbais:

ind. perf. 3p. *afundou*, III, 15, §48, 1.6p. *afundarom*, III, 15, §47, 5.AGINHA, ver *asinha*.AGOA, ver *agua*.

AGORA, adv. 'agora': «esto he polo tempo que *agora* he a festa de Sam Mateus», II, 10, §17, 1; «*Agora* vos mostrarei eu como corta», II, 21, §9, 11.

AGRADECER, [AGRADESCER], v. tr. e intr. 'agradecer': «Cesar lho *agradeceo* muito», II, 21, §13, 9; «enviarom os mais dous honrados homêes (...) e *agradescerom-lhe*», I, 8, §59, 6. (6)

Formas verbais:

ind. perf. 3p. *agradeceo*, II, 21, §13, 9.
6p. *agradescerom-lhe*, I, 8, §59, 6.
inf. imp. *agradecer*, III, 18, §4, 8.

AGRADESCER, ver *agradecer*.

AGRAMENTE, adv. 'duramente': «eles se defenderom *agramente*», II, 3, §21, 3.

AGRAVADO, adj. v. 'ofendido, queixoso': «seu irmão seria por ele anojado e *agravado*», II, 2, §18, 2. *agravados*, «eles responderom que nom seriam *agravados* de cousa que ele fizesse», II, 18, §42, 4. (5)

AGRAVAR, 1. v. intr. 'causar agravo': «algũus *agrava* mais daquelo que he razom», I, 8, §39, 11; «sõo entençom de lhe anojar nem *agravar*», II, 2, §6, 2. 2. v. refl. 'queixar-se': «nom vos *gravees* deste caminho», II, 18, §42, 3. (8)

Formas verbais:

ind. pres. 3p. *agrava*, I, 8, §39, 11.
conj. pres. 5p. *gravee*, I, 8, §39, 11.
5p. *gravees*, II, 18, §42, 3.
conj. imp. 3p. *gravasse*, II, 22, §5, 2.
inf. imp. *agrar*, II, 2, §6, 2.

[AGRAVO], s. m. 'ofensa': *agravos*, «os senadores faziam algũus *agravos*», I, 1, §4, 2. (2)

AGRAVOSA, adj. 'que causa agravo': «*agravosa* aa meuda gente», I, 9, §7, 1.

AGRO, 1. adj. 'duro, encarniçado': «era *agro* e enqueredor e castigador», IV, 2, §20, 2. *agra*, «quando a batalha era mais *agra*», II, 18, §52, 1.
2. s. m. «Poncio, ho *agro*, hũu senador», IV, 2, §33, 3. (3)

AGUA, AAGUA, AGOA, AUGUA, s. f. 1. 'água': «muitas barcas hiam contra a *agua*», II, 18, §63, 3. *aagua*, «bem era segura a toda força d'*aagua*», II, 9, §2, 3. *augua*, «tam forte de muros e d'*augua*», II, 18, §16, 2. *aguas*, «cercado de booscos e matos e d'*aguas* mui profundas», II, 20, §12, 3. *auguas*, «na lãa chea eram as *auguas* mais forçadas», II,

10, §10, 1. 2. 'rio': «hũa *agua* que ha nome Clue», II, 1, §1, 4. *agoa*, «ele se trigou de passar a *agoa* d'Alissa», II, 4, §5, 4. *augua*, «Lamisa, hũa grande *augua*», II, 11, §11, 3. (162)

AGUARDAR, v. tr. e intr. 'aguardar, esperar': «*aguardarom* o dia que veo muito asinha», III, 7, §6, 1; «se *aguardaria* a desembargar aquelas cousas», IV, 3, §2, 7; «mandou que *aguardassem* em aquelo meesmo lugar», II, 2, §26, 2. (27)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *aguardava*, II, 18, §46, 1.
6p. *aguardavam*, III, 11, §21, 3.
ind. perf. 3p. *aguardou*, II, 2, §10, 7.
6p. *aguardarom*, III, 7, §6, 1.
conj. imp. 3p. *aguardasse*, II, 2, §10, 5.
6p. *aguardassem*, II, 2, §26, 2.
conj. fut. 2p. *aguardares*, III, 19, §3, 3.
cond. 3p. *aguardaria*, IV, 3, §2, 7.
inf. imp. *aguardar*, II, 18, §73, 7.
ger. *aguardando*, II, 12, §24, 2.

[AGUÇA], s. f. 'pau aguçado': *aguças*, «*Aguças* e bandeiras vêe de todas partes», III, 1, §11, 4.

AGUÇAR, v. tr. 'aguçar': «os (ramos) fortes e grandes mandou *aguçar*», II, 18, §75, 3.

AGUDO, adj. 'aguçado': «o ferro d'aceiro bem *agudo*», III, 11, §18, 1. *agudos*, «paaos bem *agudos* e ferrados», II, 11, §9, 5. *aguda*, «hũa estaca *aguda* e grossa», II, 18, §75, 4. (18)

AGUIA, s. f. 1. 'águia, símbolo da bandeira': «trazia a *aguia* da dezena ligiom», II, 10, §6, 3; *aguias*, «o meestre da naao pretoraina, onde as *aguias* de ouro estavam», III, 5, §11, 3. 2. 'águia, pássaro de rapina': «leixou voar duas *aguias*», III, 9, §4 3. (24)

[AGUILHOM], s. m. 1. 'agulhão, ponta de ferro': *agulhões*, «mandou semear *agulhões* agudos de ferro», II, 18, §75, 5. 2. 'agulhão venenoso': «por que as serpentes lhe lançavam seus *agulhões*», III, 14, §32, 2. 3. 'estímulo': «contradizia maravilhosamente os *agulhões* da luxuria», III, 1, §23, 5. (3)

AI, interj.: «*Ai* — disse ele — franco cavaleiro e leal», III, 18, §7, 2.

AINDA, adv. 'ainda': «a quarta parte ficavam *ainda* aaquem do rio», II, 2, §11, 2; «E Cesar *ainda* com aquela mingua tiinha cuidado», II, 18, §22, 5; «Cesar pelejava *ainda* e fazia gram matança», III, 12, §49, 4.

AIO, s. m. 'aio': «veeo depois a seer *aio* de Ircanos», I, 10, §8, 2.

AJUDA, s. f. 'auxílio': «Estas cousas (...) som pela *ajuda* dos deoses», II, 12, §29, 4; «toda França que nos escolheo em sua *ajuda*», II, 18, §79, 6. *ajudas*, «lhes ouverom asaz *ajudas* (...) de os meter mais adeante», IV, 2, §35, 3; «afora as *ajudas* de Suria e dos Armenios», I, 10, §13, 4. (114)

AJUDADOR, adj. 'auxiliador': «*ajudador* dos mercadores», II, 15, §7, 1; «*ajudador* nas batalhas», III, 11, §15, 2. (2)

AJUDAR, v. tr. e intr. 'ajudar, auxiliar': «aquele que *ajudei* a crescer sua honra», III, 12, §38, 7; «eles nom *ajudaram* os Româaos (...) nem os Româaos *ajudaram* a eles», II, 3, §15, 6; «acorríam aos feridos a *ajudavam-nos* a seu poder», II, 5, §4, 2; «mui bem os *tiinha ajudados*», III, 5, §20, 2. (99)

Formas verbais:

ind. pres.	3p. <i>ajuda</i> , III, 12, §2, 1.
ind. imp.	3p. <i>ajudava</i> , III, 19, §15, 5. 6p. <i>ajudavam</i> , II, 3, §19, 4.
ind. perf.	1p. <i>ajudei</i> , III, 12, §38, 7. 3p. <i>ajudou</i> , II, 10, §6, 2. 5p. <i>ajudastes</i> , III, 1, §7, 3. 6p. <i>ajudaram</i> , II, 3, §15, 6.
ind. mqperf.	3p. <i>ajudara</i> , I, 10, §23, 7. 6p. <i>ajudaram</i> , III, 9, §3, 2.
ind. fut.	3p. <i>ajudará</i> , II, 22, §4, 2. 6p. <i>ajudarom</i> , III, 13, §14, 7. 4p. <i>ajudar-t'emos</i> , III, 13, §6, 4. 5p. <i>ajudarees-me</i> , II, 3, §13, 5.
conj. pres.	3p. <i>ajudasse</i> , II, 3, §6, 5. 5p. <i>ajudees</i> , II, 3, §11, 9.
conj. imp.	3p. <i>ajudasse</i> , II, 3, §5, 5. 5p. <i>ajudasseis</i> , III, 12, §22, 4. 6p. <i>ajudassem</i> , II, 4, §26, 1.
imper.	2p. <i>ajudaae-nos</i> , II, 2, §10, 3.
cond.	3p. <i>ajudaria</i> , I, 3, §4, 5. 6p. <i>ajudariam</i> , II, 4, §33, 2.
inf. pes.	6p. <i>ajudarem</i> , II, 7, §4, 2.
inf. imp.	<i>ajudar</i> , I, 8, §43, 5.
ind. perf. comp.	5p. <i>avees ajudado</i> , III, 12, §22, 2. 6p. <i>têe ajudado</i> , III, 14, §17, 7.
ind. mqperf. comp.	3p. <i>tiinha ajudados</i> , III, 5, §20, 2.

AJUNTADAMENTE, adv. 'em conjunto': «forom contra el *ajuntadamente* ambos», III, 18, §14, 4; «as portas da camara (...) se abrirom de seu, *ajuntadamente* a húa vez», IV, 3, §2 6. (3)

AJUNTADO, adj. 'reunido': «gram poboo era *ajuntado* pera o cercar», II, 13, §1, 4; «nunca o senado fosse *ajuntado* aaquele dia», IV, 3, §11, 3. *ajuntados*, «forom *ajuntados* (...) per a batalha», II, 3, §11, 7. *ajuntada*, «era gram guarda *ajuntada*», II, 11, §8, 4. *ajuntadas*, «naaos que pero elo forom *ajuntadas*», II, 2, §11, 2. (17) Ver *juntada*.

AJUNTADOR, adj. 'promotor, chefe': «fora cabeça e *ajuntador* de todo mal», II, 21, §23, 3.

AJUNTAMENTO, s. m. 'reunião, casamento': «nom fizeram nem hũu *ajuntamento* d'armas», II, 14, §5, 5; «abraçou seu marido e foi seu *ajuntamento* feito», III, 1, §22, 12. *ajuntamentos*, «defendia todos os *ajuntamentos*», IV, 1, §6, 6. (12) Ver *juntamento*.

AJUNTAR, 1. v. tr. 'juntar, reunir': «*ajunta* a sanha com a força», III, 1, §3, 3; «tinha *ajuntada* sua gente», II, 11, §21, 1. 2. v. refl. 'reunir-se': «cobrarom seu esforço e *ajuntarom-se*», II, 10, §15, 2; «onde quer que o senado se *ajuntava*», IV, 3, §11, 2. (176)

Formas verbais:

ind. pres.	3p. <i>ajunta</i> , III, 1, §3, 3.
ind. imp.	3p. <i>ajuntava</i> , IV, 3, §11, 2. 6p. <i>ajuntavam</i> , II, 14, §10, 1.
ind. perf.	3p. <i>ajuntou</i> , I, 3, §1, 3. 6p. <i>ajuntarom</i> , II, 2, §23, 4.
ind. mqperf.	3p. <i>ajuntara</i> , II, 2, §14, 2.
conj. pres.	6p. <i>ajuntem</i> , III, 12, §50, 3.
conj. imp.	3p. <i>ajuntasse</i> , II, 12, §10, 3. 6p. <i>ajuntassem</i> , II, 6, §4, 3.
cond.	6p. <i>ajuntariam</i> , I, 8, §40, 26.
inf. pes.	3p. <i>ajuntar</i> , I, 3, §1, 2. 6p. <i>ajuntarem</i> , II, 5, §6, 2.
inf. imp.	<i>ajuntar</i> , III, 17, §5, 4.
ger.	<i>ajuntando</i> , II, 10, §13, 1.
ind. mqperf. comp.	3p. <i>avia ajuntados</i> , III, 12, §47, 1. <i>tinha ajuntada</i> , II, 11, §21, 1. 6p. <i>tinha ajuntado</i> , II, 8, §4, 6.

3. s. m. 'acto de reunir, encontro': «mais quando veeo ao *ajuntar*», II, 10, §16, 1. Ver *juntar*.

AJUSO, adv. 'para baixo': «quando estavam na pressa, saltavom *ajuso*», III, 18, §15, 5. Ver *juso*.

AL, adv. 'outra cousa': «nom avia hi *al* senom mover», III, 2, §4, 2; «e o *al* nom vem de virtude mais de pobre coração», II, 18, §79, 5.

ALA, s. f. 'batalhão': «os da *ala* direita da hoste», II, 18, §64, 2.

ALÁ, adv. 'lá, nesse lugar': «Julio Cesar foe *alá* com gentes armadas», I, 9, §7, 2; «e *alá* poderiam mais asinha aver viandas», II, 4, §10, 4. Ver *lá*.

[**ALAGADO**], adj. v. 'afundado, afogado': *alagados*, «morrerom *alagados* no mar», III, 5, §19, 3. *alagada*, «a sua naao meesma hi foi *alagada*», III, 15, §54, 3. (3)

[**ALAGAR**], 1. v. tr. 'afundar, afogar': «as armas pesadas os *alagavam*», III, 14, §6, 3. 2. v. refl. 'afundar-se, afogar-se': «entenderom que, se os filhassem, que *se alagariam*», III, 5, §18, 2; «aqueles que forom no mar *se alagarem*», III, 15, §49, 1. (4)

Formas verbais:

ind. imp. 6p. *alagavam*, III, 14, §6, 3.

ind. perf. 6p. *alagarem*, III, 15, §49, 1.

cond. 6p. *alagariam*, III, 5, §18, 2.

[**ALARGAR**], v. tr. 'alargar, soltar': «*alargarem* as redeas aos cavalos», III, 2, §3, 7.

ALCAÇOVA, s. f. 'castelo de nau de guerra': «Armou-se e pose-se na *alcaçova*», III, 5, §12, 1.

ALCAIDE, s. m. 'alcaide, governador de castelo': «hũu *alcaide* que morava ao pee do monte», III, 17, §1, 2. *alcades*, «condes e *alcades* e marqueses», III, 18, §2, 3. (3)

[**ALCANÇAR**], v. tr. 'alcançar': «matavam dos Judeus quantos *alcançavam*», I, 10, §17, 3; «aqueles que *alcançou*», II, 20, §12, 5. (4)

Formas verbais:

ind. imp. 6p. *alcançavam*, I, 10, §17, 3.

ind. perf. 3p. *alcançou*, II, 20, §12, 5.

ALÇAPAM, s. m. 'alçapão': «lançarom-lhe hũa porta d'*alçapam*», II, 21, §11, 1; «hũa ponte d'*alçapam* de madeira que podiam levantar com boas cadeas de ferro», III, 15, §41, 6. (2)

ALÇAR, v. tr. 'levantar': «*alçavam-nos* acima pelas cordas», II, 18, §24, 1; «ante que Felus *alçasse* a mão», III, 14, §5, 4. (18)

Formas verbais:

ind. imp. 6p. *alçavam*, II, 18, §24, 1.

ind. perf. 3p. *alçou*, III, 2, §4, 6.

conj. imp. 3p. *alçasse*, III, 14, §5, 4.

conj. fut. 5p. *alçardes*, III, 4, §2, 9.
 inf. imp. *alçar*, III, 5, §7, 2.

[ALDEA], s. f. 'aldeia': *aldeas*, «os outros das *aldeas*», II, 19, §3, 3.

ALDEMENOS, adv. 'ao menos, pelo menos': «*aldemenos* nom o quero longamente por senhor», III, 19, §9, 7; «*aldemenos* eu quero morrer com honra», III, 19, §9, 8.

ALEGRAR, 1. v. tr. 'alegrar': «cousa que faz *alegrar* os corações dos homens», II, 1, §1, 3. 2. v. refl. 'alegrar-se': «*paciencia se alegra em forteleza*», III, 14, §22, 8; «começaram de *se alegrar*», III, 7, §2, 1. (5)

Formas verbais:

ind. pres. 3p. *se alegra*, III, 14, §22, 8.
 conj. imp. 6p. *alegrassem*, II, 4, §25, 6.
 inf. imp. *se alegrar*, III, 7, §2, 1.

ALEGRE, adj. 'alegre': «o poboo era *alegre*», I, 8, §39, 20. *alegres*, «forom *alegres* da morte de Demassipe», I, 8, §39, 23. (3)

ALEGRIA, s. f. 'alegria': «sua *alegria* era tornada em tristeza», I, 8, §39, 21. *alegrias*, «cantavam e faziam *alegrias*», I, 9, §2, 3. (17)

ALEMAN, s. m. 'alemão': «Redulfes, hũu *aleman*», III, 2, §12, 2.

[ALENTO], s. m. 'ânimo, respiração': *alentos*, «ataa que folgassem e recebessem seus *alentos*», II, 5, §5, 4.

ALEVANTADA, adj. 1. 'sublevada': «por que França era *alevantada*», II, 13, §1, 2. 2. 'espalhada': *alevantadas*, «com estas novas empero fossem *alevantadas* per seus iniigos», II, 12, §5, 1. (2)

ALEVANTAR, 1. v. tr. 'levantar': «avia em custume de *alevantar* o dedo», III, 1, §10, 1; «por que *alevantava* os baixos», IV, 2, §27, 2. 2. v. refl. 'levantar-se': «Em aqueste tempo *se alevantou* hũa conjuraçom», I, 8, §1, 1; «*alevantou-se* a vista de todos», III, 1, §3, 2. (23)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *alevantava*, IV, 2, §27, 2.
 ind. perf. 3p. *alevantou*, III, 1, §3, 2.
 inf. imp. *alevantar*, IV, 2, §33, 2.
 ger. *alevantando-se*, III, 5, §22, 2.

ALFEREZ, s. m. 'porta-bandeira': «o *alferez* que trazia a bandeira», II, 4, §25, 2; «o seu *alferez* que levava a aguia», IV, 2, §18, 2. (4)

ALGODRAM, s. m. 'alcatrão': «barriis d'enxufre e d'*algodram*», II, 21, §27, 1.

ALGUEM, pron. 'alguém': «com *alguem* firmassem amor», II, 7, §3, 2: «se *alguem* pergunta como o sabe», III, 12, §52, 4.

ALGUR, adv. 'algures': «Vai ao inferno ou *algur*», III, 12, §6, 5.

ALGŪU, 1. pron. 'algun': «quando homem atormenta *algūu*», I, 8, §39, 14. *algūus*, «por esto chamam *algūus* a este lugar», III, 8, §3, 1. 2. adj. 'algun, qualquer': *algūu* jogo novo», II, 14, §9, 2. *algūus*, «fez tanto com *algūus* Romãaos», III, 1, §7, 7. *algūa*, «com os dentes ou outra cousa *algūa*», III, 12, §5, 6. *algūas*, «*algūas* cidades se renderom», II, 23, §5, 3. *dalgūus*, «quando se sentiam apertados *dalgūus* outros», II, 15, §3, 1.

ALHEO, adj. 'alheio': «nem quero filhar o regno *alheo*», III, 1, §7, 15. *alhea*, «me ha-de meter em servidom *alhea*», III, 14, §15, 8. *alheas*, «gastavam as terras *alheas*», II, 8, §3, 1. (3)

ALHUR, ALHURES, adv. 'algures, em outro lugar': «nas batalhas de França e *alhur*», III, 12, §22, 10. *alhures*, «em Macedonia, em Egipto e *alhures*», III, 18, §3, 2; «aa entrada da batalha ou *alhures*», IV, 2, §21, 1.

ALHURES, ver *alhur*.

ALI, adv. 'ali': «Arristobulus esso meesmo chegou *ali*», I, 10, §12, 1; «E *ali* teve seu conselho», II, 3, §25, 3. *dali* «*dali* a gram tempo», II, 10, §11, 2.

[ALIADO], adj. 'aliado': *aliados*, «dos que a ele som *aliados* per companhia», II, 3, §6, 4. (5) Ver *liado*.

ALIANÇA, s. f. 'aliança': «cuidou de andar pelas cidades (...) pera fazer *aliança*», II, 2, §2, 3; «Orgentoris (...) tünha feita *aliança* com dous poderosos homões», II, 2, §3, 1. (3) Ver *liança*.

ALIAR, v. tr. 'aliar': «*aliarom* a si muitas cidades», II, 14, §2, 1; «por *aliar* e ajuntar hūas com as outras», II, 18, §65, 1. (3)

Formas verbais:

ind. perf. 3p. *aliou*, III, 3, §3, 2.
6p. *aliarom*, II, 14, §2, 1.
inf. imp. *aliar*, II, 18, §65, 1.
Ver *liar*.

[ALICECE], s. m. 'alicerce': *aliceces*, «derribarom o muro ataa os *aliceces*», III, 14, §8, 5.

ALIFANTE, s. m. 'elefante': «assi como faz o *alifante* quando he ferido», III, II, §13, 1; «madeirado d'ossos d'*alifante*», III, 15, §16, 4. *alifantes*, «bestas (...) mais pequenas que *alifantes*», III, 16, §8, 1. (4)
Ver *helifante*.

[**ALIMARIA**], s. f. 'animal possante': *alimarias*, «As bestas e *alimarias* que hi eram», II, 18, §73, 6; «manjares de *alimarias* e aves», III, 15, §19, 1. (5) Ver *animalia*.

ALIVADO, adj. v. 'aliviado, livre': «Cicerom era *alivado* do descerquo», II, 12, §26, 3.

ALIVAR, v. tr. 'aliviar': «por *alivar* meus tormentos», III, 14, §10, 9.

ALMA, s. f. 'alma, vida': «Oo corpo cativo, atees quando detêrás tu esta mezquinha *alma*?», I, 10, §4, 1; «a *alma* assi falou dentro no corpo», III, 12, §12, 1. *almas*, «muitos cidadãaos perderom as *almas*», III, 8, §10, 1. (24)

ALOJADO, adj. v. 'alojado, acampado': «Viridorius era *alojado* acerca de lá», II, 6, §11, 5; «o lugar hu estava *alojado*», II, 13, §5, 1. *alojados*, «os Clutões eram (...) *alojados* a de fora», II, 2, §21, 4. *alojada*, «Sua hoste era *alojada*», II, 4, §8, 3. *alojadas*, «a gente d'armas (...) *alojadas* polo outeiro», II, 18, §38, 2. (31)

ALOJAMENTO, s. m. 'alojamento, acampamento': «tiinha tomado seu *alojamento* ao pee do monte», II, 2, §20, 1; «hiam após eles por lhes torvar o *alojamento*», II, 3, §20, 3. *alojamentos*, «guarnecer seus *alojamentos*», II, 12, §17, 1. (9)

ALOJAR (SE), v. refl. 'alojar-se, acampar': «cada noute se *alojavam* húa hoste a dereito da outra», II, 18, §37, 1; «eles se *alojarom* dez mil passos do castelo», II, 21, §20, 1. (24)

Formas verbais:

ind. imp. 6p. *alojavam-se*, II, 18, §37, 1.

ind. perf. 3p. *alojou-se*, II, 4, §5, 4.

6p. *alojarom-se*, II, 4, §7, 2.

conj. imp. 6p. *se alojassem*, II, 17, §1, 4.

inf. imp. *alojar*, II, 3, §19, 2.

ger. *alojando*, II, 11, §15, 3.

ALONGADO, adj. v. 'afastado': «Cesar entendeo que Vertingeturis seria *alongado*», II, 18, §37, 4. *alongados*, «húus poucos dos mais *alongados* se nom quiserom render», II, 7, §8, 2; «nossas mulheres e filhos, de que tempo ha que somos *alongados*», III, 12, §22, 4. *alongada*, «a gente que andava *alongada*», II, 4, §20, 1. *alongadas*, «aas mais *alongadas* comarcas de toda França», II, 21, §17, 3. (11)

ALONGAR, 1. v. tr. 'prolongar': «*alongar* a vida de cada hūu», III, 12, §6, 4. 2. v. tr. 'afastar': «mandou *alongar* sua hoste», II, 7, §9, 3; «fortuna me assi *alongou* deles», III, 11, §10, 5. 3. v. refl. 'afastar-se': «*alongou-se* deles tam asinha», II, 21, §9, 1. (12)

Formas verbais:

ind. perf. 3p. *alongou*, III, 11, §10, 5.

ind. mperp. 3p. *alongava-se*, II, 3, §9, 1.

inf. imp. *alongar*, II, 7, §9, 3.

ALPES, ver *aspe*.

ALQUEIRE, s. m. 'alqueire': *alqueires*, «estmou os dinheiros ataa viite e cinco mil *alqueires* da medida de Roma», IV, 1, §2, 1.

ALTAR, s. m. 'altar': «ante os matavam ante o *altar*», I, 10, §17, 5; «ouve seu *altar* sagrado», IV, 3, §11, 1. *altares*, «aquí som os *altares* d'Editor», III, 15, §3, 5. (9)

[ALTE], s. m. 'alce': *altes*, «bestas avia hi que chamavam *altes*», II, 16, §7, 1.

ALTERADO, adj. 'perturbado, excitado': «estava *alterado* da victoria», III, 8, §9, 4. *alterados*, «andavam *alterados* com aquela victoria», II, 12, §24, 2. (3)

ALTEZA, s. f. 'alteza, de rei': «era seu linhagem *alteza* e santidade», I, 5, §1, 3; «se *alteza* se abaixa por proveza», III, 13, §4, 6. (4)

ALTO, 1. s. m. 'alto mar, alto lugar': «a primeira naao partio-se e meteo-se no *alto*», III, 7, §3, 1; «ele ha tanta honra como Cesar no seu *alto*», III, 13, §27, 4. 2. s. m. 'pessoa de categoria elevada': *altos*, «põe (...) os *altos* em baixo», III, 19, §14, 7. 3. adj. 'alto, elevado': «hūu corno antre ambalas orelhas, mais *alto* e mais direito», II, 16, §6, 1; «depois que o sol foi bem *alto*», III, 19, §7, 1. *altos*, «e aqueles *altos* homēes», II, 11, §3, 1. *alta*, «nom podiam nadar sem agua funda e *alta*», II, 10, §5, 1; «da *alta* Bretanha», II, 11, §12, 1. *altas*, «montanhas tam *altas* como ho outeiro», II, 18, §71, 2. 4. adv. 'alto': «feriam de tam *alto* sobr'elas», II, 6, §7, 3; «Fortuna torna asinha hūu alto homem de *alto* a baixo», III, 10, §18, 5. 'de altura': *em alto*, «de triinta e tres pees *em alto*», II, 21, §26, 2. (74)

ALTURA, s. f. 'altura': «poderia hir a pee pola *altura* do mar», II, 6, §6, 1; «sebes daquela mesma *altura*», II, 20, §5, 2. (2)

ALUMIAR, v. tr. 'alumiar, iluminar': «toda debes de *alumiar* e governá-la em direito», III, 15, §15, 4; «o sol (...) *alumiu* todo o reino do Egipto», III, 15, §31, 1. (2)

Formas verbais:

ind. perf. 3p. *alumiou*, III, 15, §31, 1.
 inf. imp. *alumi*ar, III, 15, §15, 4.

AMA, s. f. 'ama': «como quer que sua *ama* Aurelia e sua irmã o afirmassem», IV, 2, §29, 4.

AMADO, adj. v. 'amado': «era muito *amado* de seus parentes», III, 13, §25, 1;
 «a maravilhas era o donzel *amado*», III, 19, §5, 3. *amados*, «seremos
 mais prezados e *amados* de toda França»; II, 4, §14, 3. (5)

AMADURECER, v. intr. 'amadurecer': «como os triigos começaram a *amadurecer*», II, 17, §1, 3.

AMAINADA, adj. v. 'acalmada': «quando virom a tormenta *amainada*», III, 10, §17, 1.

AMAINAR, 1. v. tr. 'arriar': «e os marinheiros *amainarom* as velas», III, 14, §3, 3. «Pompeio fezera ja *amainar* suas velas», «nom quiserom *amainar* e encaminharom contra lá», III, 13, §15, 2. 3. v. intr. 'acalmar': «E em aquelo portarom a Chipre e *amainou-lhes* o vento», III, 14, §11, 1. (4)

Formas verbais:

ind. perf. 3p. *amainou*, III, 14, §11, 1.
 6p. *amainarom*, III, 14, §3, 3.
 inf. imp. *amainar*, III, 13, §15, 2.

[AMANHAR(SE)], v. refl. 'avir-se': «se seu combate durara longamente, mal *se amanharon*», III, 18, §12, 6.

AMANHECER, ver *amanheecer*.

AMANHEECER, AMANHECER, v. intr. 1. 'amanhecer': «andou tanto que em *amanheecendo* chegarom a Rivine», III, 1, §5, 1; «quando *amanheecia*, ela se viinha aa ribeira», III, 13, §3, 2. *amanhecer*, «começava ja de *amanhecer*», II, 18, §85, 5. 2. 'começar a manhã': «Cesar se sofreo tanto que *amanheceo* aa ponte», III, 15, §5, 1. (7)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *amanheecia*, III, 13, §3, 2.
 ind. perf. 3p. *amanheceo*, III, 17, §3, 9.
 inf. imp. *amanhecer*, II, 18, §85, 5.
amanheecer, III, 13, §25, 7.
 ger. *amanheecendo*, III 1, §5, 1.

AMANSAR, v. tr. 'acalmar': «mais *amansou* seus corações o melhor que podia per fremosas palavras», II, 8, §6, 3; «nom podiam *amansar* a sanha dos deoses», II, 15, §6, 1. (5)

Formas verbais:

ind. perf. 3p. *amansou*, II, 8, §6, 3.

inf. imp. *amansar*, II, 15, §6, 1.

AMAR, v. tr. 1. 'amar': «como aqueles que nom *amavam* Cesar», II, 18, §61, 2; «Aquele *amara* el per amores», III, 16, §2, 9. 2. 'gostar de, alegrar-se com': «*amavam* mais de seguir o bem», I, 8, §39, 27; «parece que el *ama* nossa destroiçom», III, 13, §17, 7. (54)

Formas verbais:

ind. pres. 1p. *amo*, III, 10, §18, 8.

2p. *amas*, III, 1, §20, 3.

3p. *ama*, III, 13, §17, 7.

6p. *amam*, Prol. 1, §2, 7.

ind. imp. 1p. *amava*, I, 10, §4, 1.

3p. *amava*, I, 10, §3, 1.

6p. *amavam*, I, 8, §39, 27.

ind. perf. 3p. *amou*, I, 2, §4, 9.

6p. *amarom*, IV, 2, §21, 3.

ind. mqperf. 3p. 3p. *amara*, III, 16, §2, 9.

conj. pres. 1p. *ame*, III, 15, §20, 5.

2p. *ames*, III, 2, §5, 12.

conj. imp. 6p. *amassem*, II, 11, §4, 2.

cond. 3p. *amaria*, III, 15, §15, 5.

6p. *amariam*, III, 13, §17, 8.

inf. pes. 5p. *amardes*, III, 13, §4, 5.

inf. imp. *amar*, III, 10, §12, 4.

AMARELA, adj. 'amarela': «Hũa vez era *amarela*, logo se tornava negra», III, 9, §6, 10.

AMARGURA, s. f. 'amargura, sofrimento': «esta duvida nom se vos torne a mizquidade e *amargura*», I, 8, §40, 29.

[AMARRADA], adj. 'amarrada': *amarradas*, «fouces longas e bem cortadores *amarradas* aos bordos», II, 6, §8, 4.

[AMASSAR], v. tr. 'amassar': «e *amassou* o poo com a saiva», III, 4, §3, 6.

AMBOS, pron. e adj. 'ambos': «*ambos* foram consules juntamente», I, 9, §5, 3; «lançara-lhe *ambos* os olhos fora», II, 18, 48, 4; «*ambos* os dous irmãaos», I, 10, §4, 2. *ambas*, «antre *ambas* as hostes», II, 12, §27, 1. *amboles*,

«per antre *ambolos* olhos», II, 21, §8, 10. *ambalas*, «assi que *ambalas* pernas com o embiugo ficaram na sela», III, 12, §33, 3.

AMEA, s. f. 'ameia': «tomou hũa *amea* do muro», III, 17, §4, 10. *ameas*, «pola torre arriba, ataas janelas e ataas *ameas*», III, 15, §47, 2. (2)

AMEAÇA, s. f. 'ameaça': «e tanto temerom a *ameaça* de Cesar», II, 4, §12, 4. *ameaças*, «Oo tu, Cesar, cheo de *ameaças*», III, 2, §6, 12; «Nom ajas medo polas *ameaças* do mar», III, 10, §13, 4. (4)

AMEAÇADA, adj. 'ameaçada': «A virgem foi espantada quando se sentio *ameaçada*», III, 9, §6, 3.

AMEAÇAR, 1. v. tr. 'ameaçar': «ele *ameaçava* as cidades», II, 13, §2, 1; «qual quer que fala contra mim e me *ameaça* de boca e de m̃aos», III, 10, §4, 2. 2. v. tr. 'intimar': «*ameaçou-os* que lhe dissessem a verdade», II, 18, §22, 5. (9)

Formas verbais:

ind. pres. 3p. *ameaça*, III, 10, §4, 2.

ind. imp. 3p. *ameaçava*, II, 13, §2, 1.

ind. perf. 3p. *ameaçou*, II, 18, §22, 5.

inf. imp. *ameaçar*, II, 2, §12, 4.

AMEHUDE, ver *ameude*.

[AMERGULHAR], v. intr. 'mergulhar': «*amergulhava* com eles, e tanto os tinha lá que os afogava», III, 5, §20, 1.

AMEUDE, adv. 'frequentemente': «lançavam pedras e viratões *ameude*», I, 10, §16, 6; «os que estavam na sua reguarda tornaram *ameude* sobre as gentes de Cesar», II, 2, §14, 4.

AMIGO, 1. s. m. 'amigo' «por que aviam el-rei d'Alexandria por *amigo* e companheiro», I, 6, §7, 2; «Pensa, *amigo*, de salvar mim e meus companheiros», II, 21, §11, 7. *amigos*, «que Heneas (...) ouve por senhores e *amigos*», III, 15, §4, 2; «Taaes ouve hi dos *amigos* de Cesar», IV, 3, §9, 1. 2. adj. 'amigo': «era muito *amigo* do poboo romãao», II, 21, §29, 3; «hũu romãao *amigo* de Cesar e parente», III, 18, §10, 2. (99)

AMIZADE, s. f. 'amizade, aliança': «requeriam-lhe, per maneira d'*amizade*», II, 2, §6, 2; «Arionistus se trabalhou de requerer *amizade* de Roma», II, 3, §11, 2. (16)

AMOESTAMENTO, s. m. 'admoestação': «por nem hũu *amoestamento* que lhe os Romãaos fizessem», II, 20, §13, 4. (3)

[AMOESTAR], [HAMOESTAR], v. tr. 'exortar': «*amoestava* seus cavaleiros a bem fazer», II, 12, §10, 2; «e por esto *amoestaram-se* hũus aos outros», II, 17, §9, 4; «*amoestando-os* todos de bem fazer», III, 12, §24, 2. (28)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *amoestava*, II, 12, §10, 2.
 ind. perf. 3p. *amoestou*, II, 4, §26, 1.
 6p. *amoestaram*, II, 17, §9, 4.
 ind. mqperf. 3p. *amoestara*, II, 4, §25, 1.
 conj. imp. 3p. *amoestasse*, II, 7, §7, 1; *hamoestasse*, II, 10, §2, 6.
 ger. *amoestando*, II, 12, §13, 1.
 ind. perf. comp. 3p. *ouve amoestado*, III, 18, §27, 5.

AMOLENTAR, v. tr. 'amolecer, abrandar': «por que o vinho *amolentava* os corpos», II, 8, §2, 2; «eles *provarom* se o poderiam *amolentar* com palavrass», III, 5, §1, 2. (4)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *amolentava*, II, 8, §2, 2.
 conj. imp. 6p. *amolentassem*, IV, 2, §22, 4.
 inf. imp. *amolentar*, III, 5, §1, 2.

[AMOLGAR], v. intr. 'amolgar-se': «que todalas as vergas e mastos *amolgassem*», III, 10, §7, 4.

AMOR, s. m. 1. 'amor, amizade': «Cesar siia hi de boamente (...) por o *amor* da senhora», III 18, §29, 5; «Mais por o *amor* de Deus», II, 2, §19, 3; «por que me mostraste sembrante de *amor*», III, 15, §45, 4. *amores* «a qual ele amava muito per *amores*», III, 18, §29, 3. 2. 'favor, graça': «Cesar ouve guanhado o *amor* do poboo em esta dignidade», I, 6, §7, 1; «que se tevessem mais firmemente em o *amor* de Roma», II, 18, §43, 1. (87)

AMORA, s. f. 'amora': «mais negros que hũa *amora* quando he bem madura», III, 18, §2, 2.

AMOSTRANÇA, s. f. 'sinal': «eu nom vejo senom Mårs em *amostrança* de batalha», III, 1, §15, 3. Ver *mostrança*.

[AMOSTRAR], v. tr. 'mostrar': «E, por esto, *amostrava* sembrante de covardice» II, 12, §27, 2; «ao partir lhe *amostrou* a honra que avia feita aos d'Oscum», II, 18, §56, 3. (2)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *amostrava*, II, 12, §27, 2.
 ind. perf. 3p. *amostrou*, II, 18, §56, 3.
 Ver *mostrar*.

AMPHITEATRO, s. m. 'anfiteatro, teatro': «o levavam aos jogos no *amphiteatro*», IV, 2, §31, 3. *amphiteatros*, «os (...) cavaleiros nos *amphiteatros*», IV, 1, §3, 1. (2) Ver *enfítiantre*.

ANAGADO, 1. s. m. 'afogado': «se buscassem o corpo do *anagado*», III, 9, §4, 6. 2. adj. v. 'afogado': «hũa regiam onde fora *anagado* hũu marinheiro (...) E Apolo lhe disse que, se buscassem o corpo do *anagado*», III, 9, §4, 6. *anagados*, «Asi foi hũa das galees filhada e muitos mortos e *anagados*», III, 14, §6, 3. (3)

ANAGAR (SE), v. refl. 'afundar-se': «As naos (...) estavam em ponto de *se anagar* per detras», III, 14, §19, 3.

[ANCA], s. f. 'anca': *ancas*, «deu com ele sobre as *ancas* do cavalo», II, 21, §10, 3. (6)

ANCHO, 1. adj. 'largo': «ho colo grosso e *ancho*», III, 18, §5, 6. *anchos*, «que hi nom eram os pauues tam *anchos*», II, 18, §60, 1. *ancha*, «mais *ancha* nas cadeiras que nos peitos», III, 15, §17, 4. *anchas*, «e tomou duas tavoas *anchas*», III, 5, §23, 7. 2. adv. 'de largura': «contiinha hũa terça parte de França de longo e *d'ancho*», II, 7, §1, 1; «em fundo era de viinte pees *em ancho*», II, 18, §74, 1. (17)

ANCIÃO, 1. s. m. 'ancião': *anciãos*, «Grande debate foe antre os *anciãos*», Prol. §2, 1. 2. adj. 'velho': «enviarom o mais *ancião* de todos a Cesar», II, 4, §28, 2; «sem seguir nem hũu *ancião* custume», IV, 2, §31, 5. *anciãa*, «baixela d'obra *anciãa* de cobre», IV, 3, §2, 2. *anciãas*, «no recontamento das obras *anciãas*», Prol. §2, 9; «em lugar hu estiverom obras *anciãas*», IV, 3, §2, 2. (15)

[ANCORA], s. f. 'âncora': *ancoras*, «fez lançar suas *ancoras*», II, 10, §4, 2; «As naos levantarom suas *ancoras*», III, 5, §10, 1. (2)

[ANCORADA], adj. v. 'ancorada': *ancoradas*, «onde as naos estavam *ancoradas*», II, 10, 4, 5.

ANCORAR, v. intr. 'ancorar': «em que os Romãos marinheiros ouvessem *ancorar*», II, 6, §6, 4.

[ANDAIMO], s. m. 'galeria alta e exterior de fortaleza': *andaimos*, «boas torres de madeira e fortes *andaimos* de hũa pera a outra (...) os que estevessem nas torres e *andaimos* podessem seguramente lançar pedras», II, 20, §5, 3. (2)

ANDANÇA, s. f. 'lide': «ho medo e desacordo daquela maa *andança*», II, 20, §8, 2.

ANDAR, 1. v. tr. 'caminhar, percorrer': «des que *andou* quatro mil passos», II, 12, §26, 3; «E, des que *teve andadas* tres jornadas», II, 3, §9, 1; «queimassem tanta da terra quanta seus homens de pee podessem *andar*», II, 11, §19, 3. 2. v. tr. 'gastar, despende': «Verdade he que tu *andaste* dez anos em conquistar França», III, 1, §6, 7. 3. v. intr. 'caminhar, percorrer, mover-se': «Ambeoris nom he em esta terra, ou se hi he *anda* de noute», II, 17, §15, 2; «Comínios sem nem hũu medo *andava* pola terra», II, 22, §3, 1; «hũa de soldadeiros, que *andavam* pelas comarcas d'arredor», I, 10, §6, 2; «Cesar lhe *andou* hũu pouco pola terra», II, 9, §4, 1; «ante *andam* após mim», III, 2, §6, 12. 4. v. intr. 'viver': «os padres e filhos *andavam* em aquela comunidade»; II, 11, §14, 2; «e *andavam* sempre em guerra», II, 21, §2, 2. 5. v. intr. 'estar, encontrar-se': «em quanto *andasse* em os feitos do comũu», II, 23, §10, 1; «eu *andei* sempre contigo em todos os perigosos logares», III, 1, §8, 5; «convem que *ande* hu a vootade de Deus e a fortuna o traz», III, 1, §21, 1; «Tu foste nosso duque em quanto nós *andámos* em França», III, 10, §2, 5. 6. 'partir': «Cesar vio tempo convinhaavel pera *andar*», II, 10, §4, 1. 7. aux. conj. perif. 'andar': «Que *andaaes* vós *buscando* com esta cativa prea», II, 17, §7, 4; «Tiinhas tu pobreza ou desasperança por que tu *andasses catando* a morte? III, 10, §16, 5. (236)

Formas verbais:

ind. pres.	2p. <i>andas</i> , III, 10, §16, 5.
	3p. <i>anda</i> , II, 17, §15, 2.
	5p. <i>andaaes</i> , III, 4, §2, 10.
	6p. <i>andam</i> , III, 2, §6, 12.
ind. imp.	3p. <i>andava</i> , II, 22, §3, 1.
	6p. <i>andavam</i> , II, 21, §2, 2.
ind. perf.	1p. <i>andei</i> , III, 1, §8, 4.
	2p. <i>andaste</i> , III, 1, §6, 7.
	3p. <i>andou</i> , II, 21, §11, 8.
	4p. <i>andámos</i> , III, 10, §2, 5.
ind. mqperf.	6p. <i>andarom</i> , II, 21, §4, 4.
	3p. <i>andava</i> , I, 11, §1, 4.
	6p. <i>andarom</i> , II, 11, §10, 2.
ind. fut.	1p. <i>andarei</i> , III, 2, §17, 4.
	6p. <i>andarám</i> , II, 18, §15, 3.
conj. pres.	3p. <i>andê</i> , III, 1, §21, 1.
conj. imp.	2p. <i>andasses</i> , III, 10, §16, 5.
	3p. <i>andasse</i> , II, 7, §8, 2.
	4p. <i>andassemos</i> , III, 10, §7, 4.
	6p. <i>andassem</i> , II, 10, §6, 2.
conj. fut.	4p. <i>andarmos</i> , II, 3, §11, 2.
	6p. <i>andarem</i> , II, 18, §15, 4.
cond.	3p. <i>andaria</i> , II, 8, §11, 4.
inf. imp.	<i>andar</i> , II, 11, §19, 3.
ger.	<i>andando</i> , II, §15, 3.

ind. perf. comp. 3p. *teve andadas*, II, 3, §9, 1.

ind. mqperf. comp. 6p. *tinham andado*, II, 8, §4, 3.

8. s. m. 'andar': «a trigança de seu *andar* lhe parecia proveitosa», II, 12, §25, 1; «ele se foi após eles (...) a tam grande *andar* como pôde», II, 20, §12, 2.

[ANEL], s. m. 'anel': *anees*, «acharom tres moios de *anees* d'ouro nos dedos dos mortos», III, 12, §25, 3.

ANGRA, s. f. 'angra': «em esta costa nom ha senom mar, e tem hũa *angra*», II, 11, §13, 3. *angras*, «hũa das *angras* desta costa», II, 11, §13, 1. (2)

ANICHILAR, v. tr. 'anular': «deixar as outras e *anichilar*», IV 1, §8, 4.

ANIMALIA, s. f. 'animal': «as arterias desta *animalia*», III, 1, §14, 4; «nom achava coração em hũa *animalia*», IV, 2, §32, 2. *animalias*, «Hũas *animalias* avia hi à maneira de bois», II, 16, §6, 1. (5) Ver *atimaria*.

ANO, ÃNO, s. m. 'ano': «forom nomeados pera ho *ano* seguinte», I, 3, §3, 3; «hũu dos meses do *ano* nomeou el por seu nome, Julho», IV, 2, §31, 3. *ãno*, «se os Franceses podessem manteer aquele *ãno* seriam fora de todo perigoo», II, 21, §24, 4. *anos*, «regnou ja dez *anos*», I, 9, §11, 5. *ãnos*, «Julio Cesar era de dez e seis *ãnos*, I, 2, §2, 1. (67)

ANOITECER, 1. v. intr. 'anoitecer': «E, quando *anoiteceo*, leixarom o combate», II, 12, §14, 4; «E des que *anoiteceo* Outavios o leixou folgar», III, 7, §4, 2. 2. s. m. 'anoitecer': «e entrarom no mar ao *anoitecer*», III, 15, §47, 1. (3)

ANOJADO, adj. 'desgostoso': «quando o ouverom vencido, *anojado*, lhes disse», I, 2, §4, 6.

ANOJAR, 1. v. tr. 'prejudicar': «Mais a morte de seu filho podera tam bem *anojar* como ajudar », III, 18, §28, 2; «nem queria que o mao feito de seus padres lhe *anojasse*», IV, 1, §5, 4. 2. v. refl. 'desgostar-se': «E Cesar se *anojava* muito por que nom podia aver aa sua vontade aquele pam», II, 2, §15, 1. (9)

Formas verbais:

ind. imp. 2p. *anojava*, II, 2, §15, 1.

conj. imp. 3p. *anojasse*, IV, 1, §5, 4.

inf. imp. *anojar*, II, 2, §6, 2.

ANOVAMENTO, s. m. 'renovação': «nom leixasse detras si nehũu *anovamento* de guerra», II, 22, §5, 2.

ANTE, 1. prep. 'diante de, à frente de': «(eu) me ei aquerelado *ante* vós da avareza e da luxuria», I, 8, §40, 10; «mostravam seu ardimento *ante* Cesar», II, 6, §8, 6; «Achim era ja bem tres degrãaos *ante* eles», III, 17, §4, 5. 2. adv. 'antes, precedentemente': «começando de fazer ho sacrificio, *ante* que o ouvessem acabado», I, 10, §16, 7; «ele se trabalhou de pelejar *ante* que os Franceses se mais ajuntassem», II, 20, §3, 1. 3. adv. 'de preferência, pelo contrário': «Esso nom faria eu (...) *Ante* quero hir por deante», II, 8, §9, 2; «nom ousou de publicar ao comúu; *ante* era em sua casa», I, 9, §7, 4; «nom he todo redondo, *ante* he em mea redondeza», I, 6, §3, 2; «Lucius Antromius e Lucius Sile (...) o nom foram; *ante* o foram Lucius Cota e Lucius Torcatus», I, 3, §3, 3. Ver *dante*.

[ANTECESSOR], s. m. 'antepassado': *antecessores*, «Assi o fezerom nossos *antecessores*», I, 1, §39, 28; «os outros reis *antecessores*», III, 13, §22, 6. (2)

ANTES, adv. 1. 'antes, precedentemente': «tornarom-lhe seu officio (...) como *antes* avia», I, 8, §59, 7; «Todosos sete dias d'*antes* nem hũu nom saira fora», II, 17, §8, 1. 2. 'de preferência, pelo contrário': «nem hũu nom era nembrado de mercees (...) *antes* tiĩham todos vontade», II, 18, §78, 2; «Certamente nom! *Antes* he minha sentença», I, 8, §39, 29-30. Ver *dantes*.

ANTIGO, ANTIIGO, ANTIIGOO, 1. adj. 'velho, antigo': «nom vos espan-
tedes de minha idade (...) que mais val hũu duque *antigo*», III, 2, §6, 9. *antiigo*, «hũa pedra que hũu *antiigo* homem enviou a Alexandre», III, 15, §23, 2. *antigos*, «diziam os *antigos* homens da terra», III, 5, §5, 2. *antiigos*, «todosos *antiigos* homẽes d'Oscum», II, 18, §35, 2. *antiga*, «de pedra d'obra *antiga*», IV, 2, §3, 1. *antiiga*, «quebrantarom a *antiga* virtude de sua terra», II, 4, §15, 4. *antigas*, «que façaaes guardar as *antigas* escripturas de Roma», III, 5, §2, 1. *antiigas*, «tres ligiões *antiigas* e bem provadas», II, 20, §3, 1. 2. s. m. pl. 'os homens doutro tempo': *antigos*, «os *antigos* preguntavam as cousas que aviam de viĩnr», III, 12, §4, 1. *antiigos*, «se os *antiigos* queimavam os corpos», III, 12, §52, 3. *antiigoos*, «Os *antiigoos* queimavam seus corpos», III, 13, §24, 2. (40)

ANTIGUIDADE, s. f. 1. 'história antiga, tempos antigos': «quem quisesse seguir a *antiguidade* de França», II, 3, §16, 4; «hũa gente que (...) d'*antiguidade* moravam em aquela fruestas», II, 16, §4, 3. 2. 'qualidade de antigo': «as pedras som desfeitas per *antiguidade*», III, 15, §3, 4. (4)

ANTIIGAMENTE, adv. 'antigamente, em tempo precedente': «hũa festa, que se *antiigamente* soia de fazer», I, 9, §6, 2; «os cidadãaos d'hi eram *antiigamente* aliados aos de Sêes», II, 14, §3, 3; «Assi o tiĩha esta-
belicido *antiigamente*», II, 15, §1, 2.

ANTIIGO, ver *antigo*.

ANTIIGOO, ver *antigo*.

ANTRE, prep. 'entre, dentro de': «se trabalharam de fazer *antre* eles ambos paz», I, 2, §4, 5; «*antre* a agua e o outeiro», II, 4, §18, 1; «os que tragião a carriagem se metiam *antre* as ligiões», II, 18, §69, 3; «perderom os Romãos bem setecentos homêes, *antre* cavaleiros e sergentes», II, 18, §53, 3; «e ferio em eles *antre* el e seus companheiros», III, 19, §2, 4; «saio Cesar e disse *antre* seus dentes», II, 21, §9, 9; «fezesse invernar aquela ligiom *antre* os montes», II, 5, §1, 2; «tantos booscos avia *antre* a terra de Paris», II, 18, §59, 3. 2. 'no meio de': «*Antre* estas cousas Casibelanus mandou», II, 11, §22, 1; «*Antre* estas cousas, Titus Labienus chegou», II, 18, §59, 1.

[ANTRECONHECER (SE)], v. refl. 'conhecer-se reciprocamente': «Cesar e Pharnans, quando *se antreconhecerom*», III, 16, §4, 3.

ANTREDITO, adj. 'interdito': «se algũs hiam contra sua sentença (...) *antredito* era (sic)», II, 15, §3, 2.

ANTREMETER (SE), v. refl. 'encarregar-se, exercer um cargo': «pensou de estar em paz e de *se nom antremeter* de nem hũa dignidade», I, 8, §59, 3; «E Cadoris *se antremeteo* de comprir a võtade a Darpes», II, 21, §13, 9; «em hũa comiam os cavaleiros que *se antremetiam* do soldo e das guer-ras», IV, 2, §4, 1. (15)

Formas verbais:

ind. imp. . 3p. *se antremetia*, I, 1, §2, 3.
6p. *se antremetiam*, IV, 2, §4, 1.
ind. perf. 3p. *se antremeteo*, II, 21, §13, 9.
ind. mqperf. 3p. *se antremetera*, IV, 2, §31, 8.
conj. imp. 6p. *se antremettessem*, IV, 1, §5, 7.
cond. 3p. *se antremeteria*, I, 5, §3, 5.
inf. pes. 3p. *se antremeter*, I, 8, §59, 3.
Ver *entremeter* e *tremeter*.

ANTREMITIMENTO, s. f. 'intromissão': «todolos dias de sua vida foi em honra sem nem hũu *antremitimento* de desaventura», III, 13, §22, 7.

[ANTRETALHADA], adj. 'entretalhada': *antretalhadas*, «ricas mesas *antretalhadas* e pintadas», IV, 2, §3, 1.

APACEFICAR, ver *apacificar*.

APACIFICADA, adj. v. 'pacificada': «toda França era *apacificada*», II 7, §9, 1.

[APACIFICAR], [APACEFICAR], v. tr. 'pacificar, serenar': «disserom aos Româaos que lhe veessem falar seguros por *apacificarem* esto que era feito», II, 12, §3, 3; «Depois que Cesar *teve apacificada* a cidade de Creven», II, 11, §5, 1; «*tinha bem apacificados* os corações de seus homens», III, 14, §18, 1. (11)

Formas verbais:

ind. perf.	6p. <i>apacificarom</i> , III, 17, §9, 5.
conj. imp.	2p. <i>apacificasses</i> , III, 15, §45, 5.
inf. pes.	6p. <i>apacificarem</i> , II, 12, §3, 3.
ind. perf. comp.	3p. <i>teve apacificada</i> , II, 11, §5, 1.
ind. mqperf. comp.	3p. <i>tinha apacificados</i> , III, 14, §18, 1.
Ver <i>pacificar</i> .	

APAGADO, adj. 1. 'desaparecido, apagado': «o sangue era ja tanto que todo o poo era *apagado*», III, 8, §11, 3. *apagadas*, «des que as candeas foram apagadas», III, 1, §1, 4. 2. 'aplacado': *apagada*, «aquela conjuraçom foc *apagada*», I, 4, §1, 1; «Mui grande enveja, que nom pôde seer *apagada*», IV, 2, §33, 1. (4)

APAGAR, 1. v. tr. 'apagar, extinguir': «*apagarom* logo hũa parte da chama», II, 21, §28, 2; «Os Egipciãos entenderom a *apagar* o fogo», III, 15, §41, 1. 2. v. tr. 'fazer esquecer': «dizia que hũu mal nom devia *apagar* muitos bẽes», IV, 2, §30, 6. 3. v. refl. 'apagar-se': «as tochas e os lumes se *apagariam*», III, 15, §29, 2. 4. v. refl. 'pegar-se', ver *apegar-se*. (9)

Formas verbais:

ind. perf.	6p. <i>apagarom</i> , II, 21, §28, 2.
ind. mqperf.	6p. <i>apagaram</i> , II, 18, §26, 3.
cond.	6p. <i>apagariam</i> , III, 15, §29, 2.
inf. imp.	<i>apagar</i> , III, 15, §41, 1.

APALANCAR, v. tr. 'guarnecer com palanques': «fez armar e *apalancar* suas tendas», II, 20, §2, 1.

APANHAR, v. tr. 'apanhar': «*apanhara* grandes possiões e riquezas», II, 2, §17, 4; «des que eu *apanhei* tam grande hoste», II, 18, §23, 2; «andou per desvairadas cidades *apanhando* triigo», III, 3, §1, 3. (7)

Formas verbais:

ind. perf.	1p. <i>apanhei</i> , II, 18, §23, 2.
ind. mqperf.	3p. <i>apanhara</i> , II, 2, §17, 4.
inf. imp.	<i>apanhar</i> , II, 18, §68, 1.
ger.	<i>apanhando</i> , III, 3, §1, 3.

APARECER, v. tr. 1. 'aparecer': «apareceo Gaios Fabios com suas legiões», II, 21, §6, 1; «veo Juno e *apareceo-lhes* em figura de carneiro», III, 14, §28, 2. 2. 'parecer': *apareceo-lhe* que estas novas tiinham sembrante de verdade», II, 19, §1, 2; «*apareceo* que os deoses obrarom contra eles de sanha», III, 12, §25, 5. (13)

Formas verbais:

ind. pres. 3p. *aparece*, III, 15, §21, 3.
 ind. imp. 6p. *apareciam*, III, 1, §12, 1.
 ind. perf. 3p. *apareceo*, III, 14, §28, 2.
 6p. *aparecerom*, III, 1, §12, 1.
 inf. imp. *aparecer*, III, 1, §12, 1.
 Ver *parecer*.

APARELHADO, adj. v. 'aparelhado, preparado': «era (...) *aparelhado* pera sofrer todos perliigos», III, 18, §5, 4. *aparelhados*, «Quando eles se sentirom prestes e *aparelhados*», II, 2, §4, 2. *aparelhada*, «posta em batalha e *aparelhada* de bem pelejar», III, 15, §31, 2. (38)

APARELHAMENTO, s. m. 'preparação': «Cesar fazendo seu *aparelhamento* de naves na ribeira de Frandess», II, 10, §3, 1; «andavam per desvairados logares buscando *aparelhamento* de batalha», III, 1, §18, 1. *aparelhamentos*, «cada hũu fez *aparelhamentos* d'armas e doutras cousas», III, 9, §4, 1. (6)

APARELHAR, 1. v. tr. 'preparar': «faziam *aparelhar* as casas comũues», I, 1, §4, 4; «Cesar vio que lhe *aparelhavam* guerra», II, 14, §2, 2; «he mester que *aparelhees* vossos corações», III, 14, §22, 2. 2. v. refl. 'preparar-se': «de todo em todo se *aparelhavam* pera se hir», II, 18, §28, 3; «*aparelhou-se* de fogir com medo», II, 18, §63, 3. (58)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *aparelhava*, II, 6, §4, 3.
 6p. *aparelhavam*, II, 18, §28, 3.
 ind. perf. 3p. *aparelhou-se*, II, 18, §63, 3.
 6p. *aparelharom*, I, 8, §40, 5.
 conj. pres. 5p. *aparelhees*, III, 14, §22, 2.
 conj. imp. 6p. *aparelhassem*, I, 9, §1, 4.
 inf. pes. 6p. *aparelharem*, II, 7, §4, 2.
 inf. imp. *aparelhar*, III, 15, §26, 7.
 ger. *aparelhando*, II, 12, §17, 3.
 ind. mqperf. comp. 6p. *tiinham aparelhadas*, II, 5, §4, 1.

APARTADAMENTE, adv. 'à parte': «ela o requereo de seus amores *apartadamente*», I, 10, §3, 3.

[APARTADO], adj. 'separado': *apartados*, «hiam em torpees e hûus *apartados* dos outros», II, 13, §6, 3.

APARTAMENTO, s. m. 'separação, divórcio': «por que tam asinha esposara depois do seu *apartamento*», IV, 1, §7, 2.

[APARTAR (SE)], v. refl. 'afastar-se': «*apartou-se* daqueles que ali estavam», II, 2, §17, 2.

APEÇOENTADO, APOÇOENTADO, adj. 'envenenado': «pois ela ja tem *apeçoentado* Cesar», III, 15, §26, 4. *apoçoentado*, «Antipater era ja *apoçoentado* per hûu Judeu», I, 10, §24, 3. *apeçoentados*, «trazem os ferros das setas tam *apeçoentados*», III, 13, §13, 9. (4)

Ver *empeçoentar*.

[APEGAR (SE)], [APAGAR (SE)], v. refl. 'pegar-se': «E tiravam com frechas acesas que o fogo *se apegasse* na palha», II, 12, §20, 1; «o fogo *apagou-se* ao enxufre e aos paaos», II, 11, §18, 4. (2)

Formas verbais:

ind. perf. 3p. *apagou-se*, II, 11, §18, 4.

conj. imp. 3p. *se apegasse*, II, 12, §20, 1.

APENAS, adv. 1. 'difícilmente': «e pelejara ja tanto que *apenas* se podia manter», II, 4, §25, 3; «E caio, e *apenas* o poderom levar a seu tendilham», II, 17, §10, 2; «assi que eram cubertos que *apenas* se podiam levantar», III, 14, §26, 1. 2. 'samente': «*apenas* hûu cavaleiro soo poderia passar por eles», II, 2, §5, 2.

APERTADO, adj. v. 'oprimido': «ele foi tam *apertado* e seguido dos d'Alexandria», III, 15, §57, 3. *apertados*, «quando se sentiam *apertados* dalgûus outros de grande poder», II, 15, §3, 1. (3)

APERTAR, 1. v. tr. 'apertar': «*apertavam* as roupas e as armas consigo», III, 14, §26, 1; «*apertou* os dentes per maaos talam», III, 18, §13, 4; «por ho frio que os *apertava*», III, 14, §43, 2. 2. v. tr. 'oprimir': «os combatia por hûa parte e os de Nivres os *apertavam* da outra», II, 12, §20, 4. 3. v. intr. 'abotoar': «Marcia se saira atras ele toda destoucada e por *apertar*», III, 1, §22, 6. 4. v. refl. 'encostar-se, unir-se': «meteo a cabeça antre os dous escalões e *apertou-se* com a escaada», III, 17, §4, 6. (15)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *apertava*, III, 14, §43, 2.

6p. *apertavam*, III, 14, §26, 1.

ind. perf. 3p. *apertou*, III, 18, §13, 4.

inf. imp. *apertar*, III, 1, §22, 6.

APOÇOENTADO, ver *apeçoentado*.

APODRENTAR, v. tr. 'tornar podre': «ataa que o sol e a chuiva os *apodrentous*», III, 12, §53, 2; «a podredura da carne que caíra pera fundo *apodrentava* a sãa», III, 14, §37, 2. (2)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *apodrentava*, III, 14, §37, 2.

ind. perf. 3p. *apodrentou*, III, 12, §53, 2.

APORTAR, v. intr. 'aportar': «todalas naaos que hi *aportavam*», III, 8, §1, 2; «andarom tanto que *aportarom* em Libe», III, 14, §9, 1. (2)

Formas verbais:

ind. imp. 6p. *aportavam*, III, 8, §1, 2.

ind. perf. 6p. *aportarom*, III, 14, §9, 1.

Ver *portar*.

APÓS, prep. 'após': «enviou *após* eles acerqua de quatro mil homêes», II, 2, §14, 2; «Desi ajudou-os a sobir *após* si», II, 18, §49, 5; «passarom *após* ele», III, 1, §3, 5.

APOSTADO, adj. 'preparado, disposto (?)': *apostados*, «Os archeiros eram de dentro e de fora que tiravam hñus aos outros, e ouve hi asaz de mal *apostados* de cá e de lá», III, 17, §5, 2.

APOSTOLO, s. m. 'apóstolo': «aa honra de sam Pedro, *apostolo*», II, 18, §59, 1.

[APOUQUENTADO], adj. v. 'prejudicado, humilhado': *apouquentados*, «os amigos do poboo romãao som tam *apouquentados* pelas batalhas que ouverom com os Sines», II, 3, §2, 5. *apouquentada*, «temia-se que a sua victoria fosse *apouquentada* e a de Cesar nomeada», II, 23, §13, 4. (5)

APOUQUENTAMENTO, s. m. 'prejuízo, humilhação': «avia gram senhorio sem *apouquentamento* da franqueza do comúu, III, 14, §15, 3.

APOUQUENTAR, v. tr. 'diminuir, prejudicar': «aquele leixar da carriagem *apouquentou* os Romãaos a esperança da victoria», II, 12, §10, 4. «dizes que todo he fortuna o que fazes per nós e assi *apouquentas* nossa virtude», III, 10, §2, 5. (8)

Formas verbais:

ind. pres. 2p. *apouquentas*, III, 10, §2, 5.

ind. imp. 3p. *apouquentava*, III, 10, §14, 2.

ind. perf. 3p. *apouquentou*, II, 12, §10, 4.

inf. imp. *apouquentar*, III, 15, §7, 3.

APOUSENTADO, 1. adj. 'aposentado, fora das funções públicas': «todo o remanente do ano nom ousou de pubricar ao comũ; ante era em sua casa como *apousentado*», I, 9, §7, 3. 2. adj. v. 'alojado': *apousentados*, «depois que eles foram bem *apousentados* e seus tendilhões armados», III, 19, §6, 3. (3)

APOUSENTAR (SE), v. refl. 'alojar-se': «cortavam arvores e ramos pera *se apousentar*», III, 19, §2, 1; «assi como cada hũu viinha, assi *se apousentava* fora dos muros», III, 15, §58, 4. (4)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *se apousentava*, III, 15, §58, 4.

6p. *se apousentavam*, III, 19, §2, 4.

inf. imp. *se apousentar*, III, 19, §2, 1.

[**APRAZER**], 1. v. tr. 'concordar': «disserom que era bem que Julio desse conto do que tiinha feito. E a ele *aprougue*», I, 9, §12, 1; «E que lhe *aprouvesse* de sua hoste nom hir por deante», II, 8, §9, 1. 2. v. intr. 'agradar': «poderees em ela aver parte *se vos aprouver*», II, 18, §39, 3. (13)

Formas verbais:

ind. perf. 3p. *aprougue*, I, 9, §12, 1.

ind. mqperf. 3p. *aprouvesse*, II, 5, §1, 1.

conj. fut. 3p. *aprouver*, II, 18, §39, 3.

cond. 3p. *aprazeria*, II, 8, §5, 2.

Ver *prazer*.

APREGOAR, v. tr. 'proclamar': «fez *apregoar* per toda a hoste que todos fossem aos booscas», II, 9, §2, 3; «apregoaram o dia de mudar o senado», IV, 3, §1, 3. (6)

Formas verbais:

ind. perf. 6p. *apregoaram*, IV, 3, §1, 3.

inf. imp. *apregoar*, II, 9, §2, 3.

APRENDER, v. tr. 'aprender, tomar conhecimento': «no recontamento das obras anciãas *aprende* homem o que deve de fazer», Prol. §2, 9; «ainda me nom esquecerom os golpes que *aprendi* em minha mancebia», III, 12, §38, 4; «chamou centuriões e tribũus, cujas bondades *aprendera* per Cicerom», II, 12, §29, 2; «Cesar *aprendeo* por hũu frances presuneiro que Corne-rios (...) escolhera mil cavaleiros», II, 20, §12, 1. (27)

Formas verbais:

ind. pres. 3p. *aprende*, III, 1, §6, 6.

ind. imp. 6p. *aprendiam*, III, 12, §16, 6.

ind. perf.	1p. <i>aprendi</i> , III, 12, §38, 4. 3p. <i>aprendeo</i> , II, 20, §12, 1.
ind. mqperf.	3p. <i>aprendera</i> , II, 12, §29, 2.
imper.	1p. <i>aprende</i> , III, 1, §6, 6.
inf. pes.	3p. <i>aprender</i> , I, 4, §1, 1.
inf. imp.	<i>aprendê-la</i> , II, 15, §3, 4.
ind. mqperf. comp.	3p. <i>avia aprendido</i> , II, 8, §6, 3.

APRESENTADA, adj. 'apresentada, oferecida': «Vedes minha cabeça *apresentada*. Qual será o nobre mancebo que me dê o primeiro golpe?», III, 7, §6, 5.

APRESENTAR, v. tr. 'apresentar, mostrar': «averia por eles grandes dões polos *apresentar* ao bailio do inferno», III, 12, §6, 2; «O que *apresentou* a cabeça de Pompeio tornou aa ribeira», III, 15, §9, 2. (6)

Formas verbais:

ind. imp.	3p. <i>apresentava</i> , III, 14, §27, 3.
ind. perf.	3p. <i>apresentou</i> , III, 15, §9, 2.
inf. imp.	<i>apresentar</i> , III, 12, §6, 2.

APRESSADO, adj. v. 1. 'apressado': «Mais muito era *apressado* por chegar a suas ligiões», II, 18, §7, 2; «E, com spiritu *apressado*, respondeo», III, 12, §43, 3. *apressada*, «nunca andei em tam *apressada* guerra que, como ouvesse hũu pequeno espaço, nom buscasse os cursus das estrelas», III, 12, §20, 4. 2. 'aprisionado (?)': *apressados*, «Cesar, quando vio seus homens feridos e *apressados* na torre», II, 21, §28, 1. (7)

[**APRESSAR**], 1. -v. tr. 'apressar, instigar': «E Labienus (...) ho *apressava* mais que nem hũu dos outros», III, 14, §29, 2. 2. v. tr. 'perseguir' «quando os Romãaos os *apressavam*, os de deante faziam nojo aos traseiros», II, 12, §20, 5. 3. v. refl. 'apressar-se': «*apressavam-se* de chegar aos Romãaos», II, 6, §13, 2. (4)

Formas verbais:

ind. imp.	3p. <i>apressava</i> , III, 14, §29, 2. 6p. <i>apressavam</i> , II, 12, §20, 5.
-----------	--

APRIOSAMENTO, s. m. 'prisão': «o *apriosamento* que nós, per bem da terra, lhe fazemos padecere», III, 15, §26, 7.

[**APRISUAR**], v. tr. 'aprisionar': «lançou entom fora da prisom sua molher e seus filhos (...) onde os sua madre *avia aprisutados*», I, 10, §7, 7. (2)

APROVADO, adj. 'provado, experimentado': «o qual ele tinha por *aprovado* e por verdadeiro e justo», II, 2, §18, 2.

APROVEITAR, v. intr. 'aproveitar a, beneficiar': «entendiam que siso e engenho podia muito *aproveitar* nas batalhas com a força», Prol, §2, 4; «se os agora leixarmos, ja mais nosso trabalho nom nos *aproveitará*», II, 18, §68, 3; «Que nos *aproveita* o sangue que espargemos por ti», III, 10, §2, 1. 2. v. refl. 'aproveitar-se': «ante ouverom todos conselho como se poderiam *aproveitar* dele», III, 15, §46, 1. (13)

Formas verbais:

ind. perf. 3p. *aproveita*, III, 10, §2, 1.
ind. imp. 3p. *aproveitava*, III, 2, §9, 4.
6p. *aproveitavam*, III, 15, §42, 2.
ind. perf. 3p. *aproveitou*, II, 12, §10, 4.
ind. fut. 3p. *aproveitará*, II, 18, §68, 3.
inf. imp. *aproveitar*, I, 10, §16, 6.

APUPAR, s. m. 'fazer sinais com brados ou assobios': «braadarem Mouros e Numidiãaos tanto alto que montes e vales resonaram com seu *apupar*», III, 18, §7, 1.

AQUEECER, v. intr. 'aquecer': «o dia começou a *aquecer*», III, 6, §7, 5.

AQUEECIMENTO, s. m. 'acontecimento, sucesso': «Em estes dez anos nunca sua gente ouve maaõ *aqueecimento* senom hũa vez em batalha», II, 23, §5, 5. *aqueecimentos*, «quando lhe avem algũs *aqueecimentos* maaos», II, 18, §32, 1. (4)

[**AQUEIXAR (SE)**], v. intr. 'queixar-se': «Os d'Oscum *s'aqueixavam* que os Saines (...) que lhes gastavam sua terra», II, 3, §8, 2; «Nós nos *aqueixamos* por que tu tanto tardas», III, 1, §8, 3. (6)

Formas verbais:

ind. pres. 4p. *nos aqueixamos*, III, 1, §8, 3.
ind. imp. 6p. *s'aqueixavam*, II, 3, §8, 2.
cond. 6p. *se aqueixariam*, II, 3, §3, 3.
Ver *queixar-se*.

AQUEL, ver *aquelle*.

AQUELE, **AQUEL**, **AQUELO**, pron. e adj. 'aquele': «Eu quero ter *aquelle* por senhor que ficou poderoso», III, 14, §16, 6; «estavam çarrados em *aquelle* vales», II, 5, §2, 3. *aquel*, «*Aquel* provava sua sciencia», III, 1, §13, 2. *aqueles*, «como *aqueles* que cuidavam a perder os corpos», III, 3, §2, 6. *aquelos*, «por tal que fizesse *aquelos* alevantar do cerquo», I, 10, §10, 3. *aquela*, «como *aquela* que era mais forte», III, 5, §10, 2; «*aquela* discordia nom deu fim aa guerra», III, 10, §3, 1. *aquelas*, «propose-rom-lhe *aquelas* meesmas palavras», II, 12, §18, 1. *aquelle*, «Chinchetoris

nom veeo *aaquele* conselho», II, 13, §4, 2. *aaquel*, «como *aaquel* que quer seer senhor», III, 4, §2, 9. *aaqueles*, «*Aaqueles* me acordo», II, 18, §79, 5. *aaquela*, «poderás levar tua ligiom *aaquela* parte que quiseres», II, 12, §18, 3. *daquel*, «em a raiz *daquel* corno», II, 16, §6, 1. *daqueles*, «*daqueles* movimentos», II, 13, §1, 3. *daquela*, «*daquela* em que estava Labianus», II, 2, §21, 2. *daquelas*, «*daquelas* armas», III, 5, §23, 2. *naquele*, «*naquele* meesmo castelo», II, 21, §3, 2. *naquela*, «fora metido *naquela* conjuraçom», I, 8, §1, 2.

AQUELO, 1. pron. 'aquilo': «Decius Silanus á dicto *aquelo* que disse», I, 8, §39, 15; «*aquelo* que era compridoiro pera as armar», II, 11, §1, 2. *daquelo*, «o que poderia levar ou leixar *daquelo* que tiñham», II, 12, §8, 3. 2. ver *aquela*.

[AQUERELAR (SE)], v. refl. 'queixar-se': «eu ei muitas vezes falado e *me ei aquerelado* ante vós da avareza e da luxuria», I, 8, §40, 10.

AQUESTE, pron. e adj. 'este': «*Aqueste* fora filho de hũu proveire de Scalona», I, 10, §8, 1. *aquestes*, «nom quis contradizer *aquestes* dous homêes», II, 18, §56, 3. *aquesta*, «*Aquesta* cousa deteve *aqueles*», III, 15, §40, 2. *aquestas*, «Cesar ouve vencidas *aquestas* duas batalhas», II, 3, §25, 2. *daquesta*, «das terras que conquistara em comparaçom *daquesta*», III, 15, §19, 2.

AQUESTO, pron. 'isto': «*aquesto* chamavam os Franceses falanga», II, 3, §23, 4; «*Aquesto* que nós aqui contamos», III, 15, §53, 1.

AQUI, adv. 'aqui': «por amor de teu irmão que *aqui* está», II, 2, §19, 7; «vedes-me *aqui* prestes», II, 18, §91, 2. *daquí*, «andavam em terra estranha, *daqui* e dali», II, 8, §4, 1; «E *daqui* adeante eu som prestes», II, 18, §22, 4.

AR, ver *aar*.

ARCHEIRO, s. m. 'archeiro': «por ventura hũu *archeiro* lhe tirou de longe», III, 11, §13, 2. *archeiros*, «os *archeiros* e beesteiros de Pompeio matavam muitos», I, 10, §16, 7. (16)

ARCO, s. m. 1. 'arco (arma)': «nom sabem menos d'*arco* que os Turcos», III, 4, §1, 3. *arcos*, «os de Media e d'Arabia, que sabiam d'*arcos*», III, 12, §27, 7. 2. 'arco (construção arquitectónica)': «Hũu ponte qua nom avia mais de hũu *arco*», III, 6, §2, 1; «assi como do *arco* do mar-mor (...) hu se entalhavam todolos feitos», III, 13, §26, 4. *arcos*, «fez refazer hũus *arcos* que eles aviam derribados», I, 6, §8, 1. (17)

ARÇOM, s. m. 'arçom': «passou o golpe e deceo ao *arçom* da seia detras», III, 8, §7, 2; «a espada lhe caio das mãos. Mais Catam tiñha outra a seu *arçom*», III, 18, §13, 2-3. *arções*, «fendê-o des as espadoas atêes os *arções*», III, 12, §34, 2. (10)

ARDEMENTE, adv. 'ardentemente': «tam *ardemente* era no amor de Balzabu», III, 12, §5, 4.

ARDENTE, adj. 'ardente': «ataa fim de Thiopia, contra a terra *ardente*», III, 15, §23, 2. *ardentes*, «chantarom em ele dous cirios *ardentes*», IV, 3, §36, 3. (2)

ARDER, 1. v. tr. 'fazer arder, lançar fogo': «que nom fossem em conselho de *arder* tam fremoso castelo», II, 18, §16, 2. 2. v. intr. 'arder': «poinham-lhe o fogo, e *ardiam* dentro em elas», I, 10, §17, 4; «fogo *arderá* ante Deus», III, 12, §52, 4. (15)

Formas verbais:

ind. pres. 3p. *arde*, III, 12, §9, 4.

ind. imp. 3p. *ardia*, III, 5, §5, 4.

6p. *ardiam*, I, 10, §17, 4.

ind. fut. 3p. *arderá*, III, 12, §52, 4.

inf. imp. *arder*, III, 15, §26, 5.

ARDIDAMENTE, adv. 'corajosamente': «Lucius Letulus falou mais *ardidamente* que nem hũu dos outros», I, 9, §9, 2.

ARDIDEZA, s. f. 'coragem': «o esforço e a *ardideza* que em eles era», II, 2, §1, 3; «vossa *ardideza* faz que sabees aver vossa victoria», II, 18, §54, 3. (12)

ARDIDO, adj. 1. 'corajoso': «nem hũu nom foe tam *ardido* que nom ouvesse medo», II, 17, §11, 1; «Gaios era asaz mais *ardido* e mais fero que Sexto», III, 19, §1, 4. *ardidos*, «os *ardidos* pareciam maaos», II, 3, §10, 5. *ardida*, «Em esta vila ha boa gente *ardida*», III, 13, §6, 4. *ardidas*, «as gentes (...) som mais *ardidas* e pelejam virtuosamente», III, 13, §14, 8. 2. 'queimado': «Ante que o corpo fosse meio *ardido*», III, 13, §25, 4. (42)

ARDIMENTO, s. m. 'coragem, ardor, ousadia': «em bem falar, em forteleza, e em *ardimento* de coração», I, 8, §43, 1; «reprendeo muito seu sandeu *ardimento* e sua cobiça», II, 18, §54, 1. *ardimentos*, «como se ele meesmo fosse fortuna que fizesse crescer seus *ardimentos*», III, 12, §39, 2. (37)

ARDOR, s. m. 'ardor, ardência': «como dispes que sempre ham sede polo grande *ardor* da peçonha», III, 14, §32, 2; «creceo em ele tal *ardor* que lhe entrarom as faiscas no coração», III, 15, §16, 2. (2)

AREA, s. f. 'areia': «este cujo corpo vejo jazer na *area* da agua», III, 1, §16, 2. *areas*, «em o mar onde andavam as Sereas, e nas *areas* de Linas», III, 1, §8, 4. (20)

ARGOLA, s. f. 'argola': «hũu mui alto esteo de marmor e hũa *argola* de ferro na ponta dele», III, 4, §2, 5. *argolas*, «Ali jazia Cleopatra presa em boas *argolas* de ferro», III, 15, §13, 1. (3)

[ARGULHECER], v. intr. 'orgulhar-se': «Os Seínes estavam atendendo e *argulhecendo* com tal esperança», II, 8, §6, 2; «Muito *argulhecerom* os imiigos de Cesar», II, 20, §7, 3. (3)

Formas verbais:

ind. perf. 6p. *argulhecerom*, II, 20, §7, 3.

ger. *argulhecendo*, II, 8, §6, 2.

ARGULHO, s. m. 'orgulho': «*argulho* nom lhes tolheo que eles nom tomassem boo exemplo», I, 8, §39, 26; «ante matarom ho messegeiro per seu *argulho*», III, 15, §33, 3. (18) Ver *orgulho*.

ARGULHOSO, 1. adj. 'orgulhoso': «por este gram despeito que el ouve do senado ajuntou el mais hũu *argulhoso* feito», IV, 2, §34, 1. *argulhosos*, «seram *argulhosos* quando te virem assi trilhado de fortuna», III, 13, §14, 4. *argulhosa*, «contarom a *argulhosa* reposta de Arionistus», II, 3, §8, 1. 2. s. m. 'orgulhoso': «Tarquino, ho *argulhoso*, foe o derradeiro rei de Roma», I, 1, §2, 1. (8)

ARMA, s. f. 1. 'arma': «foe ferido polas espadoas de hũa *arma* que chamavam escorpiom», II, 18, §27, 2. *armas*, «mandou hir os outros homẽes d'*armas*», II, 18, §72, 2; «todos os de pee (...) braadaram aas *armas*», II, 18, §72, 5; «ouverom acrescentado o senhorio do comũ soomente per *armas*», I, 8, §40, 21; 2. 'armadura': «feri-o tam rijamente no costado seestro que cota nem outra *arma* nom lhe prestou que o ferro nom passasse da outra parte», II, 4, §25, 5. 3. 'brasão' *armas*, «Varus, quando o vio, conheçê-o nas *armas*», III, 8, §7, 1. (171)

ARMADO, adj. 1. 'armado, com armas': «que veesse *armado* por que ele o queria veer em suas armas», I, 10, §3, 8; «em duvida de passar Rubicam *armado* contra o comũ de Roma», III, 1, §3, 1; «E ele entrara entom em Jherusalem *armado* de hũa cavalaria», I, 10, §3, 9. *armados*, «o senado enviou cavaleiros *armados*», I, 8, §59, 2. *armada*, «tres aazes de sua gente a melhor *armada*», II, 2, §24, 6. *armadas*, «as duas batalhas fez estar todas *armadas*», II, 3, §20, 1. 2. 'armado, instalado': *armadas*, «onde tiñham *armadas* suas tendas», II, 18, §84, 2. (69)

ARMADURA, s.f. 'armadura': «cota nem outra *armadura* nom pôde teer que o ferro nom passasse», III, 12, §30, 3; «ferio Vasilio (...) tam duramente que *armadura* que tevesse nom o defendeo», III, 9, §14, 5. *armaduras*, «sergentes de ligeiras *armaduras*», II, 20, §12, 2. (4)

ARMAR, 1. v. tr. 'armar, instalar': «entom fez *armar* cavaleiros», I, 10, §3,7; «Publius *armou* seus artefícios e engenhos», II, 7, §2, 3; «*armarei* tendas sobre os campos de Roma», III, 1, §8, 6. 2. v. refl. 'armar-se': «E por esto *armemo-nos* todos e vaamos ferir na hoste», II, 18, §68, 4. (52)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *armava*, III, 12, §17, 2.
 ind. perf. 3p. *armou*, II, 7, §2, 3.
 6p. *armarom*, II, 11, §9, 1.
 ind. fut. 1p. *armarei*, III, 1, §8, 6.
 conj. pres. 4. *armemo-nos*, II, 18, §68, 4.
 conj. imp. 6p. *armassem*, III, 14, §3, 2.
 inf. imp. *armar*, I, 10, §3, 7.

[ARMINHO], s. m. 'arminho': *arminhos*, «a pena branca d'*arminhos* escolheitos», III, 15, §17, 5.

[ARNES], s. m. 'arnês': *arneses*, «filharom-lhe quanto tiñham seus cofres, e seus *arneses*», II, 17, §2, 2.

ARPEEO, s. m. 'arpêu, arpão': «quando achavam o cavaleiro, poinham o *arpeeo* nas armas e os dos batees o tiravam arriba», III, 15, §49, 4. *arpeeos*, «lhe lançaron *arpeeos* quando el foi acerca», III, 17, §4, 8. (3) *arpões*, «algũas das naaos de Marselha aferrarom com ela em tal guisa que se nom poderom arredar por que os Romãaos lhe lançavam os *arpões* e as detiñham», III, 5, §11, 5; «deitarom *arpões* de ferro após ele», III, 17, §4, 8. (4)

ARPÕES, ver *arpeeo*.

ARRAIAL, ARREAL, s. m. 'acampamento': «os Clutões fोगirom aa montanha, e outros ao *arraial*», II, 2, §25, 2. *arreal*, «Brutos ficou daquela parte de Marselha onde o *arreal* estava», III, 5, §7, 2. (2)

ARRANCAR, v. tr. 'arrancar': «começaron (...) a *arrancar* o palanque aas mãaos», II, 12, §28, 2; «Eu *arrancarei* o corpo d'Alexandre da terra», III, 14, §13, 3. (5)

Formas verbais:

ind. pres. 3p. *arranca*, III, 4, §4, 2.
 ind. imp. 6p. *arrancavam*, III, 7, §1, 4.
 ind. fut. 1p. *arrancarei*, III, 14, §13, 3.
 conj. imp. 3p. *arrancassem*, III, 2, §9, 3.
 inf. imp. *arrancar*, II, 12, §28, 2.

[ARRANÇADO], adj. 'condenado, amaldiçoado': *arrançados*, «cãaes do inferno e tormentos dos *arrançados*», III, 12, §10, 2.

ARRASTRAR, v. tr. 'arrastar': «o el posera em cruz ou o fezera *arrastrar* a rabo de cavalos», III, 15, §46, 3; «hordenarom de *arrastrar* o corpo», IV, 3, §4, 9. (2)

ARREAL, ver *arraial*.

[ARREBENTAR], v. intr. 'rebentar': «Quando veo o tempo que Gaios Julio Cesar ouve de nascer, sua madre *arrebentou* por hũa ilharga», I, 2, §1, 1.

[ARREDADO], adj. v. 'afastado': *arredados*, «os Franceses se tiinham mais *arredados* do palanque», II, 18, §84, 1.

ARREDAR, 1. v. tr. 'afastar': «Fortuna, que os agora *arredava*, os avia de juntar», III, 9, §1, 1. 2. v. refl. 'afastar-se': «muitos dos que estavam acerqua de Cesar *se arredarom* afora», I, 8, §56, 2. (7)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *arredava*, III, 9, §1, 1.

ind. perf. 3p. *arredou*, II, 21, §9, 10.

6p. *se arredarom*, I, 8, §56, 2.

conj. imp. 6p. *arredassem*, II, 10, §6, 1.

inf. imp. *arredar*, III, 5, §11, 5.

[ARREDOMA], s. f. 'redoma': *arredomas*, «fez Cesar trazer na batalha fogo grego em *arredomas* de vidro todas cheas», III, 18, §15, 6. Ver *redoma*.

ARREDOR, adv. 1. 'em redor': «Metridantes, rei d'Asia, destroia as comarcas d'*arredor*», I, 4, §3, 1; «ele derribava muitos *arredor* de si», III, 12, §40, 2; «O cerco (...) era de doze mil pees *arredor*», II, 18, §71, 4. 2. 'próximo, cerca': «os castelos d'*arredor* eram queimados», II, 18, §18, 2.

ARREFECER, ver *arrefeecer*.

ARREFEECER, [ARREFECER], v. intr. 'perder o entusiasmo, a coragem': «aquela grande voontade que tiinha de pelejar *arrefeceo-lhe* hũu pouco», III, 12, §21, 3; «Anteus *arrefeceo* antre seus braços e quebrarom-lhe as veas e o coraçom», III, 8, §2, 7. (4)

Formas verbais:

ind. perf. 3p. *arrefeceo*, III, 8, §2, 7.

6p. *arrefecerom*, III 10, §1, 2.

ind. imp. *arrefeecer*, III, 12, §26, 1.

ARREFEENS, ver *arrefees*.

ARREFÊES, ARREFEENS, ARREFENAS, s. m. e f. pl. 'refêns': «mandou-lhes que ficassem e guardassem os presunheiros e *arrefêes* das cidades», II, 12, §24, 1; «muitas cidades se lhe renderom e ouve boos *arrefêes*», II, 21, §4, 1; «forom dadas *arrefêes* de hũa parte e da outra», II, 2, §8, 4; «nós vos daremos boas *arrefeens*», II, 21, §16, 7; «se tremetera de dar e tomar *arrefenas*», II, 2, §18, 1. (62)

ARREFENAS, ver *arrefêes*.

[ARREGALAR], v. tr. 'arregalar': «apertou os dentes e *arregalou* ambolos olhos», III, 16, §6, 4. Ver *regalar*.

ARREMAR, v. intr. 'remar': «começarom e *arremar* contra a ribeira», III, 14, §8, 1. Ver *remar*.

ARREMESSAR, v. tr. 'arremessar': «Os Romãaos se quiserom ajudar de seus dardos (...) Mais os Seines chegarom tam aginha que lhe tolherom o esforço d'*arremessar*», II, 3, §23, 3.

ARREPENDER (SE), v. refl. 'arrepender-se': «muito *s'arrependiam* pola guerra que (...) tinham começada», II, 10, §3, 1; «E vós outros de Marselha (...) *vos arrependerees*», III, 5, §3, 5. (6)

Formas verbais:

ind. imp. 6p. *s'arrependiam*, II, 10, §3, 1.

ind. fut. 5p. *vos arrependerees*, III, 5, §3, 5.

inf. imp. *se arrepender*, I, 3, §4, 4.

Ver *repender*.

ARREVATADO, adj. v. 'arreatado, excitado': «seu coração nunca fôe *arrevatado* de cobiça», I, 10, §18, 3. *arrevatados*, «eram *arrevatados* de sanha», I, 8, §39, 3. (4)

[ARREVATAR], v. tr. 'arreatar': «*arrevatou* Antonio polos costados», III, 16, §6, 5.

ARRIBA, adv. 'acima, arriba': «Potem, que combatia *arriba* do mar», III, 15, §44, 1; «toda a carriagem fosse pola ribeira *arriba*», II, 18, §62, 3.

[ARRIBADO], adv. v. 'arribado': *arribados*, «estavam *arribados* sem porto, e viam a agua arredor de si e nom viam a terra que os tinham», III, 14, §19, 5. *arribadas*, «aquela parte onde as barcas eram *arribadas*», II, 18, §62, 3. (2)

ARRIBAR, v. intr. 'arribar': «o porto onde Cesar *arribava*», III, 10, §18, 1; «Eneas, quando hia por mar, *arribou* em hũa regiam», III, 9, §4, 6. (16)

Formas verbais:

ind. pres.	6p. <i>arribam</i> , II, 11, §13, 1.
ind. imp.	6p. <i>arribavam</i> , III, 2, §7, 3.
ind. perf.	3p. <i>arribou</i> , III, 9, §4, 6.
	6p. <i>arribarom</i> , II, 11, §8, 3.
ind. mqperf.	3p. <i>arribara</i> , II, 10, §18, 1.
inf. imp.	<i>arribar</i> , II, 11, §8, 3.

[ARRIPIAR], v. intr. 'arripiar-se': «todolos nembros lhe tremerom e *arripiarom-lhe* os cabelos», III, 1, §2, 4.

ARROGAR, v. tr. 'ganhar a adesão, contratar mercenários': «nom leixou de ajuntar gente e cavalos e *arrogar* seus vezinhos per promessas e dõoes», II, 13, §3, 2.

ARROIDO, s. m. 'barulho, sublevação': «E sobr'esto foe mui grande *arroido* na praça», I, 10, §15, 3; «El defendia todos os ajuntamentos e as companhias novas d'hu se podia mover *arroido* algũu», IV, 1, §6, 6. *arroidos*, «Os homêes ouviam grandes *arroidos* d'armas», III, 1, §12, 9. (22)

ARTARIA, s. f. 'manha, qualidade do que é arteiro': «ha muitos desvairados homêes e cheos d'*artaria*, e per tempo poderia seer que cada hũ deles viünria seer consul», I, 8, §39, 25. (2)

ARTE, s. f. 'arte da guerra, arte': «aqueles que de engenho nem doutra *arte* nom sabem cousa», II, 2, §12, 5. *artes*, «todolos meestres de fisica e d'*artes*», IV, 1, §6, 4. (4)

ARTEFICIO, [ARTIFICIO], s. m. 'engenho de guerra': «bem me provevera se se eles renderom ante que o *arteficio* chegasse ao muro», II, 4, §32, 2; «Hũu *arteficio* de madeira foe logo levantado com boas torres e altas», II, 4, §12, 3; *arteficios*, «nunca seus *arteficios* poderom fazer nem hũu dano no muro», I, 10, §17, 1. *artificios*, «fez correger todos seus *artificios*», I, 10, §5, 10. (26)

ARTEIRO, adj. 'arteiro, astuto': «Cesar nom curou da sua companhia, por que era *arteiro*», I, 3, §5, 2.

[ARTERIA], s. f. 'artéria': *arterias*, «as veas e as *arterias* desta animalia», III, 1, §14, 4; «avia ainda as *arterias* e veas enteiras», III, 12, §8, 2. (2)

ARTIFICIO, ver *arteficio*.

ARVOR, s. f. 'árvore': «he feita de hũa *arvor* que se chama trixe», II, 17, §3, 4. *arvores*, «Cesar vio que os seus nom ousavam a ferir nas *arvores*», III, 5, §6, 2. (37)

ASANHAR, v. intr. 'enfurecer-se': «Juba vio (...) que lhe nom ficavam mais de sassêta de quatrocentos que eram, nom ouve em el que *asanhar*», III, 18, §16, 1.

ASAZ, ver *assaz*.

ASCONDER, 1. v. tr. 'esconder': «hũa noute fez Labienus *asconder* parte de seus cavaleiros», II, 13, §6, 1; «ele nom lho *ascondia*», III, 10, §3, 2. 2. v. refl. 'esconder-se': «mulheres e moços e toda outra gente meuda *se ascondessem* nos booscos», II, 9, §4, 3. (14)

Formas verbais:

ind. imp.	3p. <i>ascondia</i> , IV, 2, §29, 2. 6p. <i>ascondiam</i> , III, 3, §2, 2.
ind. perf.	3p. <i>ascondeo</i> , II, 21, §23, 2. 6p. <i>asconderom-se</i> , II, 2, §11, 4.
conj. imp.	3p. <i>ascondesse</i> , III, 13, §25, 7. 6p. <i>se ascondessem</i> , II, 9, §4, 3.
inf. imp.	<i>asconder</i> , II, 13, §6, 1.
ind. mqperf. comp.	<i>tiñham ascondidas</i> , II, 4, §33, 3.

ASCONDIDAMENTE, ASCONDUDAMENTE, adv. 'ocultamente': «choravam *ascondidamente* em seus tendilhões», II, 3, §10, 4; «Esto cuidavam eles de fazer *ascondidamente*», II, 18, §28, 1. *ascondudamente*, «tam *ascondudamente* que nehũ dos seus nom o soubesse», III, 10, §11, 1.
Ver *escondudamente*.

ASCONDIDO, 1. adj. 'escondido': «tanto andou que os meteo em hũu pomar muito *ascondido*», II, 21, §11, 8; «nom cobiiçando porem de o matar per peçonha nem per outro algũu modo *ascondido*», III, 15, §25, 4. *ascondidos*, «ali andavam *ascondidos*», II, 9, §3, 3. 2. adv. 'às escondidas': *em ascondido*, «o poboo meudo (...) o prasmava em aberto e *em ascondido*», IV, 2, §35, 1. (18) Ver *escondido*.

ASEETAR, v. tr. 'confirmar': «feze-se ali *aseetar* por ditador que era a mais alta dignidade de Roma», III, 10, §6, 4.

ASENHORADO, adv. 'com segurança': «falava tam *asenhorado* que os metia em paz, ou per amor ou per temor», IV, 2, §24, 3.

ASENHORAR, v. tr. 'dominar': «guardou Pompeio seu coração e seu pensamento em quanto ouve poder de os *asenhorar*», III, 13, §21, 1.

[ASIBENE], s. f. 'anfisbena, serpente': *asibenes*, «E as outras (serpentes) eram per arredor da fonte (...) assi como aspe, chiluidres e *asibenes*», III, 14, §32, 2.

ASINHA, AGINHA, adv. 'depressa': «esguardou (...) de qual parte o poderia tomar mais *asinha*», I, 10, §14, 7; «mandou (...) que se tornasse o mais *asinha* que podesse», II, 10, §2, 1. *aginha*, «os Seinees chegaram tam *aginha* que lhe tolherom o esforço», II, 3, §23, 3; «pareceo *aginha* da outra parte», III, 1, §3, 2.

ASNA, s. f. 'burra': «a que nace de cavalo e de *asna*», III, 1, §13, 3.

ASNO, s. m. 'asno': «A segunda (maneira de bestas) he a que nace de cavalo e de asna, d'*asno* e de egoa», III, 1, §13, 3; «nem dormem com elas come bestas, como *asno* ou cam», III, 18, §19, 2. *asnos*, «comer cavalos e *asnos*», III, 5, §2, 7. (3)

ASPE, ASPES, ALPES, ASPERE, s. f. 'áspide' «*aspe*, chiluidres e *asibenés* (...) e outras serpentes», III, 14, §32, 2. *aspes*, «a primeira serpente que nasceo foi *aspes*», III, 14, §34, 4. *alpes*, «*alpes*, hũa maneira de mui cruees serpentes», III, 14, §47, 3. *aspere*, «hũa serpente que ha nome *aspere*», III, 14, §40, 1. (4) Ver *dispes*.

ASPERAMENTE, adv. 'duramente': «Cesar os fez prender *asperamente* sem os escuitar», II, 8, §13, 5; «os cavaleiros lançavam de cima deles pedras e dardos *asperamente*», II, 10, §14, 1.

ASPERANÇA, s. f. 'esperança': «por qual *asperança* sooes vós cá enviado», III, 9, §5, 5. Ver *esperança*.

ASPERE, ver *aspe*.

ASPERO, adj. 1. 'severo, duro': «quando homem atormenta algũu, se o tormento he muito *aspero*», I, 8, §39, 14; «Marcos Catam era *aspero* e forte em guardar direito», I, 8, §43, 4. *asperos*, «conhecidos por *asperos* e sofredores em todalas batalhas», III, 1, §9, 6. *aspera*, «fazer *aspera* justiça», II, 18, §5, 5; «seendo sua fortuna tam *aspera* que bebeo peçonha por morrer», III, 14, §31, 3. *asperas*, «toma mais *asperas* vinganças», II, 2, §13, 4. 2. 'rijo, rugoso': «ele fazia as (roupas) d'algũu *aspero* pano», III, 1, §23, 3. *aspera*, «hũa *aspera* serpente», III, 14, §39, 1. (28)

ASPES, ver *aspe*.

[ASSACAR], v. tr. 'assacar, imputar': «temendo de lhe *assacarem* algũas cousas (...) por que o prendessem», I, 9, §9, 2; «*assacavam-lhe* maaos feitos a tortos», I, 9, §12, 3. (2)

Formas verbais:

ind. imp. 6p. *assacavam-lhe*, I, 9, §12, 3.

inf. pes. 6p. *assacarem*, I, 9, §9, 2.

ASSAZ, ASAZ, adv. 'em quantidade suficiente, bastante': «ca eles tiinham de pam *assaz*», II, 12, §5, 3; «ele nom tiinha *assaz* de gente pera pelejar», III, 6, §7, 1; «os de Beoves começaram de guerrear, e outras cidades, sandiamente *assaz*», II, 20, §16, 1; «tenho os braços *assaz* fortes pera lançar hũu dardo», III, 2, §6, 8. *asaz*, «os que hi eram *asaz* sabiam de pelejar», III, 12, §29, 1.

[ASSEELAR], v. tr. 'selar': «britarom o selo do seu testemunho (...) Cesar o fezera e *asseelara*», IV, 3, §5, 1.

ASSEENTADO, ver *assentado*.

ASSEENTAR, ver *assentar*.

ASSENHORAR (SE), v. refl. 'assenhorear-se': «esto faziam eles por *se* lhes a gente nom *assenhorar* da terra», II, 16, §2, 2; «Nem queriam que os mais ricos *se assenhorassem* dos pobres», II, 16, §2, 3. (2)

Formas verbais:

conj. imp. 6p. *se assenhorassem*, II, 16, §2, 3.

inf. imp. *se assenhorar*, II, 16, §2, 2.

ASSENTADO, ASSEENTADO, 1. adj. 'sentado': «hũu gram jaiaim *asseentado*», III, 1, §3, 1. *asseentados*, «ora em pee ora *asseentados*, a revezes *assentado*», III, 14, §27, 1; «hũu castelo (...) era *assentado* sobre hũas rochas», II, 4, §29, 1. *asseentada*, «Alderde he hũa cidade *asseentada* sobre hũu outeiro», III, 6, §2, 1. *assentadas*, «as tendas de Cesar eram *assentadas* d'escontra o monte», II, 18, §85, 1. (17)

[ASSENTAR (SE)], [ASSEENTAR (SE)], v. refl. 1. 'sentar-se': «Cesar *se asseentou* em cima de hũa colcha», III, 15, §17, 1. 2. 'instalar-se': «hũa hoste tem vantagem da outra pola força do logar em que *se asseenta*», II, 18, §54, 2; «a alma de Pompeio (...) *assentou-se* no pensamento de Bruto e no coração de valente Catom», III, 14, §1, 2. (5)

Formas verbais:

ind. pres. 3p. *se asseenta*, II, 18, §54, 2.

ind. perf. 3p. *assentou-se*, III, 14, §1, 2.

6p. *se assentarom*, IV, 3, §4, 1.

[ASSESSEGADA], adj. 'sossegada': *assessegadas*, «ataa que estas gentes forom *assessegadas*», I, 5, §4, 3; «as ligiões eram *assessegadas*», II, 12, §3, 1. (4)

ASSI, adv. 1. 'deste modo': «*Assi* aconteceo todo em hũu tempo», II, 6, §13, 6; «queria *assi* fazer como os de Chartes», II, 18, §4, 2. 2. conj. 'de tal

modo, tanto': «*assi* que nehũa augua doce nom podia entrar na vila», III, 5, §4, 3; «as outras eram per arredor da fonte (...) *assi* como aspe», III, 14, §32, 2. «*assi* que, destes taaes, tiinha entom juntos bem dez mil», II, 2, §3, 2; «o qual ele tiinha por aprovado e por verdadeiro e justo (*assi* el como todo o poobo de Roma)», II, 2, §18, 2. 3. conj. 'logo': «E *assi* como Antonio chegou armado onde os outros atendiam, eles sairom», I, 10, §3, 11; «em que dos cavaleiros, *assi* como viinham, possessem boas guardas», II, 2, §7, 2.

ASSIINAR, ASSINAR, v. tr. 'assinalar, indicar': «Este espaaço lhes *assinou* Cesar por tal que (...) os cavaleiros a que ele enviara sua resposta fossem hi chegados», II, 2, §7, 1; «E eu *assiinarei* este lugar que, quem quiser fazer onra, o possa achar», III, 13, §25, 6; «*assiinar* o lugar do sepulcro», III, 13, §25, 8. (4)

Formas verbais:

ind. perf. 3p. *assinou*, II, 2, §7, 1.

ind. fut. 1p. *assiinarei*, III, 13, §25, 6.

inf. pes. 3p. *assiinar*, III, 13, §25, 8.

ASSINADO, adj. v. 'assinalado, combinado': «hũu dia foe *assinado*, no mes de Março», II, 2, §5, 6; «combater totalas ligiões de Cesar, em hũu dia *assinado*», II, 12, §4, 5. (5)

ASSINAR, ver *assiinar*.

[**ASSOOMBRRAR**], v. tr. 'dar sombra a': «a rocha entrava muito sobrelo mar e *assoombrava* a augua», III, 7, §3, 5.

[**ASSOVIAR**], v. intr. 'assobiar': «Serpentes e coobras (...) andavam *assoviando* e pelejando arredor dele», III, 14, §34, 3.

ASSUADO, adj. v. 'ajuntado, reunido': «o pam nom pode seer pagado nem *assuado*», II, 2, §16, 2. *assuadas*, «o poderio e as riquezas que tem *assuadas*», II, 2, §19, 2. (4)

ASTA, ver *aste*.

ASTE, **ASTA**, s. f. 'haste' «Argus caio sobre a ponta da *aste* e feze-o entrar per si», III, 5, §21, 4. *asta*, «Lelios trazia a bandeira com a aguia do ouro (...) E Domicio alçou a espada e cortou-lhe a *asta*», III, 12, §40, 3. *astes*, «cortou as *astes* dos croques», III, 5, §23, 6. (14)

ASTRONOMIA, s. f. 'astronomia': «o Egipto he terra do mundo onde mais homem pode achar de natureza de *astronomia*», III, 15, §20, 6.
Ver *estronomia*.

ATA, ver *ataa*.

ATAA, ATA, AATA, ATEE, ATEES, ATÊES, prep. 'até': «daalem do rio *ataa* o Egipto», I, 10, §20, 1; «começou de ferir a deestro e a seestro *ataa* que caio», II, 18, §52, 8. *ata*, «algúas lex (...) que *ata* ali nom foram hordenadas», I, 9, §6, 1. *aata*, «a vingança delo, *aata* aqui, foe tomada per mim», II, 2, §13, 2. *ataas*, «Este querá subir *ataas* estrelas», III, 4, §2, 14. *atees*, «posto que por elo *atees* ora nom lhes *aveeo* cousa contraira», II, 2, §13, 4. *atêes*, «rompeo sua roupa *atêes* os peitos», III, 1, §7, 1. *atee*, «A batalha durou des ora de terça *atee* mea noute», II, 6, §9, 3.

ATAAES, ver *tal*.

[ATADO], adj. v. 'atado': *atados*, «meu filho, e hũu seu sobrinho (...) que eles tiñham *atados* em cadeas de ferro», II, 12, §4, 2. *atada*, «achou hũa pequena barca *atada* na ribeira», II, 3, §24, 4. (2)

ATALENTADO, adj. v. 'desejoso': «cada hũu era *atalentado* de bem fazer», III, 2, §6, 2.

[ATALHAR], v. tr. 'atalhar': «andaaes *atalhando* caminhos», III, 2, §3, 5.

ATAM, adv. 'tão': «elas nom foram *atam* asinha aparelhadas», II, 10, §4, 2. Ver *tam*.

ATANTO, adv. 'tanto': «ho coiro se estendeo *atanto* que o inchaço passou a longura dos braços», III, 14, §38, 2. Ver *tanto*.

[ATAR], v. tr. 'atar': «se nom podesse entrar nas lices, que *atasse* as leteras em hũu dardo e lançasse-as dentro», II, 2, §25, 3; «ela de tal guisa, com seus enganosos laços, ho *atará*», III, 15, §26, 5. (12)

Formas verbais:

ind. imp.	3p. <i>atava</i> , III, 12, §39, 2.
	6p. <i>atavam</i> , II, 11, §18, 4.
ind. perf.	3p. <i>atou</i> , II, 12, §22, 3.
	6p. <i>atarom</i> , III, 15, §47, 2.
ind. mqperf.	3p. <i>atara</i> , IV, 2, §34, 1.
ind. fut.	3p. <i>atará</i> , III, 15, §26, 5.
conj. imp.	3p. <i>atasse</i> , II, 2, §25, 3.

ATEER (SE), v. refl. 'ter em vista': «das estrelas, a qual *se* devia homem *ateer se* quisesse hir ao Egipto ou a Libes», III, 13, §9, 2.

ATEE, ver *ataa*.

ATEES, ver *ataa*.

ATÊES, ver *ataa*.

ATENDA, s. f. 'confiança, segurança': «Por que se a cidade fosse tomada por força, os vencidos nom teem nem hũa *atenda*, mais todo será leixado a Deus e à aventura», I, 8, §40, 6.

ATENDER, v. tr. 'esperar': «os Bretões, que eram da outra parte, nom os ousarom de *atender*», II, 11, §18, 5; «vós e meu filho ficaa e *atende* minha aventura de longe», III, 13, §19, 6; «Os Seines estavam *atendendo* e argulhecendo com tal esperança», II, 18, §6, 2. (80)

Formas verbais:

ind. pres.	1p. <i>atendo</i> , III, 10, §10, 4.
	2p. <i>atentes</i> , III, 1, §8, 3.
	4p. <i>atendemos</i> , II, 6, §12, 2.
	6p. <i>atendem</i> , III, 10, §16, 3.
ind. imp.	1p. <i>atendia</i> , III, 13, §14, 3.
	6p. <i>atendiam</i> , II, 12, §27, 2.
ind. perf.	1p. <i>atendi</i> , II, 3, §15, 2.
	3p. <i>atendeo</i> , II, 3, §21, 2.
	6p. <i>atenderom</i> , II, 14, §7, 1.
ind. mqperf.	3p. <i>atendera</i> , III, 15, §8, 7.
ind. fut.	3p. <i>atenderá</i> , III, 12, §24, 6.
conj. pres.	2p. <i>atendas</i> , III, 3, §2, 5.
	4p. <i>atendamos</i> , III, 7, §5, 5.
conj. imp.	3p. <i>atendesse</i> , II, 21, §4, 2.
	6p. <i>atendessem</i> , II, 4, §17, 3.
imper.	2p. <i>atende</i> , III, 13, §19, 6.
cond.	3p. <i>atenderia</i> , II, 8, §13, 1.
inf. pes.	6p. <i>atenderem</i> , III, 12, §18, 3.
inf. imp.	<i>atender</i> , II, 11, §18, 5.
ger.	<i>atendendo</i> , II, 8, §6, 2.

ATENTAR, v. tr. 'tentar, irritar': «Parece que queres *atentar* os deoses», III, 10, §16, 5.

[ATIÇAR], v. tr. 'atizar': «sepultar-nos-ham nossos filhos em nossas velhices e *atiçarom* o fogo a nossos sepulcros», III, 14, §16, 5.

ATIRAR, v. intr. 'atirar': «Todalas virtuosas gentes pelejam com suas espadas e desejam *atirar* nas batalhas», III, 13, §14, 9.

ATORMENTADO, adj. v. 'torturado': «grande desonra me seria de viver per sua graça como seer per ele *atormentado*», III, 13, §13, 12. *atormentados*, «ouuerom medo de perderem as vidas ou seerem *atormentados*», II, 2, §26, 3. (6)

ATORMENTADOR, adj. 'atormentador': «falam na crueldade do *atormentador*», I, 8, §39, 14. *atormentadores*, «diaboos e *atormentadores*», III, 12, §9, 6. (3)

ATORMENTAR, v. tr. 'torturar': «quando homem *atormenta* algúu, se o tormento he muito aspero», I, 8, §39, 14; «Cesar o mandou *atormentar* e em fim lhe mandou dar com húa facha na cabeça», II, 21, §23, 4. (7)

Formas verbais:

ind. pres. 3p. *atormenta*, I, 8, §39, 14.

ind. perf. 3p. *atormentou-os*, I, 4, §2, 3.

inf. imp. *atormentar*, II, 21, §23, 4.

ATRAS, adv. 'atrás': «eles aviam seus cavalos metidos *atras*», II, 2, §25, 1; «os Franceses tornados *atras* por força», II, 18, §89, 1; «andava *atras* Pompeo com grande esforços», III, 10, §1, 1; «deitarom todo o pavor *atras* e foram todos seguros», III, 18, §3, 7.

ATRAVES, adv. 'através': «fez fazer duas covas *atraves* do monte», II, 4, §8, 4.

ATREVUDAMENTE, adv. 'duramente': «Eles se feriom na escaramuça *atrevudamente*», III, 18, §15, 3.

ATRIGAR (SE), v. refl. 'apressar-se': «Entom *se* começaram a *atrigar* e andar a grandes jornadas», III, 14, §41, 1.

ATURAR, v. tr. 'suportar': «*Arunistus* he homem (...) forte e bravo, assi que nem hûu nom pode longamente *aturar* senom am (...) algúu acorro», II, 3, §2, 10.

AUCIOSA, adj. 'ouçiosa': «Sua espada nom era *auciosa*, ante era ameude bainhada de sangue», II, 18, §64, 2. *auciosas*, «Os Barbaros hiram em batalha por defender Roma e minhas mãaos seram *auciosas*?», III, 1, §21, 1. (2) Ver *ouçioso*.

AUDIENCIA, s. f. 'audiência, assembleia': «falou Cesar a seus cavaleiros, em comûa *audiencia*», II, 18, §54, 1. *audiencias*, «começou de pronunciar na praça e nos lugares onde faziam *audiencias* de Roma», I, 9, §7, 2. (4)

AUGUAR, v. intr. 'encher-se de água': «entenderom a terra *auguar* a seus parceiros e apagar o fogo», III, 15, §40, 2.

AUSTINENTE, adj. 'abstinente, sóbrio': «Ele nunca foi tam *austinente* que nom tomasse aver em seus officios», IV, 2, §10, 1.

AUTOR, s. m. 'autor': «diz ho *autor* do livro», III, 10, §15, 4; «daquestas batalhas nom he nem hûu certo *autor*», III, 15, §54, 1. (2)

AUTORIDADE, s. f. 'autoridade': «algũus dos Franceses que tiñham em grande *autoridade*», II, 8, §13, 2; «sairom per sua *autoridade*, sem algũu duque ou senhor romãao», II, 18, §67, 2; «se antremetia das brivias d'Agustu (...) por que Agustu nom as queria todas meter em *autoridade*», IV, 2, §12, 2. (31)

AVAANÇAR (SE), v. refl. 'adiantar-se': «Eu *me* quero *avaançar* em minha morte», III, 5, §22, 4.

[**AVALIAR**], v. tr. 'avaliar': «*avaliassem* os frutos que sairom dos penhores», IV, 1, §6, 5.

AVANTAGEM, **AVANTAJEM**, s. f. 'vantagem': «grande *avantagem* lhe parecia hir aa ilha», II, 10, §1, 2; «hũa hoste tem *avantagem* da outra pola força do logar», II, 18, §54, 2. *avantajem*, «os Franceses virom que os seus cavaleiros aviam *avantajem*», II, 18, §82, 4. (9)

[**AVANTAJAR** (SE)], [**AVANTEJAR** (SE)], v. refl. 'adiantar-se': «Pompeeo o soube e *avantajou-se*», III, 11, §3, 1; «*Avantejaae-vos* e filhaae todo», III, 12, §50, 4. (2)

Formas verbais:

ind. perf. 3p. *avantajou-se*, III, 11, §13, 1.

imper. 2p. *avantejaae-vos*, III, 12, §50, 4.

AVANTAJEM, ver *avantagem*.

AVANTAMENTO, s. m. 'vantagem, benefício': «se vos fezera pelejar por seu proprio *avantamento*», III, 14, §17, 5.

AVANTAR, v. tr. 'avançar': «Catam (...) fez *avantar* duas naaos», III, 14, §4, 2.

AVANTE, adv. 'adiante': «a ti compre daqui *avante* de te guardares», II, 2, §19, 7; «Ele saltou logo *avante*», IV, 3, §4, 3.

AVAREZA, s. f. 'avareza': «da *avareza* e da luxuria, da cobiça dos nossos cidadãaos», I, 8, §40, 10 (2)

AVE, s. f. 'ave': «da *ave* que ha nome fenis», III, 12, §9, 4. *aves*, «mandou matar animalias e grande poder d'*aves*», II, 23, §7, 2. (12)

AVEA, s. f. 'aveia': «nem triigo nem centeo nem *avea*», III, 7, §1, 4.

AVÊEÇA, ver *aveença*,

AVEENÇA, AVÊEÇA, s. f. 'avença, combinação': «nunca teve *aveença* nehũa que promettesse a Cesar», III, 15, §46, 1; «fez *aveença* com Ircanos que ele fosse rei», I, 10, §7, 5; *avêeça*, «Mitridantes os recebeo per tal *avêeça* que eles prometeriam outra vez lealdade a Cesar», III, 17, §8, 2. (5)

AVENGUARDA, s. f. 'vanguarda': «seus imiigos que eram acerca deles a hũu lança de dardo, e aviam ja rota a *avenguarda*», II, 4, §21, 2; «se meteo adiante por deter a *avenguarda*», II, 18, §69, 2. (3) Ver *venguarda*.

AVENTUIRA, ver *aventura*.

AVENTUIRADO, ver *aventurado*.

AVENTUIRAR, ver *aventurar*.

AVENTUIROSO, adj. 'venturoso': «Cesar he muito *aventuiroso* e que fortuna ho ha posto em tal alto estado», III, 15, §26, 8.

AVENTURA, AVENTUIRA, s. f. 1. 'sorte, acaso': «todo será leixado a Deus e à *aventura*», I, 8, §40, 6; «per grande *aventura* aconteceo que Lucius Cominius entrou onde estava Ambeoris», II, 17, §2, 2. 2. 'aventura, acção arriscada': «nem se meteria em *aventura* de batalha», II, 14, §5, 2; *aventuira*, «Todos andavam em *aventuira*, e quem fortuna guardava, era guardado», III, 12, §27, 2. *aventuras*, «ali ouve mui desvairadas *aventuras*», II, 4, §22, 2. *aventuiras*, «Cesar avia em custume ensinar todalas *aventuiras*», III, 10, §3, 2. (42) Ver *ventura*.

AVENTURADO, AVENTUIRADO, adj. 'venturoso': «bem *aventurado* era o que vivia em repouso», III, 6, §14, 4. *aventuirado*, «Pompeo nom era assi *aventuirado* no mar como ja fora em outro tempo», III, 2, §16, 2. *aventurados*, «podees seer ricos e bem *aventurados*», II, 17, §7, 4. *aventuirados*, «eram bem *aventuirados* em comparaçom dos Romãaos», III, 12, §25, 5. *aventurada*, «a mal *aventurada* molher», III, 13, §24, 3. (7)

AVENTURAR, AVENTUIRAR, I. v. intr. 'arriscar': «muito sooes sandeus, *aventurardes* vossos corpos a morte», III, 14, §17, 6; «A franqueza de Roma te quero eu *aventuirar* com a minha espada», III, 12, §38, 9. 2. v. refl. 'arriscar-se': «eu me *aventurarei* a todos perigoos», III, 10, §12, 10; «Vergonha he seerdes homêes, pois vos nom *aventuiraaes* aa morte», III, 11, §10, 2. (14)

Formas verbais:

ind. pres. 5p. *aventuiraaes*, III, 11, §10, 2.

ind. imp. 3p. *aventurava*, III, 14, §46, 1.

ind. fut. 1p. *aventurarei*, III, 10, §12, 10.

conj. pres. 3p. *aventuire*, III, 5, §21, 3.

inf. pes. 2p. *aventurares-te*, III, 10, §16, 3.

5p. *aventurardes*, III, 14, §17, 6.

inf. imp.	<i>aventurar</i> , III, 3, §7, 5. <i>aventuirar</i> , III, 12, §38, 9.
ger.	<i>aventuirando</i> , III, 10, §16, 5.

AVER, [HAVER], 1. v. tr. 'haver, ter': «amavam mais de seguir o bem que *aver* enveja», I, 8, §39, 27; «fezerom-lhe saber que *aviam* hũu forte lugar na terra», II, 11, §21, 1; «E hi *ouverom* asaz de feridas», II, 12, §16, 2; «eu *averei* a vingança se Cesar for vencido», III, 13, §13, 11. 2. aux. conj. perifr. 'haver': «o pam *avia* de seer partido», II, 2, §15, 3; «Esto me *avees* de agradecer», II, 18, §22, 3. 3. aux. temp. comp. 'haver': «tanto *aviam* roubada sua terra», II, 2, §10, 6; «Esto que *dito* ei agora», II, 2, §16, 4; «Des que Catam *ouve* acabada sua razom», III, 1, §21, 5.

Formas verbais:

ind. pres.	1p. <i>ei</i> , I, 9, §4, 3. 2p. <i>ás</i> , III, 14, §29, 5. <i>has</i> , III, 12, §15, 2. 3p. <i>á</i> , I, 8, §39, 15. <i>ha</i> , II, 3, §7, 6. 4p. <i>avemos</i> , I, 8, §40, 21. 5p. <i>avees</i> , I, 8, §40, 30. 6p. <i>am</i> , II, 3, §2, 10. <i>ham</i> , II, 2, §10, 3.
ind. imp.	1p. <i>avia</i> , III, 13, §9, 6. 2p. <i>avias</i> , III, 13, §6, 4. 3p. <i>avia</i> , II, 12, §15, 3. 4p. <i>aviamos</i> , III, 14, §16, 4. 5p. <i>avies</i> , III, 14, §17, 6. 6p. <i>aviam</i> , II, 2, §4, 1.
ind. perf.	1p. <i>ouve</i> , I, 10, §8, 2. 2p. <i>ouveste</i> , II, 3, §2, 11. 3p. <i>ouve</i> , I, 10, §8, 2. 4p. <i>ouvemos</i> , I, 8, §39, 7. 5. <i>ouvestes</i> , II, 18, §55, 1. 6p. <i>ouverom</i> , II, 17, §4, 4. <i>overom</i> , II, 18, §14, 1.
ind. mperf.	3p. <i>ouvera</i> , IV, 2, §25, 1.
ind. fut.	1p. <i>averei</i> , II, 3, §15, 4. 2p. <i>averás</i> , I, 5, §3, 8. 3p. <i>averá</i> , II, 3, §11, 10. 4p. <i>averemos</i> , II, 21, §13, 7. 5p. <i>averees</i> , I, 2, §4, 7. 6p. <i>averam</i> , II, 18, §68, 4. <i>avê-las-ham</i> , III, 10, §4, 9.
conj. pres.	1p. <i>aja</i> , II, 2, §19, 7. 2p. <i>ajas</i> , II, 2, §12, 5. 3p. <i>aia</i> , II, 2, §12, 6.

- haja*, III, 15, §3, 4.
 5p. *ajaces*, II, 10, §8, 3.
 6p. *ajam*, III, 8, §5, 3.
 conj. imp. 1p. *ouvesse*, II, 3, §5, 3.
 3p. *ouvesse*, III, 12, §1, 3.
 5p. *ouvesseis*, III, 12, §22, 6.
 6p. *ouvessem*, II, 9, §1, 7.
 conj. fut. 3p. *ouver*, III, 1, §20, 8.
 5p. *ouverdes*, III, 2, §8, 4.
 6p. *ouverem*, III, 12, §16, 11.
 imper. 2p. *avec*, II, 4, §14, 3.
 cond. 1p. *averia*, II, 3, §15, 8.
 3p. *averia*, II, 15, §3, 2.
 6p. *averiam*, II, 23, §7, 2.
 inf. pes. 1p. *aver*, III, 14, §10, 9.
 4p. *avermos*, III, 15, §26, 12.
 5p. *averdes*, I, 8, §40, 7.
 6p. *averem*, II, 2, §1, 2.
 inf. imp. *aver*, I, 10, §10, 4.
 ger. *avendo*, I, 10, §10, 5.
 ind. pres. comp. 3p. *tem avudas*, III, 1, §21, 4.
 part. absol. *avudo*, «*Avudo* aquele conselho», II, 14, §5, 4.
avidas, «pronunciada sua sentença e *avidas* as de algũs senadores», I, 8, §38, 1.
 4. s. m. 'bens materiais', «prometerom grande *aver* aos Sens», II, 14, §2, 1. *averes*, «seer senhores de seus corpos e de todos seus *averes*», II, 4, §31, 4.

AVERSAIRO, [ADVERSAIRO], s. m. 'adversário': «choravam a morte de seu *aversairo*», III, 12, §13, 3. *aversairos*, «o mal que seus *aversairos* lhe buscavam», II, 23, §3, 1. *adversairos*, «se nom podiam guardar de seus *adversairos*», II, 4, §22, 2. (18)

AVERSIDADE, s. f. 'adversidade': «nem por *aversidade* que lhe acontecesse caio em desesperaçom», III, 12, §48, 5.

AVIDO, ver *avudo*.

[**AVIIR**], v. intr. 'suceder, resultar': «posto que por elo atees ora nom lhes *aveo* cousa contrairra», II, 2, §13, 4; «Mais assi lhes *aveo* da viinda de Cesar que ele filhava e matava os homẽes», II, 19, §3, 1; «a hũa vez *avem* o que nom acontece em cento», III, 18, §4, 5; «esta reprocha e outras lhe *aveerom* assaz por esta cousa», IV, 2, §8, 8. (10)

Formas verbais:

- ind. pres. 3p. *avem*, III, 18, §4, 5.
 6p. *avem*, II, 18, §32, 1.

- ind. imp. 3p. *aviinha*, IV, 2, §16, 2.
 ind. perf. 3p. *aveeo*, II, 2, §13, 4.
 aveo, II, 19, §3, 1.
 6p. *aveerom*, IV, 2, §5, 8.
 ind. fut. 3p. *aviirá*, II, 4, §14, 3.
 conj. imp. 3p. *avesse*, III, 5, §7, 1.
 avehesse, III, 12, §48, 5.
 conj. fut. 3p. *avier*, II, 12, §7, 2.

AVIOLADO, adj. v. 'violado, profanado': «o sacrificio fora *aviolado*», I, 5, §2, 2. (2)

AVISADO, 1. adj. 'prudente, sensato': «era mais *avisado* e forte», I, 10, §7, 1. *avisadas*, «som gentes mui *avisadas* e temem pouco nossos dardos», III, 13, §13, 9. 2. adj. v. 'prevenido': *avisados*, «os Romãaos foram *avisados* per seu dano a hordenar melhor suas guardas», II, 20, §7, 3; «Nunca os de Sêes sejam tam *avisados* contra mim que me eles enganem desta guisa», II, 21, §16, 3. (7)

AVISAR, 1. v. tr. 'noticiar, avisar': «ele ho *avisara* e conselhara de muitas cousas que ele soubera da conjuraçom», I, 8, §57, 3; «correrom as tendas d'arredor e *avisarom* a mais fraca entrada», II, 7, §6, 3. 2. v. refl. 'prevenir-se': «*avisarom-se* de hir contra aqueles que saïrom», II, 18, §6, 3; «nem hũu nom pôde mais sagesmente *avisar-se* de todas cousas que pertenciam a batalha», II, 18, §23, 5. (17)

Formas verbais:

- ind. perf. 3p. *avisou*, III, 14, §42, 4.
 6p. *avisarom*, II, 11, §18, 3.
 ind. mqperf. 3p. *avisara*, I, 8, §57, 3.
 imper. 2p. *avisaae-vos*, I, 8, §40, 8.
 avisaaï-vos, II, 10, §4, 3.
 inf. imp. *avisar*, II, 18, §23, 5.

AVISSO, s. m. 'abismo': «quando decia, parecia que caia no *avisso*», III, 10, §14, 1; «Gente do *avisso* e câaes do inferno e tormentos dos arrançaodos», III, 12, §10, 2. (2)

AVITO, s. m. 'hábito, traje': «passou per meetade de seus imiigos, em *ávito* de franceses», IV, 2, §14, 2; «foi a el em *ávito* de molher», IV, 2, §29, 4. (2)

AVIVADAMENTE, adv. 'com vivacidade': «trabalharom-se de pelejar mais *avivadamente*», II, 20, §13, 3.

[AVIVADO], adj. v. 'fortalecido': *avivados*, «nom poderom sofrer a força dos Romãaos, que andavam *avivados* por sua victoria», II, 18, §64, 6; «o coração dos que fogiam foram *avivados*», III, 11, §10, 7. (2)

[AVIVAR], v. tr. 'fortalecer, tornar mais vivo': «metia os Franceses em grande orgulho e *avivava-lhes* os corações», II, 20, §6, 3; «Cesar *avivava* mais seu temor que seu amor», III, 3, §2, 2. (2)

[AVIVENTAR], v. tr. 'avivar': «A chama dos brandões se meteo nas estopas, e o pez (...) *aviventou* o fogo», III, 15, §39, 2; «o fogo forte e vivo, e o vento que o *aviventava*», III, 15, §47, 4. (2)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *aviventava*, III, 15, §47, 4.

ind. perf. 3p. *aviventou*, III, 15, §39, 2.

AVOLTA, adj. 'revolta': «chua pouca d'agua, *avolta* e espessa», III, 14, §27, 2.

AVONDADO, adj. v. 'cheio': «ele era mui *avondado* d'ouro», IV, 2, §10, 2.

AVONDAMENTO, s. m. 'riqueza': «por que (...) ouvera honra e *avondamento*», IV, 3, §9, 3.

AVONDANÇA, s. f. 'grande quantidade, riqueza': «mais cidadãos e maior *avondança* de caavlos e d'armas», I, 8, §40, 21; «começou-lhes tanto a prazer a terra de França e a *avondança* e maneira dela», II, 3, §2, 5. (5)

[AVONDAR], v. intr. 'bastar': «a quarta parte vos *avondará*», III, 4, §2, 3.

AVORRECIVEL, adj. 'repugnante': «os campos foram tam cheos de gente morta e ferida que jazia no chão (...) que era cousa *avorrecivel* e espantosa a veer», III, 18, §12, 2.

[AVORRIDA], adj. 'repugnante': *avorridas*, «El-rei he agora aqui e assi he Cleopatra, sua molher e sua irmã, com suas *avorridas* vodas», III, 15, §26, 6.

AVUDO, AVIDO, adj. v. 'tido': «seria prasmado e *avudo* por sandeu», II, 6, §11, 6. *avido*, «aquele conselho foi *avido* na hoste dos Romãos», II, 10, §11, 3. *avuda*, «hordenees assi vossa fim que depois seja *avuda* por boa», III, 7, §5, 2. *avida*, «foe *avida* algũa prosunçom que Cesar fora meido naquela conjuraçom», I, 8, §1, 2.

AZ, ver *aaz*.

AZEITE, s. m. 'azeite': «E partio trigo e *azeite* e dinheiros ao poboo de Roma», IV, 1, §2, 2; «verças corregidas com mao *azeite*», IV, 2, §9, 2. (2)

BIBLIOGRAFIA

DICIONARIOS

BLUTEAU, Raphael, *Vocabulário Portuguez e Latino*. Vols. I e IX. Coimbra, 1712-1721.

Dicionário da Língua Portuguesa publicado pela Academia Real das Sciencias de Lisboa. Tomo I. A. Lisboa, 1793.

FIGUEIREDO, Cândido de, *Dicionário da Língua Portuguesa*, 14.^a ed., volume I, Lisboa, 1949.

LORENZO, Ramón, *Sobre cronologia do vocabulário Galego-Português* (Anotações ao 'Dicionário etimológico' de José Pedro Machado). Editorial Galaxia, Vigo, 1968.

MACHADO, José Pedro, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 2.^a ed. Editorial Confluência, Lisboa, 1972.

MAGNE, Augusto, *Dicionário da Língua Portuguêsa especialmente dos Períodos Medieval e Clássico*, Vol. I. Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1950.

MORAES SILVA, António, *Diccionario da Lingua Portuguesa*, composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por (...). Tomo I, Lisboa, 1789.

NASCENTES, Antenor, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguêsa*. Segunda tiragem da primeira edição. Rio de Janeiro, 1955.

Tresor de la Langue Française, Dictionnaire de la Langue du XIXe. et XXe s. (1789-1960), publié sous la direction de Paul Imbs. Tome premier. A - Affiner. Eds. du C. N. R. S., Paris, 1971.

VIEIRA, Domingos, *Grande Diccionario Portuguez ou Tesouro da Lingua Portuguesa*. Primeiro volume. Porto, 1871.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa, *Elucidario das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usarão*. Lisboa, 1798.

TEXTOS ARCAICOS COM GLOSSÁRIO

CARTER, Henry H., *The Portuguese Book of Joseph of Arimathea*, paleographical edition. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1967.

- CEPEDA, Maria Isabel Vilares, *A linguagem da «Imitação de Cristo»*, versão portuguesa de Fr. João Álvares. Publicações do Centro de Estudos Filológicos, Lisboa, 1962.
- CINTRA, Maria Adelaide Valle, *Bibliografia de Textos Medievais Portugueses*. Publicações do Centro de Estudos Filológicos, Lisboa, 1960.
- CINTRA, Maria Adelaide Valle, *Livro do Soliloquio de Sancto Agostinho* (cód. alcoh. OCLXXIII.198). Publicações do Centro de Estudos Filológicos, Lisboa, 1957.
- CUNHA, Celso Ferreira da, *O Cancioneiro de Joan Zorro*. Rio de Janeiro, 1949.
- CUNHA, Celso Ferreira da, *O Cancioneiro de Martin Codax*. Rio de Janeiro, 1956.
- FERRIN, X. L. Mendez, *O Cancioneiro de Pero Meogo*. Editorial Galaxia, Vigo, 1966.
- FLUTRE, Louis-Ferdinand, *Les manuscrits des «Faits des Romains»*. Paris, 1932.
- FLUTRE, Louis-Ferdinand, *Le moyen picard d'après les textes littéraires du temps (1560-1660)*. Textes-Lexique — Grammaire. Musée de Picardie, Amiens, 1970.
- Índices da Revista Lusitana*. Director José Leite de Vasconcelos. Vols. 1-XXXVIII (1887-1943). Publicações do Centro de Estudos Filológicos, Lisboa, 1967.
- LAPA, M. Rodrigues, *Cantigas d'escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*. 2.^a ed. Editorial Galaxia, 1970.
- MAGNE, Augusto, *A Demanda do Santo Graal*. III Vol. Rio de Janeiro, 1944.
- MALER, Bertil, *Orto do Esposo*. III Vol. Stockholm, 1964.
- MATEUS, Maria Helena Mira, *Poesias de Jorge de Aguiar e de Jorge de Resende, e duas composições de João Roiz de Castelo Branco*. Rev. da Faculdade de Letras, Lisboa, 1969.
- MATEUS, Maria Helena Mira, *Vida e Feitos de Júlio César*, Edição crítica da tradução portuguesa quatrocentista de «Li Fet des Romains» por (...) Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1970.
- MACHADO, Elxa Paxeco, e José Pedro Machado, *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* (antigo colucci-Brancuti). Leitura, comentários e glossário por (...) Lisboa, a partir de 1949.

- PICCHIO, Luciana Stegagno, *Le Poesie de Martin Moya*. Edizioni dell'Ateneo, Roma, 1968.
- PIEL, Joseph Maria, *Leal Conselheiro o qual fez Dom Eduarte Rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Cepta*. Lisboa, 1942.
- PIEL, Joseph Maria, *Livro dos Ofícios de Marco Tullio Cicerom o qual tornou em linguagem o Infante D. Pedro Duque de Coimbra*. Coimbra, 1948.
- ROSEIRA, Abílio, «Vida do Cativo Monge Confesso», em *BF*, I, 1932, pp. 40-52, 125-162, III, 1934, pp. 54-58.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e, *A mais antiga versão portuguesa dos Quatro Livros dos Diálogos de São Gregório*. Volume IV. Universidade de São Paulo, 1971. (Tese não impressa)
- VASCONCELLOS, Carolina Michaëlis de, *Cancioneiro da Ajuda*. Edição crítica e comentada por (...) 2 vols. Halle, 1904.
- VASCONCELLOS, Carolina Michaëlis de, *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*. Lisboa, 1922 (sep. da *RLu*, XXIII, 1920).
- VEIGA, Albino de Bem, *Virgeu de Consolação*. Publicações da Universidade da Bahia, 1959.

2110

CONJUNTIVO E A RESTRIÇÃO DA FRASE-MAIS-ALTA

ISABEL HUB FARIA

(LISBOA)

PARTE I

1. Introdução

A formulação definitiva da hipótese apresentada neste trabalho surgiu à medida que me fui propondo analisar alguns aspectos da língua portuguesa em que o Conjuntivo tomava parte, como foram os casos da análise das Imperativas ⁽¹⁾ e do Transporte da Negativa ⁽²⁾.

De resto, se, por um lado, esses pequenos estudos me iam, a pouco e pouco, esclarecendo acerca de um certo 'comportamento' do Conjuntivo, o certo é que, à medida que tinha em conta as várias ocorrências, se tornava urgente inseri-las numa análise unitária para a qual se tenderia a formular uma hipótese suficientemente forte que pudesse explicar, não apenas o que era observável em cada caso isolado, mas que passasse a ter em conta o aparecimento do Conjuntivo em geral.

A questão que primeiramente se me pôs foi a da origem. A que se deve o aparecimento do Conjuntivo? Quais as condições para a sua existência? Havendo condições, serão todas elas de um mesmo tipo? As gramáticas portuguesas consultadas pouco me esclareceram sobre estes pontos.

⁽¹⁾ Faria, Isabel Hub (1972 a) «Sobre a Formação das Imperativas em Português», em *Boletim de Filologia*, tomo XXII, 3-4.

⁽²⁾ Estudo integrado no trabalho «Mood Variation and the Highest Verb Constraint», (não publicado), Chapel Hill 1972, entregue como relatório a John R. Ross.

À parte um ou outro apontamento sobre as características da sua evolução histórica, ou, a descrição pouco sistemática dos vários casos de ocorrência, a informação dada aparece sempre feita a partir de dados exclusivamente intuitivos, baseados no comportamento de superfície. Uma definição que parece exemplificar o que foi dito é a extraída de Celso Cunha (1970) p. 318: «Ao empregarmos o MODO SUBJUNTIVO, (...) encaramos a existência do facto como uma coisa *incerta, duvidosa, eventual* ou, mesmo, *irreal*.» Sobre a forma de ocorrência diz-nos o mesmo autor: «o SUBJUNTIVO é o modo exigido nas orações que dependem de verbos cujo sentido está ligado à ideia de ordem, de proibição, de desejo, de vontade, de súplica, de condição e outras correlatas. É o caso, por exemplo, dos verbos *desejar, duvidar, implorar, lamentar, negar, ordenar, pelir, proibir, querer, rogar e suplicar*.»

Dada ainda a inexistência (ou o meu desconhecimento) de trabalhos já realizados sobre o Conjuntivo em português, baseei-me, sobretudo, em descrições do Conjuntivo feitas para o francês (Gerhard Boysen (1971)), para o italiano (Jørgen Schmitt Jensen (1970)) e para o espanhol (Rivero (1971)), sendo esta última de orientação generativista.

É, no entanto, de evidenciar o caso único da *Grammática Philosophica da Lingua Portuguesa* de Jeronymo Soares Barboza, onde encontrei, na p. 222 da 2.^a edição (1830), a seguinte definição:

«O *Subjunctivo*, ou *Conjunctivo* he hum modo, pelo qual o verbo enuncia a coexistência do attributo no sujeito de huma maneira affirmativa, porém indirecta e dependente de outro verbo claro, ou occulto, que o determina; e sem o qual não faz sentido, nem póde estar na oração.»

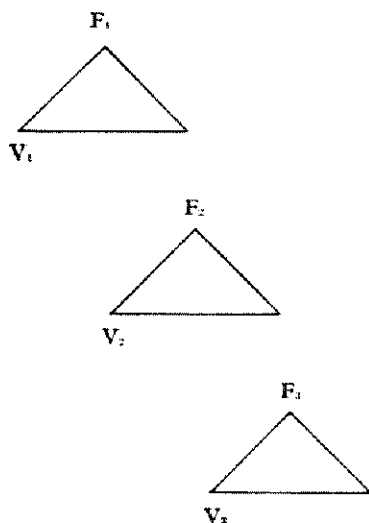
O que me parece verdadeiramente relevante na definição apresentada é que, pela primeira vez, se fizesse, embora intuitivamente, referência não só à dependência do Conjuntivo de um «outro verbo *claro*, ou *occulto*», como ainda à «coexistência do attributo no sujeito de huma maneira affirmativa», opinião que me parece, desde já, entrar em contradição com a ideia de 'dúvida' que, tanto gramáticos tradicionais, como, até, alguns linguistas transformacionalistas se empenharam em atribuir ao Conjuntivo. Voltaremos, no entanto, a este assunto no capítulo 3.2.

Por outro lado, a definição dada por Barboza continha potencialmente um caminho a explorar — o facto de o Conjuntivo depender de um verbo claro ou occulto, o que, posto noutros termos, é o mesmo que dizer que o Conjuntivo poderá ser determinado pela existência de um verbo superior que o domine, verbo esse que poderá sofrer uma transformação de apagamento, não se utilizando, portanto, na superfície.

A análise mais aprofundada dessa hipótese levou-me à consideração de que:

a) O Conjuntivo não só depende realmente de um verbo superior, como, muitas vezes, do verbo-mais-alto. A distinção entre um e outro é simples. Na frase complexa (1)

(1)



V_1 será o verbo-mais-alto

V_1 é o verbo superior de V_2

V_2 é o verbo superior de V_3

i.e., no caso do Conjuntivo aparecer em V_3 , pode depender não de V_2 mas de V_1 .

b) O Conjuntivo não depende apenas do verbo-mais-alto mas, também, dos elementos pertencentes a F_1 que, de qualquer forma, possam ser considerados modificadores verbais.

c) Em todos os casos, o aparecimento do Conjuntivo insere-se sempre numa estrutura de complementação, isto é, não existem Conjuntivos independentes, como pode à primeira vista parecer em estruturas de superfície.

Para a explicitação destes três pontos há que remeter para a leitura das páginas que se seguem.

Antes, no entanto, é preciso dizer que não considero a análise que apresento para o Conjuntivo de qualquer forma exaustiva. Houve que optar, desde o início, pelos aspectos que me pareceram mais relevantes.

O mesmo aconteceu, de resto, em relação aos mecanismos teóricos que utilizo, basicamente os da Semântica Generativa. A própria utilização dos elementos de análise se baseia quase exclusivamente na minha própria competência de falante do português, que será, provavelmente, diferente da de alguns outros falantes. Quero, no entanto, notar que, na ausência de meios de testar o meu próprio idiolecto, e tenho ainda uma confessada suspeita sobre os critérios e aplicabilidade dessa mesma testação, me limitei a arriscar apenas a minha própria noção de *gramaticalidade*. De facto, numa análise que pretende sobretudo ter em conta o maior número de casos tipo (que, muitas vezes, se apresentam de frequência excepcional), não me parece indispensável nem recorrer a critérios estatísticos de gramaticalidade, nem cair no extremo de rebuscar na literatura fenómenos que escapam visivelmente às construções padrão.

2. Alguns aspectos na teorização dos verbos abstractos

A designação de *verbo abstracto* aparece como elemento utilizado pela Semântica Generativa acompanhando a evolução desta última e adquirindo, deste modo, um estatuto de cujas fases pretendemos, embora resumidamente, dar notícia.

A primeira versão do *verbo abstracto* aparece logo após o modelo apresentado por Chomsky (1965) em «Aspects of the Theory of Syntax» e data ainda de 1965. Esta versão está fundamentalmente ligada a G. Lakoff que, na altura, considera *verbo abstracto* como *uma matriz semântica minimamente especificada*, isto é, contendo desde o mais baixo denominador atribuível a uma *classe de significação* ⁽²⁾, até aos traços relativos a todos os verbos de uma classe de significação e apenas esses.

Deste modo se distinguia simultaneamente, não só a relação de semelhança ou diferença de significação entre os verbos (a partir dos traços distintivos de origem semântica), como, também, a relação entre verbos e outros elementos categoriais (a partir de traços distintivos sintácticos).

Esta noção de verbo abstracto, existindo já como elemento da chamada *sintaxe abstracta*, distinguia-se totalmente de um verbo real, e a sua estruturação em termos complexos se, por um lado, punha em evidência as suas qualidades relativamente a outros elementos categoriais (por exemplo

(²) *Uma classe de significação*, do ponto de vista sintáctico-semântico, é um conjunto de marcas semânticas que podem funcionar em regras sintácticas. (cf. Robin Lakoff (1967) p. 165).

a relação entre verbos e adjectivos) (⁴), por outro, ao não ter em conta os dados de superfície, pouco contribuiu para a sua definição e utilização como elemento de estrutura sintagmática.

Esta primeira designação viria a ser, em breve, posta de lado, para ser reformulada por Robin Lakoff.

Robin Lakoff (1967), partindo da análise do latim, iria demonstrar que não havia necessidade interna da utilização dos verbos abstractos propostos por George Lakoff, visto que estes não pressupunham quaisquer regras sintácticas. Em vez deles, Robin Lakoff propõe a existência de verbos que estivessem na base de regras e cujos traços, após a pressuposição dessas regras, permaneceriam em estrutura de superfície. Só deste modo é que haveria motivação sintáctica suficiente para a sua postulação na base. A nova definição para *verbo abstracto* é a seguinte: «*verbos abstractos são verbos que têm propriedades sintáctico-semânticas semelhantes às dos verbos reais*» (R. Lakoff (1967) p. 165). Contudo não se pode definir um verbo abstracto a partir de todas as possíveis combinações de propriedades sintáctico-semânticas. Existem classes de verbos para as quais não existem verbos abstractos. Assim, *só existe verbo abstracto para uma classe de verbos, quando essa classe corresponder a uma classe de significação* (⁵).

A teoria de Robin Lakoff, se tinha, por um lado, resolvido a relação dos verbos abstractos com a superfície, tinha, por outro, esquecido a relação, igualmente importante, dos verbos abstractos com os outros elementos a ter em conta numa estrutura abstracta em que esses verbos se deveriam inserir.

Essas relações viriam a ser o ponto fulcral das análises posteriormente apresentadas por James McCawley e John R. Ross, respectivamente na adopção e adaptação de relações lógicas estabelecidas pela lógica formal à análise das relações sintáctico-semânticas e na atenção dada à relação língua natural/acto de locução, estudos que estão na base de análises-tipo como é o caso da *análise performativa* e dos estudos de *pressuposição*.

(⁴) Para um maior aprofundamento deste aspecto consulte-se G. Lakoff (1965) apêndice A.

(⁵) Nem todas as marcas semânticas funcionam em regras sintácticas. Por exemplo, não existe nenhuma marca semântica para os verbos que significam 'comer' que funcione sintacticamente ou que diferencie uma regra aplicável aos verbos que significam 'comer' de uma regra aplicável apenas aos verbos que significam 'beber' (R. Lakoff, ob. cit. p. 165).

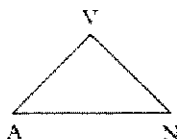
2.1 A gramática não-discreta (Ross)

Conceitos nem sempre valorizáveis em termos *discretos* (i.e., categoriais) vieram pôr em dúvida as próprias noções mais básicas de *categoria*. De facto, todo o estudo até então realizado, submetido *a priori* às regras de contrução de uma *gramática categorial*, não só nem sempre se ajustava aos próprios factos-língua, como limitava a análise desses mesmos factos e estruturas pré-determinadas de funcionamento autónomo e finalizado como era o das categorias.

Em termos práticos, não há razão para se atribuir, *a priori*, a categoria SN a um Nome, tal como não há razão para se atribuir a categoria V a um Verbo. Acontece que existem nomes que se comportam, em determinados contextos, como verbos e verbos que podem comportar-se como nomes.

Estas concepções estariam, assim, na base daquilo a que Ross chamou *gramática não-discreta*, entendendo por *não-disceta* o facto de uma gramática não conter elementos perfeitamente *discretos*, isto é, que preencham todas as condições de pretença a categorias distintas e autónomas. Uma gramática deve, antes, ser uma cadeia de *elementos quase contínuos* (squish) e deve estar organizada, não de forma linear, mas num sistema circular cuja representação esquemática é a seguinte:

(2)



V > A > N
A > N > V
N > V > A

Exemplo de um 'squish' categorial é o que Ross apresenta e passamos a reproduzir:

(3)

V > Participípio Presente > Participípio Perfeito > Participípio Passado > Adjectivo >
> Preposição (?) > 'adjectivo nominal' ex. engraçado > Nome

Partindo do esquema (3), compreende-se que se possa afirmar que existem verbos mais nominais do que outros, ou que há nomes mais verbais do que outros. Exemplos concretos deste tipo de análise e classificação podem encontrar-se em 3.1 e 3.2.

Voltando a falar de elementos *não-discretos*, resta dizer que eles ultrapassam em muito a já referida refutação de categoria. De facto, a própria forma como se combinam os elementos (relações lógico-sintácticas) seria susceptível de ser posta em causa enquanto sistema de relações perfeitamente definido. Tal foi a razão que levou Ross a aceitar a noção de 'squish' para a própria realização de regras de transformação dentro dos vários tipos de frases.

2.2 *A lógica dos conceitos indefiníveis* (George Lakoff)

A par dos estudos feitos por Ross, situam-se alguns trabalhos de George Lakoff (1972) sobre a lógica dos conceitos indefiníveis (logic of fuzzy concepts). Nesses trabalhos é defendida a posição de que os conceitos, numa língua natural, têm campos definidos e limites confusos o que, consequentemente, faz com que as frases de uma língua natural sejam frequentemente consideradas nem verdadeiras nem falsas, nem, mesmo, desprovidas de sentido, mas sim verdadeiras até certo ponto, falsas até certo ponto, verdadeiras sob determinado ponto de vista, falsas sob outros pontos de vista.

Citamos um dos exemplos apresentados por Lakoff: — Será que a maior parte das pessoas pensa uma determinada espécie como sendo pássaros ou não-pássaros ou, por outro lado, os considera pássaros em determinado grau? Se os considera em determinado grau, então quando se diz que X é membro de uma categoria Y, a frase 'Um X é um Y' deveria ser verdadeira apenas até certo ponto, mais do que pura e simplesmente verdadeira ou falsa, como se pode observar em (4):

(4)

- a. Um pardal é um pássaro (verdadeira)
- b. Uma galinha é um pássaro (menos verdadeira que a.)
- c. Um pinguim é um pássaro (menos verdadeira que b.)
- d. Um morcego é um pássaro (falsa ou, pelo menos, está muito distante da verdade)
- e. Uma vaca é um pássaro (absolutamente falsa)

No entanto, a razão por que as pessoas fazem, de um modo geral, juízos categoriais, deve-se ao facto de as pessoas incluírem os conceitos relativos em conceitos absolutos, inserindo o membro em questão na categoria em que ele ocupa o grau mais alto. Daí que se possa esboçar o quadro anterior nos seguintes termos:

(5)

- a. Um pardal é mais pássaro do que qualquer outra coisa (V)
- b. Uma galinha é mais pássaro do que qualquer outra coisa (V)
- c. Um pinguim é mais pássaro do que qualquer outra coisa (V)
- d. Um morcego é mais pássaro do que qualquer outra coisa (F)
- e. Uma vaca é mais pássaro do que qualquer outra coisa (F)

Em face de (4) e (5), parece-nos agora perfeitamente clara a diferença entre uma análise feita em termos de elementos-quase-contínuos e uma análise feita em termos categoriais.

É com base nos métodos de análise apresentados quer pela *gramática não-discreta* de Ross, quer pela *lógica dos conceitos indefiníveis* de Lakoff, e, tendo ainda, por certo, os princípios teóricos da Semântica Generativa, que o presente trabalho sobre o Conjuntivo se vai estruturar. Deste modo, se tentará provar que:

a) O Conjuntivo é determinado pela existência, na base, de elementos abstractos constituintes da frase-mais-alta;

b) os elementos abstractos da frase-mais-alta são Verbo-mais-alto, NEG, Tempo;

c) esses elementos abstractos são modificadores verbais, enquanto qualificadores ou quantificadores, ou, no caso dos próprios verbos, contêm, só por si, qualidades e quantidades de modificadores;

d) não há uma classe distinta de quantificadores verbais, tal como não há uma classe distinta de qualificadores verbais;

e) não há classes definidas de verbos que implicam Conjuntivo. Existem, sim, gradações entre os verbos que implicam Conjuntivo;

f) o Conjuntivo, tal como se apresenta na superfície, é o resultado da aplicação de um sistema de transformações a aplicar sobre o AUX da frase inferior, transformações essas que resultam, por sua vez, da actualização das restrições de base já referidas.

PARTE II

3. O(s) Conjuntivo(s)

3.0 Introdução

Neste capítulo pretende-se, sobretudo, delimitar e sistematizar os vários tipos de ocorrência do modo Conjuntivo, considerando como objecto principal um caso (Conjuntivo) que é elemento pertencente a vários tipos de frases (Conjuntivas).

Habitualmente, os casos de ocorrência do Conjuntivo são classificados como *Conjuntivo independente* (sempre que o Conjuntivo aparece em *orações principais*) e *Conjuntivo subordinado* (quando o Conjuntivo é o modo empregue pelo verbo da oração subordinada, encaixada ou complementar) ⁽¹⁾.

Como casos-exemplos de *Conjuntivo independente* mencionamos os seguintes:

- (1) Não *faças* esses olhos de carneiro mal morto!
- (2) *Desapareçam* daqui e depressa!
- (3) *Seja* como imaginaste! (Conj. «optativo»)
- (4) Talvez ele *tenha* posto em prática o plano de ataque à fábrica de chocolates! (Conj. «potencial»)
- (5) Quer *chova* quer *faça* sol, tenho que ficar em casa.
- (6) *Aconteça* o que acontecer, não mudo de ideias sobre este caso!

⁽¹⁾ A respeito da classificação *Conjuntivo independente/Conjuntivo subordinado*, Celso Cunha (1970) p. 318, diz:

«Como o próprio nome indica, o SUBJUNTIVO (do latim *sub-junctivus* «que serve para ligar, para subordinar») denota que uma acção, ainda não realizada, é concebida como dependente de outra, expressa ou subentendida. Daí o seu emprego normal na oração subordinada. Quando usado em orações absolutas, ou orações principais, envolve sempre a acção verbal de um matiz afectivo que acentua fortemente a expressão da vontade do indivíduo que fala.»

Exemplos de *Conjuntivo subordinado*:

- (7) Ordeno-te que *pares* de bater com a cabeça nas paredes.
- (8) Receio que o director não *compreenda* aquilo que se lhe pede.
- (9) Espero que esta história *acabe* rapidamente.
- (10) Já viste alguém que *seja* tão duro de roer?
- (11) Não há um único caso em que os polícias *tenham* razão.
- (12) Há pouca gente que *entenda* isso.
- (13) Se achares um caso em que isso *aconteça*, diz-me logo.
- (14)

Embora	}	não <i>morra</i> de amores por blusas de risquinhas, levo esta.
Ainda que		
- (15) É preciso que isso *aconteça*.
- (16) Não rasgo esta declaração para que a *possa* voltar a ler.
- (17) Antes que *digas* asneiras, cala-te.
- (18) Até que te *cales*, o João não abre a boca.
- (19) Quando ouviu o que lhe chamaram, ficou como se *fosse* muda.
- (20) Caso não te *importes*, vou-me embora mais cedo.
- (21) Um gato não é tão parvo que se *deixe* apanhar.

Acceptando, para já, a divisão tradicional *Conjuntivo independente/ Conjuntivo subordinado*, a primeira observação a fazer, relativamente ao conjunto total das frases apresentadas, é a de que algumas contêm informação *de* ou *sobre* o possível locutor. É o caso das frases (7), (8)

e (9), em que o *sentido* da frase subordinada está dependente do verbo da oração subordinante, estando com ele relacionado ou sendo por ele alterado.

Nos outros casos, frases (10) a (21), não existe (pelo menos na superfície) qualquer referência explícita ao locutor.

Na frase (7) a informação a que nos referimos existe através de um verbo *declarativo de ordem*, e nas frases (8) e (9) através de verbos que denominamos de *asserção mental*. Sobre as características particulares destes dois tipos de verbos remetemos respectivamente para os capítulos 3.1 e 3.2.

Enquanto declaração de ordem, a frase (7) está relacionada, por exemplo, com as frases (1) e (2), formas imperativas de frases complexas:

(1a)

Ordeno-te que não *faças* olhos de carneiro mal morto.

(2a)

Ordeno que *desapareçam* daqui e depressa.

Tal facto fornece motivação suficiente para que se ponha de lado a classificação de *Conjuntivo independente/Conjuntivo subordinado*, e se proponha uma classificação com base em dados mais profundos que advêm da relação de semelhança, ou relação de sentido, entre os vários tipos de frases ⁽²⁾.

⁽²⁾ Quando propomos uma classificação de certo modo *unitária*, baseada nas relações de semelhança entre frases, não pretendemos ter em conta alguns princípios teóricos, defendidos numa primeira fase da Gramática Transformacional, que propunham, em nome de uma maior generalização, a formulação de uma única 'estrutura profunda' para casos que, embora estruturalmente diferentes na superfície, apresentassem relações de sentido (significação) semelhantes.

Análises posteriormente apresentadas pela Semântica Generativa, viriam demonstrar que a generalização, até então proposta, menosprezava dados extremamente relevantes presentes na superfície, apenas analisáveis a partir dela, e que a formulação da respectiva estrutura profunda deveria passar a ter em conta. Já não é a base que deve 'prever' a superfície, mas sim a *superfície que deve determinar a base*.

Assentando nesta última afirmação e observando primeiro as várias ocorrências do Conjuntivo, pretendemos partir para uma classificação, tanto quanto possível unitária.

A primeira ocorrência que pretendemos ter em conta é a que se relaciona, portanto, com a declaração de ordem, assunto que desenvolveremos no capítulo 3.1.

No que toca às frases (8) e (9) i.e., casos em que é expressa determinada declaração ou descrição de um 'estado mental' atribuível ao locutor, elas constituem o objectivo de análises do capítulo 3.2.

Existem depois casos em que a presença do Conjuntivo contém um 'potencial' positivo e/ou negativo (do tipo da *disjunção inclusiva* [ou...ou]) que pode aparecer:

— *expresso* — caso de fr. (5) [ou chove ou faz sol]

— *implícito* — caso de (4) [teve força ou não teve força]

análise que constituirá o cap. 3.3.

O capítulo 3.4 é, praticamente, um alargamento de 3.3 e ocupar-se-á dos casos que consideramos como *disjunção exclusiva*, [ou₁...ou₂...ou₃...ou_n]. A *disjunção exclusiva* envolve casos como a fr. (6) cuja interpretação é (pode acontecer isto, aquilo, aqueloutro,...n.), em que *n* é um número finito de acontecimentos que preenche o conjunto de acontecimentos possíveis para essa situação e apenas para ela.

Constituem novo grupo as frases (10), (11) e (12), normalmente consideradas 'adjectivas' e onde o emprego do Conjuntivo nos parece estar relacionado com uma quantificação nominal/adverbial (cf. cap. 3.5) da frase-mais-alta. Baseamo-nos, para isso, na seguinte interpretação das frases:

(10a)

Já	} viste alguém ser tão duro de roer?
Algumas vezes	
Houve, pelo menos, um caso em que	

(11a)

Em todos os casos os polícias não têm razão.

(12a)

Há gente que entende isso e gente que não entende isso. Há pouca gente que não entende isso.

ou

(12b)

Há gente que pode entender isso e gente que não pode entender isso. Há pouca gente que entenda isso.

A diferença entre (12a) e (12b) é uma diferença *modal* ⁽³⁾.

Consideramos, ainda, que, para além da classificação proposta para as várias ocorrências, temos em conta uma *classe maior de classificação* ⁽⁴⁾. Ela é constituída pela existência ou não do elemento NEG nas frases que contêm Conjuntivo. Em qualquer dos capítulos já referidos se apresentará uma análise referente a esse mesmo elemento.

3.1 *As declarativas de ordem*

Consideramos 'declarativas de ordem' frases do tipo:

a) $[F_1 + F_2]$ isto é, frases como (7)

(7)

Ordeno-te	que pares de bater com a cabeça nas paredes
F_1	F_2

em que o verbo de F_1 (V_1) é um *verbo declarativo de ordem* e em que F_2 é a ordem propriamente dita cujo verbo (V_2) se encontra no Conjuntivo;

b) frases normalmente consideradas 'imperativas', ou seja, frases em que a ordem está expressa no modo Imperativo (2.^a pess. sg./pl.);

c) frases com «sentido» imperativo que utilizam:

- o modo Conjuntivo (3.^a pess. sg.; 1.^a pess. pl.)
- o Futuro do Indicativo (Irás, sou eu que te mando!)
- o Infinito não-flexionado (Não fumar!)

⁽³⁾ Por *diferença modal* entendemos uma diferença de grau estabelecida pelo conjunto de elementos *quantificadores* e *qualificadores* que determinam para cada caso específico uma *entidade* específica. Um *modal*, do ponto de vista de uma língua natural, pode ser considerado enquanto verbo ou sub-classe de verbo (sobre este assunto cf. Ross (1968)), pelo que tradicionalmente se considera *verbo auxiliar*, como, por outro lado, pode ser considerado (como o faz, por exemplo, Robin Lakoff (1972)), como elemento que nem sempre aparece na superfície como elemento verbal mas apenas tomando parte nele. Neste último caso, um *modal* poderá manifestar-se como *potencial*, *conjuntivo*, *futuro*, etc.

Na continuação deste trabalho utilizaremos ambas as formas de *modal*.

⁽⁴⁾ Chamamos *classe maior de classificação* à análise que faremos para o elemento NEG como elemento existente dentro de todas as outras classes de classificação.

- Gerúndio (Andando!)
- Perfeito exclamativo (Calou!)
- etc. ⁽⁵⁾.

Se o elemento NEG for introduzido nas frases relativas a *a*), *b*), *c*), observamos que:

- em *a*), o modo Conjuntivo se mantém;
- em *b*), o modo Imperativo é substituído pelo Conjuntivo;
- em *c*), os modos ou se mantêm ou deixam de existir na forma negativa (caso de Gerúndio, perfeito exclamativo, etc.).

Resumindo, temos que, para o caso da ocorrência do Conjuntivo, no qual nos vamos centrar, é possível apresentar a seguinte regra:

(22)

$V_2 \rightarrow \text{Conjuntivo} / [V_1 \text{ decl. ord. } [\text{NEG} + V_1]]$

A regra (22) tem, portanto, em conta os casos em *a*) e os casos em *b*). De resto, frases como (23) e (24):

(23)

Ordeno-te que não pares de bater com a cabeça nas paredes.

(24)

Não pares de bater com a cabeça nas paredes.

ou as respectivas afirmativas, sendo uma a paráfrase da outra, foram matéria de estudo a que se seguiu a demonstração de que frases como (24) são a forma reduzida de (23), frase complexa declarativa de ordem. Essa hipótese foi, primeiramente, formulada por Austin e retomada por Ross ⁽⁶⁾.

Aceitando o argumento fundamental desta análise, i.e., que uma frase imperativa resulta do apagamento da *F*₁ de uma frase complexa declara-

⁽⁵⁾ Não mencionamos todos os casos de actualização da declaração de ordem por não estarem no âmbito deste trabalho. Sobre este assunto remetemos para Casteleiro (1961).

⁽⁶⁾ AUSTIN, J. L. (1962) *How to Do Things with Words*, ed. J. O. Urmson, Oxford University Press.

ROSS, J. R. (1967d) «On Declarative Sentences», em Jacobs e Rosenbaum (eds.), 1970.

tiva de ordem ⁽¹⁾, partimos para a análise dos limites (mínimo e máximo) a definir dentro da declaração de ordem. Mais concretamente: — Quando é que uma frase passa a ser considerada declarativa de ordem e em que ponto é que ela deixa de o ser?

3.1.1 *Primeira caracterização dos verbos declarativos. As Imperativas.*

a) Explicitando a relação *sujeito/locutor/ordem propriamente dita*, os verbos declarativos de ordem são *verbos performativos*, isto é, verbos que se apresentam apenas na 1.^a pessoa do Presente do Indicativo. Neste caso, a *declaração* é, portanto, encarada apenas a partir do sujeito *eu* que, no acto da locução (Presente do Indicativo), declara qualquer coisa. A declaração de ordem existe sempre que 'eu' fizer uma declaração a *alguém*, declaração essa constituída por elementos tais que provocam por parte de 'alguém' o cumprimento de uma acção que a declaração de 'eu' enunciava. Um exemplo de frase *declarativa* será:

(25)

Eu digo que o João vai amanhã para férias.

Uma frase *declarativa de ordem* será (25a):

(25a)

Eu ordeno que o João vá amanhã para férias.

A frase (25) contém dois factos distintos. Um, é o facto de o João ir amanhã para férias. O outro, é o facto/acto de *eu* o *estar a dizer*. No entanto, o primeiro facto é independente do segundo. Na realidade 'o João ir amanhã para férias' pode ser verdadeiro ou falso. Contudo, a performativa 'eu digo' não levanta os mesmos problemas. O facto é que:

b) *uma performativa não pode ser negada*. É impossível encontrar um caso como (26):

(26)

* *Eu não digo* que o João vai amanhã para férias.

(¹) Não desenvolvemos este ponto neste trabalho, visto que ele foi anteriormente analisado para o português em Faria (1972a).

uma vez que nessa altura 'eu digo que não digo que o João vai amanhã para férias' (*).

c) Do mesmo modo, *uma performativa declarativa não pode ser interrogada*. Comprova-o o comportamento das 'Tag-questions' (perguntas-eco). Repare-se que, por aplicação da *Transformação de TAG* a (27), se obtém (27a):

(27)

Ele diz que o João vai amanhã para férias.

(27a)

Ele diz que o João vai amanhã para férias, não diz? *Transf. TAG.*

enquanto que a mesma transformação aplicada a (25) não pode produzir (28) mas sim (28a):

(28)

* Eu digo que o João vai amanhã para férias, não digo?

(28a)

Eu digo que o João vai amanhã para férias, não vai?

d) Para além dos factores mencionados em a), b) e c), um declarativo de ordem implica uma relação entre a performativa de ordem, caso se trate de performativa, e a frase encaixada:

d.1) o sujeito da performativa não pode ser o mesmo do da F_2 ; razão porque não existem imperativas na 1.^a pess.

d.2) os verbos das performativas exercem restrições sobre os verbos da F_2 .

3.1.2 *A hierarquia dos verbos de declaração de ordem*

Pensamos poder mostrar que, ao contrário do que é normalmente proposto, não existem classes definidas de verbos. No caso dos verbos de declaração de ordem, eles aceitam as características já apresentadas sem que, no entanto, funcionem todos da mesma maneira. O quadro que

(*) Repare-se que, uma vez introduzida a negativa na frase performativa, ela deixa de funcionar como performativa para admitir uma performativa superior.

se segue, e que é feito sobre outros quadros-tipo apresentados por Ross ⁽⁹⁾, parece demonstrar a existência da referida hierarquia ⁽¹⁰⁾:

(29)

	TEMPO 'já'	TEMPO + MODO 'imediatamente'	'queiras ou não queiras'	'a não ser que'
estabelecer } determinar } decretar } impôr }	OK	OK	OK	**
ordenar	OK	OK	OK	*
querer	OK	OK	?*	*?
apetecer } pretender } desejar } propôr }	OK	OK	*?	?OK
sugerir	OK	?	*	OK
aconselhar	?	*	*	OK
desejar, = esperar que }	*	*	*	OK

A leitura de (29) é a seguinte:

Eu	estabeleço determino decreto imponho ordeno quero apetece-me pretendo desejo proponho sugiro ? aconselho-te a ?* desejo ₂ = espero	que comas a sopa <i>já!</i>
----	---	-----------------------------

(⁹) Folhas não publicadas distribuídas por Ross no Seminário de Semântica Generativa, Linguistic Institute 1972.

(¹⁰) É muito provável que a leitura deste quadro por parte de outros falantes não seja exactamente a mesma que a minha. Parece-me, no entanto, que tal não se observará relativamente a todos os casos apresentados, nem mesmo à maioria deles, e que, portanto, esse facto não irá alterar os aspectos fundamentais do presente quadro, que estão na base da demonstração da existência de um comportamento graduado entre os verbos apresentados.

Eu [estabeleço
 determino
 decreto
 imponho
 ordeno
 quero
 apetece-me
 pretendo
 desejo
 ? proponho
 * sugiro
 * aconselho-te a
 * desejo₂ = espero] que comas a sopa *imediatamente!*

Eu [estabeleço
 determino
 decreto
 imponho
 ordeno
 ?* quero
 *? apetece-me
 *? pretendo
 *? desejo
 * proponho
 * sugiro
 * aconselho-te a
 * desejo₂ = espero] que comas a sopa, *queiras ou não queiras!*

Eu [** estabeleço
 ** determino
 ** decreto
 * imponho
 * ordeno
 *? quero
 ? apetece-me
 ? pretendo
 ? desejo
 proponho
 sugiro
 aconselho-te a
 desejo₂ = espero] que comas a sopa, *a não ser que não queiras.*

Alguns aspectos sobre o quadro apresentado:

a) Existe uma graduação forte-fraco entre os verbos que funcionam como declarativos de ordem. Essa graduação, sendo de origem semântica, é posta em destaque através das estruturas sintácticas em que os verbos se inserem (i.e., segundo os diferentes contextos sintácticos).

Tal facto constitui argumento para a consideração de que os verbos abstractos subjacentes devem ser equivalentes (conter as mesmas propriedades) dos verbos reais.

Verbos fortes — *estabelecer, determinar, decretar, impor, ordenar*

Verbos médios — *querer*

Verbos fracos — *apetecer, pretender, desejar, propor, sugerir, aconselhar, desejar₂ = esperar que.*

b) Todos os verbos apresentados, para além de funcionarem como declarativos de ordem em frases complexas, podem funcionar realmente como verbos abstractos subjacentes de imperativas directas:

estabelecer

determinar

decretar

impor

(30)

Tens que ir falar ao director	{	já!
		imediatamente!
		queiras ou não queiras!
		* a não ser que não queiras!

ordenar

(31)

Cala-te	{	já!
		imediatamente!
		? queiras ou não queiras!
		* a não ser que não queiras!

querer

(32)

Dá-me esse livro	{	já!
		imediatamente!
		* queiras ou não queiras!
		? a não ser que não queiras!

*apetecer**pretender**desejar*

- (33) $\left\{ \begin{array}{l} \text{já!} \\ ? \text{ imediatamente!} \\ * \text{ queiras ou não queiras!} \\ \text{a não ser que não queiras!} \end{array} \right.$
- Escreve-me

*propor**sugerir*

- (34) $\left\{ \begin{array}{l} ? \text{ já!} \\ ? \text{ imediatamente!} \\ * \text{ queiras ou não queiras!} \\ \text{a não ser que não queiras!} \end{array} \right.$
- Esquece isso

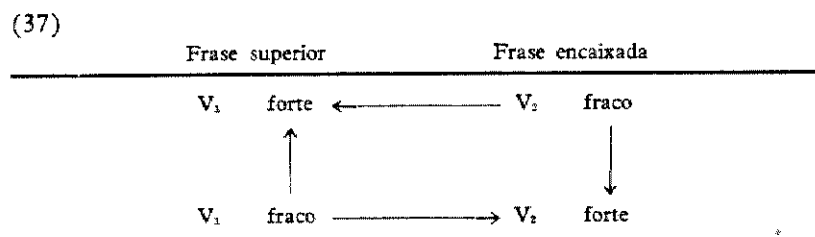
aconselhar

- (35) $\left\{ \begin{array}{l} ? \text{ já!} \\ * \text{ imediatamente!} \\ * \text{ queiras ou não queiras!} \\ \text{a não ser que não queiras!} \end{array} \right.$
- Tem cuidado contigo

*desejar₂**esperar que*

- (36) $\left\{ \begin{array}{l} * \text{ já!} \\ * \text{ imediatamente!} \\ * \text{ queiras ou não queiras!} \\ \text{a não ser que não queiras!} \end{array} \right.$
- Sê feliz

c) As restrições de hierarquia parecem estabelecer-se, não só do ponto de vista paradigmático, como também entre os verbos da frase superior relativamente aos verbos da frase inferior. Neste último caso, a relação parece dar-se em sentido contrário, aproximadamente como indica o esquema (37):



Exemplos da actuação de (37) são:

(38)

- a. Eu *desejo* que *imponhas* a tua vontade.
- b. Eu *sugiro* que *ordenes* que se calem.

No entanto, há casos em que não é possível combinar um verbo mais forte com um verbo mais fraco.

(39)

- a. * Eu *ordeno* que *desejes* que eles se calem.

Esta relação torna-se ainda mais evidente quando os verbos das frases encaixadas não pertencem ao grupo dos verbos da frase superior. Observem-se as seguintes frases:

(40)

- a. *Imponho-te* que *tornes claro* o facto de eu não tencionar colaborar com os reformistas.
- b. *Ordeno-te* que *declares* definitivamente o que tencionas fazer.
- c. *Proponho* que *desaproves* os reformistas.
- d. *Desejo* que *sejas* feliz.

(41)

- a. *Desejo* que *tornes claro* o facto de eu não tencionar colaborar com os reformistas.
- b. *Desejo* que *declares* definitivamente o que tencionas fazer.
- c. *Desejo* que *desaproves* os reformistas.
- d. *Desejo* que *sejas* feliz.

(42)

- a. *Imponho* que *tornes claro* o facto de eu não tencionar colaborar com os reformistas.
- b. *Imponho* que *declares* definitivamente o que tencionas fazer.
- c. ? *Imponho* que *desaproves* os reformistas.
- d. * *Imponho* que *sejas* feliz.

A partir da comparação entre (41) e (42) parece possível destacar dois aspectos:

1. Os verbos declarativos de ordem *fracos* admitem nas frases complementares respectivamente todos os *declarativos de ordem superiores* (mais fortes) a eles, *verbos factivos*⁽¹¹⁾ (ex.: 'tornar claro'), *verbos*

(11) Para a *noção de factividade*, aconselha-se a leitura de Kiparsky e Kiparsky (1967), cujos aspectos fundamentais se retomam no capítulo 3.2.1 (análise de B.1).

declarativos (ex.: 'declarar'), *verbos de asserção mental* ⁽¹²⁾ (ex.: 'desaprovar'), e *verbos existenciais* ⁽¹³⁾ (ex.: 'ser feliz').

Os verbos declarativos de ordem *fortes* admitem apenas em F₂ *verbos factivos* e alguns *verbos declarativos*.

2. Examinando os verbos mais fortes apresentados em (29) vemos que, enquanto verbos abstractos, eles estão na base de frases como:

(30)

Tens que ir falar ao director!

⁽¹²⁾ Para a noção de asserção mental, veja-se o cap. 3.2.0.

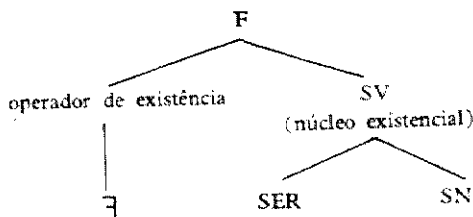
⁽¹³⁾ Do ponto de vista de uma língua natural, a noção de *existência* pode conter duas formas:

— existencial — 'Há pessoas que comem outras pessoas'.

— locativo — 'Eles estão ali'.

No primeiro caso, que é aquele que, de momento, nos interessa, assume-se que exista um *operador de existência* que se vai aplicar a um núcleo existencial, i.e. um Sintagma Verbal (SV) constituído por *SER*, e por um *SN*.

(i)



a partir de (i) é possível obter:

(ii) *Há* pessoas que comem outras pessoas.

ou

(iii) As pessoas são felizes (i.e. há pessoas felizes):

Resumindo: no caso de *ser feliz*, por exemplo, trata-se de um verbo determinado directamente pelo operador existencial, que lhe permite ocorrer como:

a) Há, pelo menos, uma pessoa feliz e eu *sou* essa pessoa.

b) Há, pelo menos, uma pessoa feliz e eu *digo* que sou essa pessoa.

c) Há, pelo menos, uma pessoa feliz e eu *penso* que sou essa pessoa.

Note-se que o *perfeito verbo existencial* é o que ocorre em a), e na condição do sujeito *ser eu*. Nos outros casos, como por exemplo: 'Ela é feliz', a realização é imperfeita, porque implica que 'Eu digo (penso, etc.) que ela é feliz'.

No caso da *declaração de ordem*, apenas um verbo fraco do tipo de *desejar* pode manter o existencial, visto que a *verdade* e a *existência* da frase encaixada é independente da frase superior: 'Eu *desejo* que *sejas* feliz'.

Acontece que, com verbos como *coagir*, *constranger*, *forçar*, *intimar*, *obrigar*, *observamos* que:

a) a funcionarem como verbos abstractos, a frase simples correspondente na superfície seria qualquer coisa como:

(43)

Faço-te ir falar ao director.

ou ainda,

(43a)

Faço (com) que vás falar ao director.

i.e., ao verbo abstracto corresponde um verbo *modal* a que pode seguir-se ou *Infinitivo* ou *Conjuntivo*;

b) Os modais '*fazer (com que)*' e '*ter de*' criam um novo contexto sintáctico (ocorrência do infinitivo ou conjuntivo em alternância) com determinadas restrições que os distinguem dos casos mais comuns da declaração de ordem ⁽¹⁴⁾.

3.1.3 Outros aspectos da declaração de ordem

Na passagem de simples *declarativo* ⁽¹⁵⁾ para *declarativo de ordem* observa-se que:

a) Na ocorrência quer do *Indicativo* quer do *Conjuntivo* verifica-se que, no caso da existência de uma estrutura de complementação, os verbos

⁽¹⁴⁾ Nos casos dos verbos de declaração de ordem *médios*, como *querer*, o modal correspondente será *dever* (*quero que comas* = *deves comer*). No caso de um declarativo de ordem *fraco*, como *pretender*, o modal correspondente será *futuro* (*pretendo que comas* = *comerás*). No caso ainda de um declarativo de ordem *muito fraco*, como *esperar*, o modal já é o mesmo que, como adiante se verá, ocorre com os verbos de asserção mental: *poder* (*espero que sejas feliz* = *poderás ser feliz*). *Poder* aparece no *futuro*, porque continua a situar-se no campo da declaração de ordem.

⁽¹⁵⁾ Um *declarativo simples* contém as características de ser:

+ V + declarativo + comunicação

Ex.: *acrescentar*, *afirmar*,
dizer, *declarar*, etc.

complementares (V_2) dos *declarativos simples* aparecem sempre no modo Indicativo:

(44)

- a. 'Eu *digo* que o João *é* um tipo inteligente'.
- b. * 'Eu *digo* que o João *seja* um tipo inteligente'.
- c. 'Eles *declararam* que o ensino não *era* modo de vida para ninguém'.
- d. * 'Eles *declararam* que o ensino não *fosse* modo de vida para ninguém'.

Note-se que a frase (44d.) é possível se *declararam* for tomado com sentido de ordem, e não como simples declarativo (= dizer determinada coisa).

No que toca aos *declarativos de ordem*, os verbos complementares aparecem sempre conjugados no *Conjuntivo*, quer se trate da *performativa declarativa de ordem* (caso das imperativas), quer se trate de qualquer outra forma em que uma ordem esteja expressa ('Ela ordenou que todas as salas *ficassem* vazias').

A razão para o aparecimento invariável de *Conjuntivo* em frases complementares de verbos declarativos de ordem parece, simplesmente, residir no *factor tempo*. Na realidade, existem dois tempos na declaração de ordem. Um, presente, que é o tempo da declaração propriamente dita. outro, referente à ordem (ou execução da ordem), que é sempre posterior (futuro) ao tempo da declaração⁽¹⁶⁾.

b) O que foi referido em a) parece estar de acordo com a existência já anteriormente referida, de um *modal*. De facto, se uma frase como:

(45)

- a. *Tens* que ir falar ao director.

é suposta ser gerada de, por exemplo:

- b. *Determino* que *vás* falar ao director.

em que 'determinar' é um verbo de declaração de ordem *forte*, sendo b. uma paráfrase de a.;

(16) Assim se explica que apareçam frases com *sentido imperativo* no Futuro do Indicativo.

— e se, por outro lado, uma frase contendo um verbo declarativo de ordem média 'querer' pode estar na base de frases como:

(46)

Deves ir { falar ao director.
Deverás {

então, a um verbo *fraco* como 'esperar' corresponde, já não propriamente uma ordem, mas apenas uma transposição para um futuro

(47a)

Seja como Deus quiser!

em que (47a.) corresponde a:

(47b.)

Será { como Deus quiser!
Há-de ser {

Parece-me agora possível tirar deste capítulo as seguintes conclusões:

1. A ocorrência do Conjuntivo em frases declarativas de ordem deve-se apenas às restrições impostas pelo próprio verbo declarativo de ordem que, em relação à frase complexa, é o verbo-mais-alto.

2. As restrições impostas por este verbo-mais-alto são restrições de *tempo* (tempo de locução/execução da ordem) que denotam a existência de *modalidade*:

— *explicita*, sempre que a frase de superfície contém um verbo modal (*ter de*, *dever*, etc.).

— *implicita*, quando a modalidade é interior ao verbo, provocando uma diferença de grau entre os verbos que constituem o grupo de verbos utilizados na expressão da ordem, diferença de grau essa que se manifesta:

a) em relação ao verbo modal que lhe corresponde; b) em relação aos vários contactos sintáctico-semânticos (cf. quadro (29)).

3.1.4 NEG na declaração de ordem

A declaração de ordem implicando, como já se viu, uma frase complexa [$F_1 + F_2$], comporta dois tipos de ocorrência de NEG:

a) *NEG ocorre em F₁*

NEG ocorre em F₁ apenas nos casos em que o verbo declarativo de ordem não assumir função performativa. Como foi já demonstrado em 3.1.1, uma *performativa declarativa* (neste caso, de ordem) *não pode ser negada.*

Nos outros casos, a introdução de *NEG* em *F₁*, não altera em nada a restrição já estabelecida pelo verbo-mais-alto, que implica a ocorrência de Conjuntivo. Dando um exemplo:

(48)

Eles *ordenaram* que se *acabasse* com o hábito de beber vinho ao almoço.

(48a)

Eles *não ordenaram* que se *acabasse* com o hábito de beber vinho ao almoço.

b) *NEG ocorre em F₂*

Quando *NEG* é interior a *F₂* (i.e., [*F₁ — NEG*] *F₂*), ele não altera o *critério* de ordem contido em *F₂*. Acontece apenas que a ordem passa de positiva a negativa. Este facto, uma vez que a ordem, enquanto ordem, se mantém, relativamente à sua realização num 'futuro' *provável* e *possível*, não vem, portanto, pôr em causa a verdade ou falsidade da locução em si. Parece ser, assim, possível afirmar que *NEG* não é elemento *modificador* da declaração de ordem.

Conclusões de 3.1

a) A *declaração de ordem* distingue-se da declaração simples por envolver dois sujeitos diferentes: — um sujeito (sujeito₁) que declara a ordem, outro sujeito (sujeito₂) a quem a ordem se dirige.

A *declaração simples* envolve apenas um sujeito (sujeito₁) que faz determinada afirmação declarativa.

b) Em ambas as declarações, o sujeito₁ pode ser um sujeito *performativo* ou não. É sujeito performativo sempre que o sujeito₁ for o falante (locutor).

c) Na *declaração de ordem* pode obter-se uma frase *Imperativa* sempre que o sujeito₁ (obrigatoriamente performativo) e o verbo₁ (declarativo de ordem) sofrer uma transformação opcional de *apagamento*. Quando tal não acontece, a declaração de ordem tem a forma de uma frase complexa [*F₁ + F₂*].

d) Sempre que a declaração de ordem seja feita através de uma frase [*F₁ + F₂*], o verbo da frase complementar apresenta-se no *Conjuntivo*.

e) O facto mencionado em d) constitui a *diferença de ordem sintáctica* entre a declaração de ordem e a declaração simples. No caso de uma frase complexa declarativa simples, o verbo da frase complementar aparece sempre no *Indicativo*.

f) O *Indicativo* existente na frase complementar da declaração simples é, obrigatoriamente, substituído por *Conjuntivo*, sempre que o verbo-mais-alto (declarativo simples) seja negado:

[F₁ [NEG + V₁ decl. simples] + F₂ [QUE + Conjunt.]].

g) O *Conjuntivo* mantém-se na frase complementar da declaração de ordem, seja qual for o lugar de introdução da negativa.

h) Na declaração de ordem, o *Conjuntivo* depende apenas de restrições semânticas impostas pelos verbos declarativos de ordem, restrições essas que têm em conta a relação entre o *tempo de locução* (acto de declaração de ordem) e *tempo de realização* da ordem propriamente dita, em que o *tempo de realização da ordem* se situa sempre num FUTURO relativamente à declaração.

3.2 A asserção mental

3.2.0 Introdução

Neste capítulo pretende-se ter em conta casos em que o *Conjuntivo* aparece numa estrutura de complementação que tem como verbos superiores verbos que denomino de *asserção mental*. Raposo (1973) e Meireles (1972) chamaram a estes verbos, respectivamente, *verbos de pensamento* e *verbos de julgamento*. A razão que me leva a preferir a denominação de *asserção mental* em relação às denominações anteriores reside, fundamentalmente, no facto de tais verbos, embora «denotando um determinado estado ou actividade que o processo do nosso pensamento pode tomar» (Raposo 1973) p. 84) poderem, por vezes, assumir aspectos simultaneamente de *pensamento* e de *declaração*. No que toca este último aspecto, têm-se, sobretudo, em conta, os casos em que este tipo de verbos ocorre com um sujeito que é o próprio sujeito da locução, como, por exemplo: 'Eu admito teres mais sorte do que eu' — ou, ainda, casos em que se mantém presente o *acto-locução*: 'Ela admite seres, realmente, mais porreiro do que tinha imaginado'. No primeiro caso estão presentes *sujeito-de-locução* e *receptor*, no segundo, está apenas expresso o *receptor*, o que constitui, no entanto, condição suficiente para que se trate da *declaração ou comunicação, através de um facto de locução, de determinado 'pensamento'*. Desenvolveremos este assunto em 3.2.1 (B.2).

A primeira parte deste capítulo é uma proposta de análise e caracterização dos *verbos de asserção mental* que consiste, fundamentalmente, em estabelecer uma diferenciação entre os verbos a partir dos tipos de complementação que admitem. Tal análise tem como fim o estabelecimento dos elementos que estão na base da ocorrência do *Conjuntivo* com *verbos de asserção mental*, à semelhança do que já fizemos relativamente à *declaração de ordem*.

3.2.1 Caracterização dos verbos de asserção mental

Tendo em conta apenas os valores semânticos (de sentido) dos *verbos de asserção mental* que admitem o complementador *que*, apresentamos a seguinte lista, que não pretende ser exaustiva: ⁽¹⁷⁾

(49)

aborrecer(-se)	compreender	detestar
aceitar	conceber	divertir(-se)
achar	concluir	duvidar
acreditar	consentir	encantar(-se)
admirar(-se)	considerar	entristecer(-se)
admitir, = conceber	consolar(-se)	espantar(-se)
admitir, = permitir	contentar(-se)	esperar
afligir(-se)	crer	estar certo de
agradar	decidir	estar convencido
aprovar	deplorar	evitar
assumir	descobrir	exigir
atormentar(-se)	desconfiar	fingir
censurar	desejar	gostar
chatear(-se)	desesperar(-se)	ignorar
chocar(-se)	desolar(-se)	imaginar
indignar(-se)	pensar	recusar
inquietar(-se)	preferir	resolver
interessar(-se)	pressupor	saber
irritar(-se)	presumir	supor
julgar	pretender	suportar
lamentar	prever	temer
maçar(-se)	querer	tencionar
magoar(-se)	recear	ter a certeza de
ofender(-se)	reconhecer	tolerar

⁽¹⁷⁾ Os verbos que, nesta lista, estão seguidos por (-se) são verbos que, podendo ser reflexos, ou pretensamente reflexos, não o são, contudo, nas formas relevantes para esta análise, uma vez que, como se verá, eles são *intransitivos* quando em estrutura de complementação.

A. [$F_1 + F_2$ [QUE + Ind.]]

Da lista (49) admitem *Indicativo* na frase complementar:

(50)

achar	fingir
acreditar	ignorar
admitir _i	imaginar
assumir	julgar
compreender	pensar
concluir	pressupor
considerar	presumir
crer	prever
estar certo de	reconhecer
estar convencido de	resolver
decidir	saber
descobrir	supôr
desconfiar	ter a certeza de

Dos verbos que admitem *Indicativo* na frase complementar, apenas muito poucos não admitem a ocorrência de *Conjuntivo* na mesma estrutura de complementação. São eles:

(51)

achar, estar certo de, estar convencido de, fingir, saber, ter a certeza de.
concluir (?) ⁽¹⁸⁾

Da observação de (50) e (51) importa evidenciar os seguintes aspectos:

- todos funcionam com *Indicativo*;
- todos funcionam com *Conjuntivo*, à excepção dos verbos contidos em (51);
- quando funcionam com *Indicativo*, o sujeito da frase superior pressupõe a verdade da frase complementar:

'Ela { acredita
admite
...Vs (50) } que as flores são a causa da alergia'.

(18) O meu idiolecto permite uma frase como:

(i) Concluo que ela seja a rapariga de que me falaste.

No entanto, a maior parte dos falantes poderá não a aceitar, razão da presença de (?).

(i.e., é verdade que as flores são a causa da alergia e ela

{ acredita } nisso.)
 { ... Vs (50) }

- d) quando funcionam com *Conjuntivo*, o sujeito da frase superior *pressupõe*, pelo menos, um potencial de verdade da frase complementar ⁽¹⁹⁾. De facto, uma frase como:

‘Ela { acredita } que as flores sejam a causa da alergia’.
 { admite }
 { ... (50) }

que pode ser parafraseada por: — ‘As flores *podem ser* a causa da alergia e ela acredita nisso’, não só não implica «dúvida» por parte do sujeito da frase superior (afirmação que é frequentemente feita pelos gramáticos tradicionais), como, por outro lado, sempre que se trate de uma afirmação positiva, pressupõe *argumentos* verdadeiros com *predicados* potenciais.

- e) os factos referidos em d) levam à formulação da hipótese de que, pelo menos em alguns casos, o *Conjuntivo* é devido à actualização de um *modal* ⁽²⁰⁾ (ou de modais) existentes numa estrutura básica. De momento, parece, no entanto, prematuro dar esta hipótese como definitiva.
- f) se a presença do *Indicativo* em frase complementar indica que o sujeito superior pressupõe a verdade dessa mesma frase, é de notar que *os verbos contidos em (51) são os únicos que pressupõem sempre a verdade*, dado que ocorrem sempre e apenas com *Indicativo*.

⁽¹⁹⁾ A afirmação que faço de que esta ocorrência (e, provavelmente outras) do *Conjuntivo* corresponde a uma pressuposição de *verdade potencial*, depende inteiramente de mim e integra-se numa hipótese mais alargada a desenvolver no Cap. 4. Esta interpretação difere da interpretação de Rivero (1970), que considera que a ocorrência do *Conjuntivo* denota uma atitude neutra, por parte do falante, relativamente à verdade da frase complementar.

⁽²⁰⁾ Note-se que o *modal* neste caso é diferente dos modais referidos à *declaração de ordem*, que tinha que ver apenas com uma *realização potencial* (uma ordem só é dada se a sua realização for *provável* e *possível*). Neste caso, o modal tem que ver com uma *verdade potencial*, *poder*, que do *Indicativo* para o *Conjuntivo* estabelece a diferença entre ‘ser’ e ‘poder ser’.

B. [F₁ + F₂ [QUE + Conj.]]

Da lista (49) admitem *Conjuntivo* (e apenas *Conjuntivo*) os seguintes verbos:

B.1.

admitir ₂	lamentar
aprovar	preferir
censurar	permitir
conceber	pretender
consentir	querer
deplorar	recear
desejar	recusar
duvidar	suportar
esperar	temer
evitar	tencionar
exigir	tolerar
gostar	

A lista B.1 é constituída por *verbos factivos*: *admitir₂*, *aprovar*, *censurar*, *conceber*, *consentir*, *deplorar*, *duvidar*, (?)*evitar*, *lamentar*, *permitir*, *recear*, *recusar*, *suportar*, *temer*, *tolerar*, e por verbos que, anteriormente, (3.1.1), considerámos *declarativos de ordem*:

médios — *exigir*, *querer*

fracos — *desejar*, *esperar*, *pretender*

Estão, ainda, incluídos os verbos *gostar* e *preferir*.

B.2.

aborrecer(-se) ¹¹	divertir(-se)
admirar(-se)	encantar(-se)
afligir(-se)	entristecer(-se)
agradar	espantar(-se)
atormentar(-se)	indignar(-se)
chatear(-se)	inquietar(-se)
chocar(-se)	interessar(-se)
consolar(-se)	irritar(-se)
contentar(-se)	maçar(-se)
desesperar(-se)	magoar(-se)
desolar(-se)	ofender(-se)

Análise de B.1

A noção de *factividade*, tal como foi defendida por Paul e Carol Kiparsky (1971), baseia-se, fundamentalmente, na *pressuposição* que o falante (locutor) tem (deverá ter) de que o complemento de uma frase contenha uma *proposição verdadeira*.

Os verbos factivos têm como características específicas:

a) admitirem o nome *facto* seguido de um complemento frásico iniciado por *de*:

a.1

O *facto de* o João ter fugido durante a noite.

Repare-se que a.1 pode ser seguido de *é concebível*, *é tolerável*. Tal não aconteceria se a mesma frase fosse seguida de *parece-me* ⁽²¹⁾.

b) *dependem da pressuposição e não da declaração*:

b.1

Ela *diz* que o João fugiu de noite.

a declaração feita por *ela* não implica a verdade da frase complemento, isto é,

F ₁	F ₂
V	V F
F	V F

b.2

Ela *censura* que o João tenha saído de noite.

F ₁	F ₂
V	V
F	F

isto é, é preciso que o *facto de* o João ter saído de noite seja verdade para que *ela possa censurar* isso.

c) A característica de *factividade* explica como é que B.1 contém simultaneamente *verbos factivos* e *verbos de declaração de ordem*. De facto, se, por um lado, não se pode dizer que uma ordem que ainda não

⁽²¹⁾ Repare-se que dos verbos contidos em (49) cf. 3.2.1, e que admitem Indicativo, nenhum é factivo.

foi satisfeita é verdadeira, ela é, para o *falante* que a *declara*, não só *possível* como, ainda, *provável*.

O mesmo se passa com *gostar* e *preferir* (= gostar mais de) que pressupõem da parte do falante o *conhecimento prévio* de uma coisa que tem automaticamente que ser verdade (gostar de alguma coisa).

Análise de B.2

Os verbos em B.2 têm as mesmas características que Raposo (1973) apontou para os verbos que denominou de *VERBOS C* (ob. cit. pp. 96-97): «Esta classe inclui predicados tais como: *difícil, fácil, impossível, convir, urgir*, etc., isto é, predicados que exprimem uma determinada *opinião* acerca de uma determinada *acção* ou *estado de coisas*. (...) A opinião expressa por estes predicados é sempre referida ao *falante* se o predicado em questão é o predicado da oração principal de uma estrutura de complementação. Se, por outro lado, o predicado em questão é o predicado de uma oração subordinada a um verbo superior de *comunicação* ou *pensamento*, a opinião refere-se ao *sujeito do verbo superior*.»

O comportamento dos verbos em B.2 integra-se perfeitamente nas características apontadas. No primeiro caso teremos:

B.2.

(1)

Aborrece-	}	{	me	{	passear	}	ao domingo.					
Admira-												
Aflige-								{	o	{	passearem	}
Agrada-												
...												

(i.e., a *opinião* expressa pelos verbos é sempre referida ao *falante*).

No segundo caso:

B.2

(2)

O João diz que	{	o	{	os	{	aborrece	{	passear	}	ao domingo.					
											{	admira	{	passearem	}

(i.e., a *opinião* já não é a do falante mas do sujeito da declaração, *João*).

É de notar que a ocorrência do Conjuntivo, nestes casos, se dá das seguintes formas:

a) Quando o *falante* exprime uma opinião sobre uma *acção* ou *estado de coisas* que não se referem a si próprio, o *Infinito flexionado existe em variação com o Conjuntivo*:

B.2

(1)

- a. Aborrece-me *passearem* ao domingo.
- b. Aborrece-me *que passem* ao domingo.

B.2

(2)

- a. O João diz que o aborrece *passearem* ao domingo.
- b. O João diz que o aborrece *que passem* ao domingo.

b) Quando o *falante* exprime uma opinião sobre uma *acção* ou *estado de coisas* que se referem a si próprio, o *Conjuntivo só existe em variação com o Infinito quando a frase subordinada se antepõe*:

B.2

(1)

- c. Aborrece-me *passear* ao domingo.
- d. (?) Aborrece-me que eu *passeie* ao domingo.
- e. Que eu *passeie* ao domingo, aborrece-me.

c) Tendo, agora, em conta os predicados apontados por Raposo (1973) como pertencentes aos Verbos C:

«difícil, fácil, impossível, *convir*, *urgir*, etc.»

parece-nos possível incluir nesta análise a frase (15) incluída na lista de exemplos gerais sobre o Conjuntivo (cap. 3.0):

(15)

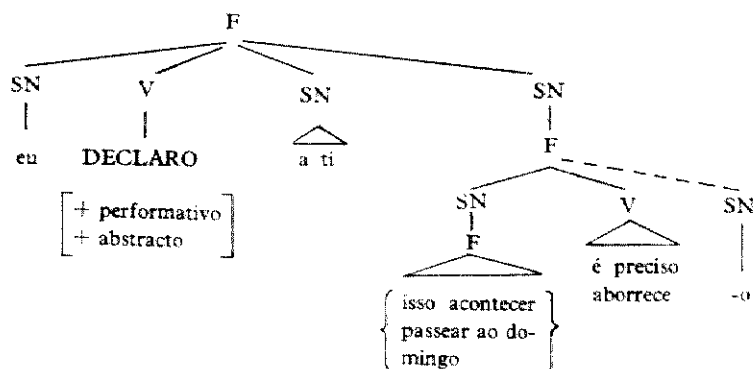
É preciso que isso *aconteça*.

Para todos os casos de B.2 (excepto em B.2(2) que é uma declarativa não performativa), cremos poder aceitar a hipótese apresentada por Raposo (1973) relativamente aos Verbos C, hipótese essa que propõe

que esses verbos sejam formulados a partir da *análise performativa* defendida por Ross (1967a) contendo a seguinte estrutura de base:

B.2.

(3)



Resumindo: para todos os casos de B.2 a *opinião expressa é sempre a opinião do sujeito do verbo superior*.

$$C. \left[F_1 + F_2 \left[\text{QUE} \left\{ \begin{array}{l} \text{Ind.} \\ \text{Conj.} \end{array} \right\} \right] \right] \longrightarrow \left[F_1 + F_2 \left[\text{Infin.} \right] \right]$$

Casos em que o *Infinito* aparece em variação com o complementador 'que':

No meu idiolecto, todos os verbos contidos em A., B.1 e B.2 admitem o *Infinito flexionado* em variação com o complementador *que*, com excepção de:

- a) *exigir*
- querer*
- desejar*
- esperar*
- pretender*

pertencentes a B.1.

Neste caso, o *Infinito* ocorre quando há co-referência entre o sujeito superior e o sujeito inferior, mas é sempre *não-flexionado*.

Exemplos: Casos em que existe *Infinito flexionado*:

C. (1)

Ela

acredita
imagina
pensa
reconhece
... Vs A.
censura
tolera
receia
... Vs B.1.

sermos completamente loucos.

C. (2)

Aborrece-a
Desespera-a
Interessa-a
É possível
É difícil
... Vs B.2.

sermos completamente loucos.

Casos em que só existe *Infinito não-flexionado*:

C. (3)

a. Nós

exigimos
queremos
desejamos
esperamos
pretendemos

comer como toda a gente.

Não é possível obter frases como b.

b. * Nós

? exigimos
queremos
desejamos
esperamos
pretendemos

comermos como toda a gente.

C.(3) é o único caso em que se dá a ocorrência de *Infinito não-flexionado*, haja ou não co-referência de sujeitos. A razão parece estar no facto dos verbos *exigir*, *querer*, *desejar*, *esperar*, *pretender*, *poderem* funcionar como *declarativos de ordem*. Note-se que, enquanto declarativos de ordem, estes verbos nunca podem ter sujeitos co-referentes:

- | | | |
|----------|---|--------------------------------|
| c. * Nós | ? exigimos
queremos
desejamos
esperamos
pretendemos | que comamos como toda a gente. |
|----------|---|--------------------------------|

A interrogação junto de *exigir* assinala que no caso de um *declarativo de ordem forte* (caso de verbos essencialmente de declaração, sem quaisquer características de *asserção mental*), a impossibilidade da co-referência não é tão evidente.

Parece-nos, assim, que os *verbos declarativos de ordem médios e fracos* deverão ser considerados simultaneamente *verbos de asserção mental fortes*, visto que são os que apresentam mais restrições a nível sintáctico.

3.2.2. Ordenação e classificação dos verbos de asserção mental

Uma vez feita a análise dos vários tipos de complementadores dos verbos de asserção mental, a classificação que propomos para estes verbos é a seguinte:

- a. — Verbos declarativos de ordem médios e fracos e de asserção mental médios.
 - b. — Verbos de asserção mental médios.
 - c. — Verbos de asserção mental fracos.
 - d. — Verbos de asserção mental muito fracos e funtores de verdade.
- a. **VERBOS DECLARATIVOS DE ORDEM MÉDIOS E FRACOS E DE ASSERÇÃO MENTAL FORTES** (*exigir*, *querer*, *desejar*, *esperar*, *pretender*)

a.1 Características sintácticas:

- a.1.1 Ocorrem apenas com *Conjuntivo*, em presença do complementador *QUE*.

- a.1.2 Na ausência do complementador *QUE*, e só em casos de co-referência de sujeito superior e inferior, o Conjuntivo é substituído pelo *Infinito não-flexionado*.

a.2 *Características semânticas:*

+	declarativos
+	comunicação
+	pensamento
—	factivos
±	emotivos

- b. *VERBOS DE ASERÇÃO MENTAL MÉDIOS* (*admitir₂*, *aprovar*, *censurar*, *conceber*, *consentir*, *deplorar*, *duvidar*, *evitar*, *gostar*, *lamentar*, *permitir*, *preferir*, *recear*, *recusar*, *suportar*, *temer*, *tencionar*, *tolerar*)

b.1 *Características sintáticas:*

- b.1.1 Ocorrem apenas com *Conjuntivo* em presença do complementador *QUE*.

- b.1.2 Na ausência do complementador *QUE*, o Conjuntivo é substituído por *Infinito flexionado*.

b.2 *Características semânticas:*

—	declarativos
+	comunicação
+	pensamento
+	factivos
±	emotivos

Nota: o facto de serem [— declarativos], [+ comunicação] e [+ pensamento] faz que a *opinião* expressa pelo verbo se refira sempre ao falante ou ao sujeito superior declarativo e, nunca, ao sujeito do verbo, a não ser quando o sujeito do verbo é o falante (caso de sujeito performativo).

c. **VERBOS DE ASSEÇÃO MENTAL FRACOS** (*acreditar, admitir₁, assumir, compreender, considerar, crer, decidir, desconfiar, ignorar, imaginar, julgar, pensar, pressupor, presumir, prever, reconhecer, resolver, supor*)

c.1 *Características sintáticas:*

c.1.1 Ocorrem tanto com *Indicativo* como com *Conjuntivo* em presença do complementador *QUE*.

c.1.2 Na ausência do complementador *QUE*, *Indicativo* e/ou *Conjuntivo* são substituídos por *Infinito flexionado*.

c.2 *Características semânticas:*

—	declarativos
+	comunicação
+	pensamento
—	factivos
—	emotivos

Nota: o facto de serem [— factivos] implica que o falante não pressupõe a verdade da frase complemento, donde F_2 é verdadeira ou falsa apenas relativamente ao sujeito de F_1 . Tal facto é factor determinante para a aplicação ou não aplicação da transformação do *Transporte da negativa*, análise que faremos em 3.2.3.

d. **VERBOS DE ASSEÇÃO MENTAL MUITO FRACOS** (*achar, estar certo de, estar convencido de, descobrir, fingir, saber, ter a certeza, concluir*)

d.1 *Características sintáticas:*

d.1.1 Ocorrem apenas com *Indicativo* em presença do complementador *QUE*.

d.1.2 Na ausência do complementador *QUE*, o *Indicativo* é substituído por *Infinito flexionado*.

d.2 Características semânticas:

—	declarativos
—	comunicação
+	pensamento
—	factivos
—	emotivos

Nota: pelo facto de serem [— comunicação] e [— factivos] estes verbos funcionam muito pouco como asserção mental, passando a funcionar aproximadamente como *functores de verdade* ⁽²²⁾.

3.2.3 O Transporte da Negativa

A transformação denominada *Transporte da Negativa* foi inicialmente proposta por Fillmore (1963) em «The position of embedding transformations in a grammar» e propunha-se explicar a diferença entre frases (a), (b) relativamente a (c), (d) ⁽²³⁾.

- (a) John thinks that Bill doesn't like Harriet.
(John pensa que Bill não gosta de Harriet)
- (b) John doesn't think that Bill likes Harriet.
(John não pensa que Bill goste de Harriet)
- (c) John claims that Bill doesn't like Harriet.
(John diz que Bill não gosta de Harriet)
- (d) John doesn't claim that Bill likes Harriet.
(John não diz que Bill gosta de Harriet)

A diferença está em que (a) e (b) são semanticamente equivalentes (não poderia nunca haver uma situação em que (a) fosse verdadeira e (b) falsa). O mesmo não acontece com (c) e (d), como já referimos

⁽²²⁾ Em lógica formal, uma *função de verdade* é uma expressão proposicional cujo valor de verdade é função do valor de verdade do seu ou dos seus argumentos proposicionais. (Definição extraída das folhas distribuídas por Joana Lopes no Seminário de lógica formal, IMAVE, 1973).

Quando considero estes verbos como *functores de verdade* (aproximadamente), tenho em consideração que, numa língua natural, a interpretação semântica destes verbos os coloca entre o *perfeito functor de verdade* que é «É verdade que» e um operador proposicional do tipo de «digo que».

⁽²³⁾ Os exemplos em inglês são tirados de Robin Lakoff (1969) e foram mantidos porque a versão pura e simples para o português, para além de não traduzir exactamente o inglês, poderia criar, logo de início, uma ligação entre o verbo *pensar* e o *transporte da negativa*.

em 3.1. p. 40, visto que contém verbos que são simples declarativos. Fillmore afirmou ainda que pelo menos uma das interpretações de (b) deverá ser igual à interpretação de (a).

Em linhas muito gerais, o problema está em que a frase (b), cuja negativa se encontra na frase superior, seja interpretada como a frase (a), que contém a negativa na frase encaixada, e não como a total negação do verbo superior. Passando a exemplificar, a frase (b) pode ser interpretada de duas maneiras: 1. 'John pensa que Bill não gosta de Harriet' (John tem uma opinião definitiva); 2. 'Não se dá o caso de John pensar que Bill gosta de Harriet' (John não tem qualquer opinião sobre o caso, pode mesmo não ter conhecimento dele) ⁽²⁴⁾. Se se tiver esta última interpretação, o *Transporte da negativa não foi aplicado*.

Vimos que os tipos de verbos que admitem estrutura de complementação são ou *declarativos* ou *de asserção mental*. Vimos também que os *declarativos* não pressupõem por si só a verdade e que tal só acontece dentro do âmbito da *asserção mental*. Admite-se, portanto, que *os verbos a que o Transporte da negativa poderá aplicar-se deverão ser de asserção mental*.

Não se pretende neste capítulo fazer uma análise completa sobre este aspecto. Pretende-se, sim, a partir da análise já elaborada em 3.2.1, apresentar alguns aspectos que poderão estar na base de um estudo mais aprofundado sobre este assunto, aspectos que tendem, fundamentalmente, a estabelecer quais os verbos que admitem *Transporte da negativa*.

3.2.3.1 A negação e a asserção mental

Rivero (1970), na análise que apresenta para o *Transporte da Negativa* em espanhol, baseia-se em verbos que, opcionalmente, podem admitir nos seus complementos quer *Indicativo* quer *Conjuntivo*, como, por exemplo:

3.2.3.1

(1)

Ela não imagina que as pastilhas elásticas fazem mal aos dentes.

(2)

Ela não imagina que as pastilhas elásticas façam mal aos dentes.

⁽²⁴⁾ Tanto 1. como 2. são interpretações apresentadas por R. Lakoff (1969), com que estou plenamente de acordo.

Rivero, tal como Raposo (1973), consideram que as duas ocorrências (1) e (2) não são opcionais, como pareciam à primeira vista, e apresentam como razão o facto de, em (1), o *falante* pressupor a verdade da frase complemento e, em (2), o *falante* ter, em relação à frase complemento, uma '*atitude neutra*' (cf. Rivero (1970) p. 305, Raposo (1973) p. 86).

Aceitando a afirmação de que as duas ocorrências não são opcionais, a minha interpretação de (1) e (2) difere, no entanto, das duas interpretações anteriores. Aceito, realmente, que em (1) o *falante* pressupõe a verdade da frase complemento. Não considero, no entanto, que em (2) o *falante* tenha uma '*posição neutra*' relativamente à frase complemento. Considero, como aliás defendi anteriormente em 3.2.1.d, que existe, da parte do *falante*, uma *pressuposição potencial de verdade* relativamente a esse complemento, razão por que a frase (2) pode ser interpretada pela paráfrase:

(2a)

Ela não acredita que as pastilhas elásticas *podem* fazer mal aos dentes.

Ao aceitar (2a) como uma paráfrase de (2), aceita-se implicitamente que:

a) As frases (1) e (2) têm interpretações diferentes e que essa diferença se encontra expressa na superfície através da utilização do *Indicativo* e do *Conjuntivo*;

b) do ponto de vista de pressuposição, a diferença existente entre (1) e (2) é uma diferença *modal*;

c) enquanto diferença *modal*, a diferença entre (1) e (2) é uma diferença de grau entre '*ser*' e '*poder ser*'.

Vejamos, mais detalhadamente, o que se passa sempre que existe possibilidade de variação *Indicativo/Conjuntivo*. Vimos que os verbos que admitem essa variação são os verbos que constituem a lista (49). Verbos como, por exemplo, *acreditar*, *imaginar*, *pensar*, *supor* admitem dois tipos de complementos:

3.2.3.1

(3)

a. Ela

acredita
imagina
pensa
supõe

que as pastilhas elásticas *fazem* mal aos dentes.

- b. Ela

acredita
imagina
pensa
supõe

 que as pastilhas elásticas *façam* mal aos dentes.
- c. Ela

acredita
imagina
pensa
supõe

 que as pastilhas elásticas *não fazem* mal aos dentes.
- d. Ela

acredita
imagina
pensa
supõe

 que as pastilhas elásticas *não façam* mal aos dentes.

Observa-se que a. e b. existem em variação e que as respectivas negativas negam apenas a forma afirmativa do complemento, i.e., segundo a interpretação que apresentámos de *modalidade*, se:

- (i) *a. é verdadeira — c. é verdadeira* (c. é a negação de a. mas não é contraditória do ponto de vista de pressuposição) ⁽²⁵⁾.
- (ii) *b. é verdadeira — d. é falsa*
b. é falsa — d. é verdadeira
 (d. é a negação de b. e é contraditória do ponto de vista de pressuposição) ⁽²⁶⁾.

Comparando (a.c.) e (b.d.) repare-se que no primeiro caso existe a oposição *fazem/não fazem*, enquanto que no segundo caso a oposição é *podem fazer/não podem fazer* em que, do ponto de vista de pressuposição, dado que:

não podem fazer implica *não fazer*, *não podem fazer* é equivalente a *não fazer*.

⁽²⁵⁾ Enquanto relação entre argumentos, *fazem* e *não fazem* funcionam como *negação*, i.e., se *fazem* é verdadeiro, *não fazem* é falso e vice-versa. Contudo, do ponto de vista do falante que pressupõe, *fazem* e *não fazem* são complementares, i.e., preenchem o conjunto de aptidões possíveis para essa situação específica.

⁽²⁶⁾ Neste caso, *façam* e *não façam* funcionam como *disjunção* para o falante, em que os argumentos são *podem fazer* e *não podem fazer* e em que *não podem fazer* é equivalente (enquanto pressuposição) a *não fazem*.

Se este raciocínio está correcto, passando novamente à análise dos casos (1) e (2):

(1)

Ela *não imagina* que as pastilhas elásticas *fazem* mal aos dentes.

(1) é o caso em que a negativa nega o verbo mais alto (i.e., o falante diz que, a *ela*, não lhe passa pela cabeça que...).

(2)

Ela *não imagina* que as pastilhas elásticas *façam* mal aos dentes.

(2) terá de ser o caso em que a negativa nega o verbo complemento, donde (2) deverá ser o caso em que a negativa foi transportada da frase encaixada para a frase superior.

De resto, se a interpretação de *não fazem* é equivalente a *não fazem*, do ponto de vista de pressuposição do falante, então:

(2a)

Ela *não imagina* que as pastilhas elásticas *não fazem* mal aos dentes.

é equivalente a (2b):

(2b)

Ela *não imagina* que as pastilhas elásticas *não fazem* mal aos dentes.

A frase (2a), contendo uma dupla negativa, é, por sua vez, equivalente à positiva (2c):

(2c)

Ela *imagina* que as pastilhas elásticas *fazem* mal.

Esta relação torna-se mais evidente no caso dos *verbos de asserção mental muito fracos*, que admitem *Indicativo* na frase complementar. Uma frase como (3)

(3)

João *nunca tem a certeza* de que a Maria *não venha*.

pode ser interpretada como (3a):

(3a)

Em todos os casos João *não tem a certeza* de que a Maria *pode não vir*.

enquanto que uma frase como (4):

(4)

João *nunca* pensa que a Maria *não* vem.

pode ser interpretada como:

(4a)

João pensa sempre que a Maria pode vir.

O que acontece é que *ter a certeza* só ocorre com Conjuntivo por razões independentes ao próprio verbo. Neste caso é a negativa que se sobrepõe às restrições impostas pelo verbo. No entanto, repare-se que o facto da negativa se ter sobreposto não alterou em nada a pressuposição do falante. No caso da frase (5):

(5)

João *não tem a certeza* de que a Maria *venha*.

e da frase (5a):

(5a)

João *tem a certeza* de que a Maria *vem*.

a pressuposição do falante é só uma: 'a Maria vem'.

Esta a razão que me leva a considerar que os casos, se não únicos, pelo menos mais evidentes da aplicação do *Transporte da negativa* são os *verbos de asserção mental muito fracos*: — *achar, estar certo de, estar convencido de, descobrir, fingir, saber, ter a certeza de, concluir*.

Conclusões de 3.2

a) Existem vários graus de asserção mental aos quais correspondem vários tipos de verbos com características sintácticas e semânticas específicas.

b) Todos os verbos de asserção mental implicam a ocorrência de *Conjuntivo* nas respectivas frases complementares, com excepção dos *verbos de asserção mental fracos e muito fracos*. Os primeiros admitem *Conjuntivo em variação com o Indicativo*, os segundos implicam sempre *Indicativo*.

c) Há, portanto, *dois tipos de ocorrência de Conjuntivo*:

— uma depende inteiramente das restrições impostas pelo verbo mais alto (de asserção mental);

— outra depende da introdução do *elemento NEG* em posição mais alta, sobrepondo-se às próprias restrições impostas pelos verbos igualmente altos.

d) no primeiro caso, a ocorrência do Conjuntivo deve-se a restrições de tipo semântico; no segundo, deve-se a restrições sintácticas de origem posicional.

3.3 *Disjunção inclusiva*

3.3.0 *Introdução*

São raros os casos em que os gramáticos apresentam uma definição objectiva de *disjunção*, limitando-se, na grande maioria, a apresentar os elementos que podem ocorrer com sentido disjuntivo. Esses elementos são normalmente denominados *conjunções disjuntivas*.

Sobre a definição de *conjunções disjuntivas* diz J. S. Barboza (1830) p. 351: «Estas são as que ligão proposições susceptíveis da mesma afirmação, considerada cada huma à parte, porém incompatíveis com elle ao mesmo tempo, de sorte que so huma dellas pôde ser verdadeira, comparada com a outra.».

Definição perfeitamente invulgar dentro das gramáticas tradicionais, ela contém praticamente tudo o que, do ponto de vista lógico, se considera relevante numa disjunção.

Neste capítulo pretende-se analisar alguns casos de frases com sentido disjuntivo, estando ou não expressa essa disjunção, tendo, sobretudo, em conta a ocorrência do Conjuntivo dentro dessas frases. É ainda nossa intenção provar que a ocorrência do *Conjuntivo* nestes casos se deve, de um modo geral, à presença de um (ou mais que um) elemento abstracto quantificador e/ou qualificador (operador que se comporta como um *modal*) que atribuirá para cada caso a *quantidade* e *qualidade* necessárias à realização do verbo (ou do modo do verbo) nessa situação específica ⁽²⁷⁾.

(27) Um *qualificador* é um modificador verbal que pode, também, afectar toda a frase (cf. Lehmann (1972)).

Um *quantificador* é um operador que, quando introduzido numa frase, opera nela uma modificação parcial ou total.

A diferença entre *qualificador* e *quantificador* está em que um *qualificador* é sempre um modificador verbal, enquanto que o *quantificador* é um modificador

Distinguímos ainda entre disjunção *inclusiva* e *exclusiva* tomando como elementos distintivos entre as duas o facto de, na primeira, se tratar de um conjunto preenchível por dois elementos que se opõem ($p \vee (\sim p)$), enquanto, na segunda, o conjunto é preenchível por um número finito de elementos que é sempre superior a dois (²⁸).

3.3.1 Conjuntivo e disjunção inclusiva

Enquanto disjunção, as frases 3.3.1 (1)

3.3.1(1)

- a. Quer chova quer faça sol, saio.
- b. Queiras ou não queiras, saio.

não necessariamente verbal, que pode operar em vários tipos de variáveis (nominais, verbais, etc.).

Contudo, como este trabalho se destina essencialmente ao estudo do verbo, a diferença entre *qualificador* e *quantificador* pode não parecer clara. Dir-se-ia, de resto, que, neste caso específico, qualificador e quantificador não se opõem. *Enquanto modificadores verbais, eles apresentam apenas uma diferença de grau.*

Haverá casos em que os verbos, por conterem uma informação semântica muito forte e exercerem, por essa razão, uma função de carácter restritivo sobre a frase em que se inserem, não são muito sensíveis a elementos exteriores (i.e., não são facilmente modificáveis). Nesse caso, parece-me que os elementos modificadores dependem das *restrições qualificadoras* desses verbos (qualificadores).

Nos casos em que os verbos não contêm informação semântica de carácter restritivo forte, podem ser modificados por elementos que lhes atribuem «quantidade» suficiente de informação, de modo a preencherem, na situação específica em que se encontram (contexto), as condições necessárias de modificação.

É preciso, no entanto, dizer que, no que respeita à utilização neste trabalho de *elementos qualificadores*, *elementos quantificadores*, ou quaisquer outros elementos de caracterização fundamental lógica, temos em conta que uma representação adequada de uma *lingua natural*, ao utilizar instrumentos lógicos, não deverá apresentá-los tal como se eles funcionassem para uma *lingua artificial* como é a linguagem lógica, mas deverá antes adaptá-los à realidade dessa lingua natural. Só desse modo a utilização da lógica, (*lógica natural*, segundo a denominação de Lakoff (1973) 'The Inseparability of Semantics and Pragmatics in a Natural Logic', comunicação apresentada no colóquio «Formal Semantics of Natural Languages», Cambridge, 1973), se mostrará relevante e inseparável de uma semântica que deverá tender a uma análise *pragmática*.

(²⁸) No caso da *disjunção inclusiva* ($p \vee q$), entende-se que não se exclui a possibilidade de tanto 'p' como 'q' constituírem o caso de *implicação* com a

podem, à primeira vista, ser analisadas, do ponto de vista lógico, da seguinte forma:

3.3.1(2)

$$p \vee (\sim p) \varepsilon q$$

i.e., 'p' ou 'não-p' $\left\{ \begin{array}{l} \text{e} \\ \text{mas} \end{array} \right\}$ 'q'.

Parece-nos, no entanto, que 3.3.1(2) não transcreve na totalidade tudo o que está em 3.3.1(1). De facto, o que (2) diz pode também aplicar-se aos casos em 3.3.1(3):

3.3.1(3)

a. Chove ou não chove $\left\{ \begin{array}{l} \text{e} \\ \text{mas} \end{array} \right\}$ saio.

b. Queres ou não queres $\left\{ \begin{array}{l} \text{e} \\ \text{mas} \end{array} \right\}$ saio.

que não são equivalentes a 3.3.1(1).

Acontece que 3.3.1(3), pelo facto de utilizar o modo *Indicativo* contém duas informações definidas. Uma é a informação contida na disjunção $(p \vee (\sim p))$, outra é a proposição 'q' (saio). De tal forma estas duas informações são definidas que podem mesmo chegar a ser independentes. É o caso de 3.3.1(4):

3.3.1(4)

Chove ou não chove $\left\{ \begin{array}{l} \text{e} \\ \text{mas} \end{array} \right\}$ eu saí.

i.e., a primeira proposição contém uma informação que nada tem a ver com a informação da segunda, uma vez que a primeira se refere a um *presente* e a segunda a um *passado*.

proposição que se lhes segue. Dai que, como mais adiante se verá, um dos casos de disjunção *inclusiva* em português seja, por exemplo, uma frase como (i):

i. caso não te importes, saio.

isto é:

ii. [importas-te ou não te importas] Caso não te importes, saio.

No caso da *disjunção exclusiva*, $((p \vee q) \varepsilon (\sim (p \varepsilon q)))$, não se estabelece qualquer relação de implicação com a proposição seguinte, dado que 'p' e 'q' são elementos complementares dentro da própria disjunção (i.e., *contêm* $\vee$ e ε).

Tal interpretação, porém, não pode nunca aparecer nos casos em 3.3.1(1). Não há caso nenhum em que seja possível:

3.3.1(5)

* Quer chova quer faça sol, sai.

Esta impossibilidade parece dever-se ao facto de, dada a presença do Conjuntivo, a primeira proposição não poder ser independente da segunda. Existe, portanto, em 3.3.1(1) uma relação de dependência que reside na co-referência de *tempo*. Só assim se percebe que uma frase como:

3.3.1(1)

b. Queiras ou não queiras, saio.

possa ser interpretada como: 'Num futuro, sairei e tu quererás isso ou não'.

Formulamos, por essa razão, a hipótese de o Conjuntivo só aparecer neste tipo de disjunção se a disjunção inclusiva for quantificada por um operador *tempo* (modal) que uma interpretação adequada de 3.3.1(1) deverá ter em conta. Propõe-se assim que para os casos de ocorrência de Conjuntivo, 3.3.1(2) seja reescrito como:

3.3.1(6)

$(Qt) p \vee (\sim p) \varepsilon q$

em que

$Qt \longrightarrow \text{Modal}$

$\text{Modal} \longrightarrow \text{futuro}$

3.3.2 $p \rightarrow q$ (se 'p' então 'q')

Existem casos como:

3.3.2(1)

- a. A não ser que te importes, saio.
- b. Caso não te importes, saio.
- c. Caso te importes, saio.
- d. Se (não) te importares, saio.
- e. Ainda que te importes, saio.
- f. Mesmo que te importes, saio.

todos podendo ser interpretados como uma das formas que se seguem:

3.3.2(2)

- a. 'ou te importas ou eu saio'.
- b. 'ou não te importas ou eu saio'.

Oscar Lopes (1972) pp. 31-32, considera casos deste tipo como casos de *disjunção inclusiva*, consideração com que estamos de acordo, embora os argumentos que apresentamos sejam ligeiramente diferentes. Diz Óscar Lopes que casos como: «ou ele é operado, ou morrerá dentro de três dias», traduzível em «se ele não for operado, morrerá dentro de três dias», existe uma condicional-negativa que equivale à disjunção inclusiva, como se observa na tabela que o mesmo autor apresenta:

o	m	$\sim o$	$\sim o \rightarrow m$	$o \vee m$
V	V	F	V	V
V	F	F	V	V
F	V	V	V	V
F	F	V	F	F

A razão por que não estamos inteiramente de acordo com Óscar Lopes é a seguinte:

— se existe uma noção de implicação ($p \rightarrow q$), tal como preconiza o autor, essa implicação só é, no entanto, relevante no caso de haver *co-referência de tempo* nas duas proposições. Veja-se, por exemplo, a frase:

3.3.2(3)

Se ele não *foi* operado, morrerá dentro de três dias.

que, mantendo a mesma implicação, não é já traduzível por disjunção.

De facto, quando alguém diz: «Se ele não *foi* operado, morrerá dentro de três dias» considera que a primeira proposição é *sempre* verdadeira. Se, do ponto de vista de pressuposição, a primeira proposição é sempre verdadeira para o falante, então ele não pode constituir um dos termos de uma disjunção (i.e., não há caso nenhum em que ela possa ser falsa).

Proponho, portanto, que os casos 3.3.1 e 3.3.2 sejam ambos considerados *disjunção inclusiva*, podendo ser ambos derivados de uma estrutura de base que contém uma disjunção inclusiva completa, em que

opcionalmente se apagará o termo não-pertinente, como se exemplifica em 3.3.2(4):

3.3.2

(4)

$$\begin{array}{ccccccc} \boxed{\text{ou te importarás}} & \text{ou} & \boxed{\text{não te importarás}} & \left\{ \begin{array}{c} \text{e} \\ \text{mas} \end{array} \right\} & \text{saio.} \\ (\text{Qt}) & p & \sim p & \varepsilon & q \end{array}$$

Será portanto:

- i) $\neg (\text{Qt}) \ p \vee (\sim p) \varepsilon q$ (nos casos 3.3.1(1))
- ii) $\neg (\text{Qt}) \ (\sim p) \varepsilon q$ (quando $(\sim p \rightarrow q)$. Casos 3.3.2(1) a. b.)
- iii) $\neg (\text{Qt}) \ p \varepsilon q$ (quando $p \rightarrow q$, casos 3.3.2(1) c., d. (afirm), e., f.)

Conclusões de 3.3

a) Uma disjunção em que ambos os termos ocorrem no Conjuntivo é uma disjunção *quantificada* por um *modal* (futuro) que tem em conta a *co-referência de tempo* entre a primeira proposição e a segunda.

b) A *disjunção quantificada* pode ser actualizada em superfície no todo ou em parte.

c) Quando a disjunção quantificada é apenas actualizada em parte, ela apresenta apenas o termo da disjunção que, para uma situação específica, é o pertinente.

3.4 Disjunção exclusiva

Analisamos neste capítulo os seguintes tipos de frases:

3.4(1)

- a. *Custe o que custar*, ela há-de acabar por convencer-me.
- b. *Diga-se o que se disser*, o João sempre foi honesto.
- c. *Doa a quem doer*, ela diz sempre o que tem a dizer.
- d. Ele inventou *fosse o que fosse* para se safar.

que propomos serem interpretadas segundo o esquema:

3.4(2)

[ou₁, ou₂, ou₃ ... ou_n]

n = número finito de termos de disjunção que preenche o conjunto de elementos (acontecimentos) possíveis para uma situação específica e apenas para ela.

i.e.:

[custa₁, custa₂, custa₃, ... custa_n] = custe o que custar.

[diz-se₁, diz-se₂, diz-se₃, ... diz-se_n] = diga-se o que se disser.

[doa a₁, doa a₂, do a₃ ... doa a_n] = doa a quem doer.

[foi₁, foi₂, foi₃, ... foi_n] = fosse o que fosse.

Do ponto de vista de locução, as frases 3.4(1) todas exprimem uma determinada *opinião* ou determinado *conceito* que o locutor (falante) tem acerca de cada uma das situações (frase principal) e para as quais ele prevê haver um conjunto de acontecimentos que *potencialmente* equivalem à situação em si (disjunção). Isto é, a proposição que contém a disjunção *relaciona-se* com a proposição que se lhe segue porque representa o conjunto (1,2,3, ... n) de *acontecimentos potenciais* que está aferido com o conceito que o falante tem da situação.

Acontece, assim, que as frases em 3.4 são *qualitativamente* diferentes das frases em 3.3 ⁽²⁶⁾. Elas não mantêm, tal como acontecia com as frases em 3.3, uma relação de tempo entre as duas proposições (isto é, neste caso o tempo não precisa ser co-referente). Repare-se, por exemplo, no caso de 3.4(1) b., que contém a seguinte informação: '(opinião do falante) o João sempre foi honesto, mesmo que até agora ou futuramente se diga 1,2,3, ... n para (me; falante) provarem o contrário'.

Para além deste tipo de frases não conter co-referência de tempo, elas não são, no entanto adequadamente descritas por uma simples disjunção, nestes casos, apresentar mais de dois termos (*n* termos), implica que ela seja tomada como uma coordenação de vários elementos distintos e dos respectivos contrários. Isto é:

$$[1 + \text{não-1}, 2 + \text{não-2}, 3 + \text{não 3} \dots n]$$

⁽²⁶⁾ As frases em 3.3 e 3.4 são *qualitativamente* diferentes por em 3.3 o modal *futuro* ter em conta as duas proposições, estabelecendo-se assim uma relação de implicação entre a primeira e a segunda.

Em 3.4 o modal *poder*, tendo apenas em conta a pressuposição do falante, não estabelece a relação entre a proposição que contém a disjunção e a segunda proposição, donde elas são independentes.

Propõe-se, portanto, e tendo em conta os dados observados, que se considere a ocorrência do *Conjuntivo*, nestes casos, como resultado da actualização de um operador (quantificador) *potencial* aplicado à disjunção inclusiva:

3.4(3)

(Qt. potencial) $(p \vee q)$

implicará a criação dos respectivos contrários, i.e.:

3.4(4)

$p \vee (\sim p) \vDash q \vee (\sim q)$

cujá relação se apresenta como a formulação de uma *disjunção exclusiva* quantificada:

3.4(5)

(Qt) $(p \vee q) \vDash (\sim (p \vDash q))$

3.4(5) poderá ainda apresentar duas formas:

1. No caso do quantificador potencial se actualizar como verbo, teremos na superfície o modal *poder*:

'*Podem* dizer₁, *podem* dizer_{não-1}, *podem* dizer₂, ...*n*'

(i.e., 'podem dizer o que disserem') ou 'pode-se dizer o que se disser')

2. no caso do quantificador potencial não se actualizar como verbo, teremos ocorrência do *Conjuntivo*.

(i.e., 'diga-se o que se disser')

Conclusões de 3.4

1. Uma disjunção em que apenas um dos termos ocorre no *Conjuntivo*, é uma disjunção quantificada por um *modal potencial*.

2. Esse *modal potencial*, quando não actualizado na superfície, implica a ocorrência de *Conjuntivo*.

3. Quando actualizado na superfície, ele corresponde ao verbo modal *poder* que é sempre seguido de Infinito.

3.5 *Quantificação nominal*

3.5.0 *Introdução*

Até agora, sempre que falámos em *quantificadores*, tivemos, sobretudo, em conta os casos em que eles funcionaram enquanto *modificadores verbais*, i.e., casos em que os quantificadores intervêm directamente na modificação do verbo, ou do modo do verbo (quantificação modal). Vimos também que, como modificadores verbais, esses quantificadores se dividiam em *quantificadores potenciais* e *quantificadores temporais*, actualizando-se na superfície respectivamente como *verbo modal* ou como tempo *futuro*, ou ainda, em ambos os casos, através do *modo Conjuntivo*.

Neste capítulo, ocupar-nos-emos de casos em que a ocorrência do Conjuntivo não parece depender dos modificadores verbais já analisados, mas antes de *operadores* (que, numa língua natural, correspondem a adjectivos e/ou advérbios) que actuam fundamentalmente sobre *variáveis nominais*, atribuindo-lhes uma *quantificação universal* ($\forall x$) ou uma *quantificação existencial* ($\exists x$)⁽³⁰⁾, ou, ainda, nem propriamente uma ou outra, mas uma quantificação de *gradação intermédia*, específica para cada caso, determinando para cada variável um *limiar de suficiência* mínimo ou máximo⁽³¹⁾.

Ao considerarmos casos de *quantificação nominal*, não pretendemos fazer qualquer estudo aprofundado sobre o assunto, mas apenas ter em conta os aspectos que estão em relação directa com o objecto de análise deste trabalho — o *Conjuntivo* —, pelo que nos limitamos à observação dos casos com ele relacionados sem tentarmos, a partir deles, chegar a qualquer formulação geral sobre o comportamento dos quantificadores em português.

(30) «In a proposition with a general term as subject, definiteness of meaning requires that the subject be introduced by a 'sign of quantity', normally 'Every', 'No' or 'Some'. Propositions introduced by 'Every' or 'No', e.g. 'Every man is a rogue', are said to be 'universal' propositions; introduced by 'Some', 'particular'; this universality or particularity being the 'quantity' of the proposition.» (definição extraída de Prior, *Formal Logic*, 2.^a ed., Oxford at the Clarendon Press, 1962, p. 104).

(31) Quantificadores deste tipo são considerados por uma teoria de quantificação modificada: 'Sortal Quantification'. Agradeço, especialmente neste ponto, à Inês Silva Duarte que me falou desta teoria, da qual não tinha qualquer referência, mas que vem coincidir com algumas observações que me tinham, por sua vez, levado a conclusões perfeitamente empíricas sobre este facto.

3.5.1 *Quantificação nominal e Conjuntivo*

Frases como:

3.5.1(1)

Todos os policiaes são inconscientes.

3.5.1(2)

Todos os policiaes não são inconscientes.

em que (2) é a *negação* de (1) assumem, muitas vezes, numa análise não comprometida com conceitos lógicos, posições pouco definidas uma em relação à outra, sendo a negação tida como o 'oposto' da afirmativa, critério muitas vezes confundido com 'contradição'. Acontece, de facto, que, enquanto elemento de uma língua natural, a *negação* assume várias funções, ou tem vários comportamentos, que, no entanto, dependem fundamentalmente do contexto (ou contextos) em que se insere. Tendo em conta alguns desses casos, é possível dizer, por exemplo, que:

3.5.1(3)

a) *NEG é oposto de AFIRM.*

a.1 Ele está deitado.

a.2 Ele não está deitado. ('está em pé')

b) *NEG nega apenas parte da AFIRM.*

b.1 Ele está bom.

b.2 Ele não está bom. ('mas também não está a morrer')

c) *NEG não tem correspondente AFIRM.*

c.1 Ele não percebe de todo o que se está a passar.

c.2 * Ele percebe de todo o que se está a passar.

No entanto, e tendo novamente em conta as frases (1) e (2), é possível constatar que, do ponto de vista lógico, (2) difere de (1) apenas *qualitativamente*. Isto é, considera-se que (2) é qualitativamente diferente, uma vez que o *predicado* de (1), uma vez negado, é apenas qualitativamente oposto:

— A frase (2) é equivalente a: «*Todos os policiaes são conscientes*».

Parece, portanto, necessário evidenciar que, para todos os casos, mesmo os mencionados em 3.5.1(3), a relação entre *afirmativa* e a *negativa* correspondente é uma relação de diferença *qualitativa*, que, na superfície, pode aparecer destacada para uma actualização em que se fazem sentir restrições, igualmente de superfície, inerentes a ambas as formas ou ainda, e apenas, a uma delas.

Embora as frases (1) e (2) sejam *qualitativamente* diferentes, elas são, no entanto, *quantitativamente* iguais. As frases (1) e (2) são ambas casos de *quantificação universal* ($\forall x$, 'qualquer que seja x ').

Existem, por outro lado, frases como:

3.5.1(4)

Alguns policiais são inconscientes.

3.5.1(5)

Alguns policiais não são inconscientes.

(que, tal como (1) e (2), são *qualitativamente* diferentes ((5) é a negativa de (4)), e que são casos de *quantificação existencial* ou *particular* ($\exists x$ 'existe pelo menos um x ').

Numa língua natural, neste caso no português, existem várias formas de actualização de ' $\forall x$ ' e ' $\exists x$ '.

No caso de ' $\forall x$ ', por exemplo:

3.5.1(6)

Qualquer polícia é inconsciente.

3.5.1(7)

Não há um único polícia consciente.

No caso de ' $\exists x$ ':

3.5.1(8)

Bastantes policiais são inconscientes.

3.5.1(9)

Poucos policiais são inconscientes.

3.5.1(10)

Nem todos os policiais são inconscientes

3.5.1(11)

Certos policiais são inconscientes.

Aparecem, ainda, casos que parecem não ser interpretáveis quer como casos de quantificação universal, quer como casos de quantificação existencial:

3.5.1(12)

A maioria dos policiais é inconsciente.

3.5.1(13)

Metade dos policiais são inconscientes.

De facto, não existe um conjunto *definido* que constitua 'a maioria dos policiais', tal como não se pode dizer que a interpretação da frase (13) possa ser feita a partir de um quantificador existencial, isto é, que 'metade' seja definível por 'pelo menos um dos policiais'. Deixamos, no entanto, este assunto em aberto, já que, por si só, merece um trabalho mais vasto e aprofundado, e passamos a ter em conta alguns casos de ocorrência do Conjuntivo:

3.5.1(14)

Não há um único polícia que *se revolte* contra a violência.

3.5.1(15)

Há pouca gente que *saiba* ouvir música.

3.5.1(16)

Contaram-me uma única história em que isso *acontecesse*.

3.5.1(17)

Se houver um sítio onde se *esteja* confortável, sou mulher para ir.

3.5.1(18)

Já viste alguém que *seja* tão duro de roer?

A frase (14) tem a forma *negativa de uma proposição existencial*, quer ela seja afirmativa quer negativa:

3.5.1(14)a

Há um único polícia que $\left\{ \begin{array}{l} \text{se revolte} \\ \text{não se revolte} \end{array} \right\}$ contra a violência.

e, por outro lado, corresponde e/ou *é equivalente à negativa de uma proposição universal*:

3.5.1(14)b

Todos os policiais *não se revoltam* contra a violência.

Parece, portanto, que a ocorrência de NEG na frase (14), dada a sua posição dentro da proposição, é o elemento modificador de quantidade (i.e., NEG transforma uma proposição existencial em proposição uni-

versal), donde NEG, na frase (14), tem função de *quantificador*, e o Conjuntivo ocorre devido a esse facto ⁽³²⁾.

No que respeita à frase (15), ela só é interpretável pressupondo na sua base uma *proposição existencial*:

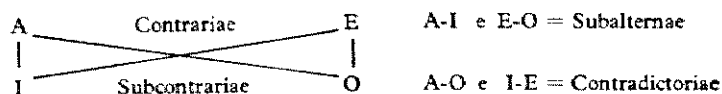
3.5.1(15)a

Há pelo menos um 'x' que sabe ouvir música.

Não é possível obter (15) pressupondo que 'Toda a gente sabe ouvir música' ($\forall x$).

Pressupor, no entanto, que (15) contém uma quantificação existencial não é suficiente para explicar a ocorrência do Conjuntivo. Acontece que o falante considera que 'saber ouvir música' é função apenas de alguns (*poucos*, no caso de (15)) o que, por sua vez, faz com que o predicado 'saber ouvir música' se torne *potencial*. Na realidade, sempre que uma frase contém uma informação precisa sobre o conjunto ou os elementos do conjunto a que o 'sujeito' pertence, como, por exemplo,

(³³) Desde a lógica medieval que foi definido o seguinte *quadro de oposições*:



em que:

- A — é uma universal afirmativa
- E — é uma universal negativa
- I — é uma existencial afirmativa
- O — é uma existencial negativa
- 'Aba' = 'Cada B é A'
- 'Eba' = 'Nenhum B é A'
- 'Iba' = 'Algum B é A'
- 'Oba' = 'Algum B não é A'

'Aba' e 'Eba' são *contrárias* e diferem em qualidade.

'Iba' e 'Oba' são *subcontrárias* e diferem em qualidade.

'Aba' e 'Iba' tal como 'Eba' e 'Oba' são *subalternas*, têm a mesma qualidade e diferem (opõem-se) em quantidade.

'Aba' e 'Oba', tal como 'Eba' e 'Iba', são *contraditórias*, diferem em qualidade e em quantidade.

Perante o quadro apresentado, é possível afirmar, que, em português, uma *proposição existencial negativa* passa a *proposição universal negativa* sempre que NEG se encontrar em posição mais alta.

em casos de presença de quantificadores como 'todos', 'metade' (i.e., casos em que é possível atribuir uma leitura de proposição universal), o Conjuntivo não ocorre:

3.5.1(19)

* Há metade da gente que saiba ouvir música.

Por outro lado, sempre que 'há' não é expresso, o modo que ocorre é sempre o *Indicativo*, facto que constitui mais uma evidência de que o Conjuntivo não pode ser independente e só ocorre em estrutura de complementação:

3.5.1(20)

Pouca gente *sabe* música.

Sempre que 'há' se encontra expresso, o *Conjuntivo* existe em variação com o *Indicativo* quando o sujeito é um *quantificador nominal existencial expresso*. Exemplo: *pouca, alguma, mais*, etc. Quando se atribui ao quantificador existencial determinada *potencialidade*, a ocorrência do Conjuntivo torna-se *obrigatória*:

3.5.1(21)

Há pouca gente que *sabe* ouvir música. (Ind.)

3.5.1(22)

Há pouca gente que $\left\{ \begin{array}{l} \text{pode saber} \\ \text{saiba} \end{array} \right\}$ ouvir música. (Conj.).

Repare-se, ainda, que a interpretação dada a (15) se aplica, também, a (16), (17) e (18):

3.5.1(16)a

Contaram-me *uma única* história em que isso *pode acontecer*.

3.5.1(17)a

Se houver *um* sitio onde se *pode estar* confortável, sou mulher para ir.

3.5.1(18)a

Já viste *alguém* $\left\{ \begin{array}{l} \text{que pode} \\ \text{poder} \end{array} \right\}$ ser tão duro de roer?

A *potencialidade* não só ocorre com casos em que o quantificador existencial está expresso: *uma única* (16), *um* (17), *alguém* (18), como encontra elementos que a definem em superfície: *se* condicional (17), interrogativa (18).

Conclusões de 3.5

Tendo em conta o que foi observado, parece possível tirar as seguintes conclusões:

Há dois tipos de ocorrência de Conjuntivo com quantificação nominal:

a) O Conjuntivo depende de um quantificador potencial:

- a.1 — se houver uma estrutura de complementação;
- a.2 — se, e só se, o quantificador nominal for existencial;
- a.3 — se o Conjuntivo puder ser parafraseado pelo verbo modal 'poder'.

b) O Conjuntivo depende do elemento NEG sempre que:

- b.1 — houver uma estrutura de complementação em que NEG ocupa a posição mais alta;
- b.2 — a proposição que contém Conjuntivo for equivalente a uma proposição universal.

PARTE III

4. Conjuntivo e a Restrição da Frase-mais-alta

4.0 *Introdução*

Neste capítulo pretende-se estabelecer uma hipótese sobre a formação de estruturas que contêm Conjuntivo, admitindo, em primeiro lugar que o facto de, na superfície, se apresentarem vários tipos de ocorrência deste modo implica que, para cada um deles, existe uma estrutura

de base diferenciada e, em segundo lugar, que, apesar dos vários tipos de ocorrência, o Conjuntivo deverá ser definido por determinado *campo de restrições* que o definem como *modo* e enquanto modo.

A hipótese que apresento é como que um compromisso entre uma proposta de análise discriminativa e uma proposta de análise generalizada, pretendendo reter, simultaneamente, os aspectos *minimamente diferenciáveis* e *maximamente generalizáveis*, e situa, por si só, não apenas o facto de o Conjuntivo *acontecer*, mas antes um *campo* em que o Conjuntivo começa por ter uma *ocorrência fraca* (casos em que o Conjuntivo entra em variação com o Indicativo) até aos casos em que o Conjuntivo apresenta uma ocorrência *obrigatória* (i.e., só o Conjuntivo pode ocorrer nessa estrutura e apenas ele).

4.1 *Quantificação e Qualificação no Conjuntivo*

Invariavelmente integrado numa estrutura de complementação, o Conjuntivo, enquanto modo, é o resultado da existência de restrições impostas quer pelos verbos-mais-altos, quer ainda por elementos modificadores dos verbos que, quando introduzidos, podem tanto operar apenas sobre o verbo como, ainda, sobre toda a frase.

Começamos por apresentar uma classificação dos verbos-mais-altos, com base na sua relação de quantificação e qualificação:

4.1.1 *Quantificação e Qualificação nos verbos-mais-altos*

Nos capítulos 3.1 e 3.2, vimos que a presença do Conjuntivo como modo do verbo complementar pode depender do verbo-mais-alto, ou, precisamente, das restrições impostas por esse verbo.

Essas restrições são, a nosso ver, de dois tipos:

- a) Restrições qualificadoras.
- b) Restrições quantificadoras.

Consideramos que as restrições impostas pelos verbos mais altos são *qualificadoras* sempre que elas seleccionam *um único modo* como modo do respectivo complementador (i.e., ou Indicativo ou Conjuntivo); serão *quantificadoras* quando esses verbos puderem seleccionar mais do que um modo na frase complementar, dependendo a interpretação lógica da frase da selecção de um modo ou de outro.

No âmbito dos verbos analisados temos o seguinte esquema de selecção:

F ₁	F ₂
Vs declarativos simples	— Indicativo
declarativos de ordem e asserção mental fortes	— Conjuntivo
asserção mental médios	— Conjuntivo
asserção mental fracos	Conjuntivo — e/ou Indicativo
asserção mental muito fracos	— Indicativo

Segundo a classificação apresentada em 3.2.2, é possível afirmar que as *restrições qualificadoras* que seleccionam o Conjuntivo são impostas

pelos traços $\left[\begin{array}{c} + \text{comunicação} \\ + \text{pensamento} \end{array} \right]$ que são comuns a todos os verbos que admitem Conjuntivo na frase complemento.

Há, no entanto, casos de transição. No que toca aos *declarativos de ordem* (e asserção mental fortes), situados entre os *declarativos simples* e os de *asserção mental médios*, o facto de associarem a *qualidade*

[+ declarativa] às de $\left[\begin{array}{c} + \text{comunicação} \\ + \text{pensamento} \end{array} \right]$ implicam a criação de uma *modalidade temporal* — FUTURO — que é o tempo lógico entre a declaração PRESENTE) e a ordem $\left[\begin{array}{c} + \text{comunicação} \\ + \text{pensamento} \end{array} \right]$.

Nesta primeira fase há, portanto, que considerar que existe uma relação de *quantificação* entre, por exemplo, os *declarativos simples* e os *declarativos de ordem* e o modal FUTURO, ao mesmo tempo que existe uma relação de *qualificação* entre os verbos da *frase-mais-alta* e as respectivas frases inferiores.

Deste modo existe uma nova relação de quantificação entre os verbos *declarativos de ordem* e os de *asserção mental médios*. Deixando de ser declarativos (— declarativos), os verbos de *asserção mental* ficam depen-

dentes da declaração do falante (ou de um sujeito declarativo superior) que exprime uma opinião sobre o sujeito da frase [o João pensa = eu

digo que o João pensa], donde

- declarativo + comunicação + pensamento
--

leva à criação de um

modal que é um *modal potencial* (que vai seleccionar o Conjuntivo), uma vez que a opinião do falante *pode ou não* coincidir com a *verdade real*. Volto a insistir neste ponto para afirmar que *não há, portanto, razão para considerar, mesmo no caso de um verbo factivo* (lamentar, censurar, etc.), *que o falante pressupõe a verdade da frase complemento*. O falante continua, apenas, a exprimir uma opinião sobre a atitude ou actuação do sujeito da F_i perante um facto (complemento) que continua a ser *potencial* (i.e., verdadeiro ou falso, ou nem verdadeiro nem falso, apenas inexistente).

Um exemplo em defesa do que foi dito parecem-me ser as frases

4.(1)

O João $\left\{ \begin{array}{l} \text{censurou} \\ \text{censura} \\ \text{censurará} \end{array} \right\}$ o facto de as crianças $\left\{ \begin{array}{l} \text{morderem} \\ \text{poderem morder} \\ \text{poderem vir a morder} \end{array} \right\}$

quem lhes apetecer.

em que o *facto de as crianças morderem* pode ou não ser verdadeiro, pode não existir no presente ou vir ou não vir a existir num futuro. O que acontece é que o falante tem uma opinião *fixa* sobre uma possível atitude do João relativamente ao facto (complemento) que *pode* acontecer. A relação de verdade estabelece-se a partir da implicação 'se *A* acontecer, eu digo que o João pensará 'x''. Donde a opinião só é verdadeira se *A* acontecer, e *A* pode ou não acontecer.

Esta relação de *modalidade* mantém-se mesmo nos verbos de *asserção mental fracos* sempre que estes seleccionam o Conjuntivo. No outro caso, sempre que ocorre o modo *Indicativo*, a relação de verdade é diferente. Veja-se, por exemplo, 4.(2):

4.(2)

O João $\left\{ \begin{array}{l} \text{acredita} \\ \text{acreditará} \end{array} \right\}$ que a rapariga $\left\{ \begin{array}{l} \text{diz} \\ \text{dirá} \end{array} \right\}$ a verdade.

A opinião do falante sobre a atitude do sujeito continua a ser *fixa*; contudo a verdade da frase complementar é independente da opinião do

falante. Isto é: *se o complemento é verdadeiro*, o falante pode ter uma opinião verdadeira ou falsa (o João pode ou não acreditar); *se o complemento é falso*, o falante continua a poder ter uma opinião verdadeira ou falsa.

complemento	opinião do falante
V	V
V	F
F	V
F	F

Resumindo, *ocorre Indicativo quando a verdade do complemento não implica a verdade do falante*, e *ocorre Conjuntivo quando da potencialidade da verdade do complemento depende a verdade do falante*, o que corresponde à actualização do modal potencial.

Parece, pois, que o Conjuntivo só deixa de ser seleccionado quando o *quantificador verbal* é substituído por um outro tipo de quantificador, como o *quantificador nominal*, funtor de verdade, que actua sobre o verbo mais alto.

Esta é a razão pela qual os verbos de asserção mental fracos e muito fracos admitem a transformação do *Transporte da Negativa* (NEG é introduzido em posição mais alta), à semelhança dos casos de *quantificação nominal*, em que uma proposição existencial passa a universal sempre que NEG se introduz em posição mais alta ⁽¹⁾ (cf. 3.5.1).

É possível, assim, definir, para os casos de asserção mental *muito fraca*, uma *restrição qualificadora existencial*, a partir da qual a relação de *quantificação* entre os verbos de asserção mental médios e os de asserção mental fracos e muito fracos passa a ser, respectivamente, uma relação entre uma *quantificação verbal universal* (em que NEG não

altera a *qualidade* dos verbos) e uma *quantificação*

+	verbal
+	nominal

existencial (NEG altera a *qualidade* dos verbos, mudança de Indicativo para o Conjuntivo, sem, no entanto, alterar a sua *quantidade*, isto é, uma proposição existencial negativa é equivalente à negação da proposição universal (caso do transporte da NEG)).

⁽¹⁾ Convém acentuar que a proposição existencial que passa a universal não é toda a frase complexa mas sim e apenas a frase inferior, dado que é a partir dela que NEG se vai deslocar. Daí que NEG não vá *negar* o verbo da frase superior onde passa a inserir-se.

Torna-se, desta forma, mais explícita a relação dos verbos de asserção mental muito fracos com os verdadeiros funtores de verdade. Ou, por outras palavras, *a asserção mental muito fraca é o limite máximo da expressão da verdade num acto de locução, enquanto que os funtores de verdade são o limite máximo de expressão de verdade lógica* ⁽²⁾.

4.1.2 Outros operadores que seleccionam Conjuntivo

A par das restrições quantificadoras e qualificadoras dos verbos mais altos, existem ainda os casos em que o Conjuntivo é actualizado a partir de restrições de dois outros operadores:

- a disjunção;
- NEG.

No caso da disjunção (cf. cap. 3.3 e 3.4), vimos que ela só selecciona Conjuntivo quando relacionada ou integrada num campo quantificador já definido para os verbos mais altos que ocorrem com Conjuntivo. Acontece que, no caso da *disjunção inclusiva*, como aliás já foi observado, o Conjuntivo só ocorre se a disjunção for quantificada pelo modal *futuro*, tal como, no caso da *disjunção exclusiva*, o quantificador deverá ser *potencial*. Parece, no entanto, que a disjunção contendo Conjuntivo deverá ser considerada como um *caso derivacional* no campo lógico definidor do Conjuntivo, razão porque transportamos a análise deste tipo de ocorrência para o capítulo em que trataremos das formulações das regras transformacionais que seleccionam Conjuntivo.

O mesmo acontece com o elemento NEG que só pode ser considerado a partir de determinado *nível de derivação*.

O que acabamos de dizer leva-nos portanto a afirmar que existem *dois níveis de quantificação*, um primeiro que é o nível de *quantificação de base* e um segundo que é o nível de *quantificação derivacional*.

É, no entanto, necessário esclarecer que consideramos *derivação* uma estrutura obtida a partir da aplicação de regras transformacionais que operam dentro da própria estrutura abstracta ou estrutura lógica.

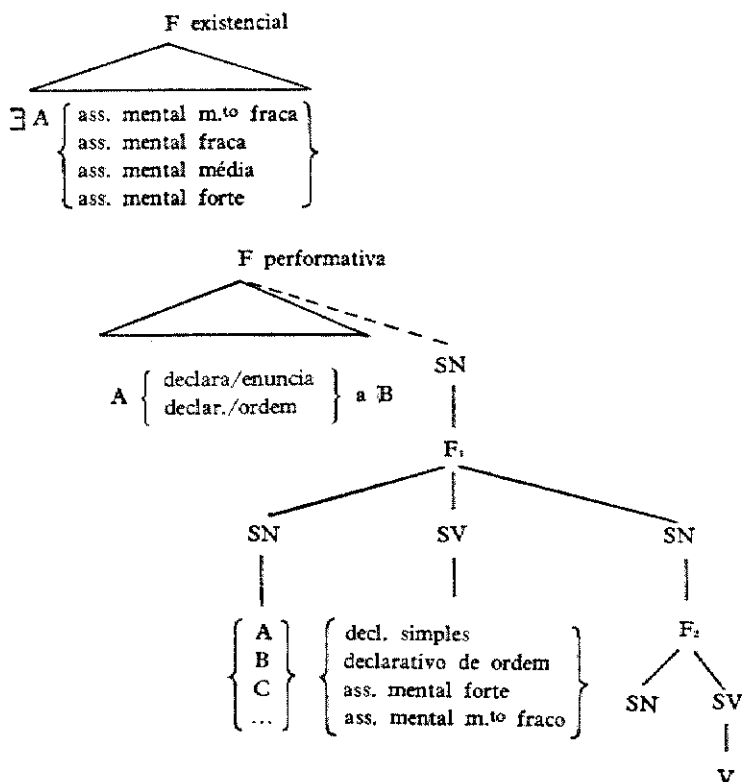
(2) A afirmação que acaba de ser feita, põe, mais uma vez, em evidência que, de facto, qualquer análise de uma língua natural com base em princípios lógicos não deve aplicar esses mesmos princípios sem que eles sejam adequados à própria linguagem natural. Por outras palavras, a utilização de mecanismos exteriores à linguagem natural só será relevante se esses mesmos mecanismos forem adequados à linguagem natural e não utilizados tal como seriam dentro do seu próprio campo de linguagem artificial.

A estrutura abstracta ou estrutura lógica de qualquer frase cremos dever ter em conta alguns aspectos mais fundamentais do *acto de locução*. Esses aspectos fundamentais são, na nossa opinião: a *locução* propriamente dita, o *locutor* (ou falante), a *pressuposição*, que consideramos equivalente ao conhecimento que o falante tem daquilo que enuncia, o *tempo de enunciação* (acto-de-locução) e o *tempo referente à locução propriamente dita* ⁽³⁾.

Propomos, a partir do que foi dito, a seguinte:

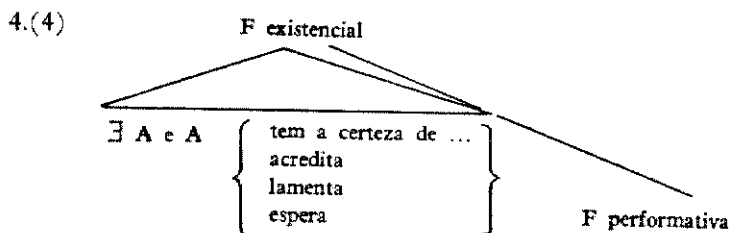
4.2 Estrutura lógica de um acto de locução

4.(3)



⁽³⁾ Há, certamente, outros aspectos que intervêm no acto-de-locução e que, presentemente, não temos em conta dado que não nos parecem fundamentalmente relevantes para a análise que nos propomos fazer.

Frase existencial corresponde à *pressuposição*. Enquanto *pressuposição*, a *F exist.* contém uma graduação do *conhecimento* que A tem de F_1 , F_2 , etc, conhecimento esse que transmite a B através de um acto de locução (*Frase performativa*). A *Frase existencial* funcionará aproximadamente (dado que se trata de uma estrutura abstracta que pode não se actualizar em superfície) como:



ou seja, existe uma *graduação na pressuposição da verdade*, que é correspondente ao *conhecimento* (pensamento ou sentimento) que A tem relativamente àquilo que vai enunciar. *Fundamentalmente, A só enuncia algo de que tem maior ou menor conhecimento*, e não há nenhum caso em que A enuncie algo sem que isso aconteça. Este facto põe em evidência que não existem, na realidade, frases ou actos de locução que expressem proposições universais, dado que toda a afirmação é sempre uma afirmação de determinado locutor, que, por sua vez, tem uma visão (conhecimento) *particular*, individual, *existencial*, daquilo que afirma.

No que toca à *frase performativa*, há que ter em conta:

- o locutor (A)
- o receptor (B)
- o tipo de declaração (verbo)
- o tempo de declaração (T. decl.)
- frase complemento (QUE-F)

ou seja,

4.(5)
(T. decl.) A ($V_{decl.}$) a B (QUE-F)

em que

- 4.(6)
- a. $V_{decl.} \rightarrow \begin{cases} V. \text{ declarativo simples} \\ V. \text{ declarativo de ordem} \end{cases}$
 - b. $A \rightarrow eu$

Restrição da performativa declarativa de ordem: — o sujeito performativo declarativo de ordem não pode ser o mesmo da QUE-F; isto é: *eu* não pode nunca ocorrer como sujeito numa frase dominada por um verbo performativo declarativo de ordem.

Consequências desta restrição: — não há frases imperativas na 1.^a pessoa do singular. (cf. cap. 3.1).

Entre o *tempo* da declaração de ordem e a ordem propriamente dita (QUE-F), existe uma relação:

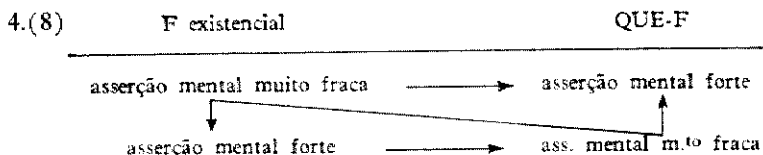


Entre a *F existencial* e a *F performativa de ordem* há ainda que evidenciar uma possível relação entre a graduação dos predicados numa e noutra, isto é, entre uma asserção mental muito fraca e uma declaração de ordem forte, tendo em conta que, a uma asserção mental muito fraca (*função de verdade verbal*), corresponderá uma *maior probabilidade* de concretização da ordem dada, facto que determinará a utilização performativa de um verbo *declarativo de ordem forte*. Por outro lado, uma asserção mental forte (que não tem função de verdade) não aumenta a probabilidade de concretização da ordem dada; corresponderá na performativa de ordem a um verbo *fraco* com características *emotivas*:

4.(7)

- a. (*A* tem a certeza de) *A* $\left\{ \begin{array}{l} \text{decreta} \\ \text{ordena} \end{array} \right\} \dots$
- b. (*A* espera) *A* $\left\{ \begin{array}{l} \text{propõe} \\ \text{sugere} \\ \text{deseja} \end{array} \right\} \dots$

Um outro facto relevante é a possibilidade de relação entre os predicados da *F existencial* e os *verbos de asserção mental em QUE-F*. De facto, a relação entre uns e outros é uma *relação inversa*, ao contrário do que acontecia com os verbos de declaração de ordem. Essa relação pode esquematizar-se da seguinte forma:



O esquema 4.(8) dá assim conta dos casos:

4.(9)

- a. Eu tenho a certeza que tens a certeza.
- b. Eu tenho a certeza que acreditas.
- c. Eu tenho a certeza que lamentas.
- d. Eu tenho a certeza que esperas.

A relação definida em 4.(9) torna-se, por outro lado, definidora da relação entre os declarativos de ordem fortes e os declarativos de ordem fracos (que são também verbos de asserção mental fortes). Assim, é possível obter:

4.(10)

- a. (Eu tenho a certeza) Eu ordeno que ordenes.
- b. (Eu espero) Eu $\left\{ \begin{array}{l} \text{espero} \\ \text{desejo} \end{array} \right\}$ que ordenes.

e no entanto, não é possível obter frases como:

4.(11)

- a. * (Eu tenho a certeza) Eu ordeno que desejes.

(cf. os exemplos (42) de 3.1.2).

Parece, portanto, que os predicados atribuídos à frase existencial, segundo a ordem apresentada, não só definem o campo de pressuposição (ou conhecimento) do falante, como, por outro lado, atribuem a *modalidade* relativamente às frases encaixadas, ou, mais precisamente, estão na base dos modais relativos à expressão dos verbos das frases inferiores. Só deste modo se justifica que os verbos *performativos declarativos de ordem fortes*, uma vez não actualizados na superfície, possam ser parafraseados pelo verbo modal *ter de*, ou *dever*, enquanto os verbos *performativos declarativos de ordem fracos* podem apenas ser parafraseados pelo modal *futuro*, que não indica mais do que a *relação temporal* existente, e anteriormente referida, entre o tempo de declaração e o tempo de realização da ordem.

4.3 *Estrutura lógica e alguns aspectos da pragmática do Conjuntivo*

A estrutura 4.2, atribuível a qualquer acto de locução, apresenta características muito gerais, que não definem as possíveis ocorrências do Conjuntivo. No entanto, e dentro da estrutura apresentada, é pos-

sível detectar aquilo que denominamos de *campo do Conjuntivo*. Por outras palavras, existem relações entre os elementos de 4.2 que implicam a ocorrência de Conjuntivo, relações essas que apontam um limite mínimo e um limite máximo dessa mesma ocorrência.

Tendo em conta, portanto, a estrutura 4.2, em que os predicados da *frase existencial* funcionam como elementos de pressuposição do falante (o falante pode ter em relação àquilo que enuncia uma noção que varia entre a *Verdade* — verdade não absoluta, apenas verdade no conceito do falante, donde *verdade existencial* — e a *probabilidade de verdade*), consideramos que, em termos de *pressuposição*, os verbos abstractos funcionam como operadores lógicos da seguinte maneira:

ASSERÇÃO MENTAL MUITO FRACA
ASSERÇÃO MENTAL FRACA
ASSERÇÃO MENTAL MÉDIA
ASSERÇÃO MENTAL FORTE

equivale a *Verdade Existencial*
equivale a *Disjunção*
equivale a *Modal potencial*
equivale a *Modal Futuro*

Relações de Verdade existencial:

As frases 4.(12) são provenientes de uma estrutura como 4.2.

4.(12)

- a. (Eu tenho a certeza e digo que) o meu gato *é* guloso.
- b. * (Eu tenho a certeza e digo que) o meu gato *seja* guloso.
- c. Eu não tenho a certeza (* e digo) que o meu gato *seja* guloso.

TER A CERTEZA, a funcionar como predicado de uma frase existencial, ou seja como operador de *verdade existencial*, implica apenas a ocorrência de indicativo (cf. frase 4.(12) a.). Não é possível obter uma frase como a de b. Por outro lado, a frase c. só se obtém se se considerar que c. subentende:

- c.1 (eu tenho a certeza do que digo e) digo que não tenho a certeza que o meu gato *seja* guloso.

em que NEG aparece introduzido numa QUE-F que contém um predicado equivalente ao de F-existencial, mas é dependente de uma F-existencial não actualizada na superfície. De resto, NEG não poderia nunca aparecer como modificador da F-existencial, dado que, como vimos anteriormente, NEG modificaria a verdade existencial em verdade universal, que nunca pode ocorrer num acto de locução. Se uma frase cuja pressuposição

depende de *asserção mental muito fraca* (V. exist.) não implica nunca Conjuntivo, então o Conjuntivo só ocorre quando NEG é introduzido numa QUE-F.

Relações de disjunção:

Vimos no caso anterior que, sempre que a pressuposição do falante assenta na *asserção mental muito fraca*, ela representa um *valor de verdade único* (verdade existencial) que selecciona invariavelmente o Indicativo como modo do verbo da QUE-F. O que se passa com os restantes predicados da F-existencial, em particular com os predicados correspondentes à *asserção mental fraca*, é que, enquanto elementos definidores de pressuposição, eles representam (podem representar) *mais do que um valor de verdade*. Especificamente: na *asserção mental fraca*, o que acontece é que ela pode atribuir *dois valores de verdade*, o que corresponde a *duas pressuposições distintas*. Esta constatação leva-nos a afirmar que *existe Conjuntivo sempre que uma asserção tiver dois ou mais valores de verdade*, o que, no entanto, não é o mesmo que dizer que Indicativo e Conjuntivo se oponham. O que existe é uma pressuposição distinta que ocorre com Indicativo, tal como existe uma outra pressuposição distinta que ocorre com Conjuntivo. Daí decorre também que, enquanto disjunção, uma pressuposição a partir de predicados de *asserção mental fraca* não precisa de manifestar-se por dois termos ('p', 'q') que se oponham, o que corresponde a dizer que *existe disjunção desde que os dois termos sejam apenas complementares*. De facto, a ocorrência de Indicativo e de Conjuntivo em frases cuja pressuposição assenta na *asserção mental fraca* parece preencher as condições de complementaridade requeridas. Veja-se, por exemplo, em frases como:

4.(13)

- a. Ela acredita que *existem* pássaros transparentes.
- b. Ela acredita que *existam* pássaros transparentes.

b. não se opõe a a. como seria de supor; são antes complementares. Repare-se que, a partir de uma frase como a. em que ocorre Indicativo, se supõe que: 'É possível que existam ou não pássaros transparentes; ela acredita que existem, mesmo que não existam'.

No caso b., supõe-se que: 'É possível que existam ou não pássaros transparentes; ela acredita que existam'.

Das interpretações de a. e de b., o que parece elemento de distinção entre ambas é que, no caso de a., o *Indicativo* se actualiza quando a opinião do sujeito de QUE-F é *independente* da opinião *potencial* do falante ('é possível que existam ou não'). No caso de b., o que se actualiza é uma das potencialidades previstas pelo falante. Uma outra explicação para a ocorrência de Indicativo ou de Conjuntivo pode ter base nos factos de, no caso de a., ela corresponder a uma estrutura lógica a.1:

a.1

(EU TENHO A CERTEZA que) ela acredita que *existem* pássaros transparentes.

em que o predicado de F-exist. seleccionava obrigatoriamente o Indicativo, enquanto que b. seria derivada de:

b.1

(EU ACREDITO que) ela acredita que *existam* pássaros transparentes.

em que o predicado de F-exist. seleccionava obrigatoriamente o Conjuntivo, enquanto pressuposição *potencial*.

Num caso ou noutro, seguindo uma ou outra explicação, a *disjunção* consiste em $p \vee q$ em que 'q' consiste, por sua vez, em $p \varepsilon (\sim p)$. Só a partir da intervenção de $(\sim p)$ é que o Conjuntivo ocorre, facto que é, por si só, suficiente para definir uma graduação *quantitativa* relativamente à *verdade existencial* onde a negação não impunha modificação quantitativa.

Retomando tudo o que foi dito, a asserção mental fraca é a relação intermédia entre a *verdade com um único valor* e a *verdade com, pelo menos, dois valores*, isto é, a relação que escolhe entre 'p' e 'q', em que:

'p' = V existencial

$p \vee q$ = disjunção

'q' = potencial (valor que tende para 'p') e que pode ser preenchido por 'q' = $p \varepsilon (\sim p)$.

Este valor que tende para 'p' que denominamos *potencial* define, fundamentalmente, um campo lógico de *possibilidade*. Mais concretamente: a *possibilidade* é *qualidade de um quantificador potencial*. Se um quantificador potencial é definível por um conjunto $(p \varepsilon (\sim p))$, então a proposição que contiver 'p' é tão possível como a que contiver ' $\sim p$ ', o que é o mesmo que dizer que 'p' e ' $\sim p$ ' não se excluem; 'p' é possível para determinado caso e ' $\sim p$ ' é possível para outro caso determinado, o que, por sua vez, leva a concluir que 'p' e ' $\sim p$ ' são *ambos*

possíveis, e que o *valor de verdade* relativo a cada um deles está apenas relacionado com o facto em que se insere. Frases como:

4.(14)

- a. *É difícil* que o gato *arranje* as visitas.
- b. *Não é difícil* que o gato *arranje* as visitas.
- c. *É lamentável* que o gato *arranje* as visitas.
- d. *Não é lamentável* que o gato *arranje* as visitas.

podem ser todas formuladas a partir de:

4.(15)

[É POSSÍVEL] $\left\{ \begin{array}{l} \text{lamentar} \\ \text{que se lamente} \\ \text{que seja difícil} \end{array} \right\}$ que o gato *arranje* as visitas.

em que existe portanto a *possibilidade de lamentar* em determinado caso ou situação, ao mesmo tempo que existe a *possibilidade de não lamentar* noutro caso ou noutra situação.

É, portanto, o *valor potencial* que o falante atribui ao facto em si que distingue entre as frases em 4.(14) e a frase 4.(16):

4.(16)

O gato *arranja* as visitas e ela lamenta esse facto.

em que *lamentar* não depende de uma pressuposição potencial mas de uma pressuposição de verdade existencial: 'Eu TENHO A CERTEZA e digo que ela lamenta o facto de o gato *arranhar*'.

Resta apenas observar que o *modal potencial*, cuja *qualidade* é a *possibilidade*, está, por sua vez, na base da *probabilidade*. A diferença entre a *possibilidade* e a *probabilidade* está em que *uma coisa só é provável se for possível*, donde a *qualidade de possibilidade* é *condição necessária da probabilidade*, sem ser, no entanto, *condição suficiente*. Uma *possibilidade* só é *provável* se *realizável* num futuro. Diremos, portanto, que o *modal futuro* é *condição suficiente da probabilidade*, o que leva à *caracterização da probabilidade* como uma noção que tem a *qualidade de ser possível* e a *quantidade de ser futuro*.

Voltando novamente às relações entre os predicados da *Frase existencial*, é nossa intenção provar que na sequência:

Verdade existencial

Disjunção

Modal potencial

Modal futuro

um *predicado superior quantificado* é o *qualificador* de um outro *predicado imediatamente inferior* que contém a sua respectiva quantificação. Esquematizando novamente:

Verdade existencial caracterizada pelo *quantificador existencial* é elemento *qualificador* da disjunção.

A *disjunção* contém, portanto, um elemento *qualificador*, que é a *verdade existencial*, e um elemento *quantificador*, que é a própria *disjunção*, ou seja, a existência de dois ou mais valores de verdade.

O *modal potencial* tem como elemento *qualificador* a *disjunção* e como elemento *quantificador* a *possibilidade* (que representa como que um *valor de verdade* restrito ao caso específico em questão, razão por que os *verbos reais* correspondentes são *factivos*).

O *modal futuro* tem como elemento *qualificador* a *possibilidade* e como *quantificador* a *probabilidade* (i.e., a sua realização futura).

Com base nesta caracterização pretendemos, seguidamente, provar que o *campo lógico do Conjuntivo começa a partir do momento em que é possível atribuir à pressuposição dois ou mais valores de verdade, e acaba quando esses valores de verdade voltam novamente a constituir um único valor de verdade* do ponto de vista da pressuposição. Mais concretamente, o *Conjuntivo* começa por poder ocorrer sempre que a pressuposição subjacente à locução se insere ao nível abstracto na asserção mental fraca, e tem o limite máximo de ocorrência ao nível da pressuposição de uma locução declarativa de ordem. Nos campos imediatamente anterior e posterior, respectivamente nas locuções cuja pressuposição assenta na asserção mental muito fraca e na declaração simples, o *Conjuntivo* é provocado pela inserção do elemento NEG, que, de acordo com o que ficou dito, deverá ser necessariamente introduzido, não na estrutura lógica de base, mas a determinado nível da derivação.

4.4 *Restrições da Frase-mais-alta. Regras para a formação do Conjuntivo.*

Da análise de alguns aspectos lógico-semânticos inerentes ao *Conjuntivo*, um dos pontos mais importantes é a conclusão de que existe *Conjuntivo* sempre que for possível atribuir dois ou mais valores de verdade à frase complemento, a que correspondem dois ou mais tipos de pressuposição do falante sobre essa frase. Vimos também que a pressuposição do falante corresponde ao *grau de verdade* do predicado da *frase existencial* (frase-mais-alta) e que os predicados da frase-mais-

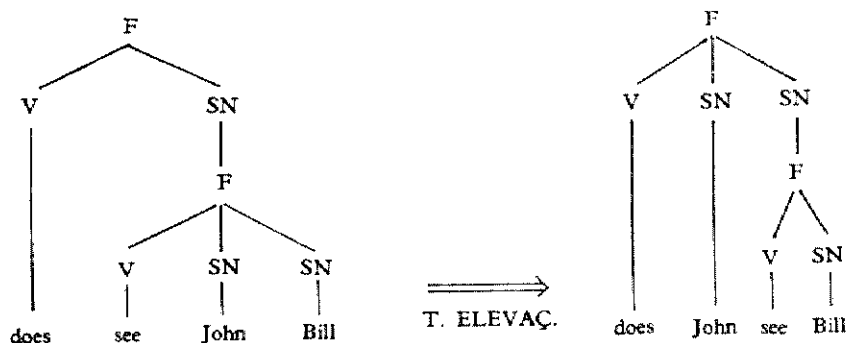
-alta podem operar modificações nas frases inferiores. Essas qualidades de modificação, constituem as *restrições* que, como tentaremos demonstrar, se exercem quer a partir dos predicados das frases-mais-altas sobre as inferiores, quer ainda a partir da relação dos predicados inferiores com os predicados em posição mais alta. As restrições das frases-mais-altas sobre as inferiores, chamaremos *restrições da frase-mais-alta* (RF+A), enquanto que as restrições impostas pela relação dos verbos inferiores com os mais altos constituem as chamadas *restrições derivacionais*.

As RF+A dão origem, ou estão na base do estabelecimento da estrutura lógico-semântica onde o Conjuntivo deve inserir-se, isto é, constroem o contexto (ou contextos) de inserção do Conjuntivo. As *restrições derivacionais* só se actualizam após o estabelecimento da estrutura lógica pela RF+A e partem dela para o estabelecimento de um novo contexto, que deverá estabelecer uma estrutura sintáctica delimitando as estruturas de complementação nas quais o Conjuntivo ocorre. Mais concretamente, as *restrições derivacionais* comportam-se aproximadamente como transformações (modificando uma dada estrutura numa outra) sendo, no entanto, mais poderosas do que as transformações, dado que operam sobre estruturas abstractas.

4.4.1 Restrições da Frase-mais-alta (RF+A)

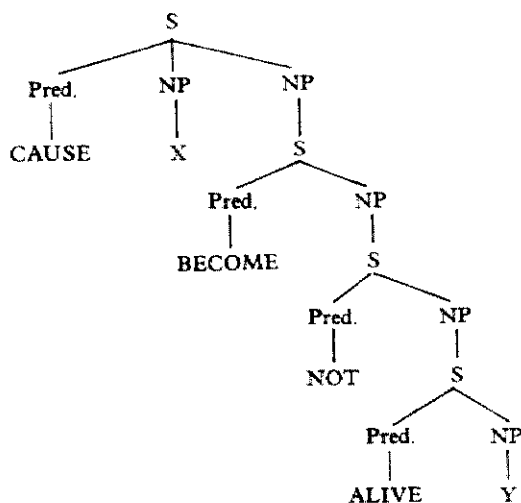
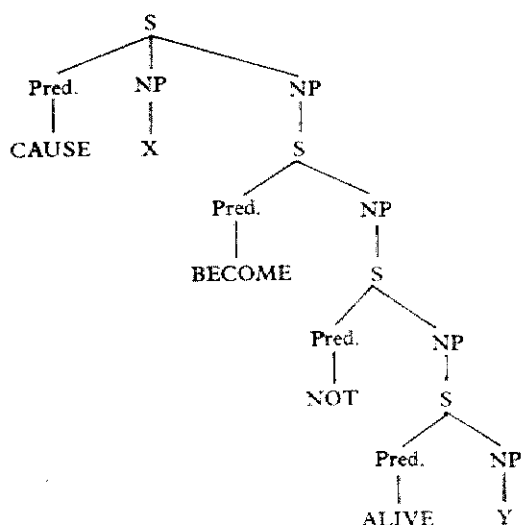
McCawley (1970) e, depois, Lakoff, Ross, Postal, têm defendido a hipótese de que, pelo menos em inglês, as estruturas subjacentes são sempre iniciadas por um verbo. Uma frase como:

'John sees Bill' seria formada a partir de:

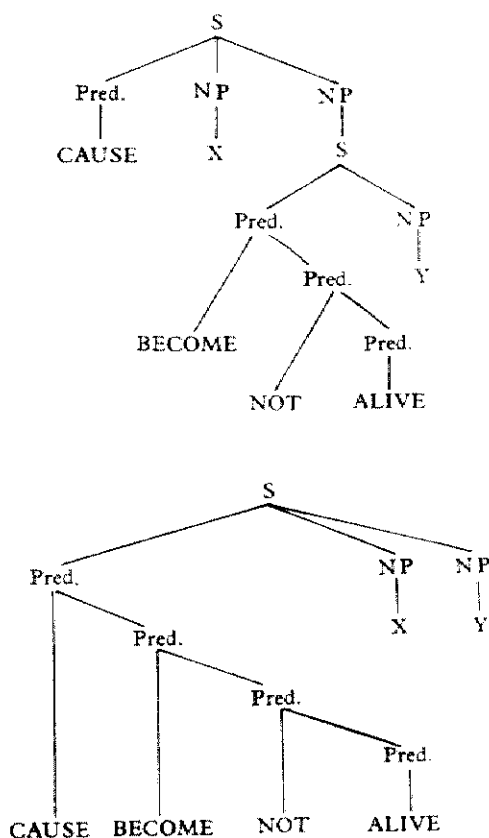


em que o sujeito tinha sofrido uma transformação *T-ELEVAÇÃO DO SUJEITO* (ELEV.-SUJ.). Esta análise iria, por outro lado, depender de uma análise da formação dos verbos a partir da sua *decomposição lexical* (*).

(*) Citamos, transcrevendo, um exemplo utilizado por Postal (1970) em «On the Surface Verb 'Remind'», *Linguistic Inquiry*, Vol. I, 1970, pp. 84-85:

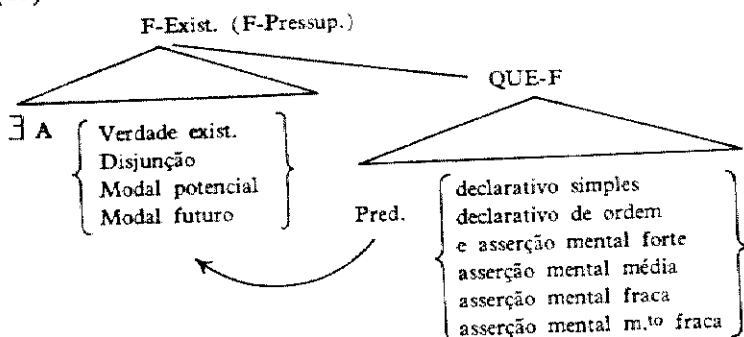


Não iremos desenvolver este ponto que foi, de resto, tido em conta por Meireles (1972) e Raposo (1973) para casos do português, nem afirmar que o português pode ser uma língua *VSO*. A razão que nos leva a ter em conta uma regra de ELEVACÃO baseia-se, sobretudo, nos resultados obtidos pela análise feita ao longo deste trabalho sobre a *declaração* e a *asserção mental*, que nos parece depender de *predicados existenciais* que actuam como pressuposição e dos quais dependem as frases complementares. Deste modo, a noção que utilizamos de regra de ELEVACÃO difere um pouco das formulações anteriores que tinham em conta dados mais concretos (lexicais, por exemplo) que mantinham, apesar da sua qualidade de predicados abstractos, ligação com uma realização de superfície. O que se propõe é uma regra de ELEVACÃO que actua como qualquer outra regra de elevação, mas cuja frase mais alta é



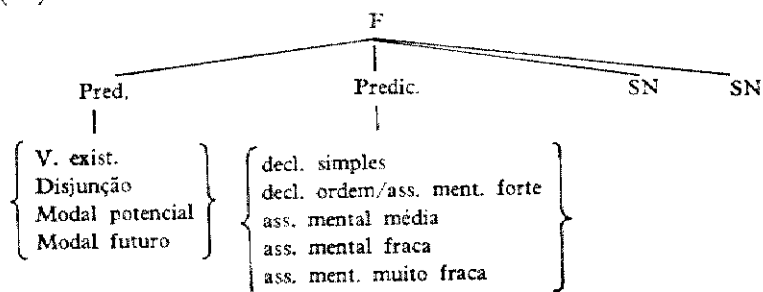
uma frase que contém *predicados de pressuposição*. Exemplificando, uma QUE-F dominada por F-Exist. ou F-Pressup., pode sofrer uma transformação de ELEVACÃO:

4.(16)



Sempre que um predicado de QUE-F sofre ELEVACÃO, ele passa a funcionar como um *predicado quantificado* em que a quantificação é o elemento de *pressuposição*. A este nível é possível dizer que a regra de ELEVACÃO é uma *regra global* que vai provocar as seguintes combinações de predicados:

4.(17)



No entanto, a regra de ELEVACÃO não tem uma actuação independente, isto é, situa-se a um nível em que se fazem sentir outras restrições que teremos de observar. Antes, porém, convém acentuar que os *predicados-mais-altos* funcionam como modificadores dos verbos da frase complemento, o que corresponde a afirmar que existem realmente restrições impostas pelos predicados mais altos.

Dentro da frase-mais-alta há que ter em conta dois tipos de elementos: — o *sujeito-mais-alto* e o *predicado-mais-alto*. Analisamos seguidamente a actuação relativa a cada um.

4.4.1.1 *Restrições do Sujeito-mais-alto* (RS+A)

O sujeito da frase-mais-alta é o *sujeito performativo* (eu) que existe em estrutura subjacente de qualquer acto de locução e que pode ou não aparecer em estrutura de superfície. No caso de aparecer em estrutura de superfície, ele pode estar *expresso* (*eu quero*) ou *implícito* (*quero*) na concordância do sujeito com o verbo.

O *sujeito performativo* pode ainda ser apagado, mas nessa altura ele é apagado simultaneamente com os outros elementos da frase performativa por aplicação da transformação de APAGAMENTO DA PERFORMATIVA (APAG.-PERF.)^(*).

Numa estrutura em que o *sujeito performativo não foi apagado* existem duas hipóteses: — a) o sujeito da QUE-F é o próprio falante (i.e., *eu* é sujeito performativo e sujeito da QUE-F); — b) o sujeito da QUE-F não é o falante (o sujeito da QUE-F não é idêntico ao sujeito performativo).

No caso de a) pressuposição e declaração encontram-se numa relação directa:

Pred.	Press.	Pred.	QUE-F
TER A CERTEZA	—	tenho a certeza	
ACREDITAR	—	acredito	
LAMENTAR	—	lamento	
ESPERAR	—	espero	

(*) É necessário dizer que, de uma maneira geral, sempre que se faz referência a uma *frase performativa* se tem em conta apenas a *declaração* ou a *enunciação* pelo falante (eu), não atendendo às condições de asserção mental do falante relativamente à declaração que faz. No entanto e por razões apresentadas ao longo deste trabalho, vimos que a caracterização do acto-performativo deve ter em conta esses dados. Não basta dizer que num acto-de-locução da frase — 'o João é esperto' — o que existe é — [eu digo que] o João é esperto —, quando a mesma frase pode ser analisada a partir de — '[Eu tenho a certeza do que digo e digo que] o João é esperto' —.

Esta análise leva-nos a alargar a noção de frase performativa, donde, a partir de agora, sempre que se falar de APAGAMENTO DE PERFORMATIVA nos referimos a tudo o que na estrutura da frase se refere especificamente ao falante.

em que a asserção mental muito fraca se combina com todos os predicados da QUE-F, o que, no entanto, não acontece com a asserção mental forte como mostra o quadro:

4.(18)

	ter a certeza	acreditar	lamentar	esperar
TER A CERTEZA	OK	OK	OK	OK
ACREDITAR	POK	OK	OK	OK
LAMENTAR	*	*	OK	OK
ESPERAR	*	*	*	OK

Dáí que as restrições que se fazem sentir, no que toca a selecção do modo da QUE-F sejam as definidas pelas restrições qualificadoras e quantificadoras dos verbos mais altos.

O mesmo não acontece quando o sujeito da QUE-F não é o falante, uma vez que o verbo em superfície é o resultado da operação entre Pred. Pressup. e Pred. da QUE-F (facto que permite que o verbo em superfície exprima a opinião do falante sobre o pensamento do sujeito da QUE-F). Nessa altura, o que se actualiza é a relação verbo da QUE-F e Quantificação da Frase mais alta, ficando latentes apenas as qualidades dos predicados mais altos. Por outras palavras: um predicado como TER A CERTEZA é quantificado por *Verdade existencial*. No entanto ACREDITAR é qualificado por TER A CERTEZA e quantificado por *disjunção*. LAMENTAR é qualificado por ACREDITAR e quantificado por *modal potencial*. ESPERAR é qualificado por um verbo abstracto do tipo de LAMENTAR e quantificado por um *modal futuro*.

Sendo assim, o que acontece é que:

a) Quando a frase performativa se actualiza, fazem-se sentir tanto as *restrições qualificadoras* como as *restrições quantificadoras* dos predicados mais altos;

b) quando a frase performativa não se actualiza, fazem-se apenas sentir as *restrições quantificadoras dos predicados mais altos*. Daí, também,

que o Conjuntivo seja determinado por essa relação entre os dois predicados e não apenas a partir de um só, como se pode observar:

4.(19)

- | | |
|--|---|
| a. (Modal futuro) (declarativo simples) | → declarativo de
ordem/asserção
mental forte. |
| b. (Modal potencial) (decl. ordem ou ass. ment. forte) | → ass. mental média |
| c. (disjunção) (ass. ment. média) | → ass. mental fraca |
| d. (V. exist.) (ass. ment. fraca) | → ass. mental muito
fraca |

Exemplificando: uma frase como 4.(20) a. é derivada de 4.(20) b.;

4.(20)

- a. Eu tenho a certeza que o rapaz mente.
- b. Eu TENHO A CERTEZA que o rapaz mente.

enquanto que 4.(21) a. deverá ser derivada de 4.(21) b.:

4.(21)

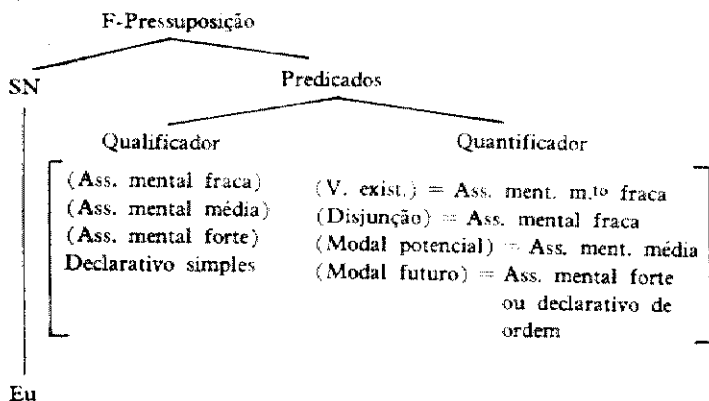
- a. Ela tem a certeza que o rapaz mente.
- b. Eu ACREDITO que ela (V. exist.) tem a certeza que o rapaz mente.

Parece portanto que a primeira conclusão a que se chega é que:

— Quando o sujeito da QUE-F não é o mesmo que o falante, sempre que se aplica o APAGAMENTO DA PERFORMATIVA o predicado da QUE-F passa a ser quantificado pelo elemento quantificador da Frase-mais-alta.

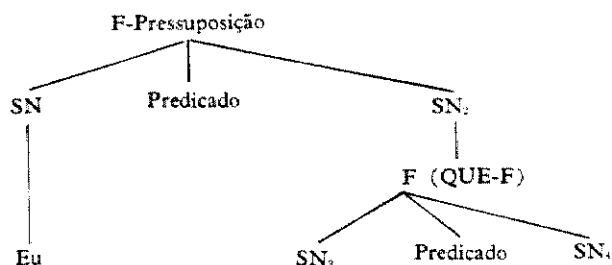
A estrutura definitiva da F-Pressuposição (F-existencial) será, portanto, a seguinte:

4.(22)



Numa estrutura

4.(23)

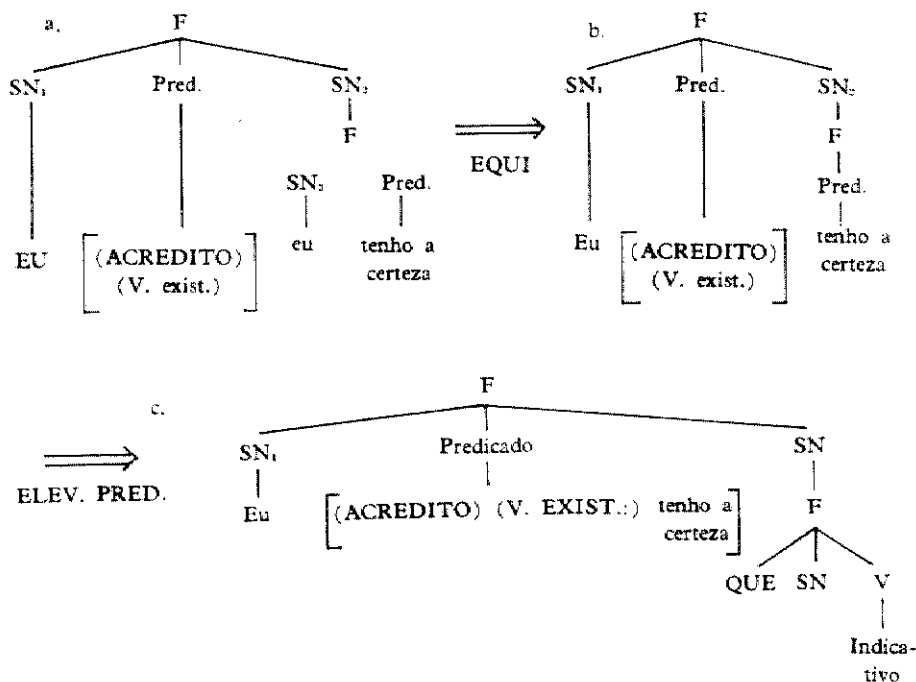


poderão aplicar-se as seguintes regras:

I — No caso de SN_1 ser igual a SN_3 ($SN_1 = eu$; $SN_3 = eu$).

A transformação de EQUI tem obrigatoriamente que aplicar-se (i.e., SN_3 é suprimido). A seguir aplicar-se-á ELEVACÃO DO PREDICADO:

4.(24)



II — Casos em que SN_1 é diferente de SN_3 ($SN_1 = eu$; $SN_3 = n$).

II a) A frase é totalmente actualizada (a F-performativa não é suprimida e, nessa altura, o predicado da frase-mais-alta exerce as restrições inerentes à sua própria qualificação e quantificação):

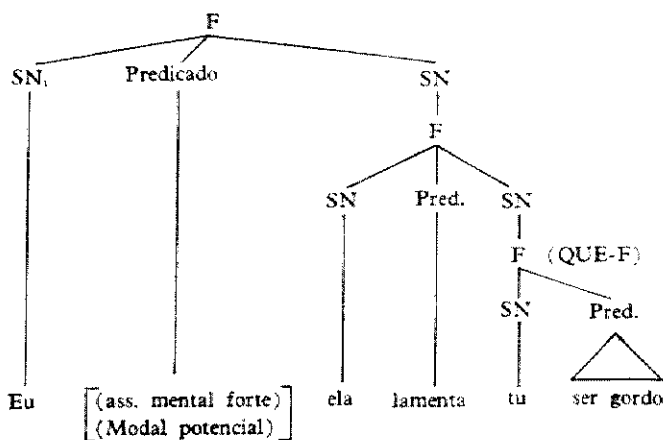
4.(25)

- a. Eu *lamento* que tu *sejas* tão difícil de aturar.
- b. *Ordeno-te* que te *cales*.

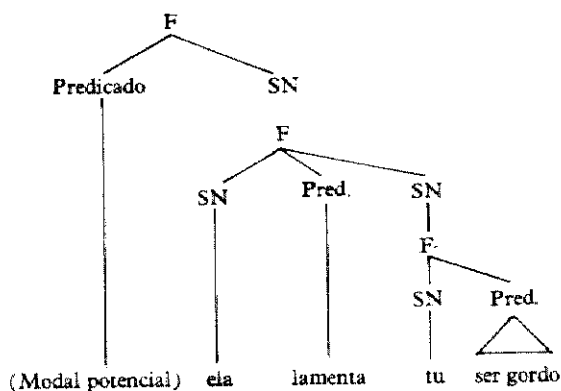
II b) A F-performativa é suprimida por aplicação *opcional* da transformação de APAGAMENTO DA PERFORMATIVA. Seguidamente aplicar-se-á ELEV. PRED. e, só depois, se dará a ELEV. DO SUJEITO.

4.(26)

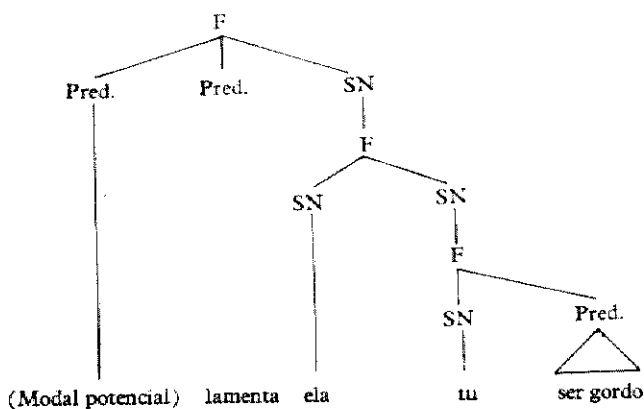
Ela lamenta que tu *sejas* gordo.



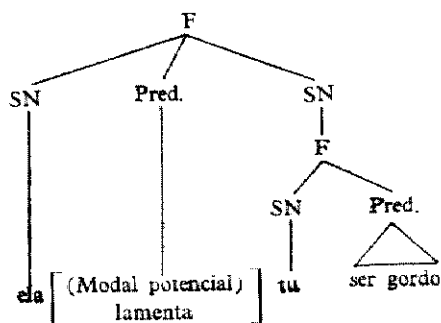
→
APAG. DA PERFORMATIVA



→
ELEV. DO PREDICADO



→
ELEV. DO SUJEITO

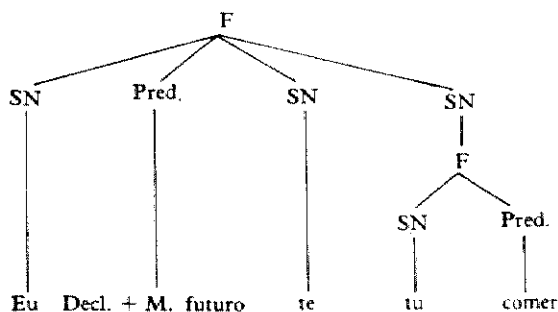


Um dos factos que parecem dar apoio à ordenação das regras acima propostas consiste em haver em português casos de frases imperativas que conservam o sujeito da QUE-F:

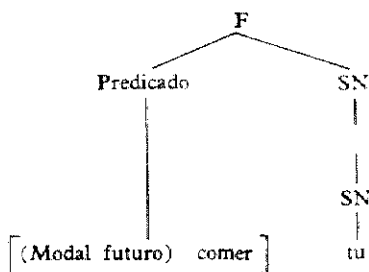
4.(27)

Come tu!

A frase 'Come tu!' tem uma derivação semelhante a 4.(26),



que após o APAG. PERF. e a ELEV. PREDICADO será:



em que Predicado:

(Modal futuro) comer

se poderá actualizar como:

Imperativo — 'Come tu!'

Futuro do Indicativo — 'Comerás tu'

Não vamos, no entanto, ocupar-nos da actualização das restrições impostas pela quantificação dos predicados mais altos sobre os verbos inferiores, dado que o faremos, mais desenvolvidamente, mais adiante.

Para já, voltando novamente às regras que podem actuar numa *estrutura de complementação* de declaração ou de asserção mental, propomos a seguinte ordenação:

- 1.º EQUI (obrigatória)
- 2.º APAGAMENTO DA PERFORMATIVA (regra opcional)
- 3.º ELEVAÇÃO DO PREDICADO (regra global)
- 4.º ELEVAÇÃO DO SUJEITO

Acrescentamos, ainda, que ELEV. DO SUJEITO é posterior a ELEV. DO PREDICADO. Se fosse o contrário, o verbo na superfície nunca apresentaria a opinião do falante mas sim e apenas a do sujeito da QUE-F.

4.4.1.2 *Restrições de Quantificação*

Este capítulo destina-se a formular as regras que estão na base da ocorrência de Conjuntivo em frases como:

4.(28)

- a. Saio, quer *chova* quer *faça sol*.
- b. Saio, *aconteça* o que acontecer.
- c. Saio, se *achares* bem.
- d. Saio, ainda que *chegues*.
- e. Saio, embora *chegues*.
- f. Saio, caso *chegues*.
- g. Saio, antes que *chegues*.
- h. Saio, até que *chegues*.

4.(29)

- a. Talvez ele *chegue*.
- b. É preciso que ele *chegue*.

4.(30)

- a. Já viste alguém que se *porte* tão bem?
- b. Não há $\left\{ \begin{array}{l} \text{ninguém que} \\ \text{uma única pessoa} \end{array} \right\}$ se *porte* tão bem.
- c. Há pouca gente que *entenda* isso.
- d. Um gato não é tão parvo que se *deixe* apanhar.

Vimos que a F-Pressuposição que funciona como Performativa pode ou não ser actualizada e que da sua actualização depende o aparecimento na superfície de um verbo de declaração ou de um verbo de asserção mental. As frases que analisamos agora são todos casos em que

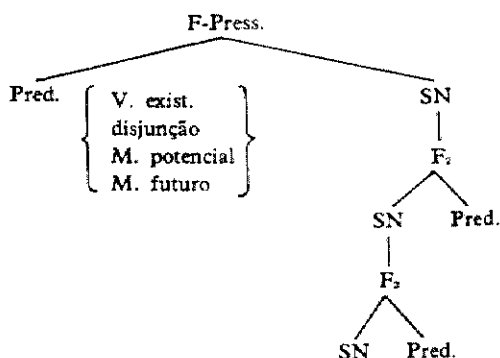
a F-Perfativa foi suprimida pela transformação de APAG. de PERF. FORM.

Vimos, também, que sempre que a F-Perf. sofre APAG., a frase-mais-alta mantém, apenas, os seus elementos quantificadores, com as respectivas restrições quantificadoras. Nos casos analisados em 4.4.1, essa *quantificação* da frase-mais-alta ia operar sobre predicados da QUE-F igualmente declarativos e de asserção mental. O mesmo não acontece com frases como 4.(28), (29) e (30) que não contêm verbos propriamente declarativos ou de asserção mental, mas que, no entanto, continuam a exprimir determinada opinião (declaração ou pensamento) do falante. Por outras palavras, as frases 4.(28), (29) e (30), não contendo verbos de declaração ou de asserção mental, contêm, no entanto, elementos cuja presença é suficiente para exprimir determinada opinião ou tipo de opinião, ou grau de opinião do falante:

Retomamos a estrutura apresentada para um acto de locução, cuja F-Pressuposição foi definitivamente formulada em 4.(22). A transformação de APAG. DE PERF. aplicada apaga na F-Pressuposição apenas os elementos *qualificadores* dessa frase, isto é, os verbos (matrizes de traços qualificadores) que constituem uma parte (a qualificadora) do predicado dessa frase. O APAG. DA PERF. não altera nem suprime a *quantificação relativa a esse predicado*, razão por que a frase continua a conter a expressão de uma opinião que é a do falante.

A nosso ver, frases como 4.(28), (29) e (30) são casos de frases complexas como as anteriores e em que a F-Perf. foi *apagada*, tendo-se apenas mantido os elementos quantificadores, respectivamente: *Verdade existencial*, *Disjunção*, *Modal potencial* e *Modal futuro*. Estes elementos, após a aplicação de APAG. PERF. constituirão uma estrutura como a de 4.(31):

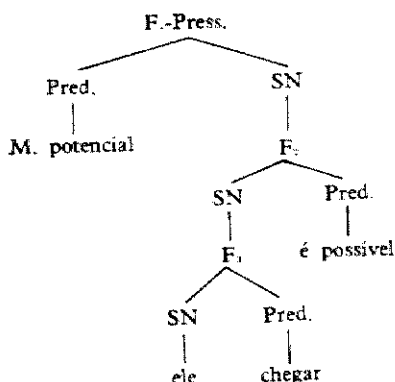
4.(31)



Uma frase como 4.(32) será derivada de:

4.(32)

É possível que ele chegue.



Análises apresentadas sobre a derivação deste tipo de frases têm-nas considerado casos obtidos por aplicação da regra de **EXTRAPOSIÇÃO**. **EXTRAPOSIÇÃO** é uma regra que coloca frases encaixadas no fim da frase imediatamente subordinada, ou seja: seria a regra que derivaria, por exemplo, 4.(32) de 4.(32)a.

4.(32)a

? que ele *chegue*, é possível.
é possível que ele *chegue*.

Esta é, fundamentalmente, a proposta apresentada por Rosenbaum (1965), que não nos parece ser adequada, pelo menos para o português. De facto, uma frase como 4.(32)a. oferece várias dúvidas, dado que o modo que apresenta é o Conjuntivo. Em primeiro lugar, uma análise que considere a frase 4.(32) derivada de (32)a. não pode explicar a ocorrência de dois modos diferentes na frase subordinada, ou seja, não pode dar conta da ocorrência do modo Conjuntivo em (32) ao mesmo tempo que considera frases como:

4.(33)

- a. que ele *chega*, é evidente.
- b. é evidente que ele *chega*.

Por outro lado, tanto 4.(32)a. como 4.(33)a. são respectivamente parafraseadas por uma estrutura idêntica:

4.(32)

ele chegar é possível.

c. ele chegar é evidente.

Parece, portanto, que, do ponto de vista de pressuposição, a *qualidade do facto* depende sempre da sua ocorrência com um predicado específico, o que equivale a dizer que tanto o facto em si como o predicado (*é possível, é evidente*) existem em estrutura de complementação de um predicado superior que lhes atribui a quantidade. Se assim não fosse, *é possível* poderia ocorrer com uma frase que contivesse Indicativo e *é evidente* poderia ocorrer com Conjuntivo, o que nunca se verifica. Este facto parece suficiente para que se possa defender a hipótese de que, também nestes casos, o modo das frases complemento é determinado pelas restrições impostas pela frase-mais-alta, sendo um predicado como *é possível* a actualização superficial, lexical, dos elementos quantificadores dessa frase-mais-alta ⁽⁶⁾.

(⁶) Em 4.2 tínhamos visto a graduação existente entre vários declarativos de ordem poderia ser dada na superfície segundo os *tipos de modais* existentes na actualização de frases imperativas ou com sentido imperativo:

declarativos de ordem fortes — *ter de* ('tens de fazer')

↓

dever ('deves fazer')

declarativos de ordem fracos — futuro ('farás')

Esta constatação leva a afirmar que o Modal futuro (quantificação de um predicado superior) quando não actualizado dentro da própria performativa ou na relação com o verbo (de declaração ou asserção mental) *elevado*, pode ser dado na superfície a partir de *verdadeiros modais* que funcionam como verbos principais. Apresentamos algumas dessas actualizações:

i. Modal futuro →

ter de
dever
futuro (morfema)
ser provável

ii. Modal potencial →

poder
ser possível

Segundo a análise que propomos, as transformações a aplicar na derivação destas frases seriam, portanto, exactamente as mesmas que apresentámos para a derivação das frases anteriores (de declaração e asserção mental) funcionando da seguinte forma:

- 1.º APAG. DA PERFORMATIVA
- 2.º ELEVAÇÃO DO PREDICADO
- 3.º ELEVAÇÃO DO SUJEITO

Para que a actualização dos elementos quantificadores da frase superior seja directa, é necessário que não exista, na frase complemento, qualquer verbo de declaração ou de asserção mental. Isto é, na ausência de um verbo com as características apontadas, o predicado da primeira frase complementar funcionará como o elemento qualificador que foi apagado pelo APAG. DA PERF. Mais concretamente, o predicado de F_2 é o elemento complementar da quantificação da frase-mais-alta, daí que da junção destes dois elementos se obtenha a opinião do falante. Isto é, uma frase como 4.(32) é equivalente a 4.(34) onde a performativa se actualiza:

4.(32)
é possível que ele chegue.

4.(34)
Eu *concebo* que ele chegue.

Por outro lado 4.(33) não é equivalente a 4.(34) mas sim a 4.(35)

-
- iii. Disjunção → [

Gerúndio (morfema) 'querendo tu, eu saio'.
Interrogação (considerando que uma pergunta admite uma resposta que tanto pode ser afirmativa como negativa)
- iv. Verdade existencial → [

haver (há um x)
existir (existe um x)
ser (no sentido de existir)
estar (locativo)
é verdade
é evidente

4.(33)

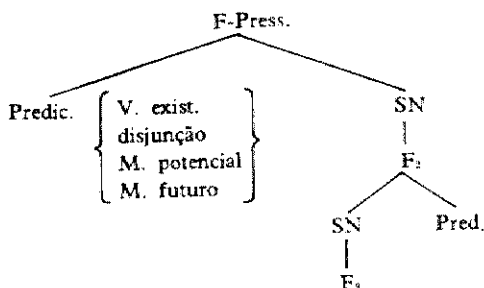
É evidente que ele chega.

4.(35)

Eu tenho a certeza que ele chega.

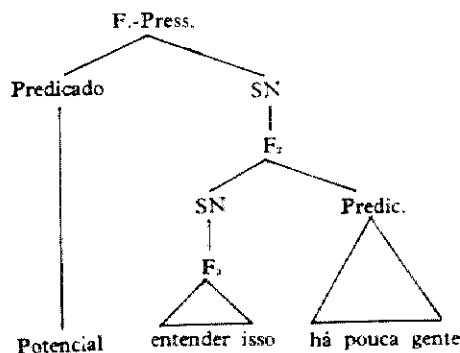
Concluindo, *é possível* é a actualização lexical (pelo menos uma das actualizações lexicais) atribuível a *Modal potencial*, enquanto que *é evidente* constitui a actualização lexical de *Verdade existencial*. Parece portanto que se pode dizer que um quantificador da frase-mais-alta, na ausência de um verbo de declaração ou de asserção mental, se pode actualizar através de um *predicado da frase imediatamente inferior*.

Resta-nos ainda analisar um outro caso particularmente interessante, e que consiste na actualização do quantificador da frase-mais-alta, não num predicado verbal, mas num elemento modificador do complemento. Estes casos são os correspondentes às frases 4.(30) e foram primeiramente analisados enquanto elementos de *quantificação nominal* (cap. 3.5). A estrutura em que ocorrem é a seguinte:



donde uma frase como 4.(30) c. 'Há pouca gente que *entenda* isso' terá a seguinte derivação:

4.(36)



em que o predicado de F_2 contém um *quantificador nominal existencial* que se pode considerar *potencial* dado que *pouca* não constitui um conjunto numericamente definido. Repare-se que o Conjuntivo só ocorre em F_3 se o Predicado de F_2 tiver a qualidade de ser *existencial*, i.e., não há nenhum caso em que o Conjuntivo ocorra dependente de um predicado de F_2 com quantificação universal (cf. 3.5).

4.5 *Sobre a derivação do Conjuntivo. Formulação geral*

No capítulo anterior ocupámo-nos de algumas regras que levam à formação da estrutura em que o Conjuntivo vai ocorrer, regras essas que, no entanto, não são suficientes para provocar o aparecimento do Conjuntivo tal como o encontramos na superfície. Neste capítulo iremos portanto ocupar-nos de regras que têm em conta dados da superfície e em que a primeira é:

4.5.1 *A inserção do complementador*

A INS. COMPL. é uma regra cíclica que se aplica em estruturas de complementação e que introduz o complementador na frase dependente de um verbo cujas propriedades semânticas admitem (ou implicam) essa inserção. Segundo a análise que temos desenvolvido, é possível dizer que INS. COMPL. se aplica em frases que dependem de predicados superiores com características semânticas de declaração ou de asserção mental.

Dado que a existência de um verbo superior que o implique, é condição necessária e suficiente para a inserção do complementador, propõe-se que a regra de INS. COMPL. seja posterior à aplicação das regras já formuladas, isto é:

- 1.º EQUI (obrig.)
- 2.º APAG. PERF. (opcional)
- 3.º ELEV. PRED. (global)
- 4.º ELEV. SUJ. (opcional)
- 5.º INS. COMPL.

De facto, as regras anteriormente apontadas não mudam as características semânticas dos verbos superiores, o que leva a concluir que os mesmos verbos continuam sempre a implicar os mesmos (respectivos) complementos. De resto, vimos já que os verbos-mais-altos, ainda que

apagados, mantêm as suas relações de quantificação que permanecem na aplicação das regras mencionadas.

Para a INS. COMPL. há que ter em conta a co-referência ou não co-referência dos sujeitos. Assim:

— Nos casos em que EQUI se aplicou, há inserção obrigatória do complementador *Infinito* (com excepção dos casos dominados por declarativo simples ou ass. mental muito fraca, como mais adiante se verá):

4.(37)

- a. Eles lamentam *partir*.
- b. * Eles lamentam *que partam*

— Nos casos em que não há co-referência de sujeitos, casos, portanto, em que EQUI não se aplica, a inserção do complementador é opcionalmente *que* ou *infinito flexionado* à excepção dos verbos *declarativos de ordem e asserção mental fortes* em que o complementador é obrigatoriamente *que*:

4.(38)

- a. Eu lamento $\left\{ \begin{array}{l} \text{que sejas} \\ \text{seres} \end{array} \right\}$ incapaz de gostar de comer como eu gosto.
- b. Eu desejo $\left\{ \begin{array}{l} \text{que sejas} \\ * \text{seres} \end{array} \right\}$ capaz de gostar de comer como eu gosto.

O facto da INS. COMPL. se dar a este nível (após ELEV. PRED.) torna desnecessária a existência da regra de MODIFICAÇÃO DO COMPLEMENTADOR (MODIF. COMPL.) (1), ao mesmo tempo que assume uma relação de mais estreita dependência com o verbo-mais-alto.

Na realidade, se observarmos os casos de co-referência:

4.(39)

- a. Eles esperam $\left\{ \begin{array}{l} \text{ser} \\ * \text{serem} \end{array} \right\}$ ouvidos
- b. Eles concebem $\left\{ \begin{array}{l} \text{ser} \\ * \text{serem} \end{array} \right\}$ ouvidos
- c. Eles acreditam $\left\{ \begin{array}{l} \text{ser} \\ ? \text{serem} \end{array} \right\}$ ouvidos
- d. Eles têm a certeza de $\left\{ \begin{array}{l} \text{ser} \\ \text{serem} \end{array} \right\}$ ouvidos

(1) Sobre a regra de MOD. COMP. remetemos para Raposo (1973) cap. 7.

o que acontece é que nem todos os casos de co-referência se comportam da mesma forma. No caso da frase (39) d., onde ocorre um verbo de *asserção omental* muito fraca o infinito flexionado existe em variação com o infinito não flexionado.

Por outro lado, sempre que EQUI não se aplica, verifica-se que o complementador *que* existe em variação com o infinito flexionado:

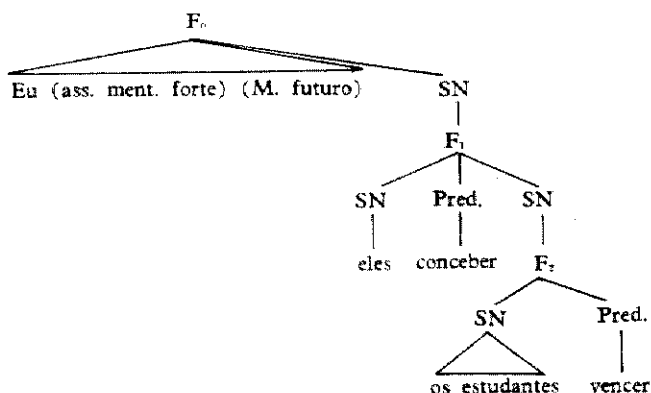
4.(40)

- | | | |
|------------------------------|---|---|
| a. Eles <i>esperam</i> | { | 1. que os estudantes vençam. |
| | | 2. ? os estudantes vencerem. |
| | | 3. ? vencerem os estudantes. |
| b. Eles <i>concebem</i> | { | 1. que os estudantes vençam. |
| | | 2. os estudantes vencerem. |
| | | 3. vencerem os estudantes. |
| c. Eles <i>acreditam</i> | { | 1. que os estudantes { vencem.
vençam. |
| | | 2. os estudantes vencerem. |
| | | 3. vencerem os estudantes. |
| d. Eles têm a <i>certeza</i> | { | 1. que os estudantes vencem. |
| | | 2. os estudantes vencerem. |
| | | 3. vencerem os estudantes. |

Acontece que, para além de d.3 ser uma frase ambígua (*vencerem* tanto pode referir-se a *estudantes* como a *eles*), existem falantes para quem as frases b.2, c.2 não são aceitáveis ou são menos aceitáveis que b.3 e c.3. Esta não aceitação parece-me explicável a partir da aplicação ou não aplicação de ELEVACÃO DO SUJEITO.

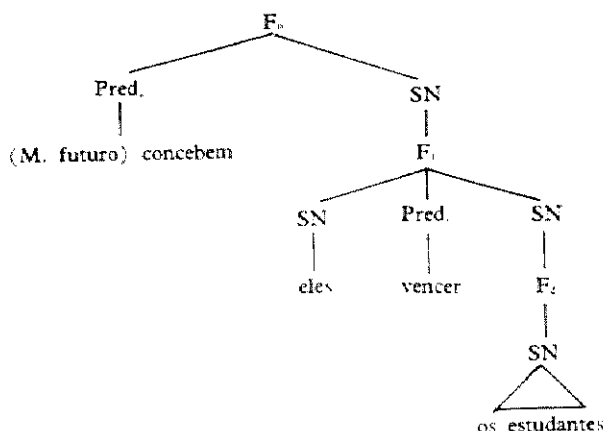
Frases como 4.(40) b. têm a seguinte derivação:

4.(41)



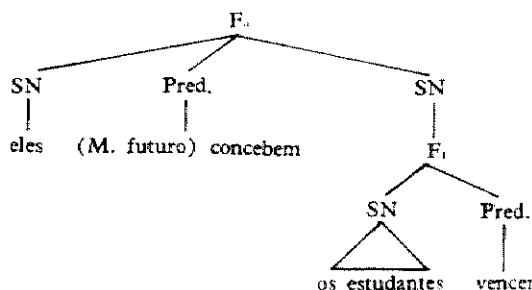
após o APAG. PERF. a regra de ELEV. PRED. obrigatória deverá aplicar-se: o predicado de F_1 passa para F_0 e o predicado de F_2 passa para F_1 :

4.(42)



Se a ELEV. DO SUJEITO (opcional) se aplicar teremos:

4.(43)



Só depois se aplicará INS. COMPL. que, como dissemos, poderá ser *que* ou *infinito*. Se for *que* obtém-se a 4.(40) b.1: — Eles concebem que os estudantes vençam. Se for *infinito* obtém-se b.2: — Eles concebem os estudantes vencerem —, ou ainda, caso a ELEV. DO SUJ. não se tenha aplicado, b.3: — Eles concebem vencerem os estudantes.

Note-se que b.3 não é uma frase ambígua, como o é, por exemplo, d.3 — Eles têm a certeza de vencerem os estudantes —. No caso de b.3, *vencerem* é sempre predicado de *estudantes*, dado que, se houvesse co-referência, a frase que se obtinha era:

4.(44)

eles concebem *vencer os estudantes*.

No caso da frase d.3 ela tem a mesma forma quer haja ou não co-referência. O mesmo acontece sempre que o complementador é introduzido numa frase dominada por um verbo declarativo simples:

4.(45)

- a. eles dizem *vencer os estudantes*. (co-referência nítida)
- b. eles dizem *vencerem os estudantes*. (ambígua, podendo o infinito flexionado ser predicado quer de *eles*, quer de *estudantes*.)

Os factos apresentados levam à afirmação de que o *complementador* *deverá ser inserido, em primeiro lugar, consoante o tipo de verbo que o domina; em segundo lugar, consoante haja ou não co-referência entre sujeitos*.

Entretanto, é necessário observar que:

- a) No caso dos verbos que ocorrem apenas com *Indicativo* como modo da frase complementar:

- a.1 *quando EQUI se aplica*, pode obter-se

a.1.1 — *que* (Indicat.): 'Eu afirmo *que vou*.'

'Eu tenho a certeza *que vou*'.

a.1.2 — *Infinito* (infinito não-flexionado/infinito flexionado):

Eles afirmam { *ter* comido.
terem comido.

Eles têm a certeza de { *ter* comido.
terem comido.

- a.2 *quando EQUI não se aplica* pode aparecer:

a.2.1 — *que* (Ind.): 'Eu afirmo *que eles vão*.'

a.2.2 — *Infinito flexionado*: 'Eu afirmo eles *irem*'.

b) No caso dos verbos que ocorrem apenas com *Conjuntivo* na frase complementar:

b.1 *quando EQUI se aplica*, obtém-se, obrigatoriamente, *infinito não-flexionado*: 'Eles lamentam *ir*.'

* 'Eles lamentam *irem*.'

b.2 *quando EQUI não se aplica* pode obter-se:

b.2.1 — *que* (Conj.): 'Eles lamentam *que vás*.'

b.2.2 — *Infinito flexionado*: 'Eles lamentam *íres*.'

Resumindo, a regra de INS. COMPL. seleccionará o complementador *que* (Conj.) quando o verbo mais alto for ou *declarativo de ordem*, ou de *asserção mental forte*, *asserção mental média* e nalguns casos de *asserção mental fraca*, sempre que não haja co-referência de sujeitos. Por outras palavras, o complementador *que* ocorre com *Conjuntivo* sempre que a frase onde se insere for dominada por um dos seguintes *quantificadores*: modal futuro, modal potencial e disjunção.

4.5.2 Uma Restrição de TEMPO. Gerúndio e Conjuntivo.

A par dos casos até agora analisados onde o *Conjuntivo* ocorre em função de um predicado quantificado e qualificado que o domina, existem dois tipos de ocorrência de *Conjuntivo* que parecem depender de outro tipo de elementos dominantes. A primeira dessas ocorrências é consequência de uma restrição imposta pelo TEMPO subjacente à frase em questão, e de que nos ocuparemos no presente capítulo. A segunda é provocada pela introdução do elemento NEG em posição mais-alta, formulação de que nos ocuparemos em 4.5.3.

Frases como as apresentadas em 4.(28) e que são do tipo das frases em 4.(46):

4.(46)

a. Hei-de falar, quer eles *queiram* quer não.

b. Eles falaram $\left\{ \begin{array}{l} \text{embora} \\ \text{ainda que} \end{array} \right\}$ não *quisessem*.

c. A Joana fala $\left\{ \begin{array}{l} \text{sempre que} \\ \text{se} \\ \text{quando} \end{array} \right\}$ $\left\{ \begin{array}{l} \text{deixares} \\ \text{deixes} \end{array} \right\}$

observadas, do ponto de vista lógico, como tipos de *disjunção* (caps. 3.3 e 3.4), são frases dependentes, ou adstritas, a uma frase declarativa simples. Essa relação de dependência é, a nosso ver, uma relação entre

dois tempos — TEMPO₁ do acto que constitui a declaração (a. TEMPO₁ = Futuro; b. TEMPO₁ = Passado; c. TEMPO₁ = Presente) e TEMPO₂ da frase dependente (a. T₂ = (disjunção) Futuro; b. T₂ = = (¬ p) Passado; c. T₂ = (p) Presente ou Futuro).

Existe, portanto, uma *co-referência de TEMPO subjacente* (T₁ e T₂). Essa co-referência de TEMPO torna-se ainda mais nítida quando verificamos que todas as frases 4.(46) podem ser parafraseadas por frases gerundivas:

4.(47)

- a. Hei-de falar, querendo tu ou não.
- b. Eles falaram, não querendo tu.
- c. A Joana fala, deixando tu.

em que o Gerúndio funciona como *advérbio de modo* ou *adjectivo* adstrito à *declaração simples*, razão porque a sua formulação faz parte do capítulo 4.4.1.2 exprimindo simultaneamente «uma acção em curso, que pode ser imediatamente anterior ou posterior à do verbo da oração principal, ou contemporânea dela» (Celso Cunha (1969) p. 334). É esta relação temporal da acção expressa pelo Gerúndio com a acção do facto enunciado que denominamos co-referente, que na superfície tanto se pode actualizar através de Gerúndio como pelo Conjuntivo quantificado, como mostra o esquema:

4.(48)

Disjunção inclusiva —→ quer ... quer (Conjuntivo)

(p ∨ (¬ p))

Implicação (p → q) →

ainda que embora se sempre que quando mesmo que	(Conjuntivo)
	apesar de (Infinito flexionado)

Disjunção exclusiva → Conjuntivo + Futuro do Conjuntivo (*)
(p ∨ q) ∧ (¬ (p ∧ q)).

(*) A propósito de Futuro Perfeito do Conjuntivo, encontramos uma definição curiosa em Barbosa (1803), p. 227, que transcrevemos: «Elle [o Futuro Perfeito do Conjuntivo] marca sempre huma couza futura, porém já finda e acabada a respeito de outra também futura, a qual lhe serve de epocha e termo para mostrar em que a outra já não existia».

A *restrição de TEMPO* leva à formulação da seguinte regra de AUXILIAR (AUX.):

4.(49)

Se T_1 depende de um verbo declarativo simples e é co-referente de T_2 , a frase que contém T_2 deverá sofrer a seguinte regra:

AUX + V $\longrightarrow$ Gerúndio

em que Gerúndio pode opcionalmente reescrever-se como:

Gerúndio $\longrightarrow$ Conjuntivo $\left\{ \begin{array}{l} \text{Disjunção} \\ \text{Implicação} \end{array} \right\}$

4.5.3 Restrição de NEG

a) Quando introduzido em posição mais-alta NEG pode funcionar como:

a.1 — *Qualificador* — modificando uma frase existencial afirmativa em frase existencial negativa. Este é o caso do TRANSPORTE DA NEGATIVA (cap. 3.2.3), dado que NEG, ao ser transportado de uma frase inferior para a superior, não vai negar o verbo superior mas sim e apenas o verbo inferior que por essa razão passa de Indicativo para Conjuntivo. O que corresponde a dizer que NEG, embora em posição mais-alta, só opera como modificador da frase inferior ou mais concretamente como modificador do AUX da frase inferior que nessa altura deverá passar de Indicativo para Conjuntivo.

a.2 — *Quantificador* — tornando uma frase existencial negativa equivalente à negativa de uma proposição universal. Neste caso NEG não modifica apenas a frase inferior mas antes toda a frase complexa, dado que *nega* o verbo superior: 'Ela não diz que vem'.

Neste caso, isto é, enquanto quantificador, NEG só implica Conjuntivo quando existe uma negação potencial ou um elemento NEG qualificador na frase inferior:

'Ela não diz *seja* o que for' = Ela não diz nada

'Ela não diz que *venha*' = Ela não diz que vem ou *não* vem.

Conclui-se daqui que:

- 1 — Quando NEG é *qualificador* de toda a frase complexa, então ele funciona como *quantificador* da frase inferior, donde provoca, nessa mesma frase inferior, uma mudança do *Indicativo* para o *Conjuntivo*.
- 2 — Quando NEG é *quantificador* de toda a frase complexa, ele só ocorre com *Conjuntivo* se na frase inferior estiver implícita ou explicitamente um *elemento qualificador de negação* (potencial ou negação mesmo).

CONCLUSÕES GERAIS

Acabamos este trabalho numa altura em que seria sempre possível continuá-lo, para retomar alguns dos aspectos menos explorados que levariam a mais conclusões (talvez a outras conclusões), ou simplesmente ao alargamento de alguns pontos em que mais nos fixámos. No entanto, e tal como está, o estudo que apresentamos parece preencher os objectivos que estiveram na base da sua feitura. Muito haveria (haverá) que dizer ainda sobre o Conjuntivo. Pela nossa parte, o presente trabalho tentou ser uma análise introdutória, ainda que dirigida à explicação dos fenómenos mais gerais de ocorrência de Conjuntivo, baseada nos princípios teóricos enunciados desde início.

Parece-nos, no entanto, de destacar algumas das conclusões a que chegámos:

1 — *Não há Conjuntivos independentes*; os Conjuntivos dependem, na maior parte, de restrições impostas pelas *características semânticas* de verbos superiores.

2 — Existe uma *gradação* entre os verbos superiores que determinam Conjuntivo, gradação essa que é dada por diferentes elementos *qualificadores e quantificadores* relativos a cada um dos verbos. A diferença de grau existente entre os vários tipos de verbos superiores corresponde à distribuição para cada um deles de uma *modalidade* específica.

3 — A partir da modalidade referente a cada tipo de verbos superiores, é possível afirmar que, do ponto de vista lógico (pressuposição), *existe Conjuntivo sempre que a proposição em que ele se insere puder ter dois ou mais valores de verdade*.

4 — Para haver dois ou mais valores de verdade é necessário que uma proposição (no caso do Conjuntivo, a frase inferior) contenha:

- um elemento e/ou o seu oposto (caso de *disjunção e implicação*).
- um elemento cujo valor de verdade é *variável* segundo os diferentes contextos que o determinam (em que não existe propriamente um elemento e/ou a negação desse elemento, mas sim uma *verdade potencial* atribuída a esse mesmo elemento que faz com que esse elemento seja *possivelmente* verdadeiro).
- um elemento cujo valor de verdade depende da sua *realização futura* (caso de uma frase dependente de um declarativo de ordem).

5 — Todos os verbos superiores, dadas as suas qualidades modais, podem ser substituídos na superfície por autênticos *verbos modais*, que deste modo adquirem um estatuto idêntico ao dos verbos geralmente e tradicionalmente considerados *principais*.

6 — Quando o Conjuntivo não depende de restrições impostas pelos verbos superiores, ele depende de qualquer forma, de elementos pertencentes ou introduzidos na frase-mais-alta. Este facto permite concluir que toda e qualquer ocorrência de Conjuntivo depende de um conjunto de regras (semânticas ou não) pertencentes àquilo que denominamos de *Restrição da frase-mais-alta*.

7 — Os elementos da frase-mais-alta que, a par dos verbos, determinam ocorrência do Conjuntivo são:

- TEMPO (que pode impôr restrições sobre o AUXILIAR);
- NEG (quando introduzido na frase-mais-alta, quer como quantificador, quer como qualificador).

Bibliografia

- ADAMS, Douglas et al. (eds.) (1971) *Papers from the Seventh Regional Meeting*, Chicago Linguistic Society, Chicago, Illinois.
- ANDERSON, J. M. (1971) *The Grammar of Case*, Cambridge, University Press.
- ANDERSON, S. R. (1971) «On the Linguistic Status of the Performative/Constative Distinction», reproduzido por IULC.
- ANDERSON, S. R. (1972) «Pro-Sentential Forms and their Implications for English Sentence Structure», reprod. IULC.
- AUSTIN, J. L. (1962) *How to Do Things with Words*, Oxford University Press, London.
- BACH, Emmon e Robert T. Harms (eds.) (1968) *Universals in Linguistic Theory*, Holt, Rinehart and Winston, New York.
- BALLY, Ch. e Alb. Sechehaye em *Actes du Premier Congrès de Linguistique*, Haye, 1928.
- BAKER, C. L. (1970) *Indirect Questions in English*, University Microfilms, Inc., Ann Arbor, Michigan.
- BARBOZA, Jeronymo Soares (1803) *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa*, 2.^a ed., 1830.
- BINNICK, Robert I. et al. (eds.) (1969) *Papers from the Fifth Regional Meeting*, Chicago Linguistic Society, Chicago, Illinois.
- BIVAR, Artur *Dicionário Geral e Analógico da Língua Portuguesa*, Ed. Ouro, Porto, 1948.
- BOLÉO, M. Paiva (1935) «Tempos e Modos em Português», *Boletim de Filologia*, T. III, Fasc. 1-2.
- BOLÉO, M. Paiva (1937) *O Perfeito e o Pretérito em Português*, Biblioteca da Faculdade, Coimbra.
- BOYSEN, Gerhard (1971) *Subjonctif et hiérarchie*, Odense University Press.
- BULL, William E. (1960) *Time, Tense and the Verb*, University of California Publications in Linguistics, Vol. 19, 1960.
- BURT, Marina K. (1971) *From Deep to Surface Structure: an Introduction to Transformational Syntax*, Harper and Row, New York.
- CARDEN, Guy (1970) «On Post-Determiner Quantifiers», *Linguistic Inquiry*, Vol. I, n.º 4, 1970.
- CASTAÑEDA, H. N. «A Note on Imperative Logic», *Philosophical Studies*, Vol. VI, n.º 1, Jan. 1955.

- CASTANEDA, H. N. «Imperatives and Deontic Logic», *Analysis*, Vol. 19, 1958-59.
- CASTANEDA, H. N. «On the Logic Attributions of Self-Knowledge to others», *Journal of Philosophy*, Vol. LXV, n.º 15, 1968.
- CASTELEIRO, J. Malaca (1961) *A Expressão da 'ordem' na Língua Portuguesa do Século XX*, dissertação de licenciatura em Filologia Românica, Fac. Letras, Lisboa.
- CHOMSKY, Noam A. (1957) *Syntactic Structures*, Mouton, The Hague.
- CHOMSKY, Noam A. (1964) *Current Issues in Linguistic Theory*, Mouton, The Hague.
- CHOMSKY, Noam A. (1965) *Aspects of the Theory of Syntax*, MIT Press, Cambridge, Mass.
- CHOMSKY, Noam A. (1968) «Deep Structure, Surface Structure and Semantic Interpretation», em Jakobovits e Steinberg (eds.) (1971).
- CHOMSKY, Noam A. (1969) «Some Empirical Issues in the Theory of Transformational Grammar», em Peters (ed.) (1972).
- CUESTA, Pilar Vázquez e M.ª Albertina Mendes da Luz, *Gramática Portuguesa*, 3.ª ed., Editorial Gredos, Madrid, 1971.
- CUNHA, Celso (1969) *Gramática do Português Contemporâneo*, ed. Bernardo Alvares, Belo Horizonte.
- CUNHA, Celso (1972) *Gramática da Língua Portuguesa*, 1.ª edição, FENAME, (Fundação Nacional de Material Escolar).
- DARDEN, Bill J. et al. (eds.) (1968) *Papers from the Fourth Regional Meeting*, Chicago Linguistic Society, Chicago, Illinois.
- DIAS, A. Epiphânio da Silva (1918) *Sintaxe Histórica Portuguesa*, 4.ª ed., Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1959.
- DORE, Clement, «On the Meaning of 'Could Have'», *Analysis*, Vol. 23, n.º 2, 1962.
- DOUGHERTY, Ray C. (1972) «Global Constraints on Quantifiers and Adverbs», reprod. IULC.
- DUNN, J. (1930) *Grammar of the Portuguese Language*, David Nutt, London.
- EMONDS, J. (1969) *Root and Structure Preserving Transformations*, MIT, tese Ph. D. (não publicada).
- FARIA, Isabel Hub (1971) «Alguns aspectos da Coordenação em Português», não publicado, GELT, Lisboa.
- FARIA, Isabel Hub (1972a) «Sobre a Formação das Imperativas em Português», *Boletim de Filologia*, Vol. XXII, 3-4.
- FARIA, Isabel Hub (1972b) «Mood Variation and the Highest Verb Constraints», não publicado, apresentado no Linguistic Institute 72, Chapel Hill, North Carolina.
- FERNANDES, Francisco, *Dicionário de Sinónimos e Antónimos*, Livraria do Globo, Porto Alegre, 1946.
- FILLMORE, Charles J. (1968) «Types of Lexical Information», em Jakobovits e Steinberg (eds.), 1971.
- FILLMORE, Charles J. (1971) «Verbs of Judging: an Exercise in Semantic Description» in C. J. Fillmore e D. T. Langendoen (eds.), 1971.
- FILLMORE, Charles J. e D. Terence Langendoen (eds.) (1971) *Studies in Linguistic Semantics*, Holt, Rinehart and Winston, New York.

- FODOR, Jerry A. e Jerrold J. Katz (1963) «The Structure of a Semantic Theory», em Fodor e Katz (eds.), 1964.
- FODOR, Jerry A. e Jerrold J. Katz (eds.) (1964) *The Structure of Language: Readings in the Philosophy of Language*, Prentice Hall, Englewood Cliffs, New Jersey.
- FØLLESDAL, Dagfinn, «Knowledge, Identity and Existence», *Theoria*, Vol. XXXIII, 1967, part. 1.
- FØLLESDAL, Dagfinn, «Quine on Modality», *Synthese*, 19, 1968-69.
- FRASER, Bruce (1971) «An Examination of the Performative Analysis», reprod. IULC.
- GALICHET, G., *Essai de Grammaire Psychologique*, 2ème ed., Presses Universitaires de France, Paris, 1950.
- GEACH, P. T. «Imperative and Deontic Logic», *Analysis*, Vol. 18, n.º 3, 1958.
- GEACH, P. T. «II — Subject and Predicate», *Mind*, Vol. 59.
- GEIS, Jonnie (1971) «Tough Movement and Inverted Sentences» (não publicado).
- GRUBER, J. (1967) «Functions of the Lexicon in Formal Descriptive Grammars», tese Ph. D. (não publicada) reprod. IULC.
- GUILLAUME, G. (1929) *Temps et Verbe*, Collection Linguistique, publiée par la Société de Linguistique de Paris, Vol. XXVII, Paris.
- HARE, R. M. «II — Imperative Sentences», *Mind*, Vol. 58, 1949.
- HARE, R. M. «Some Alleged Differences Between Imperatives and Indicatives», *Mind*, Vol. LXXVI, n.º 30, 1967.
- HINTIKKA, Jaakko, «Existential Presuppositions and Existential Commitments», *Journal of Philosophy*, n.º 56, 1959.
- HINTIKKA, Jaakko, «On Attributions of 'Self-knowledge'», *Journal of Philosophy*.
- HORN, L. R. (1972) *Scalarity and Negation*, cap. 2, tese PH. D. (não publicada) MIT.
- JACKENDOFF, R. S. (1968) «Speculations on Presentences and Determiners» reprod. IULC.
- JACKENDOFF, R. S. (1968a) «An Interpretative Theory of Pronouns and Reflexives», reprod. IULC.
- JACOBS, Roderick A. e Peter S. Rosenbaum (eds.) (1970) *Readings in English Transformational Grammar*, Ginn and Company, Waltham, Mass.
- JAKOBOVITS, Leon A. e Danny D. Steinberg (eds.) (1971) *Semantics: an Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology*, Cambridge University Press, Cambridge.
- JENSEN, Jorgen S. (1970) *Subjonctif et Hipotaxe en Italien*, Odense University Press.
- KARTTUNEN, L. (1971) «Discourse Referents», reprod. IULC.
- KATZ, Jerrold J. (1971) *Semantic Theory*, Harper and Row, New York.
- KEENAN, Edward L. (1969) «Two Kinds of Presupposition in Natural Language», em Fillmore e Langendoen (eds.), 1971.
- KIEFER, F., and N. Ruwet (eds.) (1973) *Generative Grammar in Europe, Foundations of Language, Supplementary Series*, Vol. 13, D. Reidel Publishing Company, Dordrecht, Holland.

- KIPARSKY, Paul e Carol Kiparsky (1967) «Fact», em Jakobovits e Steinberg (eds.), 1971.
- KLIMA, E. S. (1964) «Negation in English» em Fodor and Katz (eds.), 1964.
- LAKOFF, G. (1965) *On the Nature of Syntactic Irregularity* («Irregularity in Syntax», Holt, Rinehart and Winston, Inc., 1971).
- LAKOFF, G. (1966) «Deep and Surface Grammar», reprod. IULC.
- LAKOFF, G. (1967) «Instrumental Adverbs and the Concept of Deep Structure», *Foundations of Language*, Vol. 4, n.º 4, 1968.
- LAKOFF, G. (1968) «Pronominalization, Negation and the Analysis of Adverbs» in Jacobs and Rosenbaum 1970.
- LAKOFF, G. (1969a) «On Derivational Constraints», em Binnick et al. (eds.), 1969.
- LAKOFF, G. (1969b) «On Generative Semantics», em Jakobovits e Steinberg (eds.), 1971.
- LAKOFF, G. (1969c) «Global Rules», *Language*, 46, 627-639, 1970.
- LAKOFF, G. (1972) «Hedges: A Study in Meaning Criteria and the Logic of Fuzzy Concepts» em Peranteau (eds.), 1972.
- LAKOFF, G. e John R. Ross (1967) «Is Deep Structure Necessary?», não publicado, MIT.
- LAKOFF, Robin T. (1967) *Abstract Syntax and Latin Complementation*, MIT Press, Cambridge, Mass., 1968.
- LAKOFF, Robin T. (1969) «A Syntactic Argument for Negative Transportation», em Binnick et. al. (eds.), 1969.
- LAKOFF, Robin T. (1972) «The Pragmatics of Modality» em Peranteau (eds.), 1972.
- LINSKY, Leonard (ed.) (1971) *Reference and Modality*, Oxford University Press.
- LOPES, Oscar *Gramática Simbólica do Português*, 2.ª ed. (corrigida), Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Investigação Pedagógica, Lisboa, 1972.
- McCRAWLEY, J. D. (1967) «The Role of Semantics in a Grammar» em E. Bach e R. Harms (eds.), 1968.
- McCRAWLEY, J. D. (1968a) «Where Do Noun Phrases Come From» em L. A. Jakobovits e D. D. Steinberg (eds.), 1971.
- McCRAWLEY, J. D. (1968b) «English as a VSO Language» em *Language*, 46, 286-299.
- McCRAWLEY, J. D. (1969) «Tense and Time Reference in English», em C. J. Fillmore e D. T. Langendoen (eds.), 1971.
- McCRAWLEY, J. D. (1972) «Syntactic and Logical Arguments for Semantic Structures», reprod. IULC.
- MEILLET, A. (1948) *Linguistique Historique et Linguistique Générale*, Vol. I, Paris.
- MEIRELES, J. A. (1972) *Estruturas de Complementação em Português*, dissertação para licenciatura em Filologia Românica, Fac. de Letras, Lisboa.
- MILLWARD, C. M. (1971) *Imperative Constructions in Old English*, Mouton, The Hague.
- MOIGNET, Gérard, *Essai sur le Mode Subjonctif*, Presses Universitaires de France, 1959.

- MOLHO, M. «Impératif, Indicatif, Subjonctif», *Le Français Moderne*, Vol. 27, p. 199, 1959.
- NIEMI, Gunnar (1972) «On the Existence of a Modal Antinomy» em *Synthese*, Vol. 23, n.º 4, 1972.
- NOBEL, Barry «Evidence», *Working Papers in Linguistics*, n.º 8, Ohio State University, Columbus.
- PARTEE, B. H. (1971) «On the Requirement that Transformations Preserve Meaning», em C. J. Fillmore and T. Langendoen (eds.) 1971.
- PERANTEAU, M. Paul et al. (eds) (1972) *Papers From the Eighth Regional Meeting*, Chicago Linguistic Society, Chicago, Illinois.
- PERLMUTTER, D. M. (1968) *Deep and Surface Structure Constraints in Syntax*, Holt, Rinehart and Winston, New York, 1971.
- PETERS, Stanley (ed.) (1972) *Goals of Linguistic Theory*, Prentice Hall, Englewood Cliffs, New Jersey.
- POSTAL, P. (1968) *Crossover Phenomena*, Holt, Rinehart and Winston, New York, 1971.
- POSTAL, P. (1969) «On the Surface Verb Remind», *Linguistic Inquiry*, 1., 1970.
- PRIOR, A. N. *Formal Logic*, 2.ª ed., Oxford, at the Clarendon Press, 1962.
- QUERIDO, A. Martins (1966) *Introduction à une Grammaire Générative du Portugais*, thèse de doctorat du III^e cycle, IV^e Section, École Pratique des Hautes Études, Paris.
- QUINE, W. V. O. (1961) «Reference and Modality», em Linsky (ed.), 1971.
- RAPOSO, Eduardo Paiva (1973) *Estudos sobre o Infinitivo em Português*, dissertação de licenciatura em Filologia Românica, Faculdade de Letras, Lisboa.
- RÄTSEP, H. (1973) «Government Structure Types of the Verbs of Saying and Action Situations» em Kiefer e Ruwet (eds.), 1973.
- REIBEL, David e Sanford Schane (eds.) (1969) *Modern Studies in English*, Prentice Hall, Englewood Cliffs, New Jersey.
- RIVERO, Maria-Luisa (1969) «A Surface Structure Constraint on Negation in Spanish» em *Language*, Vol. 46, n.º 3, 1970.
- RIVERO, Maria-Luisa (1970) «Mood and Presupposition in Spanish», *Foundations of Language*, Vol. 7, n.º 3, 1971.
- ROSENBAUM, Peter S. (1965) *The Grammar of English Predicate Complement Constructions*, dissertação para Ph. D. MIT. Publicado por MIT Press, 1967, sob o mesmo título.
- ROSS, Alf. «Imperatives and Logic», *Philosophy of Science*, Vol. XI, 1944.
- ROSS, John R. (1965) «A Proposed Rule of Tree Pruning», em Reibel e Schane (eds.), 1969.
- ROSS, John R. (1967a) *Constraints on Variables in Syntax*, dissertação para Ph. D., MIT, não publicada.
- ROSS, John R. (1967b) «Auxiliaries as Main Verbs», em Todd (ed.), *Philosophical Linguistics*, S. I, Great Expectations, Evanston, Illinois, 1969.
- ROSS, John R. (1967c) «Gapping and the Order of Constituents», em Bierwisch e Heidolph (eds.), *Progress in Linguistics*, Mouton, The Hague, 1970.
- ROSS, John R. (1967d) «On Declarative Sentences», em Jacobs e Rosenbaum (eds.), 1970.
- ROSS, John R. (1968) *A Note on «Command»*, reprod. por IULC.

- ROSS, John R. (1969) «Doubl-ing», *Linguistic Inquiry*, Vol. III, 1.
- ROSS, John R. (1972) «Act», em Harman e Davidson, eds., *Semantics of Natural Language*.
- ROSS, John R. (1973) «A Fake NP Squish», a publicar em C. S. N. Bailey and Roger Shuy (eds.) *New Ways of Analysing Variation in English*, 1973.
- SADOCK, J. M. (1970) «Whimperatives», em Sadock and Vanek, *Studies presented to Robert Lees by his Students*, Linguistic Research, Inc., 1970.
- SAID ALI, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, Ed. Melhoramentos, 5.^a ed., São Paulo, 1965.
- SCACHTER, P. (1972) «Focus and Relativization», reprod. IULC.
- SCHIFFER, Stephen R. *Meaning*, Oxford, at the Clarendon Press, 1972.
- SCHREIBER, P. A. (1971) «Style Disjuncts and the Performative Analysis», *Linguistic Inquiry*, Vol. III, 3, 1972.
- SMITH, S. B. (1969) «The Semantics of Negation» (preliminary draft), reprod. IULC.
- SPITZER, Padre Carlos *Dicionário Analógico da Língua Portuguesa*, ed. Livraria Glóbo, Porto Alegre, 1936.
- THOMAS, F. (1938) *Recherches sur le Subjonctif Latin*, Collection Linguistique, Société de Linguistique de Paris, XLIV, Paris.
- WALL, Robert (1968) «Selectional Restrictions on Subjects and Objects of Transitive Verbs», reprod. IULC.
- WASON, T. (1972) «A Note on Not-Hopping», *Foundations of Language*, Vol. 8, p. 274-275.
- WILLIAMS, E. S. (1971) *Small Clauses in English* (não publicado).
- WILLIS, R. S. (1965) *An Essential Course in Modern Portuguese*, George G. Harrap and Co.
- ZWICKY, A. M. «On Reported Speech», em Fillmore and Langendoen (eds.), 1971.

ÍNDICE

Parte I

1.	Introdução	81
2.	Alguns aspectos na teorização dos verbos abstractos	84
2.1	A gramática não-discreta (Ross)	86
2.2	A lógica dos conceitos indefiníveis (G. Lakoff)	87

Parte II

3.	O(s) Conjuntivo(s)	89
3.0	Introdução	89
3.1	As declarativas de ordem	93
3.1.1	Primeira caracterização dos verbos declarativos de ordem. As Imperativas	95
3.1.2	A hierarquia dos verbos de declaração de ordem	96
3.1.3	Outros aspectos da declaração de ordem	103
3.1.4	NEG na declaração de ordem	105
	Conclusões de 3.1	106
3.2	A asserção mental	107
3.2.0	Introdução	107
3.2.1	Caracterização dos verbos de asserção mental	108
	A. $[F_1 + F_2 \text{ [QUE + Ind.]}]$	109
	B. $[F_1 + F_2 \text{ [QUE + Conj.]}]$	114
	C. $[F_1 + F_2 \left[\text{QUE} \left\{ \begin{array}{c} \text{Ind.} \\ \text{Conj.} \end{array} \right\} \right] \rightarrow [F_1 + F_2 \text{ Infin.}]]$	115
3.2.2	Ordenação e classificação dos verbos de asserção mental	117
3.2.3	O Transporte da Negativa	120
3.2.3.1	A negação e a asserção mental	121
	Conclusões de 3.2	125

3.3 Disjunção inclusiva	126
3.3.0 Introdução	126
3.3.1 Conjuntivo e disjunção inclusiva	127
3.3.2 $p \rightarrow q$ (se 'p' então 'q')	129
Conclusões de 3.3	131
3.4 Disjunção exclusiva	131
Conclusões de 3.4	133
3.5 Quantificação nominal	134
3.5.0 Introdução	134
3.5.1 Quantificação nominal e Conjuntivo	135
Conclusões de 3.5	140

Parte III

4. Conjuntivo e a Restrição da Frase-mais-alta	140
4.0 Introdução	140
4.1 Quantificação e Qualificação no Conjuntivo	141
4.1.1 Quantificação e Qualificação nos verbos-mais-altos	141
4.1.2 Outros operadores que seleccionam Conjuntivo	145
4.2 Estrutura lógica de um acto de locução	146
4.3 Estrutura lógica e alguns aspectos da pragmática do Conjuntivo	149
4.4 Restrições da Frase-mais-alta. Regras para a formação do Conjuntivo	154
4.4.1 Restrições da Frase-mais-alta (RF+A)	155
4.4.1.1 Restrições do sujeito-mais-alto (RS+A)	159
4.4.1.2 Restrições de Quantificação	166
4.5 Sobre a derivação do Conjuntivo. Formulação geral	172
4.5.1 A inserção do complementador	172
4.5.2 Uma restrição de TEMPO. Gerúndio e Conjuntivo	177
4.5.3 Restrição de NEG	179
Conclusões gerais	181
Bibliografia	183

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DAS INTERROGATIVAS EM PORTUGUES (*)

ANA MARIA BRITO e MARIA GABRIELA ARDISSON
PEREIRA DE MATOS
(LISBOA)

0 — INTRODUÇÃO. I — O PROBLEMA DA TRANSFORMAÇÃO INTERROGATIVA — APRESENTAÇÃO DE ALGUMAS POSIÇÕES: 1.1 T interrogativa — opcional; 1.2 T interrogativa — obrigatória; 1.2.1 Dois constituintes em E.P.: 1.2.1.1 Katz e Postal; 1.2.2 Um só constituinte em E.P.: 1.2.2.1 Klima; 1.2.2.2 Langacker; 1.2.2.3 Malone; 1.2.2.4 Paul Schachter; 1.2.2.5 Baker; 1.2.2.6 Marina Burt.

II — RELAÇÕES INTERROGATIVA/RELATIVA: 2.1 QU- comum às Fs interrogativas e às Fs relativas: 2.1.1 Chomsky; 2.1.2 Katz e Postal; 2.2 QU- das interrogativas diferente do QU- das relativas: 2.2.1 Koutsoudas; 2.2.2 Kuroda; 2.2.3 Paul Schachter; 2.2.4 Baker.

III — OBJECÇÕES A ALGUMAS POSIÇÕES APRESENTADAS: 3.1 Katz e Postal; 3.2 Marina Burt; 3.3 Klima; 3.4 Langacker; 3.5 Paul Schachter; 3.6 Baker.

(*) O artigo presente foi elaborado originalmente como trabalho a apresentar na disciplina da Linguística Românica, da Faculdade de Letras de Lisboa, no ano lectivo de 71-72. Dai a incidência na análise contrastiva das interrogativas das duas línguas românicas: o português e o francês.

As posições assumidas derivam do tipo de textos que o influenciaram, nomeadamente a obra de N. A. Chomsky, *Aspects of the Theory of Syntax*, M. I. T., Massachusetts, 1965. Por isso mesmo o fenómeno da interrogação é analisado numa perspectiva eminentemente sintáctica.

Actualmente, as nossas posições quanto aos problemas aqui tratados são em parte divergentes.

IV — POSIÇÕES ASSUMIDAS: 4.1 INT — único constituinte interrogativo em E.P.; 4.2 QU- introduzido por uma transformação de mudança de traços; 4.3 SN ou SPrep interrogados — Def.

V — ANÁLISE DAS INTERROGATIVAS: 5.1 INTERROGATIVAS DE SIM/NÃO; 5.1.1 Introdução; 5.1.2 Análise das interrogativas de sim/não em Português; 5.1.3 Análise das interrogativas de sim/não em Francês; 5.1.3.1 Formação geral; 5.1.3.2 Transformações; 5.1.4 Conclusões: 5.1.4.1 T entoação; 5.1.4.2 T inversão suj.-verbo/T reduplicação do SN suj. 5.2 INTERROGATIVAS COM SN OU SPREP INTERROGADO: 5.2.1 Análise das interrogativas com SN ou SPrep interrogado em Português: 5.2.1.1. Introdução; 5.2.1.2 Transformações; 5.2.2 Análise das interrogativas com SN ou SPrep interrogado em Francês — Transformações; 5.2.3 Conclusões. 5.3 INTERROGATIVAS COM *É QUE* (PORTUGUÊS) E COM *EST-CE QUE* (FRANCÊS); 5.3.1 *É QUE* (PORTUGUÊS); 5.3.1.1 O *é que* como forma de realização da interrogativa ou não; 5.3.1.2 Problema da natureza de *é que* «não forma de realização da interrogativa»; 5.3.1.2.1 *É que* diferente de «cleft sentence»; 5.3.1.2.2 *É que* diferente de complementação; 5.3.1.2.3 Conclusão. 5.3.1.3 *É que* como forma de realização do constituinte interrogativo; 5.3.1.4 Formulação da regra de inserção de *é que*; 5.3.2 *EST-CE QUE* (FRANCÊS): 5.3.2.1 O *est-ce que* francês como forma de realização da interrogativa ou não; 5.3.2.2 Natureza do *est-ce que*; 5.3.2.2.1 *Est-ce que* não é uma «cleft sentence»; 5.3.2.2.2 *Est-ce que* não é uma forma de complementação; 5.3.2.2.3 Conclusão. 5.3.2.4 Formulação da regra de T inserção de *est-ce que*; 5.3.3 Conclusões gerais. 5.4 INTERROGATIVAS INDIRECTAS: 5.4.1 Introdução; 5.4.2 Apresentação de algumas frases. 5.4.2.1 Em Português: 5.4.2.1.1 Interrogativas de sim/não; 5.4.2.1.2 Interrogativas com SNs interrogados; 5.4.2.1.3 Interrogativas com SPrep interrogado; 5.4.2.1.4 Interrogativas com *é que*; 5.4.2.1.5 Interrogativas com vários SNs interrogados. 5.4.2.2 Em francês: 5.4.2.2.1 Interrogativas de sim/não; 5.4.2.2.2 Interrogativas com SNs interrogado; 5.4.2.2.3 Interrogativas com SPrep interrogados; 5.4.2.2.4 Interrogativas com *est-ce que*; 5.4.2.2.5 Interrogativas com vários SNs interrogados; 5.4.3 Conclusões. 5.5 INTERROGATIVAS DE «TAG»: 5.5.1 Apresentação de algumas posições: 5.5.1.1 Robin Lakoff; 5.5.1.1.1 Definição de interrogativa de «tag»; 5.5.1.1.2 Modo de formação (para o Inglês); 5.5.1.2 Paul Schachter; 5.5.1.2.1 Definição; 5.5.1.2.2 Modo de formação (para o inglês); 5.5.1.3 Marina Burt; 5.5.2 Algumas objecções; 5.5.3 Posição assumida; 5.5.4 O problema das «tag» em Português e em Francês; 5.5.4.1 Em Português: 5.5.4.1.1 Introdução; 5.5.4.1.2 A «tag» em Português — valor opositivo ou não; 5.5.4.1.3 Regra de «tag» para o Português; 5.5.4.2 Em Francês; 5.5.4.2.1 Introdução; 5.5.4.2.2 Exemplos de «tag»; 5.5.4.2.3 Regra de «tag» para o Francês; 5.5.5 Conclusões. VI — ORDENAÇÃO DAS TRANSFORMAÇÕES PARA AS INTERROGATIVAS EM PORTUGUÊS E EM FRANCÊS: 6.1 Em Português; 6.2 Em Francês. VII — BIBLIOGRAFIA.

I — O PROBLEMA DA TRANSFORMAÇÃO INTERROGATIVA

1. *Apresentação de algumas posições* ⁽¹⁾1.1 *T interrogativa — opcional*

Chomsky ⁽²⁾ e Lees ⁽³⁾ consideram que a transformação interrogativa é uma regra opcional que se aplica a uma frase nuclear em E.P. QU- ⁽⁴⁾ é inserido opcionalmente no determinante do SN interrogado, para dar conta das interrogativas com SN ou SPrep interrogados.

1.2 *T interrogativa — obrigatória*

1.2.1 Dois constituintes em E.P.

1.2.1.1. Katz e Postal ⁽⁵⁾ sustentam que a maior parte das transformações consideradas anteriormente como opcionais (Chomsky, 1957 e 1958) se realizam obrigatoriamente, pois são desencadeadas por constituintes abstractos existentes em E.P., que funcionam como elementos desencadeadores de transformações ⁽⁶⁾. Esta posição foi adoptada entre muitos outros linguistas por Chomsky (1965).

a. A transformação interrogativa será assim desencadeada por dois constituintes interrogativos de natureza diferentes:

— INT — marcador paralelo a NEG (para as frases negativas) e IMP (para as frases imperativas).

⁽¹⁾ Ao apresentar as posições dos vários linguistas, tentaremos tanto quanto possível, adaptar ao Português as designações de termos linguísticos e frases exemplificativas, apresentando, sempre que necessário, em nota de rodapé, as designações e frases em inglês e em francês. Indicaremos também em nota a data e o nome das obras onde os diferentes linguistas assumiram as posições expostas.

⁽²⁾ Chomsky (1957) *Syntactic Structures*; e (1958) «A Transformational Approach to Syntax».

⁽³⁾ Lees (1960) *The Grammar of English Nominalizations*.

⁽⁴⁾ Neste trabalho teremos sempre presente a correspondência entre o WH e Q ingleses e o QU- e INT portugueses.

⁽⁵⁾ Katz e Postal (1964) *An Integrated Theory of Linguistic Description*.

⁽⁶⁾ Em Inglês «Triggers».

— QU-, que é opcional e que pode ser:

- um constituinte dum Advérbio (*QU* -ou- *ou*) na E. P. das interrogativas de resposta sim/não.
- um constituinte dum determinante dum SN na E.P. das interrogativas começadas com os chamados Pronomes Interrogativos.

b. Argumentos a favor de INT:

a. Sintácticos:

Certos adverbiais não podem aparecer em frases interrogativas de sim/não, ao passo que podem ocorrer nas frases declarativas e na primeira parte das interrogativas de «tag»:

- * Certamente foste ao cinema?
- * Provavelmente foste sair?
- * Ele é talvez advogado?

Certos elementos negativos não podem ocorrer nas interrogativas:

- * João mal comeu?

mas:

João mal comeu, não comeu?

«Qualquer» não pode surgir numa interrogativa:

- * Comeste qualquer bolo?
- Comeste algum bolo?
- Eu comi um bolo qualquer.

β. Semânticos:

É INT que distingue as relações parafrásicas entre frases do tipo:

- O que comeu a Inês?
- Eu quero que me respondas: a Inês comeu x.

c. Funções de INT:

α — É INT que provoca a inversão sujeito-verbo, que caracteriza as frases interrogativas na maior parte das línguas, o movimento do SN interrogado para início de frase, ou uma simples entoação interrogativa (como no Português e no Francês).

β — No caso de existir QU- em E.P. é INT que o faz colocar no início de F.

1.2.2 Um só constituinte em E.P.

1.2.2.1 Klima (⁷), analisando a natureza do constituinte NEG em E.P., estabelece relações entre ele e o constituinte interrogativo QU-:

- QU- e NEG são semelhantes nas suas estruturas de constituintes e nas relações com os símbolos com que podem ocorrer.
- Tanto QU- como NEG têm, em E.P., efeito sobre toda a F.
- QU- e NEG podem ligar-se com uma grande variedade de constituintes.
- Ambos têm a faculdade de motivar uma inversão.

Quanto à natureza de NEG em E.P., Klima propõe que a partícula negativa, que afecta toda a frase (e que tem diversas formas de actualização nas diferentes línguas) e a forma negativa reduzida dos afixos negativos (ex.: *impossível*, e afixos negativos especiais, ex.: *ninguém*, *nada*...) são um e mesmo fenómeno em E.P.: um constituinte NEG opcional afectará diferentes constituintes de F, dando origem às diferentes formas de negação enunciadas.

Segundo Klima, tal como existe subjacente às formas de negação um marcador negativo, existe também um único marcador interrogativo, QU-, igualmente opcional, rescrito a partir de F.

1.2.2.2. Langacker (⁸) afirma que existe um único constituinte interrogativo em E.P., QU-, «formativo» (⁹) inicial comum aos pronomes relativos e às palavras interrogativas. Quando está ligado ao início duma sequência, pode ser considerado como um marcador que especifica a interrogação.

1.2.2.3 Malone (¹⁰) considera um único elemento interrogativo, INT, subjacente a todos os tipos de interrogativas, dependendo da sua posição em E.P. a forma de interrogação existente em E.S.: se em E.P. ele estiver directamente dominado por F, resultará uma interrogativa de sim/não; se INT estiver ligado ao nó ART dum SN interrogado, então surgirá uma interrogativa com pronome interrogativo.

(⁷) Klima (1959) «Negation in English».

(⁸) Langacker (1965) «French Interrogative: A transformational Description».

(⁹) Em Langacker «formatives».

(¹⁰) Malone (1967) «A Transformational Reexamination of English Questions» (cit. in Schachter, P. «Interrogative»).

Malone considera ainda que existe:

- uma «valência interna» que dá conta da reordenação dos constituintes das frases interrogativas em E.P., correspondendo, portanto ao INT de Katz e Postal.
- uma «valência externa» que dá conta da entoação interrogativa, mais especificamente das diferenças entre as interrogativas de *sim/não* e as de pronomes interrogativos.

1.2.2.4 Paul Schachter⁽¹¹⁾ afirma a existência dum constituinte interrogativo, QU-, diferente do QU- das relativas. As semelhanças entre um e outro são apenas superficiais. Assim, enquanto o QU- das interrogativas ocorre em E.P. ligado aos elementos interrogados, o QU- das relativas é introduzido transformacionalmente, segundo as regras de pronominalização.

O QU- das interrogativas é um traço que pode ocorrer:

- no nó dominado por coordenada — neste caso resulta uma interrogativa alternativa, que, sob determinadas circunstâncias, se pode reduzir a uma interrogativa de *sim/não*.
- no determinante dum SN indefinido — resultando então uma interrogativa com pronome interrogativo. (interrogativas de QU-).

As diferenças sintácticas entre as interrogativas de *sim/não* e as de pronomes interrogativos relacionam-se, pois, com a posição que o traço QU- ocupa na estrutura subjacente.

P. Schachter, ao propôr como único constituinte interrogativo QU-, refuta vários linguistas nos seguintes termos:

A — Katz e Postal:

a. Refutação:

Katz e Postal

Paul Schachter

— INT desencadeia:

1. A inversão de Suj.-Aux

1. A inversão de Aux depende da posição em início de F do morfema «[+ Affect]»⁽¹²⁾ que engloba NEG e QU-.

⁽¹¹⁾ Schachter (1968) «Interrogative».

⁽¹²⁾ Klima foi o primeiro a usar o traço [+ Affect], i.e. [+ Affective], para marcar os elementos que podem desencadear a mudança de quantificadores indeterminados como *some* para indefinidos como *any*.

2. A colocação em início de F de QU-.⁽¹³⁾

— INT pode ser justificado pelas diferenças entre as interrogativas directas e as indirectas, dado que INT provoca a inversão de Aux:

— Interrogativas directas — têm INT;

— Interrogativas indirectas — não têm INT;

— INT e QU- (raio de acção para INT) podem ser escolhidos separadamente.

QU- pode ser escolhido sozinho.

Ex.: estruturas relativas.

2. A atracção de QU- para o início de F é comum às interrogativas e às relativas.

=> INT não explica a colocação em início de F de QU-.

— Tal fenómeno pode ser explicado sem se recorrer ao nó INT, se se considerar que a atracção do Aux é uma regra «last»-cíclica.⁽¹⁴⁾

— Se INT e QU- podem ser escolhidos independentemente, então as sequências que só contiverem QU- não produzem uma E.S. Além disso, o QU- das relativas é diferente do das interrogativas.

b. Análises levadas mais longe (ou excluídas):

Katz e Postal

Paul Schachter

— Argumentos sintácticos (restrições de co-ocorrência) do nó INT:

1. classe de advérbios frásicos como *certamente, talvez, provavelmente*, que não podem ocorrer nas interrogativas de sim/não.

2. pré-verbos negativos, como *mal*⁽¹⁵⁾ etc.
pré-verbos como *sempre*
e alternância *algum-qualquer*

1. Não é um caso absolutamente evidente dado que se alguns deles não podem aparecer nas interrogativas de sim/não, como *certamente*, outros podem-no como, por exemplo, *provavelmente*.

2. Não dizem respeito:

— Só ao nó QU- mas a todas as interrogativas.

— Só às interrogativas mas a outros tipos de frases, como, por ex., as imperativas: * *Mal come!*

⁽¹³⁾ Em Schachter «WH fronting».

⁽¹⁴⁾ «last»-cíclica é toda a regra que só pode ser aplicada no último ciclo duma derivação particular (cf. Postal, *Cross-Over Phenomena*, p. 17).

⁽¹⁵⁾ Em Inglês: «hardly»; «ever»; «some-any».

- dependem de Fs que contenham morfema «[+ Affect]», morfema que se encontra:
 - Na negação e em palavras semanticamente interpretadas como contendo negação;
 - Na interrogação.
- Interrogativas alternativas — explicam certo tipo de interrogativas de sim/não.
- Todas as interrogativas de sim/não são derivadas de alternativas.

B — Malone

Refutação:

Malone

- INT de Malone
- Valência interna
- Valência externa — pretende dar conta da entoação entre:
 1. interrogativas de sim/não e interrogativas de QU-
 2. perguntas de eco e perguntas de não-eco.

Paul Schachter

- Equivalente ao QU- de Katz e Postal.
- Corresponde mais ou menos ao INT de Katz e Postal.
- Não explica, dum ponto de vista sintáctico, as diferenças de entoação, porque uma interrogativa de eco difere de outra de não-eco apenas pelo facto da primeira estar encaixada numa F com a forma: «Eu disse «x»».

A análise de Malone não difere muito da de Katz e Postal. É mais complicada e insuficiente.

C — Kuroda

Refutação:

Kuroda

- Transformação de ligação: certos adverbais frásicos, entre eles QU-, só podem ocorrer uma vez por frase.

Paul Schachter

- É duvidoso que haja algum elemento que só possa aparecer uma vez por frase.

1.2.2.5 Baker ⁽¹⁶⁾ afirma que em E.P. existe um único morfema interrogativo, INT, que se encontra em início de F, tanto nas interrogativas directas como nas indirectas.

(16) Baker (1970) «Notes on the Description of English Questions: the Role of an Abstract Question Morpheme».

Características do morfema INT:

INT — tem mais do que uma leitura performativa («peço que tu me respondas») ⁽¹⁷⁾;

INT — quando ocorre em estruturas introduzidas por *que*, *quem*, etc., deve ligar um ou mais SNs na parte das árvores que comanda ⁽¹⁸⁾.

Posto que INT é um morfema subjacente às estruturas interrogativas tanto directas como indirectas, a diferença entre estes dois tipos de interrogativas deve ser explicada em termos de não-subordinação ou de subordinação.

Argumentos a favor da existência dum morfema inicial, INT, comum às interrogativas directas e indirectas, em termos duma regra de movimento:

- *se* ⁽¹⁹⁾, *quem*, *que* e *onde*, partículas interrogativas das interrogativas de sim/não de outras línguas, ocorrem em posição inicial e são introduzidos em árvores como realizações lexicais do morfema INT.

⁽¹⁷⁾ Segundo trabalhos recentes em linguística transformacional, em estrutura subjacente, todas as Fs são dominadas por uma F performativa, que pode ou não ser suprimida durante a derivação e portanto ser ou não realizada em estrutura de superfície. Esta frase performativa remete para o acto de enunciação duma frase, pelo que há tantos tipos de Fs performativas quantos os diversos actos de linguagem nelas envolvidos. Assim uma F performativa consta de:

- 1 — Um sujeito da primeira pessoa (correspondendo ao locutor).
- 2 — Um (ou mais) objecto(s) indirectos da segunda pessoa (correspondendo ao(s) interlocutor(es)).
- 3 — Verbo principal pertencente à classe dos verbos verdadeiros de comunicação linguística (declarar, perguntar (perguntar = pedir para dizer, etc.).
- 4 — Devem estar no tempo presente.
- 5 — Devem ser afirmativas e não negativas.

É de notar que uma F performativa só tem uma leitura performativa se não estiver dominada por nenhuma outra F.

⁽¹⁸⁾ Segundo Ross (1967) *Constraints on Variables in Syntax*, Langacker, in (1966) «On pronominalization and chain of command» define «comando» aproximadamente nos seguintes termos:

«O nó A dum indicador sintagmático *comanda* o nó B, se nenhum dos nós domina o outro, e se o nó B é dominado pelo primeiro nó F acima de A.» (Ross, op. cit., p. 184).

⁽¹⁹⁾ Em Inglês notar a oposição *if/whether*.

Logo, o morfema INT existe e há uma regra de movimento para as interrogativas: o constituinte interrogado é mudado para posição inicial, adjacente a INT.

— O morfema interrogativo é um operador; donde, permite descrever a correlação entre a regra de movimento duma F particular e a sua interpretação semântica. Dado que todas as palavras interrogativas duma F são compreendidas como estando associadas a uma F encaixada específica dentro da F, então é necessário que uma descrição estrutural da E.P. dessas Fs considere o INT, que se encontra no início das Fs com constituintes interrogados, como um operador que liga um ou mais SNs subjacentes.

— QU- é inserido transformacionalmente, depois dum certo número de transformações se ter aplicado.

Argumentos:

Há especialmente três transformações que têm o efeito de associar certos pares de Fs em que apenas a F transformada permite um QU- num dado SN. São elas:

- (1) T supressão opcional do SN «o facto de — F» ⁽²⁰⁾
- (2) T movimento do elemento coordenado ⁽²¹⁾
- (3) T supressão (opcional) das partes idênticas da segunda F nas comparativas.

Objecções de Baker à posição de Katz e Postal:

<i>Katz e Postal</i>		<i>Baker</i>
— Dois constituintes interrogados subjacentes: INT e QU-.		— um único morfema interrogativo, em posição de início de F: INT. QU- introduzido transformacionalmente.
— interrogativas directas	≠	interrogativas indirectas
— interrogativas de sim/não — INT/	— QU-	— tratamento homogêneo das interrogativas: ambos os tipos possuem um morfema INT inicial.
		As suas diferenças residem na oposição não-subordinação/subordinação.

⁽²⁰⁾ Cf. Kiparsky & Kiparsky (1970) «Fact».

⁽²¹⁾ Cf. Lakoff and Peters (1966) «Phrasal conjunction and symmetric predicates».

— Um constituinte INT com leitura performativa: «Peço que tu me respondas».

— Um morfema INT com leitura mais do que performativa: { 1. universal substantivo
2. operador

Argumentos de Baker para refutar a posição de Katz e Postal:

Katz e Postal

— interrogativas directas / interrogativas indirectas
porque:
Inversão Suj. / não inversão
— Aux / Suj. — Aux
Não «se» / «se»

Algo como «se» é básico para as interrogativas directas e indirectas, mas uma transformação suprime este morfema quando ocorre um INT adjacente.

INT — leitura performativa

— Os argumentos sintácticos de Katz e Postal baseiam-se em restrições de selecção:

- a. *certamente e provavelmente*
- b. *raramente e mal*
- c. alternância *algum-qualquer, algumas vezes-sempre*.

— QU- nas interrogativas directas de pronomes interrogativos e nas relativas: INT só pode mover para posição inicial um SN que contenha um QU- subjacente.

— O QU- das interrogativas é idêntico ao das relativas.

Baker

— Este uso de «se» é infundado: cf. interrogativas directas em inglês com «verbos de parentetização»: impossibilidade de formar a partir delas interrogativas directas com a forma típica das indirectas.

— Absurdo considerar INT com leitura performativa nas construções de interrogativas directas com «verbos de parentetização», dado que estes explicitam que se pergunte algo a alguém.

— Estas restrições de selecção não constituem argumentos para a existência de INT apenas nas interrogativas directas. Elas aplicam-se também às interrogativas indirectas.

— Há provas que sugerem que as estruturas que contêm o morfema QU- são derivadas depois de certo número de regras se ter aplicado. A dado momento da derivação QU- é inserido e depois movido para posição inicial.

— O QU- das interrogativas é diferente do das relativas.

1.2.2.6 Marina Burt ⁽²²⁾

Considera apenas um constituinte interrogativo em E.P., INT, que existe numa pré-frase. QU- pertence ao determinante (de natureza indefinida) dum SN interrogado, sendo necessário que o N seja um elemento [+ Pro]. ⁽²³⁾

II — RELAÇÕES INTERROGATIVA/RELATIVA

2.1 QU- comum às Fs interrogativas e às Fs relativas

2.1.1 Chomsky ⁽¹⁾ traça um paralelo entre as Fs interrogativas e as Fs relativas, pelo facto seguinte:

T interrogativa — faz surgir perguntas de sim/não.

T QU- — faz surgir o constituinte da F relativa.

T interrogativa e T QU- — fazem surgir uma interrogativa com um pronome interrogativo (interrogativas de QU-).

2.1.2 Katz e Postal ⁽²⁾: INT e QU- são dois marcadores gerados pela base, funcionando QU- como raio de acção ⁽³⁾ para INT.

QU- nas interrogativas de sim/não (ligado a um adverbial frásico) não se aplica ao DET do SN.

QU- nas interrogativas com pronomes interrogativos só se aplica ao DET do SN.

O morfema QU- é idêntico para as relativas e para as interrogativas.

⁽²²⁾ Marina Burt (1971) *From Deep to Surface Structures: An Introduction to Transformational Syntax*.

⁽²³⁾ [+ Pro] é todo o elemento existente em E.P. sem realização lexical em E.S. e que pode grosseiramente traduzir-se, por *pessoa, coisa, lugar, modo*.

⁽¹⁾ Chomsky (1968) «A Transformational Approach to Syntax».

⁽²⁾ Katz e Postal (1964) *An Integrated Theory of Linguistic Description*.

⁽³⁾ Em Katz e Postal «scope marker».

2.2 *QU- das interrogativas diferente do QU- das relativas:*

2.2.1 Koutsoudas ⁽⁴⁾ afirma que o QU- das interrogativas e o das relativas são diferentes, excepto no campo morfológico. Não há equivalência semântica das duas funções do QU- subjacente.

2.2.2 Kuroda ⁽⁵⁾: há identidade entre o QU- relativo e o QU- das interrogativas apenas devido à transformação que coloca QU- em início de F ⁽⁶⁾, considerada como regra única. A relação entre o QU- das relativas e o das interrogativas não dá conta da identidade morfológica das formas de realização dos morfemas QU-.

2.2.3 Paul Schachter ⁽⁷⁾ apresenta argumentos contra a consideração de QU- como um único morfema para as interrogativas e as relativas:

- a. O QU- das relativas é sempre previsível:

Dada a configuração específica das relativas e o requisito de identidade dos dois SNs, a gramática suprime obrigatoriamente o item lexical principal e liga o traço [+QU] sob o nó ART (as relativas comportam-se como determinantes => F coloca-se sob o nó ART).

O pronome relativo é derivado, como os outros pronomes, pelo processo de pronominalização e por isso ocorre em E.P.

- b. Argumentos sintácticos:

α. *Pied Piping* ⁽⁸⁾

⁽⁴⁾ Koutsoudas (1968) «On WH-Words in English» (cit. in Schachter, P. «Interrogative»).

⁽⁵⁾ Kuroda (1968) «Notes on English Relativization and Certain Related Problems».

⁽⁶⁾ Em Inglês «WH — Fronting».

⁽⁷⁾ Schachter (1968) «Interrogative».

⁽⁸⁾ *Pied Piping*: «qualquer transformação que é formulada de modo a efectuar a reordenação de alguns nós predicados, em que este nó é precedido e seguido por variáveis no índice estrutural da regra, pode aplicar-se a este SN ou a qualquer SN não coordenado que o domine, sempre que não haja ocorrência de nenhum nó coordenado, nem do nó F, no ramo que estabelece a conexão entre o nó mais alto e o nó especificado» in Ross, (1967) *Constraints on Variables in Syntax*, p. 114.

Restrição ⁽⁹⁾ sobre as relativas que não se aplica às interrogativas iniciadas por pronomes interrogativos (interrogativas de QU-):

Ex.: ⁽¹⁰⁾

A perna da mesa estava partida

A mesa da qual a perna estava partida

* A mesa da qual o que estava partido?

β. Segundo Ross, a F existencial ⁽¹¹⁾ pode aparecer numa interrogativa, mas não numa relativa:

Ex.: ⁽¹²⁾

? Que livro há na biblioteca?

? Eu não conhecia o livro que há na biblioteca.

⁽⁹⁾ Neste caso «restrição» é a tradução de «constraint». Ross (op. cit.) define «constraint» como um mecanismo de limita o poder das variáveis existentes nos índices estruturais de certas regras, nomeadamente as regras de movimento, de mudança de traços, etc.

⁽¹⁰⁾ Em Inglês:

The leg of the table was broken.

The table of which the leg was broken.

mas: * The table of which what was broken?

⁽¹¹⁾ Em Inglês «there is».

⁽¹²⁾ Em Português não há, por vezes, uma correspondência entre «there is» e «há». Assim, por exemplo, ao lado de:

«Quem está no meu quarto?» (Who is there in my bedroom?) aparecem frases como:

«Há um peixe que João devia apanhar e comer ao jantar» (there's a fish that John should catch and eat for supper — in Baker (1973) «Definiteness and indefiniteness in English», p. 3.

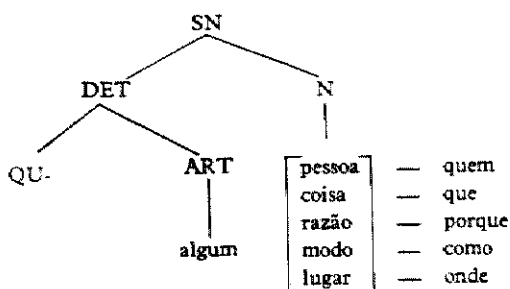
Por isso mesmo este argumento sintáctico não se verifica em Português enquanto «there is» for traduzido por «estar»:

Who is there in my bedroom?

* I didn't know the young woman who there was in my bedroom.

(Eu não conhecia a rapariga que estava no meu quarto).

γ. Uma palavra interrogada (¹³) é normalmente analisada como:



c. A natureza de ART e de N em E.P.:

α. Há várias palavras interrogativas (¹⁴) mas só há dois pronomes relativos.

β. Nas interrogativas:

N → [± Pro]

ART → [± Específico]

Nas relativas:

ART → [+ Específico]

Nas interrogativas, se o N é [— Pro], então ART → [± Específico]. (¹⁵)

2.2.4 Baker (¹⁶), através de certo tipo de complementos, no inglês, que ocorrem com verbos como *perguntar*, *saber*, *dizer*, *decidir*, *tratar*, *depende*, consegue mostrar que as semelhanças entre as construções relativa e interrogativa são apenas superficiais. Esses verbos podem, com efeito, ser designados pelo nome de verbos de interrogação e pedem como complemento uma interrogativa indirecta.

(¹³) Em Inglês «WH-word».

(¹⁴) Em Inglês «question-words».

(¹⁵) Esta distinção é visível nos seguintes casos:

[+ espec] — which boy did you see? — Qual dos rapazes viste?

[— espec] — what boy did you see? — Que rapaz viste?

(¹⁶) Baker (1970) «Notes on the Description of English Questions: the Role of an Abstract Question Morpheme».

Argumentos: ⁽¹⁷⁾

Dadas as Fs:

(1a)

Que comprou o Alberto?

(1b)

Alice não soube o que Alberto comprou.

(1c)

Alice não lavou o que Alberto comprou.

Propõe-se que:

— a proposição subordinada em (1b) está mais estreitamente relacionada com a interrogativa de (1a) que a subordinada de (1c).

a. Correspondendo a (1b), mas não a (1c), há frases que começam com todos os pronomes interrogativos que introduzem as interrogativas directas:

(2a)

Porque o comprou Alberto?

(2b)

Alice não soube porque o comprou Alberto.

(2c)

* Alice não lavou porque o comprou Alberto.

Saber, mas não *lavar*, permitem proposições subordinadas introduzidas por *se*, que correspondem semanticamente a interrogativas directas sem palavras interrogativas:

(5a)

Alberto comprou-o?

(5b)

Alice não soube se Alberto o comprou.

(5c)

* Alice não lavou se Alberto o comprou.

⁽¹⁷⁾ As frases apresentadas são a tradução portuguesa das frases de Baker (op. cit.).

b. As interrogativas directas como (1a) e as proposições subordinadas como (1b), mas não como (1c), podem ter versões com uma «cleft sentence»:

(6a)

Que foi que Alberto comprou?

(6b)

Alice não soube que foi que Alberto comprou.

(6c)

* Alice não lavou que foi que Alberto comprou.

c. As frases (1a) e (1b), mas não (1c) têm frases correspondentes com *mais*: ⁽¹⁸⁾

(7a)

Que mais comprou Alberto?

(7b)

Alice não soube que mais comprou Alberto.

(7c)

* Alice não lavou que mais comprou Alberto.

d. As interrogativas directas como (1a) e as proposições subordinadas como (1b), mas não como (1c), podem conter mais do que uma palavra interrogada (palavra de QU-):

(8a)

O que foi dado a quem?

(8b)

Alice não soube o que foi dado a quem.

(8c)

* Alice não lavou o que foi dado a quem.

e. Na formação das interrogativas directas e nas encaixadas com *saber*, é possível interrogar apenas o nó cabeça dum SN, deixando intacto um modificante relativo desse nó cabeça.

(¹⁸) Em Inglês «else».

Em (1c) o resultado é muito menos aceitável do que em (1a) e em (1b):

(9a)

? Que que era novo e diferente comprou Alberto para Alice?

(9b)

? * Alice não soube que que era novo e diferente comprou Alberto para ela.

(9c)

* Alice não lavou que que era novo e diferente comprou Alberto para ela.

f. (1b), mas não (1c), tem uma paráfrase contendo o nome *resposta* como complemento do verbo.

(10b)

Alice não soube a resposta à pergunta: que comprou Alberto.

(10c)

* Alice não lavou a resposta à pergunta: que comprou Alberto.

III — OBJECÇÕES A ALGUMAS POSIÇÕES APRESENTADAS

3.1 *Katz e Postal* ⁽¹⁾

Como concordamos dum modo geral com a posição de Baker, parece-nos inútil acrescentar mais objecções além das fornecidas por Baker (cf. 1.2.2.5, pp. 9-10).

3.2 *Marina Burt* ⁽²⁾

Não sabemos bem se M. Burt considera um morfema interrogativo ou dois, posto que na descrição estrutural apresentada para a T interrogativa nos surge um QU- dominado pelo DET do SPrep interrogado, de natureza não especificada.

- QU- { 1. Será um raio de acção para INT (como Katz e Postal)?
2. Será um simples traço do DET do SPREP interrogado?
E qual a sua origem?

⁽¹⁾ Katz e Postal (1964) *An Integrated Theory of Linguistic Description*.

⁽²⁾ Burt (1971) *From Deep to Surface Structures: An Introduction to Transformational Syntax*.

Quanto a Pré-F, INT, estamos de acordo com M. Burt, se ela entende por Pré-F uma frase não realizada materialmente em E.S. e com um verbo performativo, com o traço [+interrogativo]. Além disso, como explicitaremos na devida altura, INT tem o valor dum operador.

3.3 *Klima* ⁽³⁾

Consideramos que um marcador interrogativo QU- não é adequado, visto que ele não tem as características que achamos que um constituinte interrogativo deve ter, para dar conta de todos os tipos de interrogativas.

Aceitamos as comparações entre o marcador interrogativo e NEG, corroborando a hipótese dum só constituinte interrogativo: tal como NEG, um só marcador interrogativo pode tomar em E.S. de uma F diferentes formas de realização.

3.4 *Langacker* ⁽⁴⁾

Postula um único morfema interrogativo, mas não apresenta argumentos a favor da sua posição. Considera que o QU- das palavras interrogativas é idêntico ao QU- das relativas, a única diferença entre eles consistindo no facto do QU- das interrogativas se encontrar solto no início de uma sequência, e o das relativas não.

Quanto à natureza de QU- nas relativas tal não nos é dito directamente. Langacker apenas afirma que «um nome relativizado é precedido dum determinante, *algun* ⁽⁵⁾. Quando a F encaixada é apenas a um nome da F matriz, o nome seguinte, subsequente a QU- + *algun* é suprimido. QU- + *algun* reescreve-se *qui* ou *que* por uma regra morfofonémica» ⁽⁶⁾. Parece, portanto que Langacker não considera o QU- introduzido transformacionalmente, nem que a relativização seja um processo de pronominalização. Por outro lado, afirmar que os pronomes relativos e os pronomes interrogativos derivam de QU- + *algun* + (N → [+Pro]) é esquecer que:

- Se nas interrogativas com pronomes interrogativos o(s) SN(s) interrogado(s) tem de ser [+Pro, —Def],
- Nas relativas, o SN relativizado ou já é [+Def] em E.P., ou se torna [+Def] no decorrer da derivação.

⁽³⁾ Klima (1959) «Negation in English».

⁽⁴⁾ Langacker (1965) «French Interrogative: A Transformational Description».

⁽⁵⁾ Em Francês «quelque».

⁽⁶⁾ Langacker, op. cit., p. 591.

3.5 *Paul Schachter* ⁽⁷⁾

Postula a existência dum só morfema interrogativo em E.P., QU-, completamente diferente do QU- das relativas.

Se o morfema QU- é comum a todas as estruturas interrogativas, e não apenas àquelas que possuem pronomes interrogativos, ou melhor, palavras interrogativas, então ele é um constituinte abstracto.

Se se pode adscriver ao nó que domina este morfema, CONJ, os

[+ ou]

[+ QU]

mesmos tipos de restrições de ocorrência que ao INT de Katz e Postal, não se percebe por que não se adopta um morfema INT, revisto, para todas as interrogativas.

Se é T expansão de QU- que provoca T atracção de AUX, i.e., se T atracção de AUX só se pode aplicar depois de QU- ter sido introduzido sob um nó ADV (interrogativas alternativas e interrogativas de sim/não), ou como um traço do DET dum SN indefinido (interrogativas com palavras interrogativas), então porque não postular um morfema INT, subjacente a toda a estrutura interrogativa que tem várias realizações conforme as descrições estruturais das diferentes Fs?

Para mais, se o QU- das interrogativas é diferente do QU- das relativas, não parece muito lógico que se mantenha esta notação.

3.6 *Baker* ⁽⁸⁾

Adoptamos, em grande parte, as ideias de Baker:

- INT → único morfema interrogativo
- QU- → introduzido transformacionalmente ⁽⁹⁾
- Relativas diferentes de interrogativas no seu comportamento sintáctico.
- Maneira homogénea de tratar as interrogativas directas e indirectas.

No entanto, certamente por falta de bases suficientes, não achamos muito explícitos os argumentos que apresenta para a inserção transformacional de QU-. Parece-nos também pouco explícita a sua argumenta-

⁽⁷⁾ Schachter (1968) «Interrogative».

⁽⁸⁾ Baker (1970) «Notes on the Description of English Questions: the Role of an Abstract Questions Morpheme».

⁽⁹⁾ [Actualmente surgem-nos as seguintes dúvidas. Será QU- introduzido por uma regra de pronominalização? Neste caso, até que ponto diferirá da regra de pronominalização relativa? Serão realmente as interrogativas tão distintas das relativas como neste artigo consideramos? *Nota de 1974*].

ção a favor duma regra de movimento de QU-, para um lugar adjacente ao morfema interrogativo inicial, INT, e não para o lugar de próprio INT (cf. substituição — Jacobs e Rosenbaum (68) e Marina Burt (71)).

IV — POSIÇÕES ASSUMIDAS

4.1 Um constituinte em E.P., INT, que consiste numa Pré-Frase, não realizada materialmente em E.S., e com um verbo performativo abstracto com o traço interrogativo.

$$\begin{array}{ccc} \text{INT:} & \left[\begin{array}{c} + \text{ Verbo} \\ + \text{ interrogativo} \end{array} \right] & - \text{X} \\ \text{Pré — F} & & \uparrow \\ & & \text{Frase sobre a qual incide a interrogação.} \end{array}$$

INT é também um operador, i.e., permite descrever a correlação entre a regra de movimento duma F particular e a sua interpretação semântica.

Quando esse verbo performativo com o traço interrogativo se realiza em E.S., perdendo o seu carácter abstracto, então a F sobre a qual incide a interrogação passa a ser o que vulgarmente se denomina de interrogativa indirecta.

4.2 Não existe em E.P. nenhum traço QU- no DET dum SN ou SPREP interrogado; embora consideremos que o QU- das interrogativas é diferente do das relativas (o qual é introduzido por um processo de pronominalização), pensamos que o QU- das interrogativas não pode, igualmente, aparecer em E.P., sendo portanto, também introduzido transformacionalmente.

QU- nas interrogativas é introduzido transformacionalmente, por uma regra de mudança de traços, que substitui o traço interrogado do SN indefinido, sobre que recai a pergunta (ou mais especificamente, do DET desse SN) pelo traço QU- (1).

(1) Ross, in (1967) *Constraints on Variables in Syntax*, p. 172, define Regra de Mudança de Traços aproximadamente nos seguintes termos:

Uma regra de mudança de traços é qualquer regra cujo índice estrutural é:

$$\begin{array}{ccccccc} & \dots & A_1 & \dots & A_2 & \dots & \\ \text{e cuja mudança estrutural é:} & \dots & A_1 & \dots & \left[\begin{array}{c} A_2 \\ + F \end{array} \right] & \dots & \\ \text{ou:} & & \left[\begin{array}{c} A_1 \\ + F \end{array} \right] & & A_2 & & \dots \end{array}$$

Assim, dada a D.E. do SN interrogado:

$$\left[\begin{array}{c} \text{(Prep)} \\ \text{SPrep} \end{array} \left[\begin{array}{c} \text{SN} \left[\begin{array}{c} -\text{Def} \\ +\text{int} \\ \text{DET} \end{array} \right] \left[\begin{array}{c} \pm \text{Pro} \\ \text{N} \end{array} \right] \end{array} \right] \text{SN} \right] \text{SPrep}$$

a transformação de mudança de traços, T QU-, opera, convertendo-a em:

$$\left[\begin{array}{c} \text{(Prep)} \\ \text{SPrep} \end{array} \left[\begin{array}{c} \text{SN} \left[\begin{array}{c} -\text{Def} \\ +\text{QU} \\ \text{DET} \end{array} \right] \left[\begin{array}{c} \pm \text{Pro} \\ \text{N} \end{array} \right] \end{array} \right] \text{SN} \right] \text{SPrep}$$

4.3 Consideramos que o SN interrogado numa estrutura interrogativa é sempre $[-\text{Def}]$.⁽²⁾

V — ANÁLISE DAS INTERROGATIVAS

5.1 Interrogativas de *sim/não*

5.1.1 Introdução

Perante frases como:

(1)

Tu vais à Universidade esta tarde?

(2)

Ele tomou banho no mar?

é possível uma resposta *sim/não*, dado que o falante ao formular (1) e (2) tanto espera uma resposta afirmativa como negativa.

(2) Para uma discussão sobre a natureza indefinida desse SN, cf. Bach, (1971) «Questions», pp. 157-158.

Surgiu a hipótese ⁽¹⁾ de que todas as interrogativas de sim/não são uma redução de interrogativas alternativas. A E.P. de (1) seria uma estrutura abstracta que grosseiramente representamos por:

(1') INT — tu vais à Universidade ou tu não vais à Universidade.

Esta hipótese teria a vantagem de unificar o tratamento das várias modalidades de interrogativas simples e alternativas. As interrogativas alternativas são coordenadas por uma transformação de coordenação anterior à T interrogativa e anterior também à redução ou supressão da segunda parte da alternativa, obedecendo essa redução a determinadas condições estruturais.⁽²⁾

Interrogativas alternativas

a. Frases alternativas só opostas no que diz respeito à negação:

(3)

Tu vens ou não vens?

(4)

João comprará pão ou não comprará pão?

(5)

João está em casa ou João não está em casa?

b. Frases alternativas de diferente natureza: ⁽³⁾

(6)

Está a chover ou está a nevar?

⁽¹⁾ Schachter (1968) «Interrogative».

⁽²⁾ [Actualmente consideramos que a solução proposta por Schachter não é tão simples como a apresenta. Com efeito, o acto de interrogação, neste tipo de interrogativas, surge porque há duas hipóteses alternativas básicas subjacentes. Mas poderemos por isso concluir que existe uma transformação de coordenação anterior à interrogação? *Nota de 1974*].

⁽³⁾ Podemos também talvez considerar que este tipo de Fs alternativas deriva da redução de alternativas coordenadas do tipo anterior, as quais estão ligadas pelas seguintes relações:

Ex.: Está a chover ou está a nevar

1. Está a chover ou não está a chover

2. Está a nevar ou não está a nevar

3. (Está a chover ou não está a chover) ou (está a nevar ou não está a nevar).

Condições:

1. Se não está a chover, então está a nevar.

2. Se não está a nevar, então está a chover.

Ou: 3. Se está a chover, então não está a nevar

4. Se está a nevar, então não está a chover

o que é equivalente.

(7)

Ela acabou as compras ou ainda foi ao supermercado?

(8)

Está algum livro sobre a mesa ou não queres ir lá ver?

(9)

Ele vai sair do país ou foi preso?

c. Frases alternativas em que a segunda frase foi reduzida:

(10)

Ele ressona sempre ou não?

(11)

O João virá visitar-me ou não?

(12)

Tu vens comigo esta tarde ou não?

d. Este quarto tipo será aquele em que toda a F alternativa foi suprimida, dando o que habitualmente se chama uma interrogativa simples de sim/não:

(13)

Tu lavaste a louça?

(14)

O Luis foi sair?

Conclusão:

Embora achemos esta hipótese verosímil pelo facto de dar conta da intuição de qualquer falante perante uma interrogativa de sim/não e por generalizar o processo de explicação dos vários tipos de Fs interrogativas enunciadas, adoptamos no nosso trabalho uma maneira clássica de abordar o problema. Assim postulamos para uma F interrogativa de sim/não uma estrutura abstracta simples declarativa, com as condições estruturais necessárias para a sua evolução. ⁽¹⁾

(¹) [Actualmente não adoptamos esta posição não só pelo que ficou dito na nota (2), que dá em parte conta da intuição de qualquer falante, como pelo facto duma F declarativa ter subjacente uma F performativa distinta da que postulamos em IV para as Fs interrogativas. *Nota de 1974*].

5.1.2 Análise das interrogativas de sim/não em Português.

- (1) Tu viste o João.
 (2) Tu viste o João?
 (3) Viste tu o João?
 (4) Tu nunca vais ao cinema.
 (5) Tu não vais ao cinema?
 (6) Tu nunca vais ao cinema?
 (7) Alguém comeu alguma coisa.
 (8) Alguém comeu alguma coisa?
 (9) Comeu alguém alguma coisa?
 (10) Alguém disse alguma coisa a alguém.
 (11) Alguém disse alguma coisa a alguém?
 (12) Disse alguém alguma coisa a alguém?
 (13) É bom praticar a justiça.
 (14) É bom praticar a justiça?
 (15) Praticar a justiça é bom?

Existe uma regra de formação da interrogativa em Português para as interrogativas de sim/não, baseada na seguinte regra sintagmática:

R.S.: INT $\rightarrow$ entoação (acentuada em fim de F).

$\Rightarrow$ T ent.: INT — X $\Rightarrow$ 2 1
 1 2

Esta transformação é obrigatória se $X = F$, sem nenhum SN interrogado.

Existe também para estas interrogativas uma transformação opcional de ênfase, que se aplica antes de T interrogativa (cf. (5.3) sobre outra transformação de ênfase ou reforço e os problemas que levanta).

É nas Fs (3), (9), (12) e (15) que notamos que foi aplicada a seguinte transformação:

T inversão sujeito-verbo:

D.E.:	INT	—	SN	—	X	—	TPS	—	V	
	1		2		3		4		5	
M.E.:	1		ϕ		3		4 2		5	opcional

Veremos mais adiante que esta transformação deve ser reformulada para dar conta da inversão que é frequente em interrogativas de QU- (iniciadas por pronomes interrogativos).

5.1.3 Análise das interrogativas de sim/não em Francês:

5.1.3.1 A partir de Fs declarativas com SN sujeito com o traço [+ Pron]

(1)

Elle a mangé un chocolat.

(2)

A-t-elle mangé un chocolat?

(3)

Elle a mangé un chocolat?

(4)

Vous aimez Brahms.

(5)

Aimez-vous Brahms?

(6)

Vous aimez Brahms?

(7)

Il neige.

(8)

Neige-t-il?

(9)

Il neige?

T: INT — X => 2 1
 1 2

Condição: X = F sem SN interrogado.
 INT → entoação

Esta transformação que dá conta de (3), (6) e (9) aplica-se na linguagem falada familiar.

A partir de (2), (5) e (8) facilmente poderíamos construir uma regra de inversão sujeito-verbo, que daria conta de todas as interrogativas deste tipo, em que SN → N

[+ Pron]

5.1.3.2 Mas reparemos nas seguintes Fs:

(10)

Marie va au cinéma.

(11)

* Va Marie au cinéma?

(12)

Jean doit lire le livre.

(13)

* Doit Jean lire le livre?

Perante a agramaticalidade de (11) e (13), em contraste com a gramaticalidade de:

(14)

Marie va-t-elle au cinéma?

(15)

Jean doit-il lire le livre?

concluimos que não se pode aplicar nenhuma T inversão suj.-verbo, como pareceria em (2), (5) e (8).

Com Langacker⁽⁵⁾, consideramos que existe uma regra obrigatória (se T ent. não se aplicar) de reduplicação do SN sujeito de uma F interrogativa, que pode ser reestricto [$\pm$ Pron]

⁽⁵⁾ Langacker (1965) «French Interrogative: A Transformational Description».

Em (16), (17) e (18), dado que o SN que ocorre em primeiro lugar já tem o traço [+Pron], ele é suprimido por meio da seguinte transformação:

T elipse:

D.E.:	X	—	SN	—	AUX	—	TPS	—	SN	—	V	—	Y	
	1		2				3		4		5		6	
E.M.:	1		2				3		4		5		6	obrigatória
									[+Pron]					
														Condição:
														2 = 4

Uma outra modalidade de interrogação em Francês, tanto para as interrogativas de sim/não como para as interrogativas com pronomes interrogativos, é a inserção de *est-ce que*. Sobre esta transformação, ver, adiante, 5.3.2.

5.1.4 Conclusões acerca da formação deste tipo de interrogativas em Português e em Francês:

5.1.4.1 A transformação que fornece uma entoação específica a Fs interrogativas é idêntica para o Português e para o Francês, embora muito mais frequente em Português.

5.1.4.2 A transformação de inversão sujeito-verbo, que tem um carácter opcional e enfático neste tipo de interrogativas em Português, pode, mesmo assim, comparar-se com os casos de inversão do sujeito em Francês, embora essa inversão funcione em Francês dum modo muito mais complexo do que na língua portuguesa.

5.2 Interrogativas com SN ou SPrep interrogado:

5.2.1 Análise das interrogativas com SN ou SPrep interrogado em Português:

5.2.1.1 Introdução

Como ficou dito em (4.2), as interrogativas com SN ou SPrep interrogados, contendo os chamados pronomes interrogativos, distinguem-se pelo facto de a interrogação incidir sobre alguns elementos

dessas Fs. Apresentámos também atrás a descrição estrutural dum SN ou SPrep em E.P. nessas condições e a subsequente transformação que substitui o traço [+ int] do DET por [+ QU-].

(1)

(O) que comeu o João?

(2)

O João comeu o quê?

(3)

* O que o João comeu?

(4)

Que coisa comeu o João?

(5)

O João comeu que coisa?

(6)

Quem saiu?

(7)

? Saiu quem?

(8)

Que pessoa saiu?

(9)

? Saiu que pessoa?

(10)

Quem está a ler o jornal?

(11)

* Que livro tu estás a ler?

(12)

Que livro estás tu a ler?

(13)

(Tu) estás a ler que livro?

(14)

* Que Maria viu?

(15)

Que viu Maria?

5.2.1.2 Transformações:

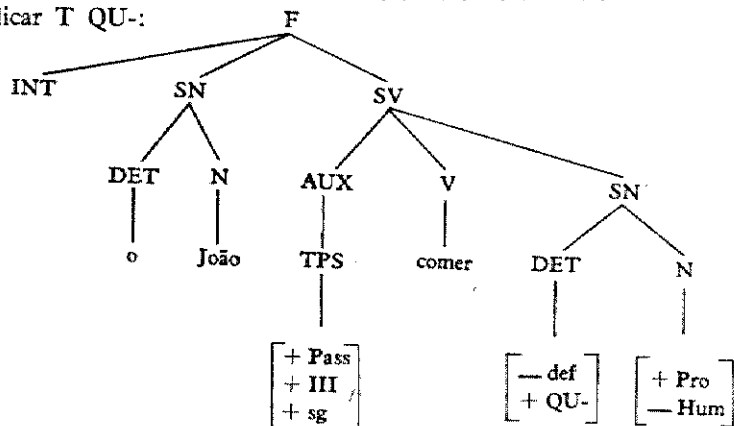
A primeira transformação que postulamos para este tipo de Fs é a já apresentada regra de inserção do traço [+QU-]:

T QU-:

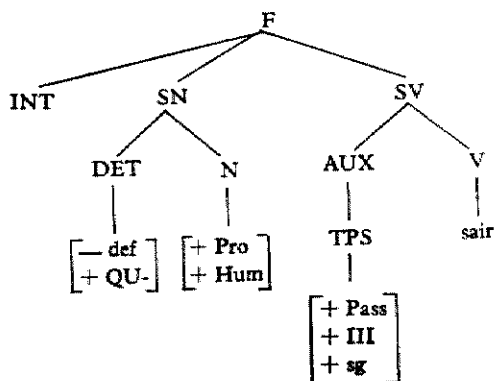
$$\text{D.E.: INT} - \underset{1}{\text{X}} - \underset{2}{\left[\begin{array}{c} \text{(P)} \\ \text{SPrep} \end{array} \right]} \left[\underset{3}{\left[\begin{array}{c} \text{SN} \\ \text{DET} \end{array} \right]} \left[\begin{array}{c} - \text{Def} \\ + \text{int} \end{array} \right] \left[\begin{array}{c} \text{N} \rightarrow \pm \text{Pro} \end{array} \right] \left[\begin{array}{c} \text{SN} \\ \text{SPrep} \end{array} \right] \right] - \underset{4 \text{ obrig.}}{\text{Y}}$$

$$\text{M.E.: } 1 \quad 2 \quad \left[\begin{array}{c} \text{(P)} \\ \text{SPrep} \end{array} \right] \left[\begin{array}{c} \text{SN} \\ \text{DET} \end{array} \right] \left[\begin{array}{c} - \text{Def} \\ + \text{QU-} \end{array} \right] \left[\begin{array}{c} \text{N} \rightarrow \pm \text{Pro} \end{array} \right] \left[\begin{array}{c} \text{SN} \\ \text{SPrep} \end{array} \right] \quad 4$$

É a seguinte a E.P. das frases (1), (2), (3) e (5) depois de se aplicar T QU-:



E.P. das Fs (6), (7), (8) e (9) depois de aplicada T QU-:



O N com os traços $\begin{bmatrix} + \text{Pro} \\ + \text{Hum} \end{bmatrix}$ tem uma realização em E.S. que lhe corresponde: «pessoa», assim como o N $\begin{bmatrix} + \text{Pro} \\ - \text{Hum} \end{bmatrix}$ se realiza por meio de «coisa».

Notamos que em (1), (3), (11), (12), (14) e (15) o SN interrogado foi motivo para o início de F por meio da seguinte transformação:

T mov. do SN ou SPrep inter.:

$$\text{D.E.: INT} - \text{X} - \left[\begin{array}{c} \text{(P)} \left[\begin{array}{c} \text{QU-} \left[\begin{array}{c} \text{N} \\ \pm \text{Pro} \\ - \text{Def} \end{array} \right] \\ \text{SN} \end{array} \right] \text{SN} \\ \text{SPrep} \quad \text{SPrep} \end{array} \right] - \text{Y}$$

1	2	3	4	
				opcional
M.E.: 3	2	ϕ	4	

Na mudança estrutural desta transformação, ao fazermos ocupar o lugar do constituinte interrogativo pelo SN interrogado, propomos que esse elemento interrogado substitui INT.

Com efeito, há argumentos que nos levam a considerar um processo de substituição:

Fs como (6), (8) e (10), em que T mov. já se efectuou são unanimemente consideradas frases interrogativas, mesmo sem se aplicar uma transformação de entoação, que consideramos em (5.2.1) (e que em breve será reformulada) $\Rightarrow$ pode pensar-se que o SN interrogado foi substituir INT, podendo ou não aplicar-se uma T entoação.

Fs como (2), (5) e (13) não servem de contra-argumentos à nossa hipótese, pois o constituinte INT será nestes casos realizado como entoação.

Mas como explicar Fs como (1), (4), (12), (14), em que subsequentemente à T mov. do SN interrogado se deu uma transformação de inversão suj.-verbo, sem a qual as Fs ficariam agramaticais (cf. (3), (11) e (14))? Parece-nos que nestas Fs se dá uma inversão sujeito-verbo, pelo facto do SN inter. (c. directo do verbo) ir ocupar o lugar do SN sujeito.

No entanto, estes comportamentos podem parecer serem um argumento a favor da hipótese proposta por Baker^(*) segundo a qual o SN ou

(*) Baker (1970) «Notes on the Description of English Questions: the Role of an Abstract Question Morpheme».

S_{Prep} inter. não vão ocupar o lugar de INT, mas tomar um posição adjacente. Baker é pouco explícito neste ponto, limitando-se a criticar Jacobs e Rosenbaum⁽⁷⁾, que afirmam que uma palavra de QU- substitui INT, explicando assim o facto de só um SN ser movido para o início de F, quando existem outros SNs interrogados nessa mesma estrutura.

A aplicação de T QU- explica frases como (1), (4), (6), (8), (10), (12) e (15). Em (7), frase de gramaticalidade duvidosa, houve uma transformação opcional de movimento do SN sujeito interrogado para o fim de F. O mesmo se passou em (9). Mas em (7) houve uma regra morfofonológica que se aplicou ao SN, convertendo-o em *quem*. De notar que (7) é perfeitamente justificada como uma interrogativa em eco⁽⁸⁾. A F (12) é também explicada por T mov., sendo SN [— Pro].

Para dar conta de (1), (4), (12) e (15) temos de formular a T inversão sujeito-verbo, que já tinha sido apresentada:

T inv. suj.-verbo:

D.E.: INT — SN — AUX — V — Y

1 2 3 4 5

1 ϕ 3 2 4 5

=>

Condições:

- a. Se $I > SN$ c. directo interrogado ou S_{Prep}, a T é obrigatória.
- b. Se $I > SN$ inter., a T é opcional e tem um valor enfático.

Frases com S_{Preps} interrogados:

Com S_{Preps} interrogados, as Fs sofrem precisamente as mesmas regras que propusemos para as Fs com SNs interrogados.

(16)

Referes-te no teu livro a quem?

(17)

A quem te referes (tu) no teu livro?

⁽⁷⁾ Jacobs e Rosenbaum (1968) *English Transformational Grammar*.

⁽⁸⁾ De um modo geral, *tematização* é todo o processo que consiste em ressaltar um SN numa F, processo que existe em várias línguas; em inglês apenas existe o emprego de «as for X» e «concerning X» e as «cleft» e «pseudo-cleft sentences», e topicalizações.

Em Português, além destes fenómenos, existe um processo de tematização.

(18)

Referes-te a quem no teu livro?

(19)

Confiaste a quem as tuas dúvidas?

(20)

Este bolo foi feito com quê? (T QU-)

(21)

Com que foi feito este bolo? (T QU-, T mov. do SPrep, T inv. suj.-verbo)

(22)

Foi feito com quê este bolo? (T QU-, T inv. suj.-verbo)

(23)

* Com que este bolo foi feito? (T QU-, T mov. do SPrep)

(24)

? Foi feito este bolo com quê? (T QU-, T inv. suj.-verbo)

As frases apresentadas não parecem alterar as regras apresentadas. Em (18), (19) e (22) o SPrep interrogado encontra-se a meio da F, entre o SV e o SN.

Observação: são as seguintes as preposições que fazem normalmente parte do SPrep interrogado: *a, por, com, em, de, para*, podendo anteceder as formas *quem, que* e *quê*.

Frases com mais do que um constituinte interrogado:

Podem surgir em Português (e também em Francês) frases com dois ou três constituintes interrogados (SN sujeito, SN c. directo e SPrep).

As Fs mais agramaticais são as que têm:

- a. SN sujeito e SN c. directo interrogados.
- b. SN c. d. e SPrep interrogados.
- c. SN suj. SN c. d., e SPrep interrogados.

Estes tipos de Fs são, no entanto, mais aceitáveis como interrogativas de eco (cf. atrás, 1.2.2.4, *in fine*).

A E.P. duma F deste tipo caracteriza-se pelo facto de três SNs terem D.E. semelhantes.

Observação: Dada a F:

(25)

Quem deu quê e a quem?

parece que ela deriva da coordenação de duas frases por meio de *e*, em que os elementos comuns da F coordenada foram suprimidos.

Sem entrarmos em grandes pormenores, dado que pouco sabemos de coordenação, parece-nos que este facto em nada invalida a hipótese de que numa F podem ocorrer três elementos interrogados pertencentes à mesma E.P.

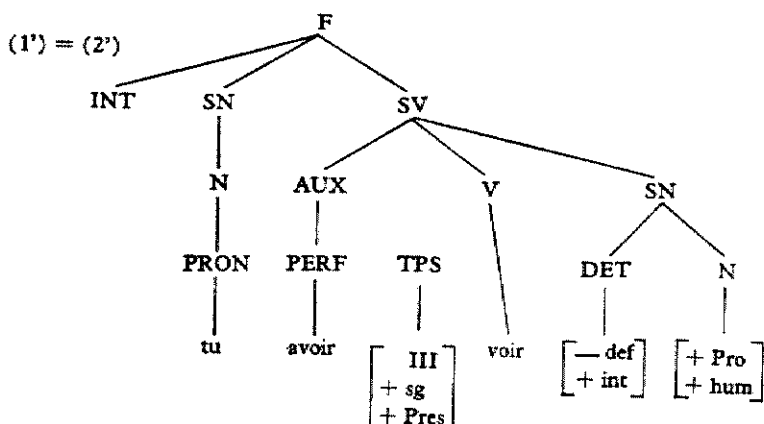
5.2.2 Análise das interrogativas com SN ou SPrep interrogado em francês:

Dadas as frases:

- (1)
Qui as-tu vu?
- (2)
Tu as vu qui?
- (3)
Quelle personne as-tu vue?
- (4)
Tu as vu quelle personne?
- (5)
Quelle fille Marie a-t-elle vue?
- (6)
? Quelle fille a vu Marie?
- (7)
* Quelle fille Marie a vue?
- (8)
Marie a vu quelle fille?
- (9)
? Qu'a vu Marie?
- (10)
Que Marie a-t-elle vu?
- (11)
Qui a mangé le gâteau?

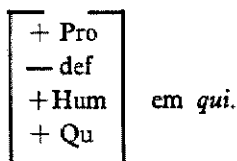
Notamos que as transformações apresentadas anteriormente (5.1.3.1) não dão conta destas frases e não queremos construir novas regras, o que levaria a uma grande acumulação e complicação de regras transformacionais.

A E.P. de (1) e (2) é a seguinte:



Dadas as condições estruturais de (1') e (2'), é obrigatória uma transformação de mudança de traços que substitui o traço [+ interrogado] do DET do SN por [+ QU] (Cf. 5.2.1.2).

A aplicação dessa regra transformacional é suficiente para explicar (2), tendo-se aplicado uma regra morfofonológica que converte



Mas (3) e (4) têm também a mesma E.P. que (1) e (2). Nestes casos, o elemento nominal $\begin{bmatrix} + \text{Pro} \\ + \text{Hum} \end{bmatrix}$ realiza-se em E.P. por meio de «personne»; se não tivesse o traço [+ Hum] e sim [— Hum] realizar-se-ia por meio de «chose».

Em (1) e (2) nota-se que houve um movimento do SN interrogado para início da frase, transformação que tanto em Português como em Francês é facultativa, como se pode ver a partir de (2) e (4) (Cf. 5.2.1.2).

Essa transformação aplica-se quer o SN interrogado seja complemento directo da F como em (1), (3), (5) e (10), quer o SN interrogado seja sujeito da F como em (11).

Desde o momento em que o SN interrogado se encontre em início de F, ele leva à aplicação de transformações de reduplicação, pronominalização e elipse do SN, que reformularemos seguidamente, dado que as Ts já apresentadas não têm condições estruturais necessárias:

T reduplicação:

D.E.:	INT	—	[(P)	[QU — N	]	]	—	SN	—	AUX	—	V	—	X	
			S PREP	SN	[± Pro	— def	]	SN	S PREP						
	1			2				3	4	5	6				
														=>	
M.E.:	φ			2				3	4	3	5	6			
								(Condição: Se	4	>	TPS				
								=>	φ	2	3	4	5	3	6

A transformação de pronominalização da 2.^a ocorrência de SN pode dar-se ou não, conforme a natureza desse SN.

T pronominalização:

D.E.:	INT	—	[(P)	[QU — N	]	]	—	SN	—	AUX	—	SN	—	V	—	X
			S PREP	SN	[± Pro	— def	]	SN	S PREP			[— Pron]				
	1			2				3	4	5	6	7				
																=>
M.E.:	φ			2				3	4	5	6	7				
												[+ Pron]				
								(Condição: 2 = 4)								

Se esta transformação se aplica a uma estrutura frásica em que o primeiro SN é reescrito [— Pron], não se efectua nenhuma transformação de elipse do 1.^o SN mas se a T pronominalização não se aplica, porque a segunda ocorrência do SN tem já o traço [+ Pron], então é suprimido o primeiro SN; assim se explica a F (1).

T elipse:

D.E.:	INT	—	[(P)	[QU — N	]	]	—	SN	—	AUX	—	SN	—	V	—	X
			S PREP	SN	[± Pro	— def	]	SN	S PREP	[+ Pron]		[+ Pron]				
	1			2				3	4	5	6	7				
																=>
M.E.:	φ			2				φ	4	5	6	7				

Langacker (Cf. nota (4) de III) apresenta como gramatical uma frase do tipo da de (6), que nos parece bastante duvidosa. Além disso, a sua explicação levaria a uma grande complicação de regras:

(6)

Quelle fille a vu Marie?

Com efeito, quando o SN de uma frase interrogada é reescrito [—Pron], há uma reduplicação desse SN e a seguir uma pronominalização da segunda ocorrência de SN; para explicar (6) seria preciso postular uma reduplicação do SN sujeito e uma Transformação de elipse do primeiro SN, não se tendo dado uma transformação de pronominalização quando havia todas as condições para ela se efectuar.

$$(6') \quad \text{SN} \left[\begin{array}{c} \text{QU} - \text{N} \\ \text{--- Pro} \\ \text{--- Def} \end{array} \right] + \text{Marie} + \text{a} + \text{vu}$$

$$(6'') \quad \text{SN} \left[\begin{array}{c} \text{QU} - \text{N} \\ \text{--- Pro} \\ \text{--- Def} \end{array} \right] + \text{Marie} + \text{a} + \text{vu} + \text{Marie}$$

$$(6''') \quad \text{SN} \left[\begin{array}{c} \text{QU} - \text{N} \\ \text{--- Pro} \\ \text{--- Def} \end{array} \right] + \phi + \text{a} + \text{vu} + \text{Marie}$$

Em (6''') T pronominalização poderia ter-se aplicado desde que a T reduplicação fizesse surgir SN antes do AUX e antes de V.

Este caso não parece trazer restrições às nossas regras, pois a frase (6) é, em nosso entender, ambígua.

5.2.3 Conclusões sobre as interrogativas com SN ou SPREP interrogados em Português e em Francês:

1. Realizam-se nas duas línguas transformações idênticas, embora com certas diferenças.

2. T QU- e T movimento do SN interrogado efectuem-se do mesmo modo nas duas línguas, porque têm subjacentemente o mesmo constituinte interrogativo e um SN ou SPREP com idênticas descrições estruturais.

3. Nas duas línguas, T mov. do SN interrogado que coloca SN em início de F é opcional, podendo o SN manter-se na mesma posição que tinha em E.P.

4. A T mov. do SN interrogado para início de frase acarreta em ambas as línguas certas transformações. No caso do Português, opera-se a T inversão suj-verbo e no caso do Francês, a T reduplicação do sujeito e transformações subsequentes.

5.3 *Interrogativas com é que (português) e com est-ce que (francês)*

5.3.1 *É QUE (PORTUGUÊS)*

5.3.1.1 *O é que* como forma de realização da interrogativa ou não:

A forma *é que* pode aparecer com todos os tipos de interrogativas, excepto com as «tag».

Exemplos:

(1)

Tu é que vais sair?

(2)

Que rapariga é que te cumprimentou?

(3)

Quem é que comprou o livro?

(4)

Perguntei-lhe se ela é que trabalhava na fábrica.

(5)

* Tu vais ao cinema, não é que vais?

Contudo, dadas as frases:

(6)

João é que comeu o bolo.

(7)

João é que comeu o bolo?

Poderá pensar-se que o problema do *é que* não diz directamente respeito às interrogativas, mas às declarativas correspondentes.

5.3.1.2 Problema da natureza de *é que* «não forma de realização da interrogativa»:

Perante as frases:

(8)

Eu fui ao cinema.

(9)

Eu *é que* fui ao cinema.

(10)

Manuel saiu.

(11)

Manuel *é que* saiu.

(12)

Eu fui ao cinema?

(13)

Eu *é que* fui ao cinema?

(14)

Manuel saiu?

(15)

Manuel *é que* saiu?

Poderíamos concluir que *é que* é uma forma de tematização (1). Contudo, há motivos para pensar que *é que* não é uma forma de «cleft-sentence» (2).

5.3.1.2.1 *É que* diferente de «cleft-sentence».

Argumentos:

A — *É que* permanece invariável qualquer que seja o tempo, número e pessoa em que se encontra o V da F em que está inserido:

(16)

Maria *é que* vai ao mercado.

(19)

Maria *é que* vai ao mercado.

(17)

Pedro *é que* foi às compras.

(20)

* Pedro *foi que* foi às compras.

(18)

Eles *é que* sairão esta noite.

(21)

* Eles *são (serão) que* sairão esta noite.

(Observação: do mesmo modo acontece na interrogativa).

— A «cleft-sentence» varia em TPS:

(22)

É Maria que (quem) vai ao mercado.

(23)

Foi Pedro que foi às compras.

(24)

São (serão) eles que sairão esta noite.

(25)

É Maria que vai ao mercado.

(26)

* É Pedro que foi às compras.

(27)

* É eles que sairão esta noite.

B — *É que* funciona como um bloco, enquanto que a «cleft-sentence» tem de intercalar o SN a tematizar entre a *cópula* e o *que*.^(*)

(28)

Eu é que fui ao cinema.

(29)

* É eu que fui ao cinema.

(30)

Sou eu que estou a escrever.

(31)

* Eu sou que estou a escrever.

(*) «Cleft-sentences» é um modo de tematizar um SN dentro duma F, que deriva de uma transformação muito complexa. Como se verá pelos exemplos apresentados, em Português, utiliza-se o verbo de cópula e uma forma do pronome relativo.

Para um melhor conhecimento do problema, ver, entre outros:

JACOBS e ROSENBAUM, 1968, *English Transformational Grammar*, pp. 39-40.

ROSS, 1967, *Constraints on Variables in Syntax*, pp. 214-215.

AKMAJIAN, 1970, Adrian, «On Deriving Cleft-Sentences from Pseudo-Cleft-Sentences», in *Linguistic Inquiry*, Volume I, 1970, N.º 2.

C — A possibilidade de coexistência (pelo menos para certos falantes) de *é que* e duma «cleft-sentence» numa mesma frase prova que são de naturezas distintas. ⁽¹⁰⁾

(32)

Quem é que foi que partiu o copo?

(33)

Ele é que foi quem pintou o quadro.

(34)

* Quem foi que foi que partiu o copo?

(35)

* Ele foi que foi quem partiu o quadro.

D — Certas construções interrogativas, com SN complemento directo interrogado, e na negativa, ficam agramaticais, ou pelo menos duvidosas se não contiverem *é que*:

(36)

Que tem Maria?

(37)

* Que não tem Maria?

(38)

* Que nunca tem Maria?

(39)

? O que não tem Maria?

(40)

? O que nunca tem Maria?

(41)

Que é que não tem Maria?

(42)

Que é que nunca tem Maria?

(43)

O que é que não tem Maria?

(44)

O que é que nunca tem Maria?

⁽¹⁰⁾ Tal não acontece quando numa mesma estrutura frásica se encontra «cleft-sentence» e *é que*.

— Tal não acontece com a «cleft sentence»:

(45)

* É que que não tem Maria?

(46)

* É o que que nunca tem Maria?

Com efeito, segundo Bach ⁽¹¹⁾, não se pode fazer uma «tematização», quando há um elemento nominal (um SN) interrogado; e a «cleft-sentence» é uma forma de tematização.

5.3.1.2.2 É que diferente de complementação:

Dadas as frases:

(47)

É verdade que não tens dinheiro.

(48)

A verdade é que não sei o que fazer.

(49)

A verdade é que é bela.

Concluimos que: Nas duas primeiras frases existe um fenómeno de complementação que não existe na terceira.

Argumento: A supressão de *é que* nas duas primeiras acarreta agramaticalidade, o que não acontece no caso da terceira.

(50)

* Verdade não tens dinheiro.

(51)

* A verdade não sei o que fazer.

(52)

A verdade é bela.

5.3.1.2.3 Conclusão:

Embora não saibamos ao certo qual a natureza do *é que*, pensamos, por tudo o que ficou dito acima, que nas frases-tipo apresentadas ele não pode ser tratado nem como uma «cleft-sentence», nem como um fenómeno de complementação. ⁽¹²⁾

⁽¹¹⁾ Bach, 1971, «Questions».

⁽¹²⁾ É que parece apresentar certas analogias com o *it* anafórico inglês; ver: Stockwell et al., «Cleft and pseudo-cleft sentences» in *Integration of Transformational Theories on English Syntax*, 1968.

5.3.1.3 *É que* como forma de realização do constituinte interrogativo.

Foi sugerido acima que *é que* não era uma forma específica de interrogação. Isso parece ser confirmado por Fs como:

(53)

Maria comprou um automóvel.

(54)

Maria é que comprou um automóvel.

(55)

Maria comprou um automóvel?

(56)

Maria é que comprou um automóvel?

em que a interrogação afecta toda a F e em que podem coexistir, como em (56), *é que* e entoação; ou mesmo nas Fs seguintes em que apenas um SN é interrogado.

(61)

Que comeu o Pedro?

(62)

Que é que comeu o Pedro?

(63)

* Que o Pedro comeu?

(64)

Que é que o Pedro comeu?

$\Rightarrow$ *é que* parece ser uma forma de realização da interrogação em português.

5.3.1.4 Formulação da regra de inserção de *é que* (opcional)

$$\begin{array}{ccccccc}
 \text{D.E.} & \# & \text{INT} & \# & \text{X} & - \left\{ \begin{array}{c} \text{SN} \\ \text{S PREP} \end{array} \right\} & - \text{X} \\
 & & 1 & & 2 & 3 & 4 \\
 & & & & & & \Rightarrow \\
 \text{M.E.} & & 1 & & 2 & 3 \text{ é que } 4
 \end{array}$$

(Condição: S PREP tem a seguinte D.E.:

$$\left[\begin{array}{c} (\text{P}) \\ \text{S PREP} \end{array} \right] \left[\begin{array}{c} \text{QU} - \text{N} \\ \text{SN} \left[\begin{array}{c} \pm \text{Pro} \\ - \text{def} \end{array} \right] \end{array} \right] \text{SN} \text{ S PREP}$$

5.3.2 *EST-CE QUE* (Francês):

5.3.2.1 O *est-ce que* francês como forma de realização da interrogativa ou não:

Exemplos:

- (1)
Cette femme est folle.
- (2)
Cette femme est-elle folle?
- (3)
Est-ce que cette femme est folle?

O falante do francês tem a intuição de que estas duas últimas frases são semanticamente idênticas e que ambas constituem realizações possíveis da interrogação em francês.

5.3.2.2 Natureza do *est-ce que*:

Dado que Langacker (op. cit. pp. 595-597) afirma que *est-ce que* não é mais que a forma interrogada duma «cleft-complement», afigura-se-nos necessário desfazer certas confusões:

5.3.2.2.1 *Est-ce que* não é uma «cleft-sentence»⁽¹³⁾:

Argumentos:

A — A «cleft-sentence» em francês pode opcionalmente variar em TPS, *est-ce que* não:

- (4)
C'est Jean qui t'a offert des roses.
- (5)
Est-ce Jean qui t'a offert des roses?
- (6)
Fut-ce Jean qui t'a offert des roses?

(13) Em Langacker, aparece sempre a expressão «cleft-complement» que, para o autor, parece ser sinónima de «cleft-sentence».

(7)

Est-ce que Jean t'a offert des roses?

(8)

* Fut-ce que Jean t'a offert des roses?

B — *Est-ce que* pode aparecer juntamente com uma «cleft-sentence» na mesma frase interrogativa:

(9)

Est-ce que c'est Marie qui a acheté une auto?

(10)

* Est-ce que c'est Marie qui a acheté une auto?

(11)

* Est-ce Marie qui c'est qui a acheté une auto?

C — *Est-ce que (est-ce qui)* pode aparecer em estruturas interrogativas com SNs interrogados; a «cleft-sentence» não ⁽¹⁴⁾.

(12)

Qui est-ce qui a acheté une auto?

(13)

Qu'est-ce qu'a acheté Marie?

(14)

* Est-ce qui qui a acheté une auto?

(15)

* Est-ce qui que a acheté une auto?

5.3.2.2.2 *Est-ce que (est-ce qui)* não é uma forma de complementação, proveniente de *c'est que*.

Argumentos (semânticos):

A — Dada a frase:

(16)

C'est que cette femme est folle.

(14) Cf. Bach, 1971, «Questions».

ela não poderia ser a resposta a uma interrogativa de *est-ce que*: *Est-ce que cette femme est folle?*, que pediria como resposta *oui* ou *non*.

A uma frase declarativa como (16) corresponderia uma pergunta do tipo:

(17)

Qu'est-il arrivé?

(18)

Pourquoi t'irrites-tu?

C'est que, neste caso, será uma redução de algo como: «La raison de mon irritation *c'est que*...»

B — *C'est que* não é semanticamente nulo. O falante do francês tem a intuição de que:

C'est que cette femme est folle.

não é semanticamente equiparável a:

Cette femme est folle.

-*Est-ce que* é semanticamente nulo. Entre:

Cette femme est folle? (entoação)

Cette femme est-elle folle?

Est-ce que cette femme est folle?

não há diferenças do ponto de vista da interpretação semântica.

5.3.2.3 Conclusão:

Est-ce que parece ser uma forma de interrogação em francês. Não sabemos ao certo qual a sua natureza.

5.3.2.4 Formulação da regra de T inserção de *est-ce que*

$$\begin{array}{rcl}
 T \text{ est-ce que} & & \left\{ \begin{array}{l} \text{SN} \\ \left[\begin{array}{l} (P) \\ \left[\begin{array}{l} \text{QU} - \text{N} \\ \text{S PREP} \end{array} \right] \text{SN} \left[\begin{array}{l} \pm \text{Pro} \\ - \text{def} \end{array} \right] \text{SN} \end{array} \right] \text{S PREP} \end{array} \right\} - Y \\
 \text{D.E.} \# \text{ INT} \# \text{X} & & \\
 \begin{array}{ccccccc}
 & 1 & 2 & & 3 & & 4 \\
 & & & & & & \Rightarrow \\
 \text{M.E.} & 1 & 2 & \text{est-ce que} & 3 & & 4
 \end{array}
 \end{array}$$

Se *T est-ce que* se aplica:

T reduplicação não se efectua.

5.3.3 Conclusões gerais:

O *est-ce que* francês apresenta grandes analogias com o *é que* português:

- Não são «cleft-sentences».
- Não são um fenómeno de complementação.

Não sabemos, contudo, ao certo qual a sua natureza. Há factos, sobretudo em Português, que sugerem que estas formas não são especificamente modos de realização do constituinte interrogativo, mas que derivam de algo que diz respeito directamente às frases declarativas. Estará o *é que* numa frase declarativa relacionado com a redução de uma relativa? Esta é outra hipótese que gostaríamos de explorar, mas, dadas as limitações deste trabalho, não nos é possível fazê-lo.

5.4 Interrogativas indirectas

5.4.1 Introdução

As interrogativas indirectas são provenientes do encaixe numa frase declarativa com verbo interrogativo (realização em E.P. da pré-F) duma interrogativa.

O morfema inicial INT subjacente a toda a interrogativa, funciona nas interrogativas indirectas como um operador que liga a F, SN ou S PREP interrogadas ao nó cabeça da F matriz.

Quando a interrogativa indirecta é uma pergunta de sim/não, isto é, quando a interrogação recai sobre toda a F encaixada, a T int. indirecta substitui o morfema INT por *se*, para o português, ou *si* para o francês.

No caso de apenas um SN, ou S PREP, da F encaixada ser interrogado, é a própria palavra interrogativa que realiza em E.S. o morfema interrogativo.

Como as regras das interrogativas indirectas são fundamentalmente as mesmas das interrogativas directas, julgamos desnecessário apresentá-las de novo.

A título de demonstração do que atrás ficou dito, apresentaremos algumas frases em português e em francês, que patenteiam claramente que poucas alterações se verificam na estrutura dos dois tipos de interrogativas. Ilustraremos esta apresentação com uma derivação, para esclarecermos o processo generativo duma F interrogativa indirecta.

5.4.2 Apresentação de algumas frases

5.4.2.1 Em Português:

5.4.2.1.1 Interrogativas de sim/não:

(1) Vais ao cinema?

INT. IND. (2) Pergunto-te se vais ao cinema.

5.4.2.1.2 Interrogativas com SNs interrogados:

a) SN sujeito:

— N → [+ Pro]

(3) Quem comeu o bolo?

INT. IND. (4) Júlio perguntou quem comeu o bolo.

— N → [— Pro]

(5) Que rapaz saiu?

INT. IND. (6) Perguntei-te que rapaz saiu.

b) SN complemento directo:

— N → [+ Pro]

(7) Que quer a Maria fazer?

INT. IND. (8) Perguntaste-me que quer a Maria fazer.

— N → [— Pro]

(9) Que rapariga viu o João?

INT. IND. (10) Pergunto-te que rapariga viu o João.

5.4.2.1.3 Interrogativas com S PREP interrogado:

(11) A quem deste o livro?

INT. IND. (12) Pergunto-te a quem deste o livro.

5.4.2.1.4 Interrogativas com *é que*:

(13) Quem é que fugiu da escola?

INT. IND. (14) Pergunto-me quem é que fugiu da escola.

5.4.2.1.5 Interrogativas com vários SNs interrogados:

(15) Quem deu o quê a quem?

INT. IND. (16) Perguntei-te quem deu o quê a quem.

5.4.2.2 Em Francês:

5.4.2.2.1 Interrogativas de sim/não:

(17) Veux-tu te taire?

(18) Tu veux te taire? (então)

INT. IND. (19) Je te demande si tu veux te taire.

5.4.2.2.2 Interrogativas com SNs interrogados:

a) SN sujeito:

— N → [+ Pro]

(20) Qui t'a dit cela?

INT. IND. (21) Je te demande qui t'a dit cela.

— N → [— Pro]

(22) Quelle fille est (elle) sortie?

INT. IND. (23) Je te demande quelle fille est sortie.

b) SN complemento directo:

— N → [+ Pro]

(24) Que sais-je?

INT. IND. (25) Je me demande que sais-je.

— N → [— Pro]

(26) Quelle fille Jean a-t-il vue?

INT. IND. (27) Tu m'as demandé quelle fille Jean a-t-il vue.

5.4.2.2.3 Interrogativas com S PREPs interrogados:

(28) De qui veut-il prendre congé?

INT. IND. (29) Il demande à Henri de qui veut-il prendre congé.

5.4.2.2.4 Interrogativas com *est-ce que*:

a) Interrogativas de sim/não

(30) Est-ce qu'elle t'aime?

INT. IND. (31) * Je te demande si est-ce qu'elle t'aime.

b) Interrogativas com SNs ou S PREPs interrogados:

(32) Qui est-ce qui frappe à la porte?

INT. IND. (33) Je t'ai demandé qui est-ce qui frappe à la porte.

(34) À qui est-ce que tu as prêté ton livre?

INT. IND. (35) Je me demande à qui est-ce que tu as prêté ton livre.

5.4.2.2.5 Interrogativas com vários SNs interrogados:

(36) Qui a dit quoi à qui?

INT. IND. (37) Je te demande qui a dit quoi à qui.

5.4.3 Conclusões:

As interrogativas indirectas francesas comportam-se como as portuguesas, isto é, não apresentam alterações apreciáveis em relação às interrogativas directas, excepto quando a interrogação incide sobre toda a frase.

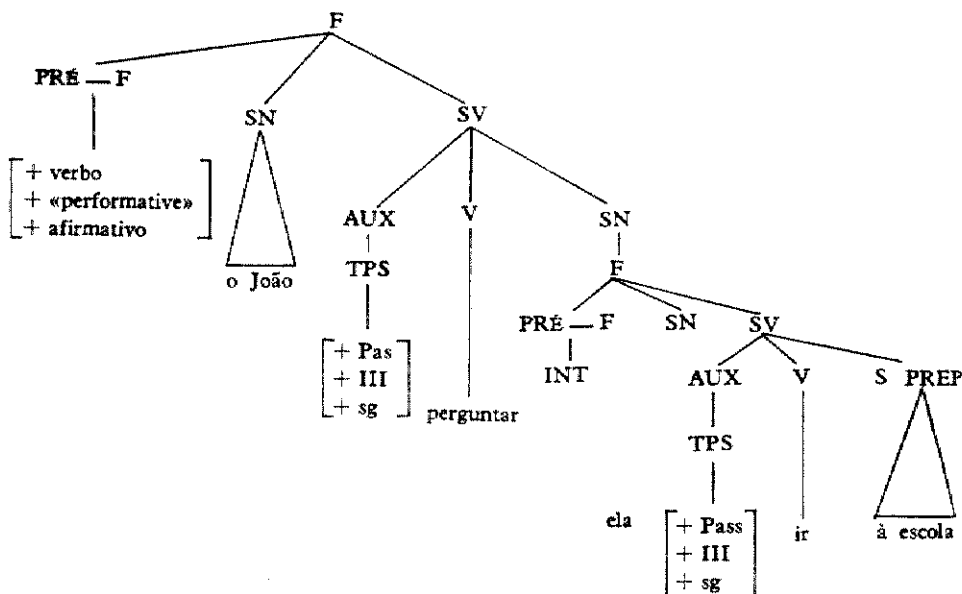
Com efeito, as interrogativas directas de sim/não realizam-se em português, normalmente, pela simples *entoação*. Em francês, a par da simples *entoação*, elas podem realizar-se ou pelo processo de *reduplicação*, *pronominalização* e *elipse* do SN sujeito idêntico, ou por meio de *est-ce que*.

No entanto, em francês, as interrogativas indirectas de sim/não não permitem nem *reduplicação* (e operações subsequentes), nem *est-ce que*.

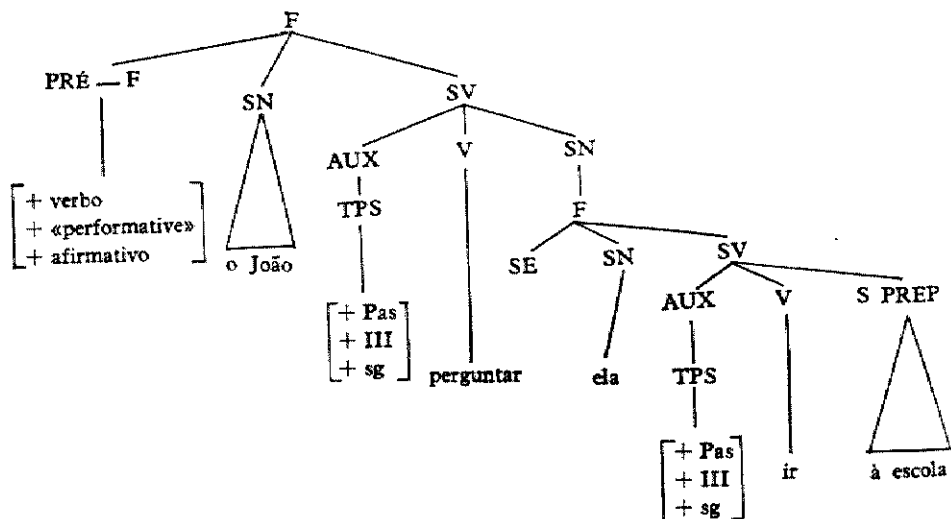
5.4.4 DERIVAÇÃO:

O João perguntou se ela ia à escola.

E.P.



— aplicação de T int. ind.



5.5 *Interrogativas de «Tag»*

5.5.1 Apresentação de algumas posições.

5.5.1.1 Robin Lakoff ⁽¹⁵⁾

5.5.1.1.1 As interrogativas de «tag» formulam pressuposições acerca da resposta do interlocutor. Por isso, embora partilhem certas propriedades das interrogativas directas, não se podem confundir com elas.

Subjacente a toda a «tag» existe um verbo performativo ⁽¹⁶⁾ abstracto, que eventualmente se pode realizar em E.S., com a forma de «suponho».

De um modo geral, quando nos encontramos perante uma frase complexa, só se pode formar uma «tag» na F menos encaixada. Só se pode também formar uma «tag» na frase menos encaixada quando o verbo da F matriz é performativo e, por isso, impossível de ser interrogado e/ou negado.

5.5.1.1.2 Modo de formação (para o inglês):

Se a F menos encaixada se encontra na negativa, a T tag opera derivando uma «tag» positiva.

Se a F menos encaixada se encontra na afirmativa, a T tag opera derivando uma «tag» negativa.

5.5.1.2 Paul Schachter ⁽¹⁷⁾

5.5.1.2.1 As interrogativas de «tag» são declarações afirmativas ou negativas com um elemento interrogativo apenso.

Analogamente às interrogativas de sim/não, as «tag» apresentam T atracção da AUX.

⁽¹⁵⁾ R. Lakoff, 1969, «A Syntactic Argument for Negative Transportation».

⁽¹⁶⁾ Cf. Nota (17) ao Cap. I.

⁽¹⁷⁾ «Statement» parece ser melhor traduzido por «asserção»; no entanto, neste trabalho adoptámos a tradução: «declaração» ou «F declarativa».

Mas as «tag» são diferentes das interrogativas de sim/não (alternativas), porque:

— Semanticamente são diferentes.

— Sintacticamente:

a) — Não têm a disjuntiva neutra característica das interrogativas alternativas.

b) — Podem ocorrer nas «tag» certos adverbiais que não podem ocorrer nas interrogativas de sim/não (ex. *certamente*) (Cf. p. 7).

5.5.1.2.2 Modo de formação (para o inglês):

A «tag» tem de, obrigatoriamente, apresentar um valor de negação, em relação à F declarativa principal.

Análises possíveis do modo de formação das «tag»:

A — A «tag» resulta de uma F declarativa («statement») ⁽¹⁸⁾ seguida de uma interrogativa alternativa reduzida.

Problema: Dificuldade de afirmar a identidade da «tag» com a F principal (à excepção de NEG ou não NEG) na regra de redução da «tag», dado que esta, tendo já sofrido T atracção do AUX ⁽¹⁹⁾, já não é formalmente idêntica à F principal.

B — A «tag» resulta duma regra de cópia, que copia o SN sujeito e as partes relevantes do AUX depois duma F, e faz a «tag» oposta à F principal, na negação.

Problemas: O constituinte interrogativo deve ser restringido a Fs não encaixadas, porque as «tag», segundo alguns falantes, parecem não tolerar encaixe.

Não se percebe muito bem, na opinião de Schachter, porque é que as «tag» têm de ter pronomes da 1.^a pessoa do singular como sujeito da F matriz. ⁽²⁰⁾

⁽¹⁸⁾ Em Inglês, «AUX-Fronting».

⁽¹⁹⁾ Esta dúvida de P. Schachter esclarece-se, se tivermos em conta uma explicação «performativa» deste fenómeno e de toda a linguagem em geral.

⁽²⁰⁾ Marina Burt, 1971, *From Deep to Surface Structures*.

5.5.1.3 Marina Burt ⁽²¹⁾

Apresenta para as interrogativas de «tag» a seguinte regra:

T tag:

$$\begin{array}{ccccccccccc}
 \text{D.E.} & \# & \left\{ \begin{array}{c} \text{INT} \\ \text{IMP} \end{array} \right\} & \# & \left\{ \begin{array}{c} \text{NEG} \\ \phi \end{array} \right\} & - & (\text{Enf}) & - & \text{SN} & - & \left\{ \begin{array}{l} \left\{ \begin{array}{l} \text{TPS} \\ \text{M} \end{array} \right\} - \text{V} - \text{Y} \\ \left\{ \begin{array}{l} \text{ter} \\ \text{ser} \end{array} \right\} - \text{X} \end{array} \right\} \\
 \text{M.E.} & & 1 & & 2 & & 3 & & 4 & & \begin{array}{ccc} 5 & 6 & 5 \\ \left\{ \begin{array}{c} \phi \\ \text{neg} \end{array} \right\} & 4 & \\ & & [+ \text{Pron}] \end{array} & \Rightarrow
 \end{array}$$

Desta regra depreende-se que Marina Burt considera que:

1 — Existe, em E.P. duma F à qual está ligada uma «tag», um verbo performativo abstracto, em pré-F, com o traço [+ interrogativo].

2 — A T «tag» é uma transformação de cópia, que copia os traços relevantes do verbo e/ou do AUX para a «tag» propriamente dita.

3 — A «tag» tem um valor opositivo em relação à F principal.

5.5.2 Algumas objecções:

Tanto Robin Lakoff como Paul Schachter não chegam a formular uma regra da formação das interrogativas de «tag». Concordamos, contudo, com as afirmações feitas por Robin Lakoff relativamente a este problema.

Quanto à primeira hipótese de P. Schachter relativamente ao modo de formação das «tag», julgamos que ela não explica realmente o facto da «tag» ser idêntica à F principal, à excepção de, em valor opositivo, se encontrar na negativa ou na afirmativa. Em português e em francês, todavia, os problemas da identidade (ou não identidade) e do valor opositivo (ou não) da «tag» são muito mais complexos.

Quanto à regra apresentada por Marina Burt, achamos que:

1 — Dada a descrição estrutural apresentada, haveria todas as condições para que se formasse uma interrogativa directa e não uma «tag».

⁽²¹⁾ Pode-se pôr um problema importante quanto a esta realização em superfície: nestas condições, o verbo continuará a ser performativo? o verbo performativo não será um verbo como *dizer* nunca realizado em superfície que «introduz» todo o acto de elocução? Nesse caso, a estrutura subjacente das Fs apresentadas em 2 (p. 53) seria do tipo:

[Eu digo que] Pedro supõe que saíste...

[Eu digo que] eu suponho que vou sair...

2 — Esta regra não dá conta de certos fenómenos, como seja a entoação. Nas «tag», a entoação interrogativa afecta apenas a «tag» propriamente dita e não a F declarativa.

5.5.3 Posição assumida:

1 — Subjacente a toda a «tag» existe um verbo performativo, em Pré-F, com os traços:

+ verbo
+ performativo
+ abstracto
+ estado mental
+ 1. ^a pessoa
+ sg

Este verbo performativo dá conta da intuição do falante de que a «tag» envolve uma pressuposição relativamente à resposta do interlocutor.

Este verbo performativo pode utilizar-se opcionalmente em E.S. ⁽²²⁾

2 — Quando em E.S. existe um verbo de significado *suponho* (e que não está na 1.^a pessoa do sing.) que é interrogado por uma «tag», é porque ele não funciona, nessa F específica, como um verbo «performativo».

O Pedro supõe que saíste, não supõe?

* Eu suponho que vou sair, não suponho?

3 — T tag é uma transformação que opera em dois momentos:

1.^o — Faz surgir, devido à dúvida que envolve um verbo do tipo de *supor*, um morfema interrogativo, INT, posterior à F declarativa.

2.^o — Copia os traços relevantes do AUX e/ou do verbo para posição subsequente a INT. ⁽²³⁾

4 — Numa F complexa, sem verbo performativo realizado em E.S., T tag opera sempre em relação à F menos encaixada.

⁽²²⁾ Dado que a forma verbal, em português, já contém a indicação de TPS, torna-se agramatical toda a «tag» que copie o SN sujeito da F declarativa.

⁽²³⁾ *Pas vrai* parece ser a redução de *n'est-il pas vrai*?

5.5.4 O problema das «tag» em Português e em Francês:

5.5.4.1 Em Português:

5.5.4.1.1 Introdução:

Em Português, contrariamente ao que acontece em inglês, a «tag» nem sempre se forma por uma transformação que copia os traços relevantes do V ou do AUX, bem como o SN sujeito da F declarativa, pondo a «tag», por valor opositivo, na negativa ou na afirmativa.

5.5.4.1.2 A «tag» em Português — valor opositivo ou não

Dadas as frases:

a) F declarativa-afirmativa ————— «tag» negativa

(1)

João vai ao cinema, não vai?

(2)

João vai ao cinema, não é verdade?

(3)

João vai ao cinema, não é?

(4)

João vai ao cinema, não?

por oposição a:

(5)

* João vai ao cinema, vai?

(6)

* João vai ao cinema, é verdade?

(7)

* João vai ao cinema, é?

(8)

* João vai ao cinema, sim?

b) F declarativa-negativa ————— «tag» afirmativa

(9)

* João não vai ao cinema, vai?

(10)

* João não vai ao cinema, é verdade?

(11)

* João não vai ao cinema, é?

(12)

* João não vai ao cinema, sim?

(13)

* João não vai ao cinema, pois sim?

por oposição a:

(14)

João não vai ao cinema, pois não?

(15)

João não vai ao cinema, não é verdade?

(16)

João não vai ao cinema, não?

Concluimos que:

1 — Embora aparentemente se mantenha o valor opositivo da «tag» em relação à F declarativa, quando esta se encontra na afirmativa, tal não é válido para as frases em que a F declarativa está na negativa.

O valor opositivo talvez não seja um traço relevante para definir a «tag» em português.

2 — Só quando a F declarativa está na afirmativa, se pode formar, em Português, uma «tag» análoga à do Inglês. Contudo, muitas vezes, mesmo neste caso, aparece-nos em Português uma «tag» feita com a negação e o verbo de cópula, ou só com a negação.

5.5.4.1.3 Regra de «tag» para o português:

a) «Tag» análoga à do Inglês:

T tag 1

D.E. # Pré-F # — X — SN — $\begin{Bmatrix} \text{NEG} \\ \phi \end{Bmatrix}$ — AUX — V — Y

$\begin{bmatrix} + V \\ + \text{performativo} \\ + \text{abstracto} \\ + \text{estado mental} \\ + 1.^{\text{a}} \text{ pes.} \\ + \text{sing.} \end{bmatrix}$

1 2 3 4 5 6 7
M.E. (1) 2 3 4 5 6 7 $\Rightarrow$

INT — $\begin{Bmatrix} \text{pois NEG} \\ \text{NEG} \end{Bmatrix}$ — $\begin{Bmatrix} \phi \\ \begin{Bmatrix} 5 & 6 \\ 5 & 5 \end{Bmatrix} \end{Bmatrix}$

$\begin{bmatrix} + V \\ + \text{inter.} \end{bmatrix}$

Condição: $5 = \begin{Bmatrix} \text{TPS} \\ \text{AUX} > \text{TPS} \end{Bmatrix}$

b) «Tag» com verbo de cópula

T tag 2

D.E. # Pré-F # — X — SN — $\begin{Bmatrix} \text{NEG} \\ \phi \end{Bmatrix}$ — AUX — V — Y

$\begin{bmatrix} + V \\ + \text{performativo} \\ + \text{abstracto} \\ + \text{estado mental} \\ + 1.^{\text{a}} \text{ pes.} \\ + \text{sing.} \end{bmatrix}$

1 2 3 4 5 6 7
M.E. (1) 2 3 4 5 6 7 $\Rightarrow$

INT — NEG — $\begin{bmatrix} \text{cópula} \\ + \text{Prst.} \\ + 3.^{\text{a}} \text{ pes.} \\ + \text{sg.} \end{bmatrix}$ (verdade)

$\begin{bmatrix} + V \\ + \text{inter} \end{bmatrix}$

5.5.4.2 Em Francês:

5.5.4.2.1 Introdução:

Quase não existem interrogativas de «tag» em Francês.

Em Francês, mesmo que a F declarativa esteja na afirmativa, nunca se forma uma «tag» com o verbo e/ou com o auxiliar da declarativa, mas sempre com o verbo de cópula.

É também pouco pertinente o valor opositivo da «tag» em relação à F declarativa.

5.5.4.2.2 Exemplos de «tag»:

Faz-se sempre na negativa e com o verbo de cópula.

Uma única forma parece ser verdadeiramente sentida como «tag»:
n'est-il pas vrai?

a) F declarativa-afirmativa ————— «tag» negativa

(17)

Ce mariage est une catastrophe, n'est-il pas vrai?

(18)

Ce mariage est une catastrophe, n'est-ce pas?

(19)

Ce mariage est une catastrophe, pas vrai? (familiar)

b) F declarativa-negativa ————— «tag» negativa

(20)

Marie n'aime pas la viande, n'est-il pas vrai?

(21)

Marie n'aime pas la viande, n'est-ce pas?

(22)

Marie n'aime pas la viande, pas vrai? (familiar)

5.5.4.2.3 Regra de «tag» para o francês:

T tag

$$\text{D.E. } \# \text{ Pré-F } \# \quad \text{---X---SN---} \left\{ \begin{array}{c} \text{NEG} \\ \phi \end{array} \right\} \text{---TPS---V---Y}$$

+ V
+ performativo
+ abstracto
+ estado mental
+ 1.ª pes.
+ sing.

	1		2	3	4		5	6	7	
										=>
M.E.	(1)		2	3	4		5	6	7	
			INT --- NEG ---				$\left[\begin{array}{c} \text{cópula} \\ + \text{Prst.} \\ + 3.ª \text{ pes.} \\ + \text{sg.} \end{array} \right] - \left\{ \begin{array}{c} \text{il} \\ \text{ce} \end{array} \right\} - \left\{ \begin{array}{c} \text{vrai} \\ \phi \end{array} \right\} \quad (23)$			
			$\left[\begin{array}{c} + \text{verbo} \\ + \text{inter.} \end{array} \right]$							

5.5.5 Conclusões:

As interrogativas de «tag», em Francês, apresentam semelhanças mas algumas diferenças em relação às do Português.

1 — Semelhanças:

- Fazem-se na negativa: não têm valor opositivo em relação à F declarativa.
- Constroem-se (normalmente, para o português, sempre, para o francês) com o verbo de cópula.

2 — Diferenças:

- Em português, se a F declarativa está na afirmativa, a «tag» pode construir-se com o verbo e/ou o Auxiliar da declarativa (na Negativa); ou com o verbo de cópula (na Negativa).
- Em Francês, só se pode formar interrogativas de «tag» com o verbo de cópula.
- Em Português, as interrogativas de «tag» são muito usadas.
- Em Francês, são pouco usadas.

VI — ORDENAÇÃO DAS TRANSFORMAÇÕES PARA AS INTERROGATIVAS EM PORTUGUÊS E EM FRANCÊS

6.1 *Em Português:*

- 
- T QU- (obrigatória dada a D.E. do SN ou do S PREP int.)
 - T mov. do SN ou do S PREP int. (opcional)
 - T é que (opcional, mas obrigatória se T mov. do SN ou do S PREP se aplica em Fs negativas)
 - T inv. suj.-verbo (opcional depois de T é que; obrigatória depois de T mov. do SN (c. d.) ou do S PREP para início de F)
 - T entoação (obrigatória se não se aplicar outra T)

6.2 *Em Francês:*

- 
- T QU- (obrigatória dada a D.E. do SN ou do S PREP int.)
 - T mov. do SN ou do S PREP int. (opcional)
 - T est-ce que (opcional, mas obrigatória se T mov. do SN int. se aplica em Fs negativas)
 - T reduplicação (obrigatória depois de T mov. do SN ou do S PREP int., opcional em Fs de sim/não)
 - T elipse (obrigatória se o 1.º SN → [+ Pron])
 - T entoação (obrigatória se não se aplicar outra T)

VII — BIBLIOGRAFIA

- BACH, Emmon, 1971, «Questions», in *Linguistic Inquiry*, volume II, number 2. Spring 1971, pp. 153-166.
- BAKER, C. L., 1970, «Notes on the description of English Questions: the Role of an Abstract Question Morpheme», in *Foundations of Language*, Volume 6. N° 2. May 1970, pp. 197-219.
- BURT, Marina K., (1971), *From Deep to Surface Structures: An Introduction to Transformational Syntax*, Harper & Row.
- CHOMSKY, Noam, 1957, *Syntactic Structures*, Mouton, The Hague.
- CHOMSKY, Noam, 1958, «A Transformational Approach to Syntax», in *The Structure of Language*, ed. by J. A. Fodor and J. J. Katz, Prentice Hall, 1964.
- CHOMSKY, Noam, 1965, *Aspects de la Théorie Syntactique*, Paris, Ed. du Seuil, 1971.
- JACOBS, R. A. e ROSENBAUM, P. S., 1968, *English Transformational Grammar*, London, Ginn.
- KATZ, J. J. e POSTAL, P., 1964, *An Integrated Theory of Linguistic Description*, Cambridge, M. I. T. Press.
- KLIMA, E. S., 1959, «Negation in English», in *The Structure of Language*, 1964, pp. 246-323.
- KIPARSKY, P. e C. KIPARSKY, 1970, «Fact», in *Progress in Linguistics*, ed. by M. Bierwisch and K. Heidolph, The Hague, Mouton.
- LAKOFF, R., 1969, «A Syntactic Argument for Negative Transportation», in *Papers from the 5th Regional Meeting Chicago Linguistic Society*, Chicago, pp. 140-147.
- LAKOFF, G. e PETERS, Stanley, 1966, «Phrasal Conjunction and Symetric Predicates» in *Modern Studies in English, Readings in Transformational Grammar*, ed. by Reibel, D. A. and Schane, S. A., Prentice-Hall, 1969.
- LANGACKER, R. 1965, «French Interrogative: A Transformational Description», in *Language*, Volume 41, N° 4, pp. 587-600.
- LEES, R., 1960, *The Grammar of English Nominalizations*. Supplement to *International Journal of American Linguistics*, 26. 3. July 1960, Part. II.

- PARTEE, Barbara Hall, 1971, «On the requirement that transformations preserve meaning» in *Studies in Linguistic Semantics*, ed. by Fillmore, C. J. and Langendoen, Terence, Holt, Rinehart and Winston, Inc. 1971, pp. 1-21.
- POSTAL, P. M., 1971, *Cross-Over Phenomena*, Holt, Rinehart and Winston, Inc.
- RAPOSO, E. P., 1971, «Algumas notas sobre um tipo de interrogativas em Português», GELT, Lisboa (trabalho não publicado).
- ROSS, J. R., 1967, *Constraints on Variables in Syntax*, reproduced by the Indiana University Linguistics Club.
- ROSS, J. R., 1970, «On declarative sentences», in *Readings in English Transformational Grammar*, ed. by Jacobs and Rosenbaum, Waltham, Mass., Ginn.
- RUWET, N., 1967, *Introduction à la Grammaire Générative*, Paris, Plon.
- SCHACHTER, P., 1968, «Interrogative», in STOCKWELL, R. et al., *Integration of Transformational Theories in English Syntax*, University of California, National Technical Information Service, U. S. Department of Commerce.

**SOBRE O CÓDICE ALCOBACENSE 290 (ant.º 316)
DA BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA (AUTÓGRAFO
DE DUARTE GALVÃO?)**

LUÍS F. LINDLEY CINTRA
(LISBOA)

Antecedentes. Referências ao Códice Alcob. 290

O Cód. Alcob. 290, conservado na Biblioteca Nacional de Lisboa, escrito em várias letras do séc. XVI e que contém, além da *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão, *Sumários das Crónicas dos reis de Portugal*, de Sancho I a D. João II, e vários outros textos soltos, atraiu há muito a atenção dos investigadores. Para justificar esse facto bastavam as duas notas que se lêem nas folhas iniciais; uma, assinada por Frei Bernardo de Brito, na folha A dos preliminares: «Este é o proprio original da Chronica del Rey dom A.º Henrriques escriptto da propria mão de Duarte Galvão chronista que foy deste Reino a quem el Rey Dom Manoel a mandou compor. Frey Bernardo de Britto»; outra, na folha 1, entre o título e o início do texto: «He de Frey Bernardo de Brito. É o próprio original e rascunho de Duarte Galvão feito de sua mesma letra».

As referidas notas, inseridas no códice pelo autor da *Crónica de Cister* e da Primeira parte da *Monarquia Lusitana*, têm sido aceites por alguns dos que manejaram o códice como indicação segura de que se trata do manuscrito autógrafo de Duarte Galvão — sem por vezes se deterem em todas as implicações que a aceitação deste facto traz consigo para a história da historiografia portuguesa. Outros, ou têm evitado de exprimir uma opinião, ou têm negado totalmente a verdade das afirmações do historiador alcobacense.

Assim, em 1932, ao descrever minuciosamente o códice no *Inventário dos Códices Alcobacenses*, III, pp. 259 e segs., Ataíde e Melo — que julgou poder atribuir a *Crónica de D. Afonso Henriques* a Duarte Galvão, os *Sumários das Crónicas* de Sancho I a Afonso IV a um «outro desco-

nhcido» e as Crônicas «desde D. Pedro I a D. João II» a Cristóvão Rodrigues Acenheiro — admitiu que as «emendas e adições, de letra diferente (da do texto-base)» eram «talvez do próprio Duarte Galvão». E acrescentou: «é provável que este ms. seja um primeiro esboço da crônica, que o A. depois corrigiu e completou». Observa o autor do *Inventário* que, quanto à letra, os *Sumários* estão escritos numa letra «igual à da *Crônica de D. Afonso Henriques*» e que «o mesmo se dá na maior parte das fols. das crônicas a seguir que, com algumas alterações, foram publicadas sob o nome de Cristóvão Rodrigues Acenheiro».

Parece a Ataíde e Melo que as letras cursivas em que está escrito o manuscrito são dos «princípios do séc. XVI» e que são, pelo menos, de duas mãos, a uma das quais se deverá, segundo se conclui, o texto-base, da *Crônica de Afonso Henriques* até ao fim, e a outra, as emendas e adições. Seria esta última a de Duarte Galvão.

Também em 1932, A. Botelho da Costa Veiga, num estudo sobre *Duarte Galvão e sua Crônica de Afonso Henriques*, publicado em Lisboa (Imprensa Nacional), revela ter consultado o códice de que me ocupo. Aponta divergências entre o texto que ele apresenta e o dos manuscritos que podemos chamar definitivos, como, por exemplo, o Códice editado pelo Conde de Castro Guimarães e conservado na biblioteca da sua casa-museu de Cascais, e mostra-se inclinado a admitir que o manuscrito é «o rascunho de Galvão, como diz uma nota do punho de Fr. Bernardo de Brito, a fl. 1». (pp. 11-12).

O códice foi cuidadosamente reexaminado por A. R. Nykl, durante a preparação da sua edição parcial da *Crônica de D. Afonso Henriques*, publicada em 1942. Para Nykl, a letra deste «unique and most interesting manuscript» é a mesma até ao fol. 150 v. isto é, até ao fim do *Sumário da Crônica de D. João II*. De aí por diante seria reconhecível outra mão (a que se deveria deste modo a inserção das várias peças soltas com que o códice acaba).

Considera A. R. Nykl que «there is strong probability that both the rough draft of our text and the summaries of the other chronicles represent the work of Duarte Galvão, whose intention might have been to write the whole series of chronicles up to and including the reign of D. Manuel I. Of this rather ambitious plan he was able to complete only the chronicle of D. Afonso Henriques, after considerable labor which reminds somewhat of that of Balzac. After his death the task of writing the chronicles of D. Sancho I and his successors up to D. Diniz fell to Ruy de Pina and the remaining part was done by Acenheiro» (pp. XVIII-XIX).

Mais adiante, ainda a respeito das letras reconhecíveis no manuscrito, supõe que a letra das notas anteriores ao fol. 140 r («neat hand») era a do amanuense do autor e afirma que as correcções, remissões e indicações sobre o lugar onde um capítulo deve ser inserido parecem ser da mão do próprio Duarte Galvão. Da mão do cronista de Afonso Henriques seriam também os relatos de acontecimentos contemporâneos incluídos nos fols. 116 r — 140 r.

Parece poder concluir-se, apesar de certa imprecisão nas afirmações que transcrevi ou resumi, que A. R. Nykl admitia que a autoria de todo o texto conservado pelo Cód. Alcob. 290 fosse de Duarte Galvão, embora só fossem atribuíveis à sua mão no referido manuscrito as frequentes correcções, referências internas e adições e os textos incluídos na parte final (de fols. 116 r a 140 r). O resto da cópia dever-se-ia a um copista a seu serviço.

Em 1944, no vol. II da *Bibliografia Geral Portuguesa, Séc. xv*, editada pela Academia das Ciências de Lisboa, o Director da Comissão redactora da *Bibliografia*, Queiroz Veloso, ao descrever cuidadosamente os vários manuscritos e impressos de Duarte Galvão e ao apresentar (nas pp. 541-544) o Cód. Alcob. 290, de que editou a fotografia de dois fólhos (1 e 21 v), referiu-se à afirmação de Fr. Bernardo de Brito (que, aliás, se pode ler no fol. 1) e aludiu aos sumários das crónicas de Afonso II — «compendiadas por Acenheiro» — e aos outros textos que o códice contém. Quanto às várias letras do manuscrito, escreveu que elas eram: «pelo menos, de três mãos, havendo emendas, interpolações e aditamentos de outra, contemporânea, mas só na *Crónica* de Galvão. Quem os fez deu em geral aos títulos dos capítulos uma redacção conforme à da edição de 1726 e numerou-os. Este trabalho de reformação distingue-se perfeitamente, não só pela caligrafia, como pela tinta usada, muito mais escura». (p. 544).

Como vemos, Queiroz Veloso, com extrema prudência, evitou pronunciar-se sobre o carácter de autógrafo de todo ou de parte do códice. (Anotaremos, de passagem, que não é exacta a sua afirmação segundo a qual só haveria emendas, interpolações e aditamentos na parte do códice referente a D. Afonso Henriques. Embora em menor número, também se encontram correcções, remissões e aditamentos na parte seguinte do códice).

Foi, salvo erro, em 1948 que se publicou a edição, sem data, da *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão, segundo o manuscrito da Torre do Tombo, com notas e glossário de José de Bragança (Portugália). Nesta edição, em que falta a Introdução, prevista pelo

editor e para a qual muitas vezes se remete nas notas, encontram-se, precisamente nessas notas, numerosas referências ao «Ms. original» (p. 39 n. 2, p. 49, n. 1, p. 67, n. 1), ao «texto original» ou até, mais explicitamente, ao «Ms. da mão do Autor» (p. 4, n. 1), que não podem deixar de ser alusões ao Códice Alcobacense que nos ocupa. É a ele que José de Bragança sem dúvida se refere ao afirmar na p. 7, nota: «Duarte Galvão, de quem até agora apenas se conhecia a *Crónica de D. Afonso Henriques*, deixou uma vasta compilação preparatória das demais Crónicas dos Reis (vid. *Introdução*); dela tiveram conhecimento Rui de Pina e os historiadores da *Monarquia Lusitana*. O obscuro passo em que o A. diz como encontrou «os notáveis feitos dos... Reis..., escritos e postos não só em menos pulida, mas ainda em desordenada e acerca não achada memória», explica-se à vista dos seus apontamentos, os quais servem de contra-prova «a parte da nossa teoria dos Cronistas». Na formulação desta teoria estava empenhado José de Bragança desde, pelo menos, 1935, quando, no *Diário de Notícias* de Lisboa, publicou, entre 14 de Janeiro e 8 de Abril de 1935, vários artigos subordinados ao título geral *Aquém e além Fernão Lopes*. Em 1939, na *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. II, p. 23, n. 3, anunciava uma *Introdução ao estudo das Crónicas* «a sair brevemente», mas que não se chegou a publicar. Remonta provavelmente já a 1935 — embora os trabalhos dados à imprensa não o permitam provar — a análise a que procedeu do Cód. Alcob. 290 e a opinião que sobre ele formou e que, como se vê pelas notas da edição à *Crónica de D. Afonso Henriques*, era inteiramente favorável à atribuição a Duarte Galvão da totalidade da redacção e, ao que parece, também da «escrita» do manuscrito em questão.

Artur de Magalhães Basto, a cujas sérias investigações no sector das Crónicas medievais a história da historiografia portuguesa ficou a dever a importantíssima identificação do primeiro manuscrito conhecido da *Crónica de Portugal de 1419* (*Crónica de Cinco Reis*, depois de *Sete Reis*, como inicialmente se lhe chamou), ao publicar esse manuscrito no Porto (Livraria Civilização) em 1945, editou entre os muito úteis apêndices, os *Sumários dos Reinados* de Sancho I a D. Pedro I, encabeçando essa publicação (apêndice V) com o seguinte título e breve comentário: «Do Cód. Alcob. 290 (Ant. 316) da B. N. Lisboa, intitulado: «*Chronica del Rey D. Afonso Henriques* e que, tendo um ex-libris manuscrito de Frei Bernardo de Brito com a notícia de ser o próprio original de Duarte Galvão, contém igualmente e pela mesma letra da Crónica de Afonso I, os Sumários das Crónicas de D. Sancho I e dos Reis seguintes até D. João II (advertindo, em nota, que se tratava de

uma «leitura feita sobre fotocópias pouco claras e aparadas numa das margens») (pp. 349-354). Em 1951, no livro *A tese de Damião de Góis em favor de Fernão Lopes. A posição da «Crónica de Cinco Reis» em face dessa tese*, no apêndice III: «A Caronica dos notaveis feytos dos Reys de Purtugall», voltou Magalhães Basto a referir-se — e então com algum pormenor — ao Cód. Alcob. 290. Depois de recordar qual o seu conteúdo, de insistir na observação, já feita na epígrafe atrás citada, de que os «sumários [estão] escritos na mesma letra [que a *Crónica de Afonso Henriques*]», e lembrar o *ex-libris* manuscrito de Frei Bernardo de Brito, acrescentou: «Verdadeiro ou não o dito de Frei Bernardo, reveste-se de extraordinária importância este códice, entre outras razões, pela circunstância de a *Crónica de Afonso Henriques* estar ali muito emendada, interpolada e aditada por outra mão contemporânea; é esse mais um dos Mss. que precisam de ser estudados a fundo antes de se fixar uma opinião definitiva sobre os assuntos que neste trabalho visamos. Não pudemos ainda estudá-lo com o vagar desejado, embora o tenhamos examinado várias vezes e possuamos fotocópias de numerosas das suas páginas» (v. agora, *Estudos*, Coimbra 1960, pp. 492-493).

A. de Magalhães Basto — que vamos deste modo abster-se prudentemente de formular um juízo sobre a matéria que nos ocupa — prestou ainda aos investigadores o serviço de, na edição de 1945 da *Crónica de Cinco Reis*, dar a conhecer, publicando-o entre os apêndices (apêndice VI) um trecho do Cód. $\frac{\text{CIII}}{2-12}$, da Biblioteca e Arquivo Distrital

de Évora que contém um «Resumo das chronicas dos Reis de Portugal desde Sancho I até D. Afonso V». Um simples confronto mostra que se trata de uma refundição (pouco afastada do original) dos *Sumários* do Códice Alcobacense atribuído a Duarte Galvão (v. *Crónica de Cinco Reis*, pp. 355-360). A esse texto e às suas «afinidades com os *Sumários* do Códice Alcobacense» se referiu em nota a *A Tese de Damião de Góis* (em *Estudos*, p. 493, n. 1).

Em 1951, tive de aludir eu próprio, de passagem, ao Cód. Alcob. 290, que então mal conhecia, e aos *Sumários das Crónicas* que contém, numa nota da edição crítica do texto português da *Crónica Geral de Espanha de 1344* (vol. I [Introdução], p. CDV, n. 237). Como Magalhães Basto, fi-lo com a maior prudência, afirmando que «a hipótese de que o autor do sumário seja D. Galvão, posta nestas duas obras [tinha citado o *Inventário dos Códices Alcobacenses* e a edição de Nykl da *Crónica de D. Afonso Henriques*] necessita de uma cuidadosa revisão».

Finalmente veio a referir-se ao Códice Alcobacense que nos ocupa — e suponho que se trata da mais recente e última alusão ao problema que este manuscrito põe — Diego Catalán Menéndez-Pidal no seu livro, datado de 1962, *De Afonso X al conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla y Portugal*. Sem explicar as razões por que faz uma afirmação tão drástica, de sentido contrário às da maioria dos investigadores anteriores, Diego Catalán (que citara igualmente o *Inventário* e a edição de A. R. Nykl) declara: «En modo alguno se puede considerar que este interesante manuscrito sea un borrador de Duarte Galvão previo a la redacción definitiva de su *Crónica de Alfonso Henriquez*» (p. 218).

A preparação de um estudo sobre Duarte Galvão e a sua *Crónica de D. Afonso Henriques*, que servirá de introdução a uma edição desta *Crónica* há muito preparada por Tomás da Fonseca, com base no manuscrito iluminado que se conserva na Biblioteca da Universidade de Coimbra (edição da extinta Imprensa daquela Universidade que a Imprensa Nacional de Lisboa-Casa da Moeda se propôs mandar completar e publicar), pôs-me de novo em contacto — e mais demoradamente do que antes de 1951 — com o códice que Bernardo de Brito classificou como autógrafo de D. Galvão. Uma análise do manuscrito, tão aprofundada quanto me foi possível de momento fazer, levou-me a algumas conclusões que me parecem de importância suficiente para as dar desde já a conhecer, embora provavelmente só uma edição do códice — que conviria empreender quanto antes — possa vir a revelar tudo quanto este manuscrito quinhentista realmente significa dentro da história da historiografia portuguesa.

Depois das observações a que procedi creio efectivamente poder afirmar (e as páginas seguintes destinam-se a fundamentar estas afirmações):

1.º — Que o Cód. Alcob. 290 (ant.º 316) é, como escreveu Bernardo de Brito, «o próprio original da *Chronica del Rey dom Afonso Henriques*», embora não se possam fundamentar as suas alegações de que é «o rascunho de Duarte Galvão», «escrito da própria mão de Duarte Galvão», «feito da sua mesma letra».

2.º — Que Duarte Galvão, como já o disseram seu sobrinho-neto e biógrafo Lourenço Mexia Galvão e, com base em referências de Faria e Sousa e de Gaspar Estação, Barbosa Machado, e o voltou a afirmar, em época relativamente recente, José de Bragança (sem aliás ter chegado

a justificar as suas afirmações), não é apenas o autor da *Crónica de D. Afonso Henriques* que lhe é geralmente atribuída, mas também o de *Sumários das Crónicas dos Reis de Portugal* que atingiam o reinado de D. João II.

Estes Sumários são os que se encontram no Cód. Alcob. 290. Foram aproveitados e em grande parte transcritos por Cristóvão Rodrigues Acenheiro em Évora, 1543. (O códice: $\frac{\text{III}}{2-12}$, conservado na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital daquela cidade, consiste numa refundição dos mencionados Sumários).

O Códice Alcobacense 290, autógrafo de Duarte Galvão?

É evidente que uma prova irrefutável de que se devia atribuir a Duarte Galvão a autoria do manuscrito que nos ocupa seria o reconhecimento da presença da própria «mão» do cronista, da sua própria letra, no códice, através da verificação da identidade entre a letra (ou alguma das letras) do códice e a letra de documentos seguramente devidos ao cronista-secretário de D. João II.

Ora conserva-se pelo menos uma carta autógrafa (de 2 pp.) escrita e assinada por Duarte Galvão, datável de 1514, segundo o seu descobridor e primeiro editor, Sousa Viterbo (*Duarte Galvão e a sua família*, segunda série, Coimbra 1913. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartas missivas, maço 3.º, n.º 154): é dirigida ao secretário do rei D. Manuel, António Carneiro, e foi escrita pouco antes da partida do cronista para a Índia, quando designado embaixador junto do Preste João. Isto aconteceu uns dez anos depois da data em que, segundo o próprio texto (cap. I), Galvão redigiu, a pedido de D. Manuel, a versão definitiva da *Crónica de Afonso Henriques*.

Além deste texto relativamente longo, conservam-se vários documentos assinados pelo punho de Duarte Galvão em várias épocas da sua vida e, pelo menos uma carta, assinada por D. João II, provavelmente escrita pelo que era então seu secretário. Esta carta data de 1494 (Florença, *Archivio di Stato, Mediceo avanti il Principato*, filza 47, n.º 3, ed. por E. Nunes, *Album de Paleografia Portuguesa*, vol. I, Lisboa 1969, pp. 64-65, doc. 65).

Que eu saiba, até hoje, nenhum dos investigadores que se ocuparam do Cód. Alcob. 290 fez o simples confronto entre letras a que acabo de aludir. Pareceu-me indispensável fazê-lo: comparei a letra da carta

autógrafa conservada com a de dois dos fólhos que contêm a versão inicial, corrigida e acrescentada no que diz respeito a Afonso Henriques, dos *Sumários das Crónicas*, que atinge o reinado de D. João II: fols. 22 r e 111 v; comparei-a também com a letra em que estão feitas as emendas, supressões e acrescentamentos a esses mesmos *Sumários* (fol. 33 r, adição longa no interior do reinado de Afonso Henriques, precedida da indicação: «este milagre se a de por adiãte ao fº 34»).

Este confronto ficou muito aquém de ser completo e definitivo. Seria necessário que a ele se dedicasse um paleógrafo competente. Das observações que fiz não pude concluir, com segurança, que se devessem à mão de Duarte Galvão nem o texto-base nem as numerosas correcções, interpolações e aditamentos do códice. Há, neste início do século XVI, letras tão semelhantes entre si que se torna, como é geralmente reconhecido, muito difícil distinguir umas de outras. Além disso, há que ter em conta as variações que se produzem no tempo dentro da letra de um mesmo individuo (a letra de Duarte Galvão na carta de 1494 acima mencionada diverge da letra do cronista na carta datável de 1514).

De qualquer maneira, posso afirmar que se distinguem nitidamente no Cód. Alcob. 290: 1) a letra, de inícios do séc. XVI, em que está escrito o texto-base — *Crónica de Afonso Henriques e Sumários de Crónicas* (do fol. 1 ao fol. 150 v) — texto de que fazem parte, convém desde já acentuá-lo, os capítulos que são expressamente atribuídos pelas epígrafes a Duarte Galvão («Aqui falla Duarte Gualvã...» cap. 22); 2) a letra da mesma época à qual se devem as numerosas correcções, interpolações e aditamentos, principalmente presentes na primeira parte do códice; 3) a letra em que estão escritas várias notas referentes à colocação das referidas correcções, interpolações ou aditamentos (por ex.: «este capitulo se pora adiante as fas. 47»; «Aqui ãtra hũ capitulo que fica atraz as 33 fas. dos filhos e filhas que ouve este Rey dom A.º primeiro». etc), letra, aliás, contemporânea das anteriores, ou pouco posterior.

Por outro lado, com base, não na análise da letra, mas na do conteúdo de algumas páginas escritas na letra 2), posso afirmar sem hesitação que, ao contrário do que supuseram Ataíde e Melo e A. R. Nykl, pelo menos essa letra não é do autor da *Crónica de D. Afonso Henriques*. Trata-se do conteúdo dos fólhos 48 r e seguintes (até 53 v), muito deteriorados pela tinta corrosiva empregada por 2) e em vias de rápida decomposição.

No fol. 47 v, depois de, no recto, ter ficado concluída a crónica do primeiro rei de Portugal, lê-se, escrita pela mesma letra 1), a epígrafe: «Caronica del Rey dom Sancho segundo Rey de Portugall, summaryo della» a que se segue, sempre na mesma letra, o anunciado *sumário* que

ocupa quase todo o resto da página. Entre a epígrafe e o texto, na letra acima aludida em 3), alguém escreveu: «aquj êtra o proleguo que esta diäte as fas, 48». A mesma mão riscou, na margem inferior, a epígrafe e a primeira linha do *sumário* seguinte: «Sumario da caronica del Rey dô a.º següdo deste nome e terceiro Rey de portuguall. Este nobre Rey dom a.º ffilho del Rey dô Sancho ja dito foy casado...»

O fol. 48 r — muito danificado — começa por uma nota ainda escrita na letra 3): «Este proleguo êtra primeiro...». Do texto que se segue e estava escrito na letra 2), no papel rasgado e na sua maior parte já dividido em pedaços, ainda me foi possível ler, em 1973: «... de pina caronista mor dos Reinos e seu ho ... e primeiramente a caronica del Rey dom Sancho ... de portuguall o segundo deregida o ... el Rey dô manuel primeiro». E, mais adiante: «... gnanimo virtuoso ... e xpanisimos Reis de ... gal ... ã muitas e muj pirigosas batalhas ... rsos jmiguos da fe e por ... ma ... armas muytas ci ... louvor de deus a prim ... e portugall de que dino e ... a se declara cheguado ele ... exercytar ... acostumados officios de capit...». No início do fol. 49 r, consegui também ler: «...s creio que duarte gualvão que disse cõpor a caronica... primeiro de que algũ tanto se achou mais esprito e ha ... ho seu filho vay cõtinuada e as outras ... derão posto que em seu prologo se oferecessẽ... feito de saber ... por deffale ... har a materia ...».

Não é difícil reconhecer, nestes fragmentos, trechos do capítulo inicial e do prólogo da *Crónica de D. Sancho I* de Rui de Pina. Assim, os fragmentos que se seguem ao título no fol. 48 r correspondem ao seguinte trecho da referida *Crónica* (ed. de Miguel Lopes Ferreyra, Lisboa 1727, p. 1): «Ho muy alto, e excellente, manhanimo, virtuoso, e muy catholico Principe El Rey D. Affonso primeiro, e bem aventurado original dos muy esclarecidos, e christianissimos Reys de Portugal, depois de vencer por seu braço em muitas, e muy periguosas batalhas infindos barbaros, e diversos imigos da Fée, e por seu maravilhoso esforço, lhes guanhar por força de armas muitas Cidades, Villas, e Castellos, e terras, e has ajuntar com louvor de Deos à primeyra e bem merecida coroa de seu Reyno de Portugal, de que dina e primeyramente se intitulou, como em sua Coronica se declara, cheguando elle ha tanta idade, que por graveza da carne jáa nom podia exercitar algum dos seus proprios, e muy acostumados officios de Capitão...».

Ao fragmento que li no fol. 49 r, corresponde o texto completo seguinte (prólogo de Rui de Pina): «e para algũas semilhanτες lembranças, creio que Duarte Gualvão, que se diz compoer ha Coronica del Rey D. Affonso Anriques ho primeyro, de que algum tanto se achou mais escrito, e ha

que esta del Rey D. Sancho seu filho, vay continuada, e has outras dos outros Reys, que ho socederam, posto que em seu Prologuo se offrecesse de has acabar, bem sey que nom por defeyto de saber, nem por falecimento de bom dezejo, mas por nom aver, e mais nom achar ha materia para esso necessaria...».

O que se encontra nos fols. seguintes, até ao fol. 52 r, continua a coincidir com capitulos da *Crónica* de Pina. No fol. 54 r recommçam — depois desta interpolação e de uma folha em branco — os *sumários* escritos na letra 1).

É evidente que, se o texto que os fólhos 48 r e seguintes contém é o texto de Rui de Pina, incluindo, até, um trecho em que este cronista se refere explicitamente a Duarte Galvão, a hipótese de a letra 2) ser do punho deste último autor se apresenta como totalmente inadmissível.

Mas, como explicar, neste caso, as características deste manuscrito, sobretudo se tivermos em conta que as correcções feitas na letra 2) ao texto-base, em toda a extensão da *Crónica de D. Afonso Henriques*, assim como as várias interpolações, são fielmente reproduzidas pelos códices mais perfeitos, mais luxuosos, que nos transmitiram a obra de Galvão (refiro-me evidentemente aos códices iluminados, por exemplo os de Lisboa, de Cascais e de Coimbra) e que, por isso mesmo, se encontram em todas as impressões modernas da *Crónica*, a partir da de 1727? E não há dúvida que são esses manuscritos aqueles em que parece ter-se querido transmitir para a posteridade um texto definitivo, «clássico», da *Crónica* do primeiro rei português.

Bastará dar dois exemplos para documentar a afirmação que acabo de fazer.

O primeiro será o de uma substituição de um texto por outro. O cap. XXIII da *Crónica* intitulava-se na versão primitiva:

«Como ho papa mandou hũm cardeall a el Rey dõ afonso anriquez».

No Cód. Alcob. 290, observa-se o acrescentamento das palavras:

«...sobre a prisão de sua maj. e sobre o bispo que ele fezera e do que entr'eles se pasou em coimbra. capitulo XXIII».

que figuram nos códices iluminados (v. na edição da INL, baseada no códice da Bibl. da Univ. de Coimbra, a p. 85, na de José de Bragança, baseada no do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a p. 109).

O início do capítulo era, no texto-base cujo início foi riscado no momento da refundição:

«Vyndo este cardeall pellas cortes dos outros reis crystãos todos ho sayam a receber e lhe fazião muy grandes honras. Mas como fose cheguado junto de coynbra honde el Rey estaua muytos fidalguos se foram ha el Rey dizendolhe: aquy vos vem hũu cardeall de Roma mādado pollo bispo que fizestes. Ainda me nam arependo dyse el Rey. E dizēdolhe como os el Reys xpãos por onde elle vynha lhe faziã muyta onra e prouado pera lhe beijar a mão».

Os retoques manuscritos transformaram este trecho no seguinte (sublinharei o que se mantém do trecho primitivo, com ou sem modificações):

«Quādo as novas chegarã ao santo padre de como el Rey dō afonso anriquez nã quisera obedecer a suas cartas e mādados pera soltar sua maj. e fizera asy aquele bispo da maneira que se dixe o santo e a corte teve que ele era ereje e proposerã d enviar hũu cardeall que o ēsinase e amostrase a fe e o coregesse de quaes quer eros que tivesse o quall veio *pellas cortes dos reis d'espanha que sayam a recebelo muy onradamente. Mas como fose o cardeall cheguado junto de coynbra honde el Rey estaua muytos fidalguos se foram ha el Rey dizemdolhe. Senhor aquy vos vem hũu cardeall de Roma mādado pollo papa por estar em desprazer e descōntentamento pollo bispo que fizestes. Ainda me nam arependo dyse el Rey.* E eles proseguindo mais avante pela nova do cardiall dixerã senhor todos os reis por cujas terras vem sigũdo se diz *lhe lhe [sic] fazē quãta onra podē e provã pera lhe beijar a mão*».

A nova versão coincide quase completamente (há apenas algumas ligeiras variantes, devidas à conservação de uma ou outra expressão no Códice Alcobacense) com a que se lê nos manuscritos que se podem considerar definitivos (v. ed. INL, pp. 85-86, ed. José de Bragança, pp. 109-110).

O segundo exemplo que alegarei será o de alguns capítulos inexistentes na versão inicial e que aparecem no Cód. Alcob. 290 acrescentados na letra 2. É o caso dos capítulos XXXV e XXXVII que ocupam o fol. 33 r. Estes capítulos vêm a ser, com efeito, os capítulos XXXV e XXXVII da versão transmitida pelos códices iluminados. O cap. XXXVI da versão definitiva encontra-se, no Cód. Alcob. 290, deslocado e inserido um pouco mais adiante. Ao alto do cap. XXXV lê-se a nota da letra 3) (semelhante às várias outras já aludidas, espalhadas pelo manuscrito): «este millagre se a de por adiãte ao f.º 34» (entre a epígrafe e o texto do capítulo).

Outro caso semelhante é o do cap. XLII, também acrescentado à versão inicial do Códice Alcobacense e inserido no verso do fol. 33, mas

com a indicação — por baixo do título — «este capitollo se porá adiãte as fos. 49», lugar correspondente àquele em que efectivamente aparece nos códices definitivos.

Perante os factos observados, a única hipótese que me ocorre — hipótese arriscada, mas que poderia explicar satisfatoriamente as estranhas características do Códice Alcobacense 290 — é a de que tenhamos nele, não o «próprio original e rascunho de Duarte Galvão» que nele julgou ver Fr. Bernardo Brito, mas, efectivamente, o manuscrito original (devido a Duarte Galvão ou a um copista às suas ordens) do trabalho que chegou a realizar para cumprir o mandado de D. Manuel a que alude no prólogo da *Crónica de D. Afonso Henriques*, manuscrito de que Rui de Pina teria tomado conhecimento e que teria tentado adoptar como ponto de partida para a redacção das Crónicas posteriores à de Afonso I. Teria considerado que a deste rei não precisava de ser refeita. Ainda assim, teria retocado aqui e além, e tentado completar, no que lhe diz respeito, o texto inicial de Duarte Galvão. As suas emendas e interpolações teriam passado a fazer parte do texto «canónico» da Crónica, divulgado pelos códices iluminados. Entretanto, iniciada a tentativa de refundição do reinado de Sancho I no próprio manuscrito, depressa teria sido posta de lado, dadas as dificuldades materiais que se levantavam, e continuado o trabalho noutro lugar. (Esta hipótese não implica que a letra designada atrás como 2) seja a do próprio Rui de Pina. Tanto podia tratar-se dele como de alguém a seu serviço).

O modo como Rui de Pina se refere a Duarte Galvão e ao trabalho por este realizado não contraria a hipótese que acabo de apresentar. É nestes termos (que em parte já atrás citei, visto que se lêem em páginas acrescentadas ao Cód. Alcobacense 290) que Rui de Pina alude ao seu contemporâneo no prólogo da *Crónica de D. Sancho I*: 1) «abastaria por muy claro corregimento desta escuza, e por receo do grande trabalho e cuydado do espírito, e das muitas deficuldades, que nesta obra se offrecem, saberem, que jáa por vosso mandado ha começou, e nom proseguio Duarte Gualvam, do vosso Concelho, que para ella, e para couzas outras de moor importancia, he homem por sua doutrina assáas desperto, e muy sufficiente...»; 2) «acho Rey poderoso, e muy excellente, que del Rey D. Afonso Anriques deste nome, e dos Reys de Portugal ho primeyro, atée El Rey D. Affonso deste nome ho quarto inclusive, que são sete Reys, nom parece de suas vidas, nem de seus feytos se acha nos vossos Reynos Estoria ordenada, e composta, como fora rezam, e se merecia, mas haa soamente por luguares muy ocultos algumas lembranças, cartas confuzas e muy duvidozas, cuja verdade quanto for possível, ainda

que seja com muito estudo de grande trabalho, hee necessario que se busque, e se apure. E para algũas semelhantes lembranças, creio que Duarte Gualvão, que se diz compoer ha Coronica del Rey D. Affonso Anriques ho primeyro de que algum tanto se achou mais escrito e ha que esta del Rey D. Sancho, seu filho, vay continuada, e has outras dos outros Reys que ho socederam, posto que em seu Prologuo se offrecesse de has acabar, bem sey que nom por defeyto de saber, nem por falecimento de bom dezejo, mas por nom aver e mais nom achar ha materia para esso necessaria, pode ser que desestio de has compoer, e ha este pezo tamanho, que ha sua suficiencia deyxou, V. A. pela natural obediencia, e servidam, que lhe devo me manda, e constringe, que sem escuza soometa meus hombros, em cazo que fazelo seja proprio de meu officio».

De qualquer modo, como logo de início afirmei, a hipótese que acabo de levantar sobre a origem do Códice Alcobacense 290 é apenas mais uma tentativa para explicar a origem do manuscrito e precisa de ser cuidadosamente verificada. De completamente seguro, temos somente a exclusão que a análise do códice me permitiu fazer da atribuição das emendas e acrescentamentos ao próprio Duarte Galvão e, portanto, da classificação de «rascunho original» em tempos dada ao manuscrito em questão.

Duarte Galvão, autor dos **Sumários das Crónicas dos Reis de Portugal?**

Como tenho dito desde o início deste artigo, o Cód. Alcob. 290 não contém apenas a *Crónica de D. Afonso Henriques*, mas também, numa letra idêntica à do texto a que tenho chamado «texto-base» da *Crónica* (letra 1), e imediatamente a seguir a ela, uma série de *Sumários das Crónicas* dos reis de Portugal, de Sancho I a D. João II. (Noutra ou noutras letras, o códice encerra-se, como também já ficou dito, com a transcrição de várias notícias, documentos soltos, cartas, uma delas, pelo menos, posterior à morte de Duarte Galvão em 1517: «Carta q̃ el Rey de hũgia enviou ao Santo Lao (sic) papa na era de 1521 anos» (v. Nykl, p. XXV), o que indica certamente que se aproveitaram para inserir estes textos, como tantas vezes acontecia, folhas deixadas em branco no fim do códice.

Pois bem: se a versão primitiva (o texto-base) da *Crónica de D. Afonso Henriques* foi redigida por Duarte Galvão, não serão também

da sua autoria os *Sumários* que se seguem a essa *Crónica* no mesmo manuscrito e se encontram nele escritos pela mesma letra? Como atrás vimos, entre os investigadores modernos, apenas José de Bragança e A. R. Nykl, independentemente um do outro e o primeiro de uma forma mais decidida, admitiram esta possibilidade. E nenhum deles procurou apoiar (ou teve a oportunidade de apoiar) em argumentos sólidos a sua opinião.

A atribuição da redacção dos *Sumários* ao cronista de D. Afonso Henriques já vem, no entanto, de muito longe, o que não parece ter sido notado ou pelo menos não é lembrado pelos estudiosos do séc. XX. Barbosa Machado, na sua *Biblioteca Lusitana*, vol. I, publicado pela primeira vez em 1741, s. v. «Duarte Galvam», afirma: «Por ordem del Rey D. Manuel reduzio a melhor methodo e mais claro estilo as Chronicas dos Reys de Portugal como o mesmo Duarte Galvão declara no Titulo do prologo da Chronica del Rey D. Afonso Henriques nesta forma: *Prologo do Author derigido (...) como he meu dezejo para vosso Serviço, etc.* Por esta causa Manoel de Faria e Sousa nas *Advertências à Ásia Portuguesa*, n.º 23, allega dez chronicas escritas por Duarte Galvão desde D. Afonso Henriques até el Rey D. Fernando e que forão recopiladas das que deixou compostas Fernão Lopes, e com o título de *Summario dos Reys de Portugal* as allega Gaspar Estaço nas *Antiguidades de Port.*, fol. 186. A Chronica que certamente reduzio Duarte Galvão a melhor estilo foy a de D. Affonso Henriques, como affirmão Barros, *Decad.* 3 da *Ind.*, Liv. I, cap. 4: *apurou a linguagem antiga em que estava escrita* e Goes, *Chronica de D. Manuel*, Part. 4, cap. 38, dizendo que a *fez de novo.*» (pp. 731-732).

Efectivamente, na *Asia Portuguesa*, obra póstuma de Manuel de Faria e Sousa, começada a publicar por seu filho Pedro de Faria e Sousa em Lisboa em 1666 (seu pai morava em Madrid em 1649 e as licenças do livro são de 1655 e 1656), encontra-se, no fim das *Advertencias para que se entenda a arte com que foi escrito este primeiro volume, em homenagem ao grande Escritor João de Barros; a estima que a sua Quarta Década merece; e os documentos de que saíram o segundo e o terceiro, em toda a obra. Tudo em favor dos estudiosos* (p. 35 da tradução publicada no Porto (Livraria Civilização) s.d. (mas 1945?), uma espécie de «bibliografia»: *Livros e mais papéis impressos ou manuscritos de que saíram os dez volumes das minhas Europa, Ásia, África e América Portuguesas, os quais parece conveniente mencionar aqui para que de tudo tenham os estudiosos noticia bastante.* Nessa lista de impressos e manuscritos, o n.º 23

da secção *Manuscriptos referentes ao reino* consiste em: «*Dez Crónicas dos Primeiros dez Príncipes, até D. Fernando, escritas por Duarte Galvão, pessoa de muita autoridade. Julga-se que são recompiladas das de Fernão Lopes, durante o reinado de D. Manuel. Há delas muitas cópias*».

Quanto a Gaspar Estaço, no livro *Várias Antiguidades de Portugal*, impresso pela primeira vez em Lisboa (Pedro Crasbeeck) em 1625, lê-se, na margem da p. 186 (cap. 51), onde se relatam acontecimentos do tempo de D. João I («E tornando às obras do illustre Dom João, elle mandou fazer algumas torres dos muros desta Villa [Guimarães] como mostrão suas Armas, que nellas estão...»): «Galuum, no summario dos Reis de Portugal».

Estas duas referências parecem sem dúvida dizer respeito à mesma obra, aos mesmos *Sumários de Crónicas*. O facto de Faria e Sousa se referir a dez crónicas apenas, o que corresponderia, como ele próprio diz, a um texto que acabava com o reinado de D. Fernando, poderia dever-se ao facto de manejar um manuscrito incompleto. Como sabemos, o Cód. Alcob. 290 não só atinge como ultrapassa o reinado de D. João I, que cita Gaspar Estaço, visto que atinge os de Afonso V e D. João II.

No que se refere às linhas em que o próprio Duarte Galvão alude ao trabalho que lhe foi encomendado, no *Prólogo* que antecede, em todos os manuscritos conhecidos, a *Crónica de Afonso Henriques*, é certo, como observou Barbosa Machado, que elas não se referem apenas a uma *Crónica* do primeiro rei português. Duarte Galvão louva a iniciativa real que consistiu em ordenar-lhe que «os notauees feitos dos muy esclarecidos Reis uossos antecessores, escriptos e postos per negligemçia d'escriptores, ou culpa dos tempos, nam soo em menos polida mas ajmda em desordenada e açerqua nam achada memoria, os quisesse hordenar e escrepuer e quasi trespassar a mais homrrados jazijgos e sepulturas» (ed. da INL, p. 6). O cap. 1 inicia-se igualmente pelas palavras: «Começamdo descrepuer as uidas e muy exçellentes feitos, dignos de eterna memoria, dos muy esclarecidos Reis de Portugall...», que parecem anunciar uma obra mais extensa do que a *Crónica de Afonso I* (sem que obriguem evidentemente a admitir que essa obra mais extensa tenha chegado a ser mais do que uma intenção do cronista, obedecendo ao mandado do rei).

Mais importante, quanto ao facto de Duarte Galvão ter ou não realizado a obra extensa projectada, é a remissão (que A. J. Costa Pimpão observou e destacou, na sua *Literatura Portuguesa, Idade Média*, 2.^a ed., p. 240) para o reinado de D. Fernando, localizável no interior do cap. XXXIV da *Crónica de D. Afonso Henriques*. Ao aludir às igrejas

de Sam Vicente e de Santa Maria dos Mártires, a propósito da conquista de Lisboa, diz o cronista: «Estas egrejas ambas estam aguora demtro dos muros da çidade, des que a çerquou el Rey dom Fernando, ho noveno Rey de Portugall, como se adiamte dira: porque quando ella desta vez foy tomada a mouros, nam era sua çerqua mayor que quamto sse ora vee e chama çerqua velha» (ed. INL, p. 122). Ora os *Sumários das Crónicas* que se conservam no Cód. Alcob. 290 contém no reinado de D. Fernando, o passo a que neste ponto se alude:

«Depois no dito anno vendo el Rey o que acontecy a Lixboa por nã ser serquada, determinou çerqualla posto que parecia coussa empossivel acabarem tall obra. E hordenou que os da banda d'alleem de Ribatejo cerquassem da banda do mar. E os da outra banda da parte da terra. E elle deu pera yso os resydos de toda a comarqua. E comesouse a çerquar da parte de Martim Muniz vindo per a porta de Santo Andre. E daqui polla porta de Santo Aguostinho. E asy vindo pera ha ribeira polla torre de Sam Pedro. Comesouse esta obra na era de mil IIII^c XI, o derradeiro dia do mes de Dezenbro. E acabouse de çerquar antes que se acabasem tres annos. E depois disto mandou renovar a alcaçova de Santarem...». (Cód. Alcob. 290, fol. 65 r).

Do mesmo modo contém este trecho um texto, ainda do séc. XVI, directamente derivado do Cód. Alcob. 290 e que o transcreve extensamente, como o notou e afirmou, creio que pela primeira vez, Diego Catalán Menéndez Pidal. Trata-se das «Chronicas dos Senhores Reis de Portugal» que, em 1535, e portanto, apenas trinta anos depois da data em que Duarte Galvão realizou a versão definitiva da *Crónica de D. Afonso Henriques* recopilou o bacharel Cristóvão Rodrigues Acenheiro, «procurador, morador e natural da cydade d'Évora».

Todo o trecho das suas *Chronicas* que abrange os reinados de D. Pedro até ao de D. João II é quase só uma cópia do trecho correspondente dos *Sumários* que se lêem no Cód. Alcob. 290. Acenheiro limitou-se a introduzir algumas datas («eras») e a fazer breves interpolações. No reinado de D. João II, como também o apontou Diego Catalán, integrou, no meio do relato do reinado, dois textos que no Códice Alcobacense estão colocados depois das Crónicas (v. Diego Catalán, p. 217 n. 6).

O próprio bacharel repetidamente declara, aliás, quanto a este sector do trabalho, a sua dívida a um texto anterior e a fidelidade com que seguiu esse texto, cujo autor nunca chega a mencionar expressamente. Assim, no *introito da obra*, que se encontra no fim do Prólogo, afirma: «e as seis [crónicas] a saber, del Rey dom Pedro, oitavo Rey, té ElRey Dom João segundo, as achou asy, e por serem bem feitas e na verdade

as pôs com todo e lhe pôs as eras e adiçõs que nellas se acharám, e porque já nellas acrecentou ysto porque nam tome louvor alheio, e sam tays». (*Colecção de Inéditos de História Portuguesa*, V, Lisboa 1926, p. 12). Ao atingir o fim do reinado de Afonso IV e antes de começar o relato do de D. Pedro, insiste: «Estas seis Carónicas [de D. Pedro a D. João II] ponho següdo as achei sumadas, por me bem parecerem, soo pus nellas allgüas eras em que hiam desffalecidas e allgüas adiçõs, que per letra poerei e per cotas [...] Esta decraratoria ponho, que se saiba meu trabalho, e nom tome louvor alheio» (*ibidem*, p. 116). Novamente, um pouco mais adiante, depois de algumas «adições e eras», incluídas no início do reinado de Pedro I, e que fecham com a indicação muito clara: «E estas sam as adiçõs, e eras», lê-se: «Segese a breviaçam em suma de seis Caronicas deste Reino de Portugal feita por allgü coriozo discreto, e diz assim» (*ibid.*, p. 118).

Como apontou Diego Catalán (com A. de Magalhães Basto, únicos autores, que eu saiba, a terem observado a extraordinária importância do «cemitério de Crónicas» que é a compilação de Acenheiro), esta parte da obra está precedida de outra em que se utilizam, conforme declara mais uma vez o próprio autor, para reconstituir os reinados de Afonso I a Afonso IV antecédidos do período de governo do Conde D. Henrique, cinco crónicas «velhas» e as «novas» do reino: «Esta suma abreviação de sete Caronyquas dos sete reis de Portugal, a saber, do primeiro Rei Dom Affonso Emriquez, e do següdo Dom Samcho, seu filho, e do terceiro Dom Affõso segundo do nome, e do quarto Dom Samcho Capello següdo do nome, e do quinto Dom Affõso que foi Comde de Bollonha, irmão d'El Rei dom Samcho Capello, e do seisto Rei Dom Denys que foi filho do Comde de Bollonha, e do seitimo Rei Dom Afonso do Sallado: Estas dytas e mais a do Comde Ynfante Dom Enrique, filho d'El Rei d'Umria, com o proleguo e abreviação, tudo fiz eu Bacharel Cristovão Rodriguez Acenheiro, morador nesta cidade d'Évora, vemdo todas Caronicas velhas symco Portugezas, e as novas do reino, e outra Gallega até à batalha do Sallado, que foi o seitimo Rey de Portugal: de todas tirei a sustamcia da verdade, e escrevi em breve o melhor que pude» (p. 116).

Diego Catalán não duvida em identificar — e creio que com razão — as crónicas «velhas» com a que chamei em tempos *Crónica de Portugal de 1419* (= *Crónica de Cinco ou Sete Reis*, nas edições de Magalhães Basto e de Silva Tarouca), crónica que, sem hesitação e de acordo com a opinião que também em tempos manifestei, atribui a Fernão Lopes (cf. D. Catalán, *De Afonso X al Conde de Barcelos*, p. 217, e a minha

recensão de 1957 ao livro de Magalhães Basto, *A tese de Damião de Góis...* que este último autor reeditou em apêndice aos seus *Estudos*, pp. 549-562). Quanto às «novas», seriam, sempre segundo o mesmo investigador, as de Galvão (1505) e de Pina. (No que se refere à *Crónica «Galega»*, seria um texto desaparecido, em antigo galego-português, de que a chamada *IV Crónica Breve* é um fragmento).

A seguir à parte que é transcrição interpolada dos *Sumários* que se encontram no Cód. Alcob. 290, aparecem em Acenheiro, a fechar a sua obra, «lembranças» dos reinados de D. Manuel e de D. João III, que o próprio Bacharel se encarrega repetidamente de classificar como originais: «E o que passou d'ElRei Dom Manoel e d'ElRei Dom João terceiro, que tudo vi pollo olho, escrevi o que vi em meus dias» (p. 116); «Segese as lembranças do bem afortunado Príncipe, Rei Dom Manoel de Portugal o quatorzeno; e assim as d'El-Rei Dom João decimo quinto Rei, seu filho, terceiro dos Joanes: o que todo foi em dias de mim Bacharel Christovam Rodriguez Azinheiro, segundo já disse e o vi por olho...» (p. 237); (a respeito de D. Manuel): «tam boos vinte seis annos, que reinou, que eu Escritor vii...» (p. 344); (a respeito de D. João III): «aqui não quero dizer senão algúas lembrãosas que pasáráo en quanto eu vivi que pude comprehendr, e hirão abreviadas o milhor que semtir: e são estas do modo seguinte» (p. 344).

O extenso aproveitamento que Acenheiro fez dos *Sumários de Crónicas* que se conservam no Cód. Alcob. 290, prova-nos que esses *Sumários* são anteriores a 1535. Não prova evidentemente só por si que eles fossem obra de Duarte Galvão. Por outro lado, o facto de, num dos passos atrás citados, o bacharel de Évora os atribuir a um «coriozo discreto» não implica que lhe recusasse a autoria da obra para a atribuir a um anónimo: em parte alguma do seu texto Acenheiro nos menciona autores das crónicas «velhas» ou «novas» que utilizou e que parecia considerar, à maneira medieval, obras (e propriedades) colectivas. O referido aproveitamento feito por Acenheiro prova-nos finalmente que os *Sumários de Crónicas* anteriores a 1535 abrangiam não apenas os reinados dos reis de Portugal até Afonso IV, como o podia fazer suspeitar a referência de Faria e Sousa, mas até D. João II, como sugere a alusão de Gaspar Estação aos *Sumários* que atribui a Duarte Galvão.

Mas — volto a formular a pergunta — será a redacção desses *Sumários* realmente atribuível ao secretário de D. João II e cronista às ordens de D. Manuel? Como atrás ficou dito, a resposta de Diego Catalán a esta pergunta é uma negativa que nunca chegou a justificar. Inclino-me pelo contrário a crer que a resposta deve ser afirmativa.

É certo que os argumentos a favor da atribuição a Duarte Galvão se resumem a:

1) identidade da letra em que está escrito no Cód. Alcob. 290 o resumo da história do reinado de Afonso Henriques (seguramente a versão primitiva da *Crónica* deste rei) com a letra em que se escreveram os resumos ou sumários da história dos reinados posteriores (até D. João II);

2) remissão do próprio Duarte Galvão, no interior da *Crónica de D. Afonso Henriques*, para um passo da *Crónica de D. Fernando* que efectivamente o manuscrito contém;

3) referências de Gaspar Estação e de Manuel Faria e Sousa aos Sumários que Galvão teria deixado escritos.

Não vejo, no entanto, que argumentos fortes favoráveis à não atribuição se lhes poderiam opor.

A não atribuição da autoria dos *Sumários das Crónicas* a Duarte Galvão poderia implicar, parece-me, a admissão de que aquele que intitulei texto-base da *Crónica de D. Afonso Henriques*, escrito com a mesma letra, também não era da sua autoria. Ora essa versão — é conveniente lembrá-lo — já contém capítulos que são declaradamente interpolações de Duarte Galvão, comentários seus aos factos já narrados no texto (ou textos que lhe servem de base). Assim, para só citar um exemplo muito claro, o cap. XXII, intitulado: «Aqui falla Duarte Gualuã autor como este feito delRey dô Afoso Anriquez e outros semelhantes nos bõos príncipes devê ser julgados», — que é todo ele uma interpolação, devida a Duarte Galvão, no interior de um longo trecho da *Crónica* derivado, como quase toda ela, da *Crónica de Portugal de 1419* (o cap. XXI corresponde ao cap. 13 dessa *Crónica* na edição de Magalhães Basto, *Crónica de Ginto Reis*, Porto 1945, p. 73 e o cap. XXIII ao cap. 14 da mesma *Crónica*, *ibid.*, p. 74) — aparece, no Cód. Alcob. 290, a partir do fol. 22 r escrito pela mesma mão que escreveu o cap. XXI e o cap. XXIII. Tanto nele como em ambos os outros se encontram, aliás, algumas emendas (em menor número no cap. XXII), feitas na letra a que atrás chamei (2). Essas emendas conduzem o texto inicial à forma definitiva em que o haviam de divulgar os melhores códices.

Em conclusão: os dados que me foi possível reunir até este momento parecem-me suficientes para fundamentar as afirmações que fiz logo no início deste trabalho. Ao fazê-las ou ao aceitá-las, reconhecemos a Duarte Galvão, dentro da historiografia portuguesa dos fins do séc. xv - inícios do séc. xvi, um lugar e um papel de muito maior relevo do que aquele que lhe tem sido até hoje reconhecido.

E é seguramente esse lugar que a história da cultura literária deve reservar a um dos homens da corte de D. João II e de D. Manuel que, como procurarei demonstrar na minha Introdução à edição da *Crónica de D. Afonso Henriques*, melhor representaram certos aspectos da mentalidade das classes socio-culturalmente mais elevadas dentro da época em que viveu.

Lisboa, Março-Junho de 1974.

Bibliografia utilizada

- ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, *Bibliografia Geral Portuguesa*, vol. II (Imprensa Nacional). Lisboa 1944.
- ACENHEIRO, Cristóvão Rodrigues, *Crónicas dos senhores Reis de Portugal*, in: *Collecção de Inéditos de Historia Portuguesa* publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa pela Comissão de Historia da mesma Academia, Tomo V (Reimpressão), (Imprensa Nacional). Lisboa 1926.
- ATAÍDE E MELLO, *Inventário dos códices alcobacenses*, III. (Biblioteca Nacional de Lisboa). Lisboa 1932.
- BARBOSA MACHADO, *Biblioteca Lusitana*, vol. I.
- CATALÁN MZ. PIDAL, Diego, *De Alfonso X al Conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla y Portugal*. (Editorial Gredos). Madrid 1962.
- CINTRA, Luis F. Lindley, *Crónica Geral de Espanha de 1344*. vol. I (Introdução). (Academia Portuguesa da História). Lisboa 1951.
- COSTA PIMPÃO, A. J. da, *História da Literatura Portuguesa*. Idade Média. 2.ª edição, revista. (Atlântida). Coimbra 1959.
- COSTA VEIGA, A. Botelho da, *Duarte Galvão e sua «Crónica de Afonso Henriques»*. *Excerpto dum estudo sobre a história do problema de Ourique*. Lisboa (Imprensa Nacional) 1932.
- ESTAÇO, Gaspar, *Várias Antiguidades de Portugal*. Em Lisboa (Por Pedro Crasbeeck, Impressor del Rey). Anno Dni 1625.
- FARIA E SOUSA, Manuel de, *Ásia Portuguesa*, Tradução de Isabel Ferreira do Amaral Pereira de Matos e Maria Vitória Garcia Santos Ferreira... com uma introdução por M. Lopes d'Almeida. vol. I (Livraria Civilização Ed.). Porto 1945.
- GALVÃO, Duarte, *Cronica delrey Dom Affomssso Hamrriques primeiro rey destes reynos de Portuquall...* Publicado pelo Bacharel Manuel de Castro Guimarães, Conde de Castro Guimarães, em comemoração da morte do Cronista. Lisboa 1917.
- GALVÃO, Duarte, *Crónica de D. Afonso Henriques*, segundo o manuscrito da Torre do Tombo. Com notas e glossário de José de Bragança. (Portugália). Lisboa s.d.

- GALVÃO, Duarte, *Crónica delrey dom Affonso Hamriquez*. Partial critical edition with Introduction and Notes by A. R. Nykl, Harvard University. Cambridge, Mass. 1942.
- GÓIS, DAMIÃO DE, *Crónica de D. Manoel*, parte IV. (Imprensa da Universidade de Coimbra). Coimbra.
- MAGALHÃES BASTO, Artur de, *Crónica de cinco reis de Portugal*. Inédito quatrocentista reproduzido do cód. 886 da B. P. M. Porto... Edição diplomática e prólogo de... vol. I. (Livraria Civilização, Ed.). Porto (1945).
- MAGALHÃES BASTO, Artur de, *Estudos. Cronistas e Crónicas Antigas. Fernão Lopes e a «Crónica de 1419»*. (Acta Universitatis Conimbrigensis). Coimbra 1960.
- NUNES, Eduardo, *Album de Paleografia Portuguesa*, vol. I (Instituto de Alta Cultura). Lisboa 1969.
- SOUSA VITERBO, Duarte Galvão e a sua família. *Elementos para um estudo biográfico*. (Extracto de: *História e Memórias da Academia Real das Ciências*, tomo XI, parte I). Lisboa 1905.
- SOUSA VITERBO, Duarte Galvão e a sua família. (Segunda Série). Coimbra 1913. [Contém edição da carta ao secretário António Carneiro].

UM ARABISMO PORTUGUÊS: OSGA

PEDRO CUNHA SERRA
(LISBOA)

É nome de um reptilzinho da família dos gecónidos; em castelhano chama-se *salamanquesa* ou *salamanquesa común* e, no oriente da Península, *dragó* ⁽¹⁾.

Como já afirmou Adolfo Coelho ⁽²⁾, o étimo da palavra é árabe; não precisamente a forma que aponta e que lexicógrafos posteriores têm reproduzido ⁽³⁾.

Dispomos de elementos que permitem historiar suficientemente a palavra que, tanto quanto averiguámos, parece viver hoje apenas em português; será, pois, mais um arabismo da periferia.

Formas antigas nossas não abundam: 1634 *ozga* ⁽⁴⁾, 1720 *osga* ⁽⁵⁾, 1723 *ozga* ⁽⁶⁾ e *osga* ⁽⁷⁾.

Aquela forma antiga *ozga* é sintomática e enlaça-se sem dificuldade com um vocábulo árabe na forma que, já na Idade Média, assumia na península. Com efeito, a forma clássica *wázaga* «sorte de lézard (*Lacerta*

(1) A. M.^a ALCOVER (continuado por F. B. DE MOLL e outros) *Diccionari Català-Valencià-Balear*, t. IV, p. 590; vid. também p. 350 do t. I de *Historia Natural* (Institut. Gallach-Barcelona).

(2) *Dicionário Manual Etimológico*, p. 922.

(3) Entre outros, o recente *Dicionário Etimológico Resumido* de ANTENOR NASCENTES. Adiante oferecer-se-nos-á dizer alguma coisa acerca da palavra arábica *usga* que ADOLFO COELHO regista no seu *Dicionário*.

(4) BENTO PEREIRA, *Prosódia* (1.^a ed.), s. vv. *galeotes* e *stellio* (fl. 113-v. e 249 respectivamente).

(5) BLUTEAU, *Vocabulário*, vol. VI, p. 128.

(6) B. PEREIRA, *Prosódia* (ed. de 1723), p. 844.

(7) ID., *ib.* p. 108 e p. 370.

gecko)» (*) tomou na península, pelo século XIII, a forma *wazga* identificada com o latim *stellio* (9) e o vernáculo (10).

Um pouco mais tarde, no século XVI, para indicar a *salamanquesa* usava-se no árabe granadino uma bem curiosa forma onde se denuncia já o tratamento castelhano de *wa-* inicial: *guāzgua* e plural *guazguūt* (11).

No árabe moderno do Norte de África, igualmente é conhecida a forma *wazga* (12).

Já, porém, um pouco diferente é a forma dos dialectos marroquinos, *uzra* (13).

Que, portanto, o nome *osga* proveio do árabe *wazga* parece-nos indiscutível, dado que se nos não antolham quaisquer dificuldades de ordem fonética ou semântica.

Resta, porém, saber se *osga*, zoónimo, e *osga*, com o significado de 'aversão, ódio...', serão uma e a mesma palavra. Pendemos a crer que sim, sem embargo da relativamente longa dissertação que Corominas produz (14); um dos pontos fracos da argumentação deste Autor é o

(*) BIBERSTEIN-KAZIMIRSKI, *Dict.* p. 1529. Passe a incerteza ou variabilidade na designação científica dada pelo dicionarista.

(9) *Vocabulista in Arabico*, p. 213 e p. 591.

(10) *Ib.*, p. 591. Como é sabido, o *Vocabulista* é originário da região de Valência e aquela forma *drago* que lá se encontra terá que entender-se que é oxitona (v. *supra*, passo correspondente à nota (1)).

(11) *Vocabulista arauigo*, G III-v. Naturalmente tanto esta última forma como a do século XIII foram já tesaurizadas em DOZY, *Supplément aux dictionnaires arabes*, t. II, pp. 799-800; afigura-se-nos, porém, que DOZY não atentou suficientemente no aspecto da forma de ALCALÁ que deverá ler-se *guazga* e se compagina rigorosamente com as antigas formas portuguesas *ozga*. Trata-se, cremo-lo, de uma forma que no início do século XVI espelha já o tratamento castelhano que difere do ocidental: será preciso lembrar o castelhano *Guadi-ana* e o português *Odi-ana*?

(12) DOZY, *Suppl.*, loc. cit.

(13) JULES SICARD, *Vocabulaire Français-Arabe-Dialecte Marocain* (ed. 5.), Paris, 1954, p. 129. A transcrição que o Autor apresenta, à francesa, é *ouzz'a* (ár. *wazga*). Desnecessário recordar *g > r* tão frequente nos falares marroquinos: a grande planície do *Rarb...*

Foi decerto na forma similar, *uzga* ou parecida, a que A. COELHO pretendeu apresentar como étimo de *osga* no seu *Dicion. Manual Etimológico*. Grandemente informado como era, decerto não inventou aquela forma *usga* que se deve a desatenção ou à influência da forma corrente portuguesa *osga*.

(14) DCELC, vol. I, pp. 297-298, s. v. *asco*; v. também do mesmo Autor, *Breve Dic. Etim.*, na mesma palavra.

de apresentar apenas formas modernas dos falares portugueses do vocábulo *osga* 'aversão, ódio...' (15). E ligar *osga* com *asco* é sugestão que já vem de Bluteau (16).

Iremos com o que já se tem dito: *osga* 'aversão, ódio...' será a mesma palavra que o zoónimo *osga*, sabido como é que muitos répteis inspiram fortes reacções de desgosto ou repugnância (17).

(15) A publicação dos *Índices da «Revista Lusitana»* dar-nos-ia possibilidades de aumentar o número de abonações da palavra, mas isso não teria interesse para a sua história.

(16) *Vocabulário*, vol. VI, p. 128 : 1720.

(17) *Grande Enc. Port. e Brasileira*, vol. XIX, p. 707. Salvo erro, já alhures vimos assim justificada a equação *osga* (sentimento)/*osga* (zoónimo). De-resto, a lembrada sugestão de BLUTEAU aponta no mesmo sentido...

COMPOSTO E IMPRESSO NA
GRÁFICA MONUMENTAL, LDA.
RUA NEVES FERREIRA, 13, 1.º e 2.º
TELEFONES: 843999 - 843278
LISBOA-1 — PORTUGAL